



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Jefferson Luis Moreira Nascimento

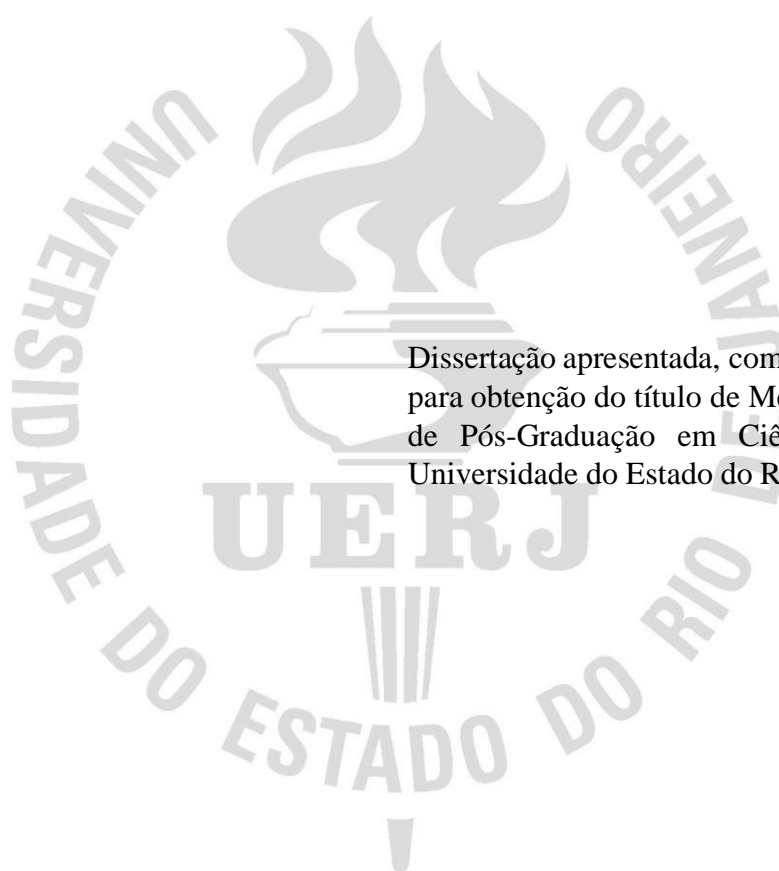
Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de “ameaças” e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro

Rio de Janeiro

2021

Jefferson Luis Moreira Nascimento

**Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de “ameaças”
e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D-IESP

N244 Nascimento, Jefferson Luis Moreira.
Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de “ameaças” e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro / Jefferson Luis Moreira Nascimento – 2021.
202f.

Orientador: Breno Marques Bringel.
Coorientador: Francisco Josué Medeiros de Freitas.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. América Latina – Política e governo – Teses. 2. Brasil – Política e governo – Teses 3. Venezuela – Política e governo – Teses. 4. Rousseff, Dilma, 1947 - Teses. 5. Maduro, Nicolás, 1962 – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Freitas, Francisco Josué Medeiros de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 32(8=6)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

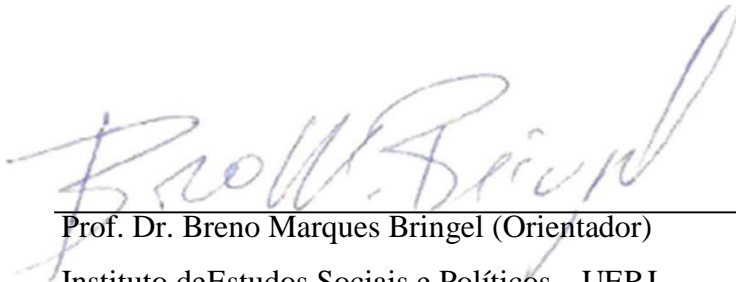
Jefferson Luis Moreira Nascimento

**Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de
“ameaças” e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:



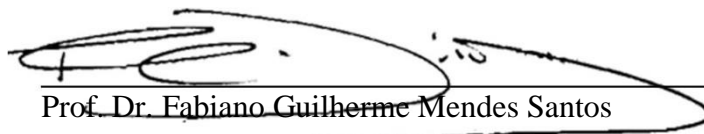
Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ



Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Coorientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ



Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos

Universidade Federal de São Paulo

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos meus ancestrais que possibilitaram a minha existência e aos meus irmãos negros e irmãs negras, a quem ainda é dado muito pouco espaço na academia para que possamos compartilhar os nossos saberes.

AGRADECIMENTOS

Parto do pressuposto que o resultado deste trabalho árduo não pode ser alcançado sem a contribuição de um conjunto enorme de pessoas. Reconheço, todavia, que os seguintes agradecimentos contêm alta dose de injustiça por deixar de fora dezenas de pessoas que, de alguma maneira, me ajudaram nessa jornada incrível que chamamos de vida.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu irmão João Luis, ao meu pai Carlos Alberto e à minha mãe Luzia Maria. Esta, certamente, onde quer que esteja, estará enormemente orgulhosa de saber que seu filho caçula virou mestre. São eles que pavimentaram o caminho de sucesso que trilho!

Agradeço também aos meus queridos orientadores Breno Bringel e Josué Medeiros. Sem seus comentários, conselhos e críticas, este trabalho não poderia ter sido realizado. Total gratidão pela troca que tivemos ao longo desses dois anos e espero que essa parceria perdure por ainda muitos anos.

A todas professoras e todos professores que fizeram parte da minha formação, envio um enorme obrigado. Dentre eles, destaco alguns: Gilmar e Ary, que, na minha adolescência, me despertaram a paixão pelas ciências humanas; Claudia Lahni, Paulo Roberto Figueira Leal e Weden Alves, grandes mestres com quem aprendi muito no período em que cursei Comunicação Social na UFJF e onde participei do Programa de Educação Tutorial; além da professora Beatriz Bissio, professora de Ciência Política da UFRJ, onde concluí meu bacharelado em Ciências Sociais, que me deu oportunidade de participar do Laboratório de Mídia e Política Internacional e de iniciar minha pesquisa sobre a Venezuela.

Não poderia me esquecer das minhas amigas e dos meus amigos. Nossa admiração mútua e os incentivos que damos uns aos outros para seguir em frente são combustíveis vitais para superar os percalços que a vida nos impõe. Além disso, que graça teria alcançar quaisquer vitórias sem ter vocês ao meu lado para celebrar? Obrigado, Alvaro Brito, Álvaro Machado, Amanda Santos, Carla Hamdam, Dayana Leal, Iru Justiano, Jacques Douglas, Karla Alves, Luan Nascimento, Rosana da Câmara. E um agradecimento especial a Carlos Cardoso e a Marianne Rocha, com quem compartilhei quase que diariamente as angústias desse processo árduo que é o mestrado. Obrigado por me emprestar seus ouvidos e me escutar da forma mais empática possível!

Agradeço, também, a todos os meus demais familiares, principalmente meus avós, sobretudo a minha amada madrinha Vó Ruth, e as minhas tias professoras – tias Ana, Lud,

Quinha e Sônia. Essas mulheres exerceram um papel primordial na minha educação e, em alguma medida, substituem a referência da figura materna que o destino me tirou. Obrigado!

Por fim, não poderia de deixar de prestar uma homenagem ao CNPq, que financiou os meus estudos durante este período, e também agradeço a todos os professores e funcionários do Iesp, que são responsáveis pelo sucesso da instituição.

RESUMO

NASCIMENTO, J. L. M. *Neogolpismo no Brasil e na Venezuela: uma análise comparativa das correlações de “ameaças” e “escudos” dos governos de Dilma Rousseff e de Nicolás Maduro*. 2021. 202f. Dissertação (Mestre em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação examina os conflitos políticos e sociais existentes na Venezuela e no Brasil durante a segunda década do século XXI, buscando compreender quais foram as estratégias adotadas pelos presidentes Nicolás Maduro e Dilma Rousseff no sentido de enfrentá-los. O intuito é investigar, a partir de um diálogo crítico com o modelo teórico proposto por Pérez-Liñán (2014), quais foram os “ameaças” e os “escudos” que propiciaram a permanência do venezuelano no poder e que levaram à queda da mandatária brasileira. Para cumprir esse objetivo, ancorado nos pressupostos ontológicos da teoria agonística contemporânea, mobilizaremos uma discussão teórica sobre neogolpismo na América Latina, abordando de que forma o neoliberalismo se articula com esse fenômeno. No âmbito metodológico, selecionamos o modelo de Análise Contextual de Política Comparada desenvolvida por Robert J. Franzese Jr (2007), uma vez que permite executar uma análise comparativa de caráter multidimensional, possibilitando investigar o neogolpismo na sua complexidade. A pesquisa se justifica pelo fato de o neogolpismo na América Latina ser um fenômeno relativamente recente, tendo começado a produzir efeitos reais há pouco mais de uma década, além de ser um tema ainda bastante controverso no meio acadêmico.

Palavras-chave: América Latina. Neogolpismo. Política comparada.

ABSTRACT

NASCIMENTO, J. L. M. *Neo-coups d'état in Brazil and in Venezuela: a comparative analysis of the correlation of "threats" and "shields" of Dilma Rousseff's and Nicolás Maduro's governments.* 2021. 202f. Dissertartion (Master's in Political Science) – Institute of Social and Political Studies, University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation examines the political and social conflicts that existed in Venezuela and Brazil during the second decade of the 21st century, seeking to understand the strategies adopted by Presidents Nicolás Maduro and Dilma Rousseff in order to confront them. The aim is to investigate, from a critical dialogue with the theoretical model proposed by Pérez-Liñán (2014), what were the "threats" and the "shields" that led the Venezuelan president to stay in power and that led to the fall of the Brazilian one. To fulfill this objective, anchored in the ontological assumptions of contemporary agonistic theory, we will mobilize a theoretical discussion on "neo-coups d'état" in Latin America, addressing how neoliberalism interconnects with this phenomenon. In the methodological scope, we selected the model of Contextual Analysis of Comparative Politics developed by Robert J. Franzese Jr (2007), since it allows to perform a comparative analysis of multidimensional character, allowing to investigate "neo- coups d'état" in their complexity. The research is justified by the fact that "neo-coups d'état" in Latin America are a relatively recent phenomenon, having begun to produce real effects just over a decade ago, besides being a still quite controversial topic in academia.

Keywords: Latin America. Neo-coups d'état. Comparative politics

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	A POLÍTICA COMO O LUGAR DO CONFLITO E O DESMANTELAMENTO DA SOCIEDADE PELO NEOLIBERALISMO: UM TERRENO FÉRTIL PARA OS NEOGOLPES.....	20
1.1	O arcabouço teórico neoliberal: suas premissas ontológicas e seu receituário normativo.....	20
1.2	O neoliberalismo na prática: suas aproximações e seus distanciamentos com relação à teoria.....	23
1.3	Ano de 2008: marco da crise do modelo neoliberal?.....	32
1.4	Um debate sobre instabilidade presidencial e sobre a “onda rosa”	35
1.5	O neogolpismo na América Latina e sua articulação com o neoliberalismo.....	41
1.6	A teoria agonística: uma problematização da dicotomia estabilidade\ instabilidade.....	46
2	O GOVERNO MADURO RESISTE: QUAIS SÃO OS “ESCUDOS” QUE O PROTEGEM DAS FORTES “AMEAÇAS”?	51
2.1	Antecedentes à ascensão do chavismo ao poder.....	51
2.2	A Era Chávez e o legado herdado por Nicolás Maduro.....	53
2.3	O Governo Maduro e os conflitos intermitentes.....	68
2.3.1	<u>1ª fase: Da eleição à perda de maioria no Legislativo.....</u>	68
2.3.2	<u>2ª fase: O recrudescimento da militarização e da judicialização da política</u>	80
2.3.3	<u>3ª fase: A Assembleia Constituinte como estratégia para lidar com as ameaças.....</u>	92
2.3.4	<u>4ª fase: A ameaça externa e o fracasso da autoproclamação de Juan Guaidó</u>	107
2.4	Considerações finais sobre o caso venezuelano.....	119
3	NEOGOLPE DE 2016 NO BRASIL: A CORROSÃO DOS “ESCUDOS” EM MEIO Á AVALANCHE DE AMEAÇAS AO GOVERNO DILMA.....	121
3.1	A origem do PT e a redemocratização do Brasil.....	122

3.2	As contradições do lulismo no poder e o legado herdado por Dilma Rousseff.....	127
3.3	1ª fase do Governo Dilma: da “faxina ética” às ameaças populares de 2013.....	145
3.4	2ª fase do governo Dilma: o endurecimento das ameaças legislativa e judiciária e a deterioração dos escudos que abriram o caminho para o golpe de 2016.....	156
3.5	Considerações finais sobre o caso brasileiro.....	176
	CONCLUSÃO.....	181
	REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

Honduras e Paraguai passaram, em 2009 e 2012, respectivamente, por processos de golpes de Estado que resultaram na destituição de seus presidentes. O mandatário hondurenho Manuel Zelaya havia se eleito com uma campanha pró-mercado, porém, ao assumir o poder, implementou uma política econômica mais à esquerda¹, se aproximando dos governos progressistas² que haviam ascendido ao poder na América Latina, em especial o de Hugo Chávez, presidente venezuelano. Seguindo uma estratégia parecida à de Chávez, Zelaya tomou a iniciativa de lançar uma consulta popular sem caráter vinculante acerca da possibilidade de reescrever a Constituição; contudo, o hondurenho contava com forte oposição do Parlamento e da Justiça, que não acataram a decisão. Tal conflito teve como desfecho a detenção de Zelaya dentro da residência oficial, no dia 28 de junho de 2009. A ação militar teve o respaldo da maioria do Congresso, que, em sessão extraordinária, forjou uma carta de renúncia, supostamente escrita por Zelaya, no dia 25 de junho. O texto lido em plenária afirmava que a renúncia tinha como objetivo "sanar as feridas do ambiente sociopolítico"³.

Tal evento mescla aspectos dos golpes militares tradicionais, por ter sido executado pela ação direta das forças armadas, com aspectos de um novo tipo de golpe que viria a ser aplicado, posteriormente, em outros países da região, cujos procedimentos levam à queda presidencial, sem que haja a ruptura do sistema político democrático vigente. Neste novo tipo de golpe, a atuação das instituições políticas liberais – Parlamento, Judiciário, Mídia etc. – é central (PREGO; SOLER, 2019).

O impeachment sofrido pelo presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, foi o segundo caso no qual a estratégia neogolpista foi utilizada, sem contar com o protagonismo ativo e direto dos militares. O processo que levou à sua retirada da presidência durou apenas 48 horas, pondo em xeque a legitimidade do julgamento, uma vez que o mandatário alegou não ter tido tempo suficiente para produzir sua defesa legal. Talvez tenha sido a única

¹ <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,eleito-pela-direita-zelaya-fez-governo-a-esquerda-em-honduras,394786>

² Usaremos o adjetivo “progressista” de acordo com a definição proposta por Maria Regina Soares Lima (2008), que o conceitua da seguinte forma: “[termo usado para] designar o conjunto de governos cujas políticas têm afinidades eletivas com a tradição de esquerda. Um dos elementos definidores, que marcam a diferença com relação aos governos de orientação neoliberal de direita, é a sensibilidade desses governos às maiorias que o elegem, maiorias estas que, com contexto sul-americano, são compostas majoritariamente pelos segmentos subalternos da sociedade” (SOARES, 2018, p. 91).

³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2906200901.htm>

situação em que um mandatário caiu sem que houvesse manifestantes nas ruas pedindo a sua saída do cargo, devido à agilidade do julgamento. Ademais, o impeachment foi baseado na avaliação subjetiva do desempenho de Lugo, não sendo apresentada nenhuma evidência substantiva de desrespeito às leis paraguaias por parte do mandatário (COELHO, 2016, p. 39).

Mesmo antes de ocorrer os casos narrados, as quedas presidenciais na América Latina já vinham instigando diversos pensadores a pesquisar os fatores que propiciam a destituição de mandatários. A inquietação surge, muitas vezes, a partir da necessidade de construir modelos institucionais e societários eficientes no que concerne ao atendimento das demandas dos cidadãos, capazes de assegurar sua legitimidade no longo prazo.

É possível perceber que, a partir dos anos 1990, os protagonistas das ameaças à manutenção do chefe do Executivo não são mais as Forças Armadas, diferentemente do que ocorrera nas décadas de 1960 e 1970, com a instauração das ditaduras militares. Se, antes, as remoções dos governos levavam também ao colapso do regime democrático, após a redemocratização, presidentes passaram a ser destituídos, sem que isso significasse a dissolução do sistema político (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; HOCHSTETLER, 2007).

Nos anos 2000, os governos progressistas que ascenderam na América Latina, em meio a um cenário econômico internacional favorável, suscitaram em uma parte considerável de seus apoiadores a esperança de que uma série de demandas populares pudesse ser atendida, por meio de programas de redistribuição de renda, o que supostamente amenizaria os conflitos sociais existentes. Todavia, as deposições de Manuel Zelaya e de Fernando Lugo colocavam em risco o avanço do progressismo na região, já que os eventos ocorridos em Honduras e no Paraguai poderiam repercutir também nos países vizinhos.

Na academia, grande parte das análises sobre quedas de chefes do Executivo na América Latina adotam a perspectiva dicotômica que divide a História recente da democracia entre períodos de instabilidade e períodos de estabilidade (HOCHSTETLER, 2007; PÉREZ-LIÑÁN, 2007; COELHO, 2016). Não obstante, partimos, nesta dissertação, de um pressuposto ontológico diferente, pautado na Teoria Agonística contemporânea (LACLAU; MOUFFE, 1985). Segundo essa lente teórica, a vida em sociedade é marcada pelo conflito e que, se desejamos construir uma sociedade democrática, é necessário haver o reconhecimento de que os antagonismos e a instabilidade existem, vão sempre existir e que eles não são um empecilho à construção de um modelo societário no qual a vontade da maioria é atendida sem que a minoria seja suprimida. Ao contrário, o embate discursivo entre os diferentes é o pressuposto para produzirmos regras que delimitem a fronteira entre a política entendida como conflito e a política pautada na negação do outro.

Uma das tarefas mais importantes para atingir tais objetivos é identificar os motivos e as maneiras pelas quais os golpes de Estado, que derrubam líderes políticos democraticamente eleitos, acontecem e, a partir daí, formular mecanismos para que a vontade da maioria seja respeitada. Tomando emprestadas as palavras de Bianchi (2019, p.58), definimos golpe como “uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”. Diante disso, a presente dissertação tem como objetivo debater as crises políticas que a Venezuela e o Brasil têm atravessado nesta última década, marcadas por tentativas frustradas de golpe, no primeiro caso, e pela execução bem-sucedida de uma remoção presidencial por ação de um movimento golpista, no caso brasileiro. Mais especificamente, visamos a entender quais são os conflitos políticos e sociais existentes nos dois países e as estratégias adotadas por Nicolás Maduro e Dilma Rousseff que levaram à manutenção do atual presidente venezuelano no poder e à queda da ex-presidente brasileira.

No âmbito teórico-metodológico, dialogaremos de maneira crítica com o modelo proposto por Pérez-Liñán (2014), segundo o qual as pesquisas sobre quedas presidenciais deveriam ser conduzidas no sentido de perceber a “interação dialética” entre duas variáveis: os protestos de rua e a política interna do Congresso. Contudo, o autor defende que esses dois vetores não deveriam ser analisados de maneira estanque, pois, na realidade, eles dialogam, interagem, divergem e podem até entrar em rota de colisão, isto é, da mesma forma que o Congresso reage às demandas levantadas pelas mobilizações, os protestos também respondem às ações do Parlamento.

Sendo assim, seria necessário, em primeiro nível, investigar quais são as “ameaças” à permanência do chefe do Executivo, ou seja, quais são atores políticos que estão reivindicando a sua renúncia ou a sua retirada do cargo. Depois, será crucial detectar quais são os possíveis “escudos”, capazes de proteger o presidente da queda. Os casos em que há ameaça popular e escudo legislativo ou vice-versa, ameaça legislativa e escudo popular, são os que possuem desfecho mais imprevisível (PÉREZ-LIÑÁN, 2014).

Tendo em vista a complexidade dos neogolpes, optamos por adotar uma metodologia de orientação multidimensional, que possibilite englobar outras variáveis que não somente as duas a que Pérez-Liñán se refere, produzindo, assim, uma análise mais matizada do objeto de estudo. A saber, decidimos utilizar o modelo de Análise Contextual de Política Comparada desenvolvido por Robert J. Franzese Jr (2007), cuja contribuição é a de debater a importância de se levar em conta o contexto em que o objeto de estudo está inserido. Para isso, ele aborda

três categorias que elenca como centrais para o estudo de Política Comparada: a multicausalidade (*multicausality*); a condicionalidade do contexto (*context-conditionality*) e a endogeneidade (*endogeneity*).

A primeira consiste no fato de que os fenômenos sociais e políticos são fruto de múltiplas causas, as quais impactam o objeto de estudo de maneiras distintas. O dilema para o pesquisador é delimitar o número dessas causas (variáveis) a serem analisadas: a escolha de poucas poderia conduzir a um estudo mais aprofundado do tema, ao mesmo tempo em que uma pesquisa com muitas variáveis tornaria a análise mais superficial? A resposta de Franzese Jr é: não necessariamente. Ao contrário disso, ele sugere que uma análise multicausal ampla pode oferecer mais elementos para rastrear a dinâmica das relações causais e da interação entre elas (2007, p.35).

Frenzese Jr recomenda, ainda, que uma análise qualitativa multicausal de caráter empírico deve proceder, quando possível, de forma a isolar os episódios de grande impacto dentro do contexto delimitado em que somente uma ou poucas causas se modificam. Dessa forma, será possível medir de maneira mais precisa a magnitude das variáveis. Por exemplo, em um cenário de manifestações massivas que pedem a saída de um dado presidente, não havendo mudanças significativas na postura dos demais atores (Legislativo, Judiciário, mídia, Forças Armadas etc), é mais fácil detectar o peso que a variável “protestos de rua” tem na correlação de forças para derrubar o presidente ou, pelo menos, para impactar a sua popularidade. Da mesma forma que, ao perder a maioria do Legislativo, mantendo-se o restante da configuração de “ameaças” e “escudos” anterior, o Executivo vai poder medir mais precisamente a dimensão da influência legislativa naquele cenário. Isso provavelmente vai obrigá-lo a rever certas estratégias.

Outro conceito a ser levado em consideração em uma análise de Política Comparada é o de condicionalidade do contexto, a noção de que os efeitos de cada causa no resultado variam de acordo com o contexto espacial e temporal delimitado. Dito de outro modo, um dado fenômeno desencadeia processos e produz resultados distintos, a depender do espaço e do tempo em que está inserido (FRANZENE JR, 2007, p.45). A abordagem institucional da Ciência Política, sobretudo a partir dos anos 1980, se tornou uma peça chave para o entendimento desse mecanismo e estabeleceu que as análises estatísticas de dados comparativos poderiam contribuir para a produção de teorias capazes de relacionar a estrutura social, a cultura e as instituições políticas. Verifica-se, por conseguinte, que o contexto, na argumentação de Franzese Jr é constituído por esses três elementos.

O primeiro, a estrutura social, ou seja, a maneira como as classes sociais estão divididas

e o nível das desigualdades existentes entre elas, afeta a maneira como uma sociedade vai reagir diante de um fenômeno social específico. Outrossim, o modo como esses indivíduos vão responder ao acirramento dessas desigualdades socioeconômicas está atrelado aos símbolos culturais e às visões de mundo compartilhadas socialmente. Portanto, duas sociedades submetidas a situações similares de alto grau de miserabilidade tendem a adotar estratégias distintas para apaziguá-las. Nesse sentido, é preciso fazer alguns questionamentos: o grau de desigualdades sociais das sociedades venezuelana e brasileira é muito diferente? Em que medida isso nos ajuda (ou não) a responder a questão central dessa pesquisa? E quanto às particularidades culturais e históricas de cada país? Que papel elas desempenham no contexto que estudamos?

Além da estrutura social e da cultura, as instituições limitam o campo de possibilidades de ação dos atores no jogo político, cujas regras precisam ser conhecidas e respeitadas. Em outras palavras, “as instituições intervêm nas variáveis que afunilam, mediam ou moldam os processos políticos que traduzem a estrutura societal de interesses em pressões políticas efetivas” (FRANZENE JR, 2007, p. 48). Por conseguinte, o aparato institucional também intervém na maneira como essas pressões serão respondidas, já que essas respostas podem ser dadas por parte do poder público mediante a promoção de políticas públicas, que deve seguir regras pré-estabelecidas. E essas políticas, por sua vez, produzem resultados específicos dentro de um dado contexto.

Em linhas gerais, como cada sociedade possui um desenho institucional específico, a maneira como um fenômeno vai se manifestar em um dado contexto social não será reproduzida igualmente em outro contexto e, portanto, esse fenômeno vai gerar consequências distintas. Logo, podemos afirmar que as instituições de participação popular (as comunas e os conselhos comunitários) na Venezuela geraram algum efeito em favor ou contra a permanência de Maduro no cargo? E a inexistência de instituições como tais no Brasil reflete na correlação de forças?

Por fim, Franzese Jr explica que uma análise contextual precisa levar em conta a endogeneidade das variáveis, o que significa que muitas das causas e dos resultados tendem a produzir outras causas. Assim, não é possível separar de maneira estanque o que é causa e o que é consequência e um mesmo elemento pode ser ambas: uma variável X pode impactar na variável Y e vice-versa (FRANZENE JR, 2007, p.61). A título de exemplo, uma atitude hostil das Forças Armadas ao governo provocará uma reação por parte deste, procurando, possivelmente, limitar a atuação daquelas. A partir daí, a tendência é que os militares se articularem para defender seus interesses, desencadeando uma série de ações e reações, que,

pode inclusive atrair outros atores para essa disputa, como o Judiciário, o Legislativo, os movimentos sociais etc.

Robert Franzese Jr conclui que essas três categorias – multicausalidade, condicionalidade do contexto e endogeneidade - adicionam um desafio a mais para a análise contextual em Política Comparada. Afinal, não é simples conduzir uma pesquisa em que há muitas variáveis produzindo efeitos no fenômeno estudado. Assim como não é fácil medir o impacto que a condicionalidade do contexto (o papel desempenhado pela estrutura social, pela cultura e pelas instituições) tem no objeto de pesquisa. Bem como as relações de endogeneidade não estão dadas. Para serem apreendidas, é preciso observar atentamente as dinâmicas do objeto, já que reconhecemos que a política é um terreno marcado por alta dose de complexidade, no qual a imprevisibilidade é um fator que constantemente desafia previsões simplistas, deterministas e/ou unidimensionais.

Essas dificuldades, entretanto, jamais podem ser compreendidas como um impedimento à pesquisa; ao contrário, elas tendem a enriquecê-la, estimulando a produção de conclusões mais bem elaboradas acerca do objeto de estudo. Ademais, da mesma forma que a teoria guia o olhar do pesquisador, os próprios resultados de uma pesquisa empírica qualitativa podem colaborar para refinar a teoria. Não existe, portanto, segundo o autor, uma relação de hierarquia entre teoria e empiria.

À luz dessa lente metodológica, este trabalho visa a investigar o governo de Nicolás Maduro entre abril de 2013, quando é eleito, e abril de 2019, quando a crise política atinge o seu ápice, mas, mesmo assim, ele consegue manter o cargo de presidente. O intuito é investigar de onde vêm as ameaças e quais são os possíveis escudos que Maduro está utilizando para evitar a sua destituição.

Com relação ao governo de Dilma Rousseff, no Brasil, examinamos o período em que começa o primeiro mandato, em 1º de janeiro de 2011, e se estende até a eleição do presidente atual, Jair Bolsonaro, em 28 de outubro de 2018, evento que representa o desfecho do processo golpista, de acordo com a nossa análise. O fenômeno Bolsonaro é resultado da deslegitimação do sistema político provocada pela ação de um conjunto de atores: a grande mídia, o judiciário, as forças armadas, o legislativo, setores da direita tradicional e do empresariado, dentre outros.

Para isso, lançamos mão das duas variáveis propostas por Pérez-Liñán, mas adicionamos outras seis, porque, conforme já destacamos anteriormente, o neogolpismo não é executado tão somente pelo Parlamento, há outras esferas de poder que podem atuar como braços do movimento golpista ou como “escudos”. Portanto, além de investigar (1) a atuação do Parlamento e (2) o impacto dos protestos de rua para a crise política, vamos analisar (3) o

papel das Forças Armadas, (4) das instituições de Justiça⁴, (5) a dinâmica das disputas geopolíticas, (6) a cobertura da mídia tradicional. Adicionalmente, examinaremos (7) as estratégias adotadas pelo Executivo para lidar com o acirramento dos conflitos, em contraposição (8) à atuação dos partidos opositores, procurando entender como a situação e a oposição se articulam com as seis primeiras variáveis.

Entendemos que, ao trazer novas variáveis, apesar de ainda serem insuficientes para explicar de maneira totalizante a complexidade do objeto de pesquisa, podemos ter uma visão mais matizada dos dois casos do que se apenas analisarmos a relação das duas primeiras variáveis propostas por Aníbal Perez- Liñán. Entretanto, concordamos com o autor que é crucial observar como as variáveis estão concatenadas, ao invés de somente analisá-las de maneira estanque.

Para isso, selecionamos 15 “eventos críticos”⁵ ocorridos durante seis anos do governo Maduro (2013 e 2019) e 15 eventos ocorridos durante o governo Dilma e os dois anos posteriores, quando houve desdobramentos do golpe (entre 2011 e 2018)⁶.

Eventos na Venezuela
1. 1ª eleição de Maduro (abril de 2013)
2. 1ª Onda de protestos (março de 2014)
3. Perda da maioria no Congresso – (dezembro de 2015)
4. Impugnação da posse de deputados pelo TSJ – (janeiro de 2016)
5. Anulação do referendo revogatório contra Maduro pelo Poder Eleitoral (novembro de 2016)
6. 2ª Onda de protestos (janeiro a abril de 2017)
7. Convocação da Assembleia Constituinte (maio de 2017)

⁴ Denominamos essa variável dessa maneira, para poder reunir o Judiciário e o Ministério público, no caso do Brasil, e os Poderes Judiciário, Eleitoral e Cidadão, no caso da Venezuela. O Ministério Público venezuelano é parte do Poder Cidadão.

⁵ Segundo a antropóloga indiana Veena Das (2008), o “evento crítico” não acaba na hora do acontecimento; é um fato ocorrido que gera muitos desdobramentos e que perdura. Por isso, ao analisar um evento crítico, não há necessidade de se priorizar o fato histórico e sim seus desdobramentos futuros.

⁶ Procuramos elencar eventos através dos quais pudéssemos analisar as oito variáveis, mas, como a variável “mídia” é poucodiscutida nas matérias jornalísticas, nos deteremos aos trabalhos acadêmicos que têm a mesma como objeto de estudo para compreendermos a sua atuação.

8. Destituição da procuradora-geral Luisa Ortega, antiga aliada chavista, que se tornou adversária de Maduro (agosto de 2017)
9. Levante militar (agosto de 2017)
10. Ameaça de invasão militar por Donald Trump (agosto de 2017)
11. Eleições estaduais (outubro de 2017) e municipais (dezembro de 2017)
12. Eleição presidencial (maio de 2018)
13. Sanções internacionais (maio e novembro de 2018)
14. Autoproclamação de Juan Guaidó (janeiro de 2019)
15. Operação Liberdade (abril de 2019)
Eventos no Brasil
1. “Faxina” contra corrupção (2011)
2. Investida contra os juros praticados pelos bancos (2012)
3. Protestos de Junho de 2013
4. Denúncias de espionagem pelos EUA à presidenta Dilma (2013 e 2015)
5. Início da Operação Lava Jato (março de 2014)
6. Eleições presidenciais (novembro de 2014)
7. Nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda (novembro de 2014)
8. Onda de protestos antipetistas (2015 e 2016)
9. Disputa pela presidência da Câmara (fevereiro de 2015)
10. “Pautas bombas” no Congresso (agosto de 2015)
11. Suspensão da nomeação de Lula como ministro pelo STF (março de 2016)
12. Aprovação do impeachment (31 de agosto de 2016)
13. Reformas econômicas do Governo Temer (2016, 2017 e 2018)
14. Pressão dos militares no caso da prisão de Lula (abril de 2018)
15. Vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial (novembro de 2018)

A partir daí, buscamos por volta de cinco matérias jornalísticas de órgãos de comunicação de países e de posições editoriais distintos que versam sobre cada um desses temas. Ao total, foram lidas 152 matérias produzidas por 26 diferentes empresas de comunicação de nove países.

Acreditamos que dessa forma poderíamos ampliar a possibilidade de termos acesso a

pontos de vista diferentes sobre o mesmo tema, do que se focássemos apenas em um meio de comunicação. Ademais, ao acessarmos um mesmo evento por, no mínimo, cinco “enquadramentos”⁷ distintos, cresce a probabilidade de ouvirmos vozes de um número maior de atores políticos importantes. Adicionalmente, recorreremos a trabalhos acadêmicos já produzidas sobre os temas elencados, a fim de complexificar a análise e preencher determinadas lacunas com as quais nos deparamos.

Em suma, vamos conduzir uma pesquisa baseada em análise de fontes primárias (textos jornalísticos) e de fontes secundárias (textos acadêmicos) que vise a responder a seguinte questão: Qual é a correlação de “ameaças” e “escudos” que assegura a continuidade do governo Maduro e qual é a correlação que causou a destituição do governo Dilma? Após isso, vamos aplicar o método comparativo de Análise Contextual, examinando em que medida os dois casos se aproximam e se distanciam.

No próximo capítulo, discutiremos, com maior profundidade, as referências teóricas que vão nortear nossa análise. De início, vamos debater a ideologia neoliberal, os seus pressupostos ontológicos e o seu papel normativo, bem como a sua aplicação na prática, indicando os aspectos em que esse processo de implementação se mantém fiel à sua base teórica e os aspectos nos quais se distancia dela. Logo depois, dialogaremos de maneira crítica com a literatura que versa sobre instabilidade presidencial e neogolpismo, buscando compreender as relações que existem entre esses fenômenos políticos com o neoliberalismo. Mais adiante, recorreremos à teoria agonística da democracia, tendo em vista que nos fornece ferramentas teórico-conceituais importantes para relativizarmos a dicotomia estabilidade versus instabilidade, que parece atravessar muitas das análises sobre quedas presidenciais na América Latina.

No segundo capítulo, nos debruçaremos sobre o caso venezuelano. Nele, relataremos os fatores históricos que antecederam o mandato de Nicolás Maduro: o nascimento, a ascensão, o apogeu e o legado do passado chavista, antes de adentrarmos na investigação do objeto de nossa pesquisa, o governo atual.

No capítulo 3, o Brasil será o foco de análise. Da mesma maneira que no caso venezuelano, começaremos o capítulo descrevendo o panorama que antecede a chegada de

⁷ Todd Gitlin define enquadramento da seguinte forma: “são padrões persistentes de cognição interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam habitualmente o discurso” (GITLIN, 1980, p.15). Isto é, o jornalismo não seria um espelho da realidade, como se pressuponha nos primórdios dos estudos sobre mídia; na verdade, o jornalismo produz quadros por meio dos quais o espectador ou o leitor pode acessar aspectos da realidade. É, portanto, uma construção subjetiva que envolve escolhas e omissões.

Dilma Rousseff ao poder, narrando a história do Partido dos Trabalhadores, antes e durante dos mandatos presidenciais de Lula. Daí, então, examinaremos o período que concerne a essa pesquisa, que vai janeiro de 2011 a outubro de 2018.

Finalmente, na Conclusão, aplicaremos o método de Análise Contextual para processar os dados levantados e discutidos nos dois capítulos anteriores, a fim de detectar as similaridades e diferenças entre os casos venezuelano e brasileiro. Logo, estaremos aptos a responder à pergunta central que guia essa dissertação.

1 A POLÍTICA COMO O LUGAR DO CONFLITO E O DESMANTELAMENTO DA SOCIEDADE PELO NEOLIBERALISMO: UM TERRENO FÉRTIL PARA OS NEOGOLPES.

Como dissemos, neste capítulo debateremos as relações existentes entre o neoliberalismo, a “onda rosa” e o neogolpismo, buscando elucidar as interconexões e as contradições existentes entre esses fenômenos. Para isso, dialogaremos de forma crítica com autores que trabalham com a ideia de “instabilidade presidencial”, procurando problematizar a dicotomia estabilidade x instabilidade, tomando como referência os preceitos da teoria agonística da democracia. A partir desse debate, armaremos um arcabouço teórico que vai guiar o nosso olhar ao longo da pesquisa.

1.1 O arcabouço teórico neoliberal: suas premissas ontológicas e seu receituário normativo

A História do capitalismo é movida por crises cíclicas e, para superá-las, as elites burguesas fizeram uso de diferentes estratégias ao longo tempo. A mutabilidade e adaptabilidade do sistema capitalista permitiram a sua sobrevivência, porém as diferentes feições que assumiu nos permitem dividi-lo, para fins analíticos, em etapas. A etapa presente, iniciada nos anos 1970 do século XX, é chamada de neoliberal, cujas características são fundamentalmente peculiares se comparadas às anteriores: o liberalismo embutido⁸, o liberalismo clássico e o mercantilismo (HARVEY, 2005).

David Harvey define o neoliberalismo como

uma teoria das práticas político-econômicas cuja proposta normativa é a de que o bem-estar humano pode ser promovido, de forma mais satisfatória, liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p.10).

Caberia ao Estado, portanto, criar e preservar uma estrutura apropriada para essas práticas; estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa da polícia e das leis; além de suprir as áreas nas quais não existe mercado.

O encurtamento do escopo de atuação do Estado no âmbito da economia se efetivaria por meio da desregulação das indústrias; da redução do Estado de Bem-Estar Social, da

⁸ Termo utilizado por David Harvey (2015) para se referir ao momento de hegemonia do desenvolvimentismo conduzido pelo Estado, entre a segunda metade da década de 1940 e o fim dos anos 1970, responsável pela criação do Estado do Bem Estar Social.

privatização e terceirização dos bens públicos; do estabelecimento de impostos regressivos e da conversão das necessidades e desejos humanos em negócios lucrativos. Todas essas medidas estariam articuladas como princípio maior do neoliberalismo, o de reafirmar o livre comércio como o pressuposto que garante as liberdades individuais. Um dos efeitos dessas transformações, segundo Harvey (2005), é a “destruição criativa” dos antigos poderes e estruturas institucionais, das divisões do trabalho e dos modos de vida e de pensamento, que se adaptam à lógica da “compressão tempo-espço”, de acordo com a qual, quanta mais ampla a escala geográfica e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado, tanto melhor.

Muitos autores atribuem ao primeiro choque do petróleo a causa da guinada neoliberal que o mundo adota a partir dos anos 1970, ainda que, já a partir da segunda metade da década anterior, o modelo desenvolvimentista conduzido pelo Estado já dava sinais de que perderia força, com o aumento da inflação e do desemprego tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Não se pode negar, contudo, que a crise mundial gerada pela inflação no preço do barril de petróleo foi um fator determinante para o surgimento de novas teorias e políticas econômicas que caminhasse na direção oposta à do *Welfare State*. O projeto filosófico neoliberal passou, então, a ocupar uma posição hegemônica, estabelecendo as diretrizes das políticas econômicas da grande maioria dos países capitalistas e provocando transformações significativas nas relações sociais.

Sem embargo, é pertinente que façamos o seguinte questionamento: como a superestrutura foi moldada para que as mudanças estruturais tivessem respaldo suficiente para se tornarem hegemônicas? Afinal, nenhum modo de produção se consolida no longo prazo sem o apoio das instituições responsáveis por disseminar os valores socioculturais, como escolas, igrejas, família etc.

A cientista política Wendy Brown dá uma contribuição importante para esse debate. Segundo ela,

O neoliberalismo é mais do que um conjunto de políticas econômicas, uma ideologia ou nova configuração da relação entre estado e economia. É uma ordem normativa racional desenvolvida ao longo de décadas, que faz com que todas as esferas da existência humana sejam medidas em termos econômicos (BROWN, 2017, p.9, tradução nossa).

Todavia, antes de nos atermos sobre as feições que o neoliberalismo vem assumindo na prática, após quatro décadas de experiência, e compreendermos as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que sustentaram e sustentam a hegemonia dessa ordem normativa, será necessário nos aprofundarmos na discussão sobre os pressupostos ontológicos e normativos

do liberalismo contemporâneo. Tal tarefa foi executada por Wendy Brown (2019), no seu mais recente livro, no qual debate a natureza antidemocrática da racionalidade neoliberal. Para isso, Brown se debruçou sobre teorias que foram fundamentais para alicerçar a ideologia neoliberal. A autora dá enfoque maior ao pensamento de Frederick Hayek, mas também analisa as teorias de Milton Friedman e dos ordoliberais.

Com o intuito de apreendermos a argumentação desenvolvida por Brown para chegar à conclusão de que o arcabouço teórico neoliberal é eminentemente antidemocrático, torna-se importante destacar que a cientista política define democracia como:

Uma série de arranjos políticos por meio dos quais um povo governa a si mesmo. A igualdade política é a base da democracia e só ela assegura que a composição e o exercício de poder político sejam autorizados pelo todo e de responsabilidade de todos (BROWN, 2019, p.33).

Brown faz, ainda, o seguinte adendo: “todo o resto é opcional: das constituições à liberdade pessoal, de determinadas formas econômicas às instituições políticas”. Verifica-se, pois, que a concepção de democracia proposta se difere substancialmente das definições minimalistas, que normalmente concebem o sistema democrático como aquele que lança mão de procedimentos eleitorais para que a escolha de governantes esteja em consonância com a vontade da maioria e que protege as liberdades individuais fundamentais. Do ponto de vista normativo, Brown enfatiza que a promoção da igualdade política é a meta principal a ser seguida por um governo democrático e, para isso, a autora acrescenta que são necessárias ações visando não apenas a diminuir o abismo entre ricos e pobres, mas que também tenham como norte a redução das disparidades de gênero e raça.

Em suma, as três linhas de pensamento que Brown confronta – a hayekiana, a friedmaniana e ordoliberal - dialogam entre si e formam uma parte importante do arcabouço teórico que serve de base para a implementação das políticas de encolhimento do Estado no que tange à ação deliberada de reduzir as desigualdades. Todas as três se contrapõem ao que qualificam de “excesso de democracia”, condenando os movimentos sociais da década de 1960 e responsabilizando o Estado do Bem-Estar social pela crise dos anos 1970. Com isso, pode-se afirmar, segundo Brown, que os pressupostos filosóficos e econômicos nos quais as políticas de desregulamentação do mercado se baseiam instigam a destruição da democracia, se a entendemos como um sistema político destinado à promoção de igualdade política, que demanda a tomada de decisões com o objetivo de diminuir as disparidades de classe, de raça e de gênero.

Vejam agora como a ordem neoliberal se materializou na sociedade, procurando compreender de que forma as práticas liberalizantes, tanto no âmbito da economia quanto da

política, se conectam com ou se distanciam das proposições teóricas das três escolas mencionadas acima. Para isso, vamos recorrer aos trabalhos de David Harvey, para compreender os seus aspectos econômicos; de Daniela Campello, que vai nos fornecer dados cruciais acerca do funcionamento das organizações financeiras do mercado, e de Wendy Brown, inovador no sentido de direcionar nosso olhar para as transformações políticas e sociais impostas pela prática neoliberal.

1.2. O neoliberalismo na prática: suas aproximações e seus distanciamentos com relação à teoria

O Chile foi o país pioneiro na implementação de políticas de desregulamentação da economia. O golpe contra Salvador Allende foi o instrumento usado pela elite para extirpar a suposta ameaça comunista e instaurar um regime ditatorial, comandado por Augusto Pinochet, que se utilizou da violência para assegurar os privilégios das classes dirigentes. No campo econômico, os “*Chicago boys*”, um grupo de economistas chilenos egressos da Universidade do Chicago, ganharam notoriedade ao ajudar a implantar, durante a ditadura Pinochet, as ideias de Milton Friedman.

Apesar do pioneirismo chileno, os Estados Unidos talvez sejam os maiores disseminadores da ideologia neoliberal. É pouco provável que a consolidação da ortodoxia neoliberal no Chile tivesse sido bem sucedida sem o auxílio do governo estadunidense, tanto no que tange ao financiamento dos estudos dos *Chicago boys*⁹, quanto no que diz respeito ao apoio ao golpe de Estado dado por corporações dos EUA, pela CIA e pelo secretário de estado Henry Kissinger (HARVEY, 2005).

O pretexto da Casa Branca ao se intrometer nos assuntos domésticos de outros países era no contexto da Guerra Fria, conter o perigo do avanço comunista; não obstante, seria um erro crer que, com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do socialismo real, os EUA assumiriam uma posição mais tímida nas disputas geopolíticas. Se antes o objetivo era destruir o inimigo comunista, a partir dos anos 1990, a meta seria impor a ortodoxia neoliberal, mesmo que se fosse necessário o uso da força. A invasão ao Iraque, em 2003, ilustra tal afirmação, já que a missão fundamental era criar condições favoráveis à acumulação lucrativa pelos capitalistas domésticos e estrangeiros. Em outras palavras, o objetivo era flexibilizar a

⁹ Tal financiamento era parte de um programa norte-americano que tinha como objetivo neutralizar possíveis governos socialistas na América Latina.

economia iraquiana, construindo um aparelho de Estado de caráter neoliberal, sob a alegação de estarem exportando ao país do ditador Saddam Hussein valores liberais do mundo dito civilizado (HARVEY, 2005).

Mas os valores neoliberais não foram apenas disseminados por meio de guerras ou golpes. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se tornaram dois importantes centros de propagação da ortodoxia macroeconômica. Antes de 1973, a maioria dos investimentos dos EUA era do tipo direto, voltada para a exploração de recursos básicos (petróleo, minérios, matérias-primas, produtos agrícolas) ou para cultivo de mercados específicos (telecomunicações, automóveis etc.). A partir do primeiro choque do petróleo, os investimentos estadunidenses se concentraram mais no financiamento de recursos financeiros a governos estrangeiros e, para isso, tornou-se necessária a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional. O FMI e o Banco Mundial tiveram um papel crucial para o sucesso de tal empreitada ao incentivar ajustes estruturais nos países periféricos, por meio dos quais os EUA poderiam extrair mais-valia desses países.

A respeito da atuação das organizações financeiras, durante o período de hegemonia neoliberal, a obra de Daniela Campello *The Politics of Market Discipline in Latin America* (2015) revela alguns dados que são de grande utilidade para a investigação do objeto desta dissertação. Muito se comenta que essas instituições financeiras são ferramentas essenciais no tocante à disseminação do ideário neoliberal, mediante a imposição de restrições amplas e severas capazes de pôr em xeque a soberania dos Estados nacionais, sobretudo dos países emergentes que adotam políticas de esquerda. Campello observa, porém, que existem poucas pesquisas voltadas para demonstrar como funcionam e qual a magnitude desses esquemas de coerção.

A autora indica que a dinâmica de atuação dos bancos sofreu alterações consideráveis após o choque do petróleo, que incidiram no aumento das pressões do mercado sobre as economias emergentes. De 1929 até 1973, os bancos serviam apenas de intermediários entre os governos e os investidores, mas, com a crise do petróleo, os bancos se tornaram os financiadores diretos dos débitos dos governos, promovendo um enorme fluxo de capital, através de empréstimos. A alta oferta de crédito internacional reduziu as taxas de juros e muito desse capital foi canalizado para o setor público, possibilitando que os governos o usassem sem grandes restrições. Essa tendência só foi freada na década de 1980, com o aumento do valor do dólar, que elevou os custos de capital a ponto de o México não suportar mais arcar com o pagamento da dívida, decretando moratória. Isso fez com que os investidores reavaliassem as suas políticas de crédito aos países menos desenvolvidos, mediante o

incremento das taxas de juros. Os devedores eram proibidos de renegociar suas dívidas coletivamente, o que reduzia o seu poder de barganha e o cartel formado por bancos de investimentos, em contrapartida, tinham o suporte do FMI e dos governos dos países desenvolvidos. Isso garantia aos investidores o pagamento das dívidas, em detrimento da autonomia dos países devedores, uma vez que eram obrigados a fazer ajustes fiscais. O FMI recomendava, por exemplo, a esses países o aumento dos impostos e das tarifas juntamente com a desvalorização da moeda e dos gastos governamentais.

A despeito de reconhecer o poder das instituições financeiras de constranger a ação dos governos periféricos, o resultado da pesquisa conduzida por Campello (2015) acerca dos países da América Latina relativiza a afirmação de que as economias emergentes de esquerda são reféns dessas pressões. Elencamos quatro conclusões retiradas da sua obra, que iluminam aspectos importantes da dinâmica do funcionamento dos mercados financeiros para examinarmos o objeto desta pesquisa: os governos de Nicolás Maduro e de Dilma Rousseff.

- (1) A autora observou que a influência dessas organizações varia de acordo com o tempo e varia entre os países da região. A disciplina do mercado, na realidade, é mais forte durante períodos de escassez de dólar, o que, no caso dos países exportadores de commodities com poupança reduzida, ocorre quando os preços desses produtos estão em baixa no mercado e as taxas de juros estão altas. Isso faz com que a moeda nacional fique enfraquecida, reduzindo o orçamento dos governos, que procuram levantar fundos estrangeiros para cumprir as obrigações com o mercado financeiro internacional. Em contrapartida, nos períodos de abundância de dólar, a capacidade do mercado de constranger os países emergentes é limitada e os governos de esquerda possuem maior autonomia para implantarem políticas redistributivas, que contrariam o receituário neoliberal.

Durante a primeira década do século XXI, tanto a Venezuela quanto o Brasil foram beneficiados pelo “boom das commodities”. Alimentado pela demanda chinesa por matérias-primas, houve um grande fluxo de dólares provenientes de Pequim, que juntamente com a baixa taxa de juros, aqueceram as economias dos dois países latino americanos, tornando o cenário mais propício para que os presidentes à época, Hugo Chávez e Lula, promovessem políticas de redistribuição de renda, conforme veremos nos capítulos 2 e 3. Maduro e Rousseff, por outro lado, assumiram seus mandatos na década seguinte, quando a economia mundial entrou em recessão, em decorrência dos efeitos da crise de 2008, da qual falaremos mais a frente, na seção seguinte.

- (2) Campello também observou que os períodos eleitorais são normalmente o momento em que a pressão do mercado é mais fortemente sentida e os ataques especulativos atingem seu ápice, em geral, quando candidatos de partidos de esquerda aparecem na dianteira nas pesquisas de intenção de voto. As eleições geram expectativas tamanhas que alguns economistas perceberam que quase todas as grandes crises financeiras em economia emergentes têm ocorrido em sincronia com os ciclos eleitorais. O grande temor do mercado é que a agenda dos governantes priorize emprego em vez de inflação e justiça social no lugar de crescimento. A autora narra as eleições de Lula e de Chávez para ilustrar a maneira como o mercado financeiro ameaça os países que estão na iminência de eleger um líder esquerdista. Trataremos, de forma mais minuciosa, desses dois exemplos nos capítulos 2 e 3.

- (3) Além disso, Campello percebe, a partir dos dados estudados, que, mesmo nos períodos de abundância de dólares, a integração financeira tende a deslocar os governos de esquerda para o centro do espectro político, no caso das economias menos sujeitas às variações aos ciclos de abundância e de escassez de dólar, isto é, economias que tiverem uma pauta de exportação mais diversificada e menos dependente de produtos primários, cujos preços tendem a oscilar menos. Já no caso contrário, das economias mais vulneráveis a esses ciclos, por terem uma dependência maior da exportação de uma ou algumas poucas commodities, provocando oscilações mais bruscas no valor total das exportações, tal deslocamento da esquerda para o centro é menos comum, períodos de abundância de dólares. Porém, nos períodos em que as exportações estão em baixa, tais economias mais oscilantes procuram a adotar políticas mais conservadoras.

Portanto, em que medida esse fator econômico nos ajuda a compreender o impacto das variações no mercado internacional, visto que a economia venezuelana é mais vulnerável do que a brasileira devido à limitação da sua pauta de exportação, baseada quase que exclusivamente no petróleo? Essa é certamente uma indagação pertinente cuja resposta sozinha não explica a queda ou permanência dos mandatários no poder, mas auxilia no entendimento das pressões econômicas às quais o governo de Dilma estava e o governo Maduro está submetido.

- (4) Por fim, no caso da América Latina, onde todos os países são exportadores de matérias-primas, é perceptível, de acordo com Campello, que os países dependentes de commodities não renováveis, como o petróleo, são ainda mais vulneráveis do que aqueles que exportam produtos primários renováveis. A Venezuela é extremamente dependente do petróleo, que representa mais de 95% de suas exportações. Esse fato somado à maior

integração financeira do Brasil ao mercado financeiro internacional pode ajudar a explicar a adoção de uma política econômica mais ortodoxa do governo Lula em relação ao governo Chávez, que resultaram em políticas redistributivas mais tímidas no Brasil do que no seu vizinho? Provavelmente sim.

Retornaremos a essas quatro questões nos capítulos 2 e 3, nos quais analisaremos o governo de Nicolás Maduro e de Dilma Rousseff, respectivamente. No final de sua obra, Daniela Campello converge com Wendy Brown na conclusão de que a ordem neoliberal afeta negativamente a qualidade da democracia. Campello, entretanto, se além a identificar essa relação no contexto específico da América Latina, que é o seu recorte de estudo; além disso, diferentemente de Brown, a autora brasileira analisa esse fenômeno de um ponto de vista centrado em questões relativas à economia. Para Campello, a integração financeira promovida pela desregulamentação dos mercados tem um efeito deletério para a democracia, pois os governantes dispõem de menor liberdade de ação para responder às preferências dos eleitores.

Portanto, verifica-se que os preceitos neoliberais emergem na década de 1970 e passam a ser exportados como se fossem a salvação para a crise mundial. Para tanto, o papel exercido pelas organizações financeiras, embora o seu impacto varie de acordo com o tempo e de acordo com a estrutura da economia dos países, impõe fortes restrições principalmente às economias emergentes que desobedecem a disciplina do mercado. No entanto, há uma pergunta que ainda precisamos responder: por que o projeto neoliberal foi o escolhido para salvar o mundo da crise? Gérard Duménil e Dominique Lévy (2004) preconizam que a neoliberalização foi um projeto voltado para restaurar o poder de classe das elites dirigentes, cujos lucros estavam ameaçados com o colapso do valor de seus ativos (imóveis, poupanças e ações). Enquanto, no auge do período desenvolvimentista, as políticas de redistribuição não representavam tanto perigo aos seus privilégios, a partir da desaceleração econômica, a permanência do Estado do Bem Estar Social significaria a redução de suas margens de lucro.

A parcela do 1% mais rico nos EUA, por exemplo, deteve aproximadamente 8% da renda nacional, no período entre o fim da Segunda Guerra e o início dos anos 1970. No início da década seguinte, a parcela da população que forma o grupo do 1% mais rico passou a deter 15% da renda nacional. Logo, é possível detectar que o encolhimento do Estado foi a solução adotada para repassar às classes que ocupam a base da pirâmide as mazelas geradas pela crise, aumentando as desigualdades sociais. E esse repasse foi garantido, sobretudo, pela manutenção da defasagem dos impostos sobre propriedade, pela queda na taxa sobre rendas e ganhos de capital e pela ausência de mudanças na taxa sobre salários. Thomas Piketty (2015) observa que esse fenômeno de transferência de renda da base da pirâmide

social para o topo foi de extrema intensidade a ponto de as taxas de desigualdade no início do século XXI se tornarem semelhantes às existentes no século XIX.

Do ponto vista social e político, Wendy Brown (2017) nota que a ideologia formulada por Hayek, Friedman e pelos ordoliberais, quando posta em prática, desencadeia uma série de transformações nas relações sociais e políticas, grande parte das quais não eram esperadas nem almejadas pelos teóricos. A primeira - e, possivelmente, uma das mais marcantes - que vamos tratar aqui é o fenômeno denominado de a “economização da vida política”. Brown identifica que o mercado ganha tamanha dimensão a ponto de corromper e degradar a democracia, que, passo a passo, vai sendo substituída por uma plutocracia (governo dos ricos para os ricos). E o *modus operandi* econômico se espalha por todos os âmbitos da vida social, o que pode ser percebido na maneira como passamos a conceber o Estado, o indivíduo, o ensino universitário, os valores morais e democráticos.

Tanto o Estado como o indivíduo são comumente vistos como empresas e espera-se deles que seportem de forma a maximizar seus capitais no presente, para alcançar resultados futuros, por meio de técnicas e práticas de empreendedorismo, auto investimento e para atrair investidores. Qualquer indivíduo que não siga essas diretrizes corre o risco de empobrecer e perder sua identidade, autoestima e credibilidade. Já no caso das universidades estadunidenses e europeias, constata-se uma série de transformações, como o aumento nos custos, diminuição do suporte estatal, valorização da educação online voltada para a ampliação dos lucros. O valor da educação superior é reduzido à lógica do risco ou ganho econômico individual, em detrimento do desenvolvimento cidadão.

Wendy Brown (2017) alerta que a lógica do lucro acima de qualquer outro valor promove uma espécie de degeneração moral, ao relegar os princípios humanitários construídos ao longo da modernidade a uma posição secundária e marginal. A neoliberalização estaria retirando o ideal de liberdade da vida política e enclausurando-o no campo da vida econômica, o que leva à destruição do contrato social moderno, já que os princípios de justiça e o senso de democracia passam a ser avaliados não em si, mas de acordo com a possibilidade de se obter ganhos econômicos a partir deles.

Ao diferenciar o liberalismo contemporâneo do clássico, Brown (2017) nota que há diferenças significativas. A primeira é justamente que, para Adam Smith, o pai do liberalismo clássico, as esferas da política e da moral têm autonomia sobre a econômica, o que, como vimos, não ocorre no neoliberalismo, uma vez que os valores democráticos são empregados na vida cotidiana de maneira pragmática, e não como um fim em si mesmo. Ademais, o *homo oeconomicus* contemporâneo procura fortalecer seu posicionamento no mercado competitivo e

aprecia o valor da competição, sendo, portanto, mais do que uma figura baseada nas trocas comerciais e no interesse, tal como era descrito o homem moderno. A terceira diferença observada é que o capital financeiro prevalece sobre o capital produtivo, enquanto o homem, na perspectiva liberal clássica, estava mais preocupado em investir neste.

A crítica ao neoliberalismo, todavia, não pode nos levar a incorrer na visão maniqueísta de que, se este sistema é marcado pelo aumento da competitividade e descartabilidade do *homo oeconomicus*, não significa que o modelo anterior, fundador do Estado do Bem-estar Social, tinha como objetivo último a inclusão de todos dentro de uma sociedade sem classes e sem desigualdades. Na realidade, as democracias estabelecidas no pós-2ª Guerra foram, em grande medida, grandes aliadas da burguesia para a manutenção de seus privilégios. Todavia, o que as difere do liberalismo atual é que sempre carregaram a promessa de promover inclusão, igualdade, liberdade e soberania popular, enquanto a ideologia neoliberal procurou naturalizar as desigualdades, se eximindo das responsabilidades de minimizar os seus efeitos nocivos.

Na sua obra mais recente, intitulada *Nas ruínas do neoliberalismo*, Wendy Brown (2019) radicaliza a crítica a essa doutrina. Com a ascensão de governos autoritários de extrema direita, Brown constata que a racionalidade neoliberal, ao reduzir o espaço para o exercício da democracia, preparou o caminho para a ascensão de forças conservadoras na segunda década do século XXI. Segundo ela, o neoliberalismo e o neoconservadorismo são comumente apresentados como duas forças separadas que caminham paralelamente; contudo, é possível notar, a partir da última década, que, embora emanem de diferentes fontes e tenham propósitos distintos, elas se complementam e se misturam, formando uma espécie de “hibridismo genealógico”.

As medidas de austeridade, em uma frente, destroem o “social”, ou seja, “o local onde somos mais que indivíduos ou famílias” e onde, “em meio às nossas diferenças e distâncias, experimentamos a possibilidade de um destino comum”, enquanto povo de uma nação. Isso se dá, por exemplo, com a “privatização mercadológica da seguridade social”, a transferência da responsabilidade de prover educação e saúde do Estado para as famílias, em decorrência do desfalecimento do bem-estar social. Dito de outra forma, ao passo que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado, ela é “familiarizada” de outro. Margareth Thatcher, ex-primeira ministra britânica, pioneira na implementação de políticas de desregulamentação do mercado na Europa, reproduz, inclusive, a máxima hayekiana que prega o desmatelamento da sociedade: “não existe tal coisa como a sociedade, há apenas indivíduos e famílias” (BROWN, 2019, p.141). Cabe ressaltar, no entanto, que aqueles que conseguem arcar com esses custos

são, em maioria, as famílias brancas de classe média chefiadas por homens (BROWN, 2019, p.22).

Em outra frente, a desregulação do mercado e a integração financeira são acompanhadas pelo encolhimento do “político”, “o teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (BROWN, 2019, p. 68), o espaço garantidor de que o governo não é apenas para o povo, mas pelo povo, partilhando o poder com a burocracia estatal. A precarização do político pode ser ilustrada pela forma como são organizadas as instituições supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial: apresentadas como neutras e despolitizadas, transmitem a imagem de serem gestadas por um modelo pautado na tecnocracia. Dessa maneira, cálculos racionais e leis universais e supranacionais tomam o lugar da deliberação e da contestação.

Wendy Brown conclui que o sufocamento da democracia foi fundamental - e não incidental – para a disseminação do programa neoliberal. Não obstante, a implementação do mesmo gerou efeitos não previstos pelos seus idealizadores. A tecnocracia, por exemplo, diferentemente do que os ordoliberalis apregoavam, nunca foi, de fato, posta em prática, devido à necessidade, por um lado, de atender os interesses dos doadores de fundos para campanha política e, por outro, de acalmar os ânimos dos eleitores enraivecidos, ávidos por transformações, recrudescendo a cultura política de troca de favores.

Embora o objetivo dos precursores do neoliberalismo fosse rebaixar a democracia, (entendida nos moldes estabelecidos por Wendy Brown) e exaltar a moral tradicional como forma de assegurar as liberdades individuais e de produzir indivíduos politicamente pacificados, na prática, o que se viu foram cidadãos abandonados pelo Estado, vulneráveis a mobilizações nacionalistas e demagógicas. A moralidade tradicional, “ao invés de integrar a vida social e a conduta de modo espontânea, são politizadas, transformadas em tática e comercializadas”, tornando-se um grito de guerra, muitas vezes esvaziado de substância e instrumentalizado para fins políticos. Os religiosos mais fervorosos abandonam suas crenças quando a situação política o exige, emitindo discursos de ódio contra alteridade não-branca, LGBTQ e secular. Os valores morais, pois, se tornam coerção, e não coibição, como imaginava Hayek, causando divisões na sociedade, rompendo os laços sociais (BROWN, 2019, p.102).

As privatizações subvertem o bem comum, gera e legitima a desigualdade, a exclusão, a apropriação privada dos bens públicos e a plutocracia. Nesse sentido, a ação estatal é direcionada em prol dos interesses de setores do mercado financeiro e da indústria, distanciando-se da proposta teórica de um Estado cujas instituições políticas funcionariam de

forma a estimular a competição e a estabilizar o capitalismo. Longe de se apequenar em meio ao avanço do domínio do privado, o Estado expande o seu papel coercitivo, endurecendo as leis e reforçando os dispositivos de segurança policial e militar. A função do Estado se limita a proteger o capital privado, assegurando as altas taxas de lucro, através da redução dos direitos sociais e trabalhistas, concomitantemente à ampliação dos direitos de concorrência. As forças nacionalistas de direita exacerbam essa exigência e recorrem ao estatismo para repelir reivindicações políticas de igualitarismo, diversidade e pluralismo. Por conseguinte, a concepção de direito é alterada, passando a valorizar o Direito Penal e o Empresarial, em detrimento do Constitucional. A respeito das instituições políticas liberais, Hayek havia vislumbrado um Estado no qual os poderes estivessem limitados e separados. Contudo, “o que se vê é o Judiciário legislando, o Legislativo traçando políticas públicas e o Executivo emitindo decretos para contornar ambos” (BROWN, 2019, p. 104). Em resumo, o que se verifica é que todos esses fatores culminaram em um movimento em favor de um liberalismo autoritário ou de um moralismo autoritário. Para eles, não está em jogo o enfraquecimento do Estado. A meta permanece a mesma: limitar o seu alcance no tocante à regulação do mercado e à promoção de igualdade política.

Para compreendermos as dinâmicas específicas da relação entre neoliberalismo e democracia na América Latina, precisamos adicionar um elemento a essa discussão. Evelina Dagnino (2004) argumenta que, na maioria dos países da região, uns em maior e outros em menor grau, houve uma “confluência perversa” entre, de um lado, o projeto neoliberal e, de outro, o projeto democratizante. Ocorre que uma fatia significativa desses países havia passado por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e de 1980 e isso produziu movimentos políticos bastante engajados no processo de redemocratização. A partir sobretudo dos anos 1990, o modelo neoliberal se dissemina na região mitigando grande parte desse potencial democrático, pois essa amálgama entre práticas neoliberais e práticas democráticas criou uma ordem aparentemente inclusiva, pois os movimentos sociais têm maior espaço de participação, mas que, na verdade, funciona numa lógica mercadológica, que vai de encontro a princípios fundamentais da Constituição Cidadã de 1988.

Por isso, Dagnino defende que essa confluência entre o projeto neoliberal e o democrático é perversa, afinal o resultado disso é a formação de “um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar”. O risco real dessa convergência, que pode ser observado na prática, é que a sociedade civil seja colonizada pelo mercado, mediante os próprios canais democráticos criados. A autora exemplifica esse fato ao analisar o papel

político exercido pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que, ao longo dos anos 1990, foram se dissociando dos movimentos sociais e se aproximando das agências internacionais que as financiam e do Estado que as contrata como provedoras de serviço. Assim, a representatividade dessas ONGs passou a ser cada vez mais tributária do vínculo orgânico que possuía com a sociedade civil no passado, mas que foi se perdendo com o avanço do projeto neoliberal, a ponto de, no presente, este vínculo já praticamente não existir mais. Dessa maneira, a argumentação de Evelina Dagnino converge com a de Wendy Brown, ao perceber o caráter antidemocrático do neoliberalismo, mas a análise da autora brasileira se atém às particularidades da América Latina, que passou por um processo recente de democratização.

1.3. **Ano de 2008: marco da crise do modelo neoliberal?**

Em julho de 2007, foram dados os primeiros sinais de que a economia estava mergulhando em período de desaceleração alarmante. A queda brusca do índice Dow Jones, que mede as motivações financeiras do mercado estadunidense, cujas oscilações impactam as economias capitalistas ao redor do mundo, era um sintoma de que o capitalismo global estava entrando em um período longo de recessão. Um ano depois, o caos se instaurou com a falência do Lehman Brothers, um banco de investimentos e provedor de serviços financeiros a diversos países, como sede em Nova Iorque, tornando evidente que a crise viria a adquirir dimensão global.

De acordo com o economista francês François Chesnais (2010), 2008 foi um marco porque interrompeu um período de mais de 50 anos de acumulação quase que consecutivo, o mais longo da História do capitalismo. A causa primeira dessa interrupção foi a superacumulação das capacidades produtivas, cujo sintoma mais facilmente notado foi a superprodução de mercadorias. A crise teve início em setores e indústrias específicas e, por contágio, os demais acabam por sofrer do mesmo mal com o tempo. Em 2007 e 2008, os mecanismos de endividamento começam a ser freados, contraindo o acesso ao crédito, agravando a situação já alarmante. Durante as duas décadas anteriores, o endividamento havia sido a ferramenta utilizada pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para dar sustentação à expansão de suas economias. Desde 1998, com a crise asiática, o modelo de crescimento dos Estados Unidos foi construído quase que inteiramente sobre o endividamento das famílias, das pequenas e médias empresas e das coletividades locais.

Mark Blyth (2017) explica que, durante os anos 1990 e 2000, os bancos facilitaram o acesso aos créditos de maneira desordenada. Ocorria, por exemplo, que um banco podia emprestar para um cliente e vender a dívida desse cliente para outra instituição financeira. Isso reduz o risco de calote e, conseqüentemente, serve de estímulo para conceder mais créditos, o que provocou uma “corrida aos bancos” para a retirada de dinheiro por parte dos clientes. Não tendo reserva de capital suficiente, os bancos foram obrigados a pegar empréstimos, inflando a bolha financeira que viria explodir em 2008.

Além disso, no início dos anos 2000, muitas hipotecas, usadas como garantias do pagamento dos empréstimos, eram de qualidade duvidosa, isto é, o devedor forjava as declarações de rendimento para conseguir os empréstimos. Os credores não queriam registrar essas hipotecas em seus balanços para não “sujar” o nome da empresa, mas para não perder o cliente, criavam outras empresas de fachada, que recebiam essas hipotecas. Isso se tornou um problema generalizado que rebaixou o valor dos imóveis.

Os bancos, por sua vez, perderam seu poder de financiamento e decretaram falência, evaporando a confiança do mercado. Essa análise de Blyth (2017) é particularmente pertinente, porque nos mostra que a crise de 2008 não foi gerada por gastos públicos excessivos, como os defensores da austeridade preconizam; foi um problema causado pelo setor privado. A responsabilidade do Estado na geração da explosão da bolha financeira está mais centrada na sua inação do que no seu desempenho ativo para controlar os mercados. Foi, pois, a diminuição do papel econômico dos governos e a primazia do setor financeiro os fatores que desencadearam a depressão econômica.

Para Michael Roberts (2005), os efeitos de 2008 foram de tamanha duração e alcance que seria mais apropriado entender tal desaceleração econômica como um fenômeno maior do que uma simples recessão. A conclusão do autor é que vivemos uma longa depressão, o que equivale a dizer que as economias cresceram a nível bem abaixo das taxas anteriores (em total e per capita) e abaixo da média no longo prazo, impactando fortemente os índices de emprego, investimentos e lucros. “Diferentemente da recessão, a depressão ocorre quando o ciclo de inovação fica saturado, quando a produção e o preço das commodities caem de forma contínua, quando a inflação se torna deflação etc.” (ROBERTS, 2015, p.04). Enquanto a recessão ocorre tecnicamente quando o PIB sofre contração em dois trimestres consecutivos, na depressão, o declínio do PIB excede 10 pontos percentuais ou excede o período de três anos de quedas consecutivas.

A História nos ensina que o capitalismo já enfrentou duas grandes depressões: a primeira entre 1873 e 1897 e a segunda durou de 1929 a 1939, das quais só foi possível sair

através uma revolução tecnológica e uma mudança no ciclo econômico resultantes da ação política. A reversão de um quadro de depressão econômica não se dá de forma natural e espontânea; é preciso que os governos tomem medidas concretas para superá-las.

Ironicamente, a solução para evitar o colapso dos bancos, em 2008, veio do Estado, que promoveu uma das maiores intervenções na economia já existentes na História, em proporções não muito diferentes da que Lenin conduziu na Revolução Russa, na perspectiva de Blyth (2017). Os resultados, contudo, foram inversos: o comunismo russo reduziu drasticamente o nível de desigualdade social, enquanto a política de salvamento dos bancos em 2008 elevou consideravelmente o abismo entre ricos e pobres em todo o mundo. A socialização dos “créditos podres” levou a um novo aumento da dívida pública. Nesse contexto, se formou uma rede de solidariedade entre os Estados em favor dos investidores para evitar a elevação geral das taxas de juros dos títulos públicos.

Mais do que o estopim para uma depressão econômica, esse cenário acabou por desencadear também em uma crise de ideias (BLYTH 2017), pois todo o manual de instrução das teorias econômicas hegemônicas desde os anos 1980 foi por água abaixo. Afinal, todo receituário advogado por Hayek, Friedman e os ordoliberalis não produziria nenhuma resposta concreta para a retomada do crescimento econômico. Ainda que os ordoliberais entendam que a função do Estado é corrigir as falhas do mercado, não é possível conceber que os efeitos de 2008 são tão somente resultados de equívocos; na realidade, são consequências acarretadas por um sistema que privilegia a total liberdade do mercado. A ilusão de conciliação entre democracia e capitalismo parece, então, estar se esgotando e tal projeto de estabilidade no longo prazo nas disputas entre demandas democráticas e demandas por acumulação de capital se mostrou um projeto utópico (STREEK, 2012).

Diante de tal cenário, alguns autores se anteciparam ao anunciar que o neoliberalismo estaria em crise e que seus dias estariam contados, contudo, essa análise se mostrou precipitada. Após o salvamento dos mercados, a austeridade continuou ocupando a agenda de grande parte dos governantes, que persistiram na falácia de que a crise era fruto do “excesso de Estado” e a solução para superá-la seria reduzir gastos (DARDOT e LAVAL, 2016). No entanto, ficou notório, em 2008, que a austeridade é uma proposta imoral e ineficiente, no longo prazo, pois requer que os pobres, que são mais dependentes do Estado do Bem-Estar Social, paguem pelos danos provocados pelos ricos. Ademais, se todos os agentes econômicos do mundo cortarem gastos juntos, a renda total de todos diminui e a dívida aumenta, porque não haverá consumo suficiente para reaquecer a economia (BLYTH, 2017).

Com relação aos países que examinaremos nesta dissertação, Venezuela e Brasil,

existia a esperança de que se manteriam imunes ao seu efeito perverso da crise, já que os países industrializados foram mais fortemente afetados de início, sem que isso refletisse, em grandes proporções, nos países emergentes, a ponto de o presidente Lula chamar a crise de uma “marolinha”. Sem embargo, a partir de 2013 e 2014 o quadro se reverteu e a esperança chegou ao fim. Esse fato, como já mencionamos, é relevante para compreendermos as adversidades enfrentadas por Nicolás Maduro e por Dilma Rousseff, que governam em tempos de depressão econômica, ao contrário de seus antecessores.

1.4. Um debate sobre instabilidade presidencial e sobre a “onda rosa”

Na região sul-americana, o debate acerca da destruição do “social” e do “político”, que deriva, segundo Brown, das políticas neoliberais, precisa ser adaptado às condicionantes históricas desses países, uma vez que muitos deles já haviam passado por esse processo antes mesmo da ascensão da hegemonia neoliberal. Com a instauração de regimes militares de caráter ditatorial nos anos 1960 e 1970, foram dirimidas as liberdades individuais fundamentais, fomentou-se a moral tradicional e lançou-se mão de políticas ortodoxas que resultaram na ampliação das disparidades entre as classes que ocupam os extremos da pirâmide social. Não obstante o retorno da democracia liberal nesses países tenha criado um horizonte de expectativas em torno da construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa, o caráter rudimentar das instituições políticas recém-criadas e as disputas entre as elites, que historicamente têm demonstrado pouco apreço aos valores democráticos, provocou uma série de quedas presidenciais em vários países. Desde o fim das ditaduras até 2003, segundo Kathryn Hochstetler (2007, p.9), 40% dos presidentes eleitos foram contestados¹⁰ e 23% deles tiveram seus mandatos interrompidos, dos quais uma parcela significativa estava envolvida em casos de corrupção, possuía apoio minoritário no Parlamento, além de terem adotado políticas de caráter neoliberal (HOCHSTETLER, 2007, p.9).

O envolvimento em casos de corrupção e a inclinação ao neoliberalismo seriam os fatores responsáveis por reduzir a popularidade dos mandatários e por provocar mobilizações contrárias à permanência dos mesmos no poder. Suzan Strokes (2004, p.84) observou que uma quantidade considerável de presidentes na América Latina, nos anos 1990, cometeram estelionato eleitoral (*policy-switch*), isto é, adotaram políticas distintas, ou até mesmo opostas, àquelas defendidas no momento da campanha eleitoral. A autora analisa com maior

¹⁰ Contestação é aqui definida por Kathryn Hochstetler (2007, p.11) como “ação concreta no sentido de convencer o presidente a renunciar”.

profundidade os casos dos presidentes Carlos Andrés Pérez, na Venezuela; Alberto Fujimori, no Peru, e de Carlos Menem, na Argentina. Os três cometeram estelionato eleitoral ao pôr em prática medidas de desregulamentação da economia que causaram impacto socioeconômico negativo, sobretudo para as classes populares, e isso, segundo a autora, teria sido um fator determinante para queda da popularidade de seus governos e para a posterior interrupção de seus mandatos.

O baixo apoio no Legislativo por parte dos presidentes, por sua vez, pode, além de pôr fim aos seus mandatos precocemente, impedi-los de ter um instrumento institucional importante para se proteger de uma possível ameaça popular. Os protestos de rua, pois, constituem um elemento chave para catalisar os processos de derrubada de presidentes. O caso da queda de Fernando Collor, no Brasil, é ilustrativo, visto que as mobilizações promovidas pelos “caras pintadas” intensificaram as pressões que levaram à renúncia do chefe do Executivo no país (SALLUM; CASARÕES, 2011).

Uma vez que estamos investigando as causas das quedas presidenciais, torna-se relevante definiro que queremos dizer com esse termo. Tomemos como referência as palavras de Hochstetler (2007, p. 11): “a expressão queda presidencial é utilizada (...) todas as vezes em que presidentes eleitos deixaram o cargo antes de completar seus mandatos, quer tenham renunciado ou sofrido impeachment, ou tenham sido forçados, de alguma forma, a deixar o cargo”. Nesse sentido, a aprovação de impeachment não foi a única estratégia usada para destituir presidentes. Podemos identificar também ocasiões em que se alegou abandono de cargo (na Venezuela em 1993 e no Equador em 2000); outras cuja justificativa se pautava na argumentação subjetiva de que o presidente era imoral (no Peru, em 2000); e, ainda, casos nos quais julgou-se que o mandatário carecia de capacidade mental (no Equador, em 1997) para exercer suas funções, sem que nenhum diagnóstico médico tenha sido anexado ao processo (HOCHSTETLER, 2007).

O descontentamento com o modelo estatal neoliberal, que promovia grande concentração de renda, levou à ascensão de movimentos sociopolíticos que se apresentavam como alternativas às elites políticas defensoras da desregulamentação do mercado. A primeira força política que chegou ao poder justamente se contrapondo explicitamente às diretrizes da ideologia do livre mercado foi Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999. No Brasil, Lula venceu as eleições de 2002, tendo sido um dos líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), um histórico defensor da promoção de políticas em favor da redução das desigualdades sociais, mediante a

ação do Estado¹¹.

A emergência de forças políticas progressistas se deu em diversos países da região, a ponto de, em 2009, 2/3 dos mesmos serem governados por governos “rosas”¹². A cor rosa é uma alusão ao vermelho, cor símbolo da esquerda marxista revolucionária, só que em um tom mais suave, uma metáfora que simboliza o caráter pouco ou nada revolucionário dos governos de centro-esquerda que ascenderam ao poder na América Latina no fim dos anos 1990 e no início do século XXI. Em outras palavras, a esquerda que, antes do enfraquecimento do socialismo real ao longo da década de 1980, se alinhava com o marxismo revolucionário passou a defender o aprofundamento da democracia liberal, perdendo de vista o horizonte ideológico de superação do capitalismo. As demandas desses atores políticos passaram a centrar-se na distribuição de renda e riqueza, dando voz a grupos desprivilegiados no processo político - por motivos de classe, gênero e raça - e rejeitando a ideia de um mercado totalmente desregulado.

Esse fenômeno adquiriu diferentes denominações: “maré rosa” (PANIZZA, 2005), “ciclo político progressista”¹³ (SOARES, 2008) e “onda rosa” (SILVA, 2011). Essas análises convergiam na noção de que esses governos de centro-esquerda representaram um freio ao avanço neoliberal. Levitsky e Roberts (2011) assinalam que havia dois pontos em comum entre eles: (1) a institucionalização das formas de contestação democráticas sob a condição de extrema desigualdade socioeconômica em ambiente internacional relativamente permissivo e (2) o comprometimento com um modelo de desenvolvimento mais equalitário.

Os governos progressistas, de acordo com Coutinho e Soares (2007), promoveram uma coordenação política mais eficiente do Estado no que concerne aos conflitos de interesse entre setores do mercado e segmentos populares. Foi formado um quadro institucional, que incluiu grupos subalternos por meio da promoção de políticas sociais e, em alguns países andinos, por meio da criação de mecanismos de participação direta. Os Andes talvez sejam a expressão mais clara do “signo de inclusão”, que marca o ciclo progressista, com a aproximação do Estado a uma parcela da sociedade tradicionalmente excluída das decisões políticas, mas que há muito estava mobilizada reivindicando direitos: a parcela formada pelos

¹¹ Cumpre pontuar que, antes mesmo de assumir a presidência, Lula já sinalizava para o mercado que não faria grandes transformações na política macroeconômica herdada do governo anterior.

¹² Hugo Chávez (1998); Ricardo Lagos, no Chile (2000); Lula (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vasquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Daniel Ortega, na Nicarágua (2006); Rafael Correa, no Equador (2006); Fernando Lugo, no Paraguai (2008) e Mauricio Funes, em El Salvador (2009).

¹³ Devido à complexidade do conceito de “ciclo político”, optamos por não debater a sua definição pois demandaria espaço e tempo maiores do que temos disponíveis e por achar que o conceito não é fundamental pra compreender a argumentação que aqui estamos propondo.

povos originários (COUTINHO; SOARES, 2007, p.15).

Mesmo no caso do Brasil, Chile e Uruguai, onde houve mais continuidades do que mudanças no que diz respeito à agenda de reformas macroestruturais, houve ajustes no sentido de adaptar-se ao novo ciclo. Interrompeu-se o processo de redução e enfraquecimento do Estado ao passo que foram introduzidas inovações que satisfaziam anseios dos segmentos populares. Ademais, os ares democráticos que moviam a “onda rosa” tornaram o clima mais propício para “retirar os entulhos deixados pelos regimes militares”. Chile, Uruguai e Argentina resolveram discutir o passado autoritário, diferentemente do Brasil, onde a questão é quase que um tabu.

Essas inovações democráticas, algumas das quais já haviam sido iniciadas na década de 1990, seriam impensáveis dentro dos marcos de uma política externa voltada para atender aos interesses dos Estados Unidos. Dessa maneira, não é possível entender as mudanças no âmbito doméstico sem compreender as dinâmicas de integração regional que se produziram, criando mecanismos de cooperação e coordenação entre os países vizinhos que tinha como norte um desenvolvimento comum entre eles. Essa aproximação, todavia, não foi fruto de uma simples evolução natural movida por condicionantes estruturais e/ou culturais, mas foi resultado de decisões tomadas pelos próprios atores políticos, que reconheciam os vínculos possibilitados por aquelas condicionantes. Dito de outra forma, por mais que os problemas socioeconômicos estruturais existentes e o passado colonial propiciassem que essas nações tivessem interesses em comum, essa aproximação só ocorreu porque os atores envolvidos tomaram ações que caminhavam nesse sentido (COUTINHO; SOARES, 2007, p.16).

Enfim, Soares (2008, p.6) conclui que, no ciclo progressista, criou-se uma “combinação esdrúxula de políticas macroeconômicas ortodoxas, com agenda social e política externa heterodoxa”. Essas transformações, longe de significar uma volta ao passado nacional-desenvolvimentista, representava, na verdade, uma reorganização do Estado com o intuito de atender demandas contemporâneas. Cada país à sua maneira, reexaminou as políticas de privatizações, impedindo o seu avanço, bem como reviu as iniciativas de abertura comercial e de reformas previdenciárias e trabalhistas (COUTINHO e SOARES, 2007, p. 16).

Na mesma linha, Pereira da Silva (2011) compreende que as esquerdas latino-americanas do início do século XXI, conceberam a “crise de hegemonia das políticas neoliberais” como uma janela de oportunidades para produzir discursos em favor da recuperação do papel do Estado no que tange à coordenação das políticas públicas e à condução da economia, ainda que não tivessem claramente projetos de desenvolvimento radicalmente distintos em relação a seus predecessores. O cientista político ressalta que as

forças políticas que ascenderam ao poder foram capazes, pelo menos, de propor reformas às ideias e políticas neoliberais que vinham sendo adotadas por governos anteriores (PEREIRA DA SILVA, 2011, p.166).

Tal qual Coutinho e Soares (2007), Pereira da Silva (2011) nota que essas forças políticas que compunham o “ciclo progressista” ou a “onda rosa” apresentavam diferenças no que tange, segundo ele, às suas raízes históricas, ao comprometimento com a participação popular e ao modo como se contrapuseram ao neoliberalismo. O cientista político propôs, para fins analíticos, categorizar os governos progressistas em dois grupos: o dos “refundadores” e dos “reformadores”. Os primeiros eram mais audaciosos no embate ao modelo neoliberal, procurando “refundar” as instituições estatais, do sistema político-partidário e reconfigurar a sociedade. O chavismo na Venezuela pode ser enquadrado dentro dessa corrente mais radical, como veremos no capítulo 2. Os reformadores, em contrapartida, mantiveram uma postura “defensiva”, tendo dificuldades para gestar alternativas mais efetivas, desenvolvendo, por isso, projetos “híbridos”, que combinavam elementos de ortodoxia macroeconômica neoliberal com políticas de redistribuição de renda. Este foi o caso do lulismo no Brasil. Discorreremos mais sobre isso no decorrer do capítulo 3.

Apesar de parte considerável dessa literatura compreender os governos de centro-esquerda dos anos 2000 representaram uma ameaça à hegemonia neoliberal, existe um grupo de autores que compreende o fenômeno de uma perspectiva distinta. Defendem a ideia de que a “onda rosa”, na prática, não rompeu com os preceitos neoliberais e, por conseguinte, acabaram abdicando de bandeiras históricas que poderiam conduzir a emancipação das classes populares. No lugar disso, ocorreu a inclusão de setores populares na sociedade do consumo, por meio da ampliação do crédito, do emprego e de políticas sociais que seguiam a lógica da financeirização (LAVINAS, 2014).

Lavinas (2014) argumenta que o aumento nos gastos sociais na América Latina durante os anos 2000 teve como destino, prioritariamente, os programas de transferência monetária condicionada, em detrimento dos investimentos em serviços públicos universais. Os gastos com a provisão de saúde pública, por exemplo, tiveram um aumento de apenas 1% entre 1990 e o final da década de 2000 e as políticas de acesso à moradia e a saneamento básico revelam um quadro de quase estagnação (CEPAL, 2012).

Os programas de transferência de renda, por seu turno, incidiram positivamente no combate à pobreza extrema, mas não apresentam mecanismos capazes de alterar de maneira efetiva a estrutura social. Esses “mínimos monetários” são financiados através de tributos indiretos que incidem sobre toda a população, tendo, pois, caráter regressivo e de pouco

impacto na redistribuição de renda. Ademais, tais programas comprometiam uma parcela muito pequena do PIB nacional – no caso do Bolsa Família, os gastos não passam de 0,6% do PIB (LAVINAS, 2014, p. 20).

Os “mínimos monetários” somados à expansão do acesso ao crédito resultaram na manutenção da lógica de securitização privada, que atribui ao indivíduo e às famílias a segurança socioeconômica, estimulando valores neoliberais como o empreendedorismo e o individualismo. Emprestou-se dinheiro aos mais pobres, supondo-se que o indivíduo sairia dessa situação de privação, tornando-se empreendedor, um empresário de si mesmo (DOMINGUES, 2017, p. 68).

Lavinas (2014) aponta, ainda, que não há contradição entre as ideias de Frederick Hayek e Milton Friedman e a provisão de renda mínima àqueles comprovadamente pobres, conquanto tais medidas estejam direcionadas para a correção de falhas no mercado, potencializando-o. Domingues, inclusive, diagnostica um sintoma de que os programas de transferência monetária condicionada não desafiam o ordem liberal: o apoio a tais políticas por parte do Banco Mundial, a principal instituição na propagação desse ideário junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (DOMINGUES, 2017, p.63).

Em decorrência disso, o autor propõe que esses governos de centro-esquerda sejam categorizados como “social-liberais”. Domingues (2017) entende que o social-liberalismo não se opõe ao neoliberalismo, mas que compartilha com ele muitos elementos e perspectivas, como a noção de empreendedorismo e de individualismo. Contudo, não se limita em reafirmar o mercado e o racionalismo da empresa em todas as dimensões. O social-liberalismo, ao incorporar setores sociais no mercado de consumo, deu uma “face humana” ao neoliberalismo, causando a falsa ilusão de que a atuação dos governos progressistas teria um caráter antiliberal. A propósito, o grande motor da redução das desigualdades sociais, durante os primeiros anos do século XXI, não foram os recursos financeiros concedidos aos setores mais pobres, mas sim o aumento do emprego, o que, de acordo com dados da Cepal (2012), explicaria $\frac{3}{4}$ do recuo da pobreza na região.

Portanto, a conclusão a que chegamos é que a ascensão recente de governos progressistas na América Latina é um fenômeno complexo, que se relaciona de maneira ambígua com o neoliberalismo. Por um lado, não parece plausível classificá-los como anti-neoliberal, uma vez que a lógica macroeconômica ortodoxa ditada pelo Consenso de Washington, que apregoa a liberalização dos mercados, não foi abandonada. Lógica essa que reduz o potencial democratizante do Estado, por reduzir sua capacidade de agir com o fim de promover “igualdade política”, no sentido atribuído por Brown (2019). Mas tampouco seria

condizente com a realidade qualificá-los de neoliberais, tendo em vista que muitas decisões políticas tomadas pelos atores políticos no âmbito doméstico caminhavam na direção de reconstruir – ou, ao menos, frear a destruição de - parte do “social” e do “político”, duas instâncias negativamente afetadas pela prática neoliberal, segundo Brown (2019). Como exemplos, podemos citar a contenção do avanço da política de privatizações; a criação de programas sociais que visam à diminuição dos abismos sociais, das desigualdades étnico-raciais e de gênero; a formulação de um desenho institucional, que incluía mecanismos de participação direta, nos casos de alguns países andinos, incluindo a Venezuela; dentre outros.

Com o tempo, essas contradições passaram a causar descontentamento sobretudo em setores das classes médias e altas, o que somado aos efeitos deletérios da crise de 2008 e da desaceleração da demanda chinesa criaram um ambiente desfavorável para os governos progressistas. Testemunhamos, no momento, a ascensão de uma série de forças políticas de direita, dentro delas, algumas que reproduzem um discurso profundamente anti-democrático, com forte teor religioso e conservador. Pereira da Silva (2018, p.170) defende, inclusive, que podemos estar observando a formação de uma “maré de direita”, que é:

Uma nova releitura do liberalismo e do conservadorismo latino-americanos (as duas famílias ideológicas tradicionais no pensamento e na política da região desde o século XIX), mesclando elementos de individualismo/empreendedorismo, discurso religioso, pretensa gestão técnica (“desideologizada”), antiestatismo e nacionalismo (PEREIRA DA SILVA, 2018, p.170).

1.5. O neogolpismo na América Latina e sua articulação com o neoliberalismo.

O ano de 2009 parece ter sido o momento em que a onda rosa começa a se dissipar devido, dentre outros motivos, ao “neogolpe” hondurenho. Tanto em Honduras, quanto no Paraguai e no Brasil, a direita conservadora assume o poder após os impeachments de Manuel Zelaya, Fernando Lugo e Dilma Rousseff, respectivamente, concebidos por parte considerável da literatura como golpes. O conceito de golpe de Estado tem adquirido feições distintas ao longo da História, após o seu surgimento no século XVII, quando era usado em referência aos movimentos palacianos que, no contexto do absolutismo, eram executados pelos soberanos para ampliar o seu poder. Com o advento do Estado burguês, o termo passa a ser empregado para descrever uma ação conduzida por um número maior de pessoas para tomar o poder legítimo de outrem. Ao longo do século XX, os golpes passam a ser mais comumente conduzidos por militares ou juntas militares, como foram aqueles ocorridos na América Latina nos anos 1960 e 1970 (BIANCHI, 2019).

O que torna todos esses eventos, ocorridos em espaços e tempos tão distintos, passíveis

de serem classificados dentro da mesma categoria é o fato de provocarem “uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2019, p.58).

No século XXI, as estratégias golpistas se tornam mais sofisticadas. Os casos da deposição do presidente hondurenho Manuel Zelaya, em 2009, e do paraguaio Fernando Lugo, em 2012, são paradigmáticos. Zelaya foi eleito com a expectativa de conduzir um governo de direita, mas cometeu *policy-switch* ao se alinhar com o chavismo, acarretando a perda do suporte de aliados importantes dentro da coalizão governista, fragilizando as alianças partidárias no Parlamento e enfraquecendo as condições de governabilidade. O Partido Liberal (PL), por exemplo, era um importante aliado, que se voltou contra o governo quando a crise política começou a atingir proporções maiores (PREGO; SOLER, 2019).

O estopim foi a convocação pelo governo de uma pesquisa de opinião para a convocação da Assembleia Constituinte. Em retaliação à proposta, interpretada pela oposição parlamentar como uma manobra para Zelaya se perpetuar no poder, o Congresso, presidido por um dos maiores adversários do presidente, conseguiu aprovar um impeachment. A justificativa usada era a de que a iniciativa de reescrever a Constituição representava abuso de autoridade; argumentou-se, ainda, que o chefe do Executivo não havia enviado ao Parlamento o *Proyecto de Presupuesto General de Egresos e Ingresos de la República*, documento no qual são relatadas as movimentações fiscais do governo; além disso, os congressistas rechaçavam o fato de Zelaya ter destituído do cargo o general Romeo Vásquez Velásquez (PREGO; SOLER, 2019, p.42).

O Judiciário teve papel crucial para a execução do golpe. A Corte Suprema não se posicionou durante o processo de impeachment, no qual Zelaya não teve todas as possibilidades de defesa asseguradas, tendo sido violado o processo legal e o amplo direito de defesa, ao ter sido negada a possibilidade de que os atos fossem julgados por um juiz. Ademais, a Corte Suprema de Justiça, após aprovado o impedimento, ordenou a captura e a expulsão do ex-presidente pelos delitos de traição à pátria, abuso de autoridade, usurpação de funções, dentre outros.

As Forças Armadas atuaram de maneira subsidiária nesse processo, sendo encarregada de executar a ordem judicial de prender e deportar Zelaya à Costa Rica, não tendo o protagonismo que exercera no golpe militar de 1963, que suspendeu o regime democrático (PREGO; SOLER, 2019, p.42).

Fernando Lugo, no Paraguai, foi destituído de modo parecido, motivado pela

necessidade das elites de inibir um processo de radicalização democrática que limitaria a capacidade de imposição dos interesses das classes dominantes. O governo de Lugo, em dado momento, passou a representar um obstáculo para a ampliação da capacidade econômica de certas frações do capital, perdendo rapidamente após a eleição o apoio da mídia comercial e, mais tarde, de uma parcela significativa dos grupos que formavam a coalizão governista (NIKOLAJCZUK; SOLER, 2017).

O evento chave para entender o início do processo de destituição de Lugo é o Massacre de Curuguaty, que impactou negativamente a imagem do presidente, fragilizando o capital político que detinha para se manter no poder. O massacre foi resultado de uma operação da Polícia Nacional com o intuito de desalojar um grupo de camponeses sem terra, na qual 11 camponeses e seis políticos morreram. A mídia comercial disseminou rumores de que os camponeses e o governo estariam formando uma aliança para suprimir direitos de propriedade dos produtores agropecuários e criou narrativa de que o presidente era incapaz de resolver os conflitos de maneira pacífica (NIKOLAJCZUK; SOLER, 2017, p. 275).

O Legislativo reverberou o discurso midiático e aprovou em menos de 48 horas um processo de impeachment baseado na avaliação subjetiva de fraco desempenho do mandatário, mesmo não havendo nenhuma evidência substantiva do desrespeito às leis paraguaias (COELHO, 2016). Na votação dos parlamentares, é possível identificar argumentações de que era preciso fortalecer a democracia frente a uma “ameaça comunista”, discurso parecido com que congressistas brasileiros vieram a usar, mais tarde, no impeachment de Rousseff, no Brasil (PREGO; SOLER 2019, p. 43).

O Poder Judiciário, por sua vez, aliou-se ao movimento neogolpista. Mesmo não havendo evidências sólidas de desrespeito à Constituição por parte do mandatário, a Corte Suprema de Justiça decidiu não aceitar a ação de inconstitucionalidade apresentada pela defesa, sem nem mesmo analisá-la, sob a justificativa de que não poderia intervir no Poder Legislativo (COELHO, 2016, p.41).

No plano geopolítico, o cenário, tanto no caso de Zelaya quanto de Lugo, era ainda favorável para os governos progressistas. O primeiro contou com o apoio da OEA, dos EUA, da União Europeia, de quase todos os países da UNASUL (exceto Peru e Colômbia), do Banco Mundial e do FMI, que se posicionaram contra a deposição do presidente hondurenho. O golpe de Lugo, por seu turno, foi condenado pela UNASUL e o país foi suspenso do MERCOSUL. Porém, em nenhum dos impeachments, o escudo geopolítico foi suficiente para interromper o processo ou restituir os presidentes ao cargo.

Em 2016, na ocasião do impedimento da presidente Dilma Rousseff, conforme

examinaremos, também foi dada ao processo uma feição de legalidade, mascarando os interesses golpistas de diversos atores, incluindo o Judiciário, o Legislativo e a mídia comercial. Embora haja muitas disputas sobre possibilidade de qualificarmos esses casos de remoções presidenciais como golpes, defenderemos nesta dissertação que todos os três, incluindo o caso de Dilma, podem ser categorizados como tal. Conforme argumenta Breno Bringel (2017, p. 142), as análises que se contrapõem à afirmação de que o impeachment foi um golpe de Estado normalmente têm um olhar míope, ao enfatizar o procedimento em si, ou seja, o dispositivo jurídico do impeachment, em detrimento do processo sociopolítico mais amplo que desencadeou a destituição da presidenta. Portanto, uma pesquisa que abarque os eventos críticos que antecederam a queda de Dilma e que continuam a impactar o sistema político mesmo depois do impeachment é crucial para que possamos examinar a complexidade do caso.

Podemos notar, então, que o número de golpes militares tradicionais, isto é, aqueles que são planejados no interior das Forças Armadas, vem caindo significativamente desde os anos 2000. Parece que as elites teriam se dado conta de que um golpe militar teria um custo político muito elevado, uma vez que tradicionalmente levam à ruptura do sistema político (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Contudo, os anseios de perpetuar seus privilégios não arrefeceram.

Wanderley Guilherme dos Santos (2017) diagnostica que a América Latina pode estar passando por um novo ciclo político marcado por golpes parlamentares. Esses golpes acontecem em sistemas de democracia representativa sem romper o efeito-legalidade das instituições, mantendo a normalidade das operações rotineiras das mesmas, diferindo-se assim dos golpes militares que ocorreram em alguns países latino-americanos entre os anos 1960 e 1970¹⁴. “Nos golpes parlamentares, é a acusação de que os vencedores eleitorais violentaram as regras do exercício do poder que os conspiradores justificam a quebra das regras da competição” (SANTOS, 2017, p.32).

Aníbal Pérez-Liñán (2014, p. 36), por sua vez, aponta que essa onda contemporânea de “instabilidade política” pode estar gerando a “parlamentarização dos regimes presidenciais”, sugerindo que o uso repetido de instrumentos constitucionais para destituir mandatários se assemelha ao uso da “moção de confiança”. Tal medida consiste em uma votação, típica dos sistemas parlamentaristas, por meio da qual verifica-se se o chefe do Executivo tem apoio da maioria do Parlamento e se possui, portanto, capital político para

¹⁴ Apenas quatro casos, entre 1990 e 2012, tiveram como resultado a interrupção da democracia (COELHO, 2016, p.46)

aprovar os projetos de interesse da sua coalizão.

Em última instância, as elites passam a enxergar a destituição de mandatários como um instrumento para resolver crises políticas sem a necessidade de reconstituir por completo todo o sistema político. Sem embargo, essa estratégia, no médio e no longo prazo, não vem se mostrando efetiva, tendo em vista que a incidência de quedas presidenciais continua elevada. De acordo com André Coelho (2016, p.45), entre 1990 e 2012, 57,5% dos casos de crise presidencial não resultaram em soluções duradouras e os conflitos permaneceram.

Embora a definição do conceito de “golpe parlamentar” formulado por Santos seja adequada, o adjetivo “parlamentar” apresenta uma limitação, na medida em que destaca a centralidade do Poder Legislativo na condução do golpe, em detrimento do protagonismo de outras instituições. É notório que os meios de comunicação de massa, a indústria de *fake news* disseminada pelas redes sociais e, sobretudo, o Judiciário vêm tendo grande participação na construção desse fenômeno, ao qual preferimos denominar, portanto, de “neogolpes”. Esta denominação permite englobar os golpes nos quais o Legislativo é o principal protagonista e aqueles em que ele compartilha o protagonismo com outros atores.

Cumpramos ressaltar, ainda, que apesar dos neogolpes se diferenciarem dos golpes militares, isso não implica dizer que as forças armadas deixam de ser peças relevantes no xadrez político. Elas podem atuar ou de maneira discreta e indireta, por omissão ou neutralidade, ou mesmo de modo aberto e direto, com mobilização ostensiva. As forças armadas, pois, ainda desempenham um papel importante, mas o que mudou é que não exerce mais o protagonismo de outrora.

Por exemplo, na tentativa frustrada de tomada do poder na Venezuela, em 2002, um dos pilares de sustentação do governo de Hugo Chávez foi o apoio de setores militares. No Equador, em setembro de 2010, o então presidente Rafael Correa sofreu uma tentativa de golpe em meio à forte oposição enfrentada promovida pelas elites e por setores da polícia, que tentaram impedir parlamentares governistas de entrar no prédio do Congresso e pediam a renúncia de Correa. Nesse contexto de crise, inclusive, Correa chegou a ser vítima de uma tentativa de assassinato, porém conseguiu manter o seu cargo, apesar das pressões, em partes devido ao apoio que obteve do Exército (COELHO, 2016, p.37). Vale pontuar que tanto Chávez quanto Correa possuíam considerável apoio popular, o que de acordo com a literatura, é vital para manutenção do cargo em tempos nos quais os conflitos podem culminar em quedas presidenciais.

Assim como não podemos dizer que as Forças Armadas passaram a ser um ator marginal no cenário político, seria incorreto afirmar que, depois do declínio dos regimes

ditatoriais na década de 1980, a região teria se livrado de intervenções militares. Entre 1990 e 2012, ocorreram 11 intervenções por parte das Forças Armadas, sendo que sete delas foram mal sucedidas no que tange à retirada de presidentes legalmente eleitos (COELHO, 2016, p.26-27).

Prego e Soler (2019, p 37 e 38) utilizam o conceito de “contrarrevoluções preventivas” para explicar o funcionamento do novo golpismo. O termo cunhado pelo historiador Perry Anderson consiste no ato de anular, eliminar ou inibir, de acordo com a correlação de forças encontrada e a capacidade de impor uma nova vontade política, um processo em marcha que ainda goza de legitimidade política e que em geral aparece como uma ameaça à ordem institucional (PREGO; SOLER, 2019, p.38). Dessa maneira, o discurso da elite golpista assume o paradoxo de reconhecer que governos foram eleitos democraticamente, mas sustentam que não governam democraticamente.

Por conseguinte, inspirados no debate promovido por Tokatlian (2012), Santos (2017) e Prego e Soler (2019), formulamos a seguinte definição de neogolpe: um fenômeno do século XXI no qual se promove a derrubada de um governo eleito democraticamente, de maneira menos virulenta que os golpes militares dos anos 1960 e 1970, por meio de instrumentos do próprio ordenamento político e jurídico. O neogolpe conta com apoio implícito ou cumplicidade explícita dos militares, atores subsidiários no processo golpista, e é executado pelas elites políticas como forma de resolver algum impasse social ou político, que culmina com a ascensão da direita conservadora ao poder.

Por fim, mas não menos importante, cumpre fazer um adendo. Segundo Bianchi (2019), o uso do conceito golpe de Estado requer que seja explicitado quem é/são o(s) protagonista(s) e os meios utilizados por ele(s) que caracterizam sua ação como golpista. Sendo assim, esta pesquisa vai discutir por que o processo de deposição de Dilma Rousseff no Brasil tem sido interpretado como um caso de neogolpe e vai investigar se houve tentativas de aplicar o novo golpismo no governo Maduro. Se sim, quem foram os protagonistas desses processos e que instrumentos utilizaram para atingir seus objetivos?

1.6 A teoria agonística: uma problematização da dicotomia estabilidade\ instabilidade

Parte considerável dos autores que versam sobre quedas presidenciais e golpes na América Latina tendem a descrever a região como um palco onde se alternam momentos de estabilidade, nos quais os conflitos se arrefecem, e períodos de instabilidade, quando a temperatura das disputas sobe, trazendo à tona o risco iminente de rupturas institucionais. O Norte Global – em especial os Estados Unidos e a Europa Ocidental - seria o contraponto a

essa oscilação, haja vista que suas estruturas institucionais apresentariam certa maturidade, capaz de manter um nível elevado de estabilidade por períodos mais duradouros. A fim de problematizar essa divisão bipolar (estabilidade versus instabilidade), por vezes maniqueísta, vamos agora recorrer à teoria da democracia proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), que nos fornece elementos críticos para compreendermos a política de uma ótica “agonística”.

A fundação do pensamento agonístico data dos tempos remotos da Grécia Antiga. O conceito de *agon* surgiu para designar “uma competição (um “jogo”, como em sua origem na Grécia arcaica) entre rivais que partilham de um conjunto de regras, responsáveis por ordenar e estimular uma dinâmica relativamente amistosa” (SILVA, 2013, p.63). Embora tivesse uma inclinação ao conflito, o agonismo grego não possuía uma dinâmica beligerante na qual os participantes eram tratados como inimigos. Em vez disso, os jogadores se viam mutuamente como adversários, que conheciam e respeitavam os códigos simbólicos e morais do confronto.

O jogo se dava, a princípio, no plano físico-marcial, mas se transformou em uma disputa discursiva, já na transição do período arcaico para o clássico, atraindo um maior número de participantes:

O agonismo clássico se valia mais de palavras e da fala, em dar e receber razões, em uma argumentação adversarial pública e na elaboração de estratégias retóricas de persuasão; e menos, da força do corpo, da agilidade física e da massa muscular do que o atlético *agon* arcaico. Um modo agonístico de raciocinar que vem a ocupar o espaço público de contestação, através de um extraordinário encontro entre duas lógicas opostas: democrática, orientada pelos princípios de isonomia e isegoria, e aristocrática, que estimula a competição e luta pela glória e pela distinção individual (KALYVAS, 2009, 37, apud SILVA, 2013, p.57).

Chantal Mouffe e Ernesto Laclau aplicam essa lógica para compreender o mundo contemporâneo e formulam uma teoria baseada na percepção de que as relações sociais são movidas por processos de antagonismos, que geram inevitavelmente um clima constante de conflitualidade e instabilidade, mas são peças indispensáveis para a engrenagem da política:

Antagonismo é um exterior constitutivo que revela a contingência e a precariedade de toda identidade e objetividade social, já que toda identidade está sempre ameaçada por alguma coisa externa a ela. Entretanto, o antagonismo não apenas limita, mas também constitui as relações sociais e as identidades e é também responsável pela motivação da articulação hegemônica, pois todo discurso¹⁵ é sempre dirigido contra alguém, seu discurso opositor, que é também o que o motivará à articulação (Howarth, 2000, p. 106).

A ontologia na qual essa teoria democrática apoia-se concebe o ser humano como um

¹⁵ Discurso, para os autores, não são fenômenos relativos estritamente à fala e à escrita, dado que atravessa toda a densidade material do social e a dimensão simbólica inerente ao mesmo.

ser plural e polissêmico, afastando-se, dessa maneira, do otimismo antropológico dos modernos, que acreditavamem uma razão transcendental capaz de conceder aos homens uma moral universal. Não há, no modelo agonístico preconizado por eles, qualquer resquício de essencialismo moderno, que direcione a humanidade a um fim último. Dito de outra forma, a História não tem um sentido único a ser seguido, à maneira, por exemplo, do marxismo tradicional, que entendia o comunismo como o fim da História. Laclau e Mouffe observam que, a partir da década de 1960, ocorre a eclosão de diversos movimentos sociais com demandas particulares antagônicas, as quais não poderiam mais ser respondidas utilizando apenas a gramática da luta de classes sociais.

Com relação ao seu ancestral grego, o agonismo pós-moderno é ajustado em três de seus elementos constitutivos, adaptando-os ao mundo contemporâneo: (1) o confronto e a vitória são dissociados da masculinidade (2) os grupos assumem o lugar dos indivíduos na arena de disputas e suas identidades - plurais e diversas - são construídas no antagonismo com o “outro” (3) a interação agonística se volta para a contestação do outro dentro das estruturas de poder e da hierarquia, de forma que estas permitam a existência e sobrevivência desses diferentes grupos. Este último ponto é notadamente essencial para a teoria democrática elaborada por Laclau e Mouffe, dado que a tensão gerada pelos antagonismos não pode, de forma alguma, acarretar a eliminação do adversário (SILVA, 2013, p. 58).

Diante da demarcação de tantas fronteiras internas, resta saber como essa “lógica da diferença” conflituosa e instável não necessariamente culmina em desordem e caos. Uma das estratégias para agrupar demandas coletivas distintas em torno de um projeto comum de sociedade é o uso de significantes vazios, os quais possibilitam a articulação da “lógica da diferença” com a “lógica da equivalência”. A palavra “povo” é um exemplo de significante vazio: o seu sentido não existe a priori e são necessárias operações retóricas que construam discursivamente o que quer se dizer e a quem esse significante é atribuído. O uso da palavra povo, então, é um instrumento de simplificação do espaço político para a união das particularidades em torno de um projeto que se apresenta como universal.

Portanto, “equivalência” e “diferença”, a despeito de haver uma tensão inevitável entre elas, não são auto excludentes, pois aquela não necessariamente precisa agir no sentido de destruir as diferenças. Ou seja, é possível que os grupos preservem suas identidades particulares, sem abrir mão das demandas que as constituem em um corpo coletivo, para aderir a uma coalizção com outros grupos que se apresenta discursivamente como representante da totalidade do social. Para que esse processo funcione, as identidades coletivas devem ser constantemente atualizadas e flexibilizadas através de performances discursivas,

possibilitando, assim, que as suas demandas particulares sejam articuladas com as desses outros grupos, com o fim de conquistar a hegemonia.

A hegemonia, aqui, é uma categoria central, que está profundamente enraizada na teoriagramsciana. A grande diferença é que Laclau e Mouffe descrevem uma sociedade mais plural e fragmentada do que aquela na qual o filósofo italiano Antonio Gramsci viveu e os pós-marxistas concebem as articulações não apenas no âmbito dos partidos e do Estado, mas também no espaço da sociedade civil. Gramsci, contudo, alertava para os perigos incessantes impostos pelos movimentos contra hegemônicos. Uma vez que uma coalizão é vitoriosa, ela estará constantemente sendo contestada por adversários que reivindicam estar naquele lugar de poder, o que torna a política uma arena eminentemente instável.

Laclau e Mouffe (1985) convergem nesse ponto, mas acrescentam que a própria coalizão hegemônica é precária à medida que as diferenças entre os grupos particulares que a formam não podem e nem devem ser desfeitas. Portanto, a construção e reconstrução do discurso hegemônico é uma tarefa contínua e sempre inacabada. Em última análise, a hegemonia, para os pensadores pós-marxistas, consiste justamente em uma operação política de construção do social, que “ocorre quando uma particularidade, através da articulação contingente, assume a tarefa de representar várias outras particularidades como um universal compartilhado”. Em um contexto social fragmentado, mover-se pelo campo da hegemonia é mais do que uma escolha individual ou coletiva, é o “simples reconhecimento da natureza das relações sociais na contemporaneidade” (NASCIMENTO, 2017).

Em resumo, a política seria um terreno de constante instabilidade, no qual forças hegemônicas estariam sempre em perigo. Esse “agonismo” é uma característica essencial para a democracia, mas para que não resulte na segregação dos grupos, ou pior ainda, na eliminação dos adversários, é necessário fazer articulações. Essas articulações seriam formas de estabelecer pontos de equivalências entre demandas diferentes, sem que as diferenças entre grupos que reivindicam tais demandas fosse maniquiladas (LACLAU, 2011).

Nascimento (2017, p. 537) nos fornece um exemplo ilustrativo do funcionamento da dinâmica agonística nos marcos pós-modernos.

Imaginemos uma situação de extrema desordem: queda abrupta e radical de um governo, por exemplo. Em algum momento, algum tipo de ordem será requerido para que a administração do social seja possível, já que o mundo sem qualquer tipo de estrutura social seria o mundo sem sentido e destituído de ordem. Várias propostas serão apresentadas como a melhor possível para ocupar o espaço da ordem. Elas estão a princípio dispersas no que Laclau e Mouffe chamam de campo da discursividade e são a rigor apenas particularidades. Em algum momento – que não se pode determinar – uma dessas propostas – que também é impossível prever *a priori* – emergirá, sem deixar de ser particular, tomará para si a tarefa de representar um universal compartilhado com as demais propostas, iniciando uma operação de

articulação de equivalência contra outras propostas da agenda. A proposta que conseguir agregar em torno de si o maior número de outras propostas será considerada a mais hegemônica ou o discurso mais hegemônico. Ao ocupar o lugar da ordem – de forma precária e contingente – passará a ser considerada a própria ordem e irá estruturar o social e as identidades.

Esse exemplo demonstra que a tensão gerada pela instabilidade política não existe somente nos momentos anteriores à queda presidencial, a precariedade e contingência da política permanecem nas disputas posteriores pela hegemonia e continua mesmo depois que uma nova ordem se instaura, pois os conflitos são intrínsecos a todo o processo político e o risco de rompimento do grupo hegemônico é sempre iminente.

Por conseguinte, a democracia agonística não é o regime da harmonia e do consenso, mas do conflito, da disputa e do *agon*. Entretanto, ao invés de impor um empecilho à democracia, a instabilidade, segundo Laclau e Mouffe, é uma das condições para que ela exista. Contudo, os participantes do jogo político, na democracia, não são inimigos, mas sim adversários, que se reconhecem reciprocamente como oponentes legítimos. Para que isso ocorra sem que o adversário seja “destruído”, o respeito às regras democráticas é fundamental, pois elas representam o limite até onde os competidores podem agir no *agon*.

No que concerne ao escopo da presente pesquisa, a teoria agonística contribuiu na medida em que relativiza as análises dicotômicas que dividem o mundo entre um Norte global politicamente estável e um Sul instável. Essa divisão bipolar não condiz com as premissas ontológicas do modelo apresentado, ao qual nos vinculamos nesta dissertação. Entretanto, cumpre esclarecer que os golpes de Estado são ações através das quais é rompido o pacto democrático e o mandatário, mesmo antes de ser destituído, deixa de ser concebido como adversário e se torna inimigo, sendo excluído da possibilidade de participar do jogo político. Portanto, o efeito deletério dos golpes de Estado não está no fato de promoverem instabilidade, mas sim o de provocar a exclusão de um determinado grupo da disputa por hegemonia.

2 O GOVERNO MADURO RESISTE: QUAIS SÃO OS “ESCUDOS” QUE O PROTEGEM DAS FORTES “AMEAÇAS”?

Passamos agora à análise do caso venezuelano. Primeiramente, traçaremos o percurso histórico trilhado pelo chavismo desde o seu nascimento, passando pela ascensão ao poder e, finalmente, a transição do governo de Hugo Chávez para o de Nicolás Maduro. Esse panorama histórico será fundamental para compreendermos a correlação de forças existentes em 2013, na posse de Maduro e como elas vão se modificando ao longo do período delimitado nesta pesquisa, que se encerra em abril de 2019, quando ocorre a Operação Liberdade, uma tentativa frustrada de golpe de Estado contra o presidente. Apesar de decidirmos finalizar a pesquisa nesse ponto, cumpre esclarecer que o governo Maduro se mantém até os dias de hoje.

2.1. Antecedentes à ascensão do chavismo ao poder

A História da Venezuela vem sendo marcada desde a década de 1920 pela centralidade do petróleo. Com a descoberta das primeiras jazidas, criou-se o mito de que o “ouro negro” promoveria o milagre do desenvolvimento, capaz de romper com o atraso do passado colonial e finalmente levar o país ao progresso. Em partes, tal ilusão foi estimulada pelas narrativas fantasiosas fabricadas pelo Estado venezuelano - detentor monopólio da violência e da exploração dos recursos naturais - ao criar projetos deslumbrantes de desenvolvimento. É o que Fernando Coronil (2002) chama de “Estado mágico”, conceito fundamental para entender as disputas políticas na Venezuela até os dias de hoje.

Entre as décadas de 1950 e 1970, grande parte dos países da América Latina foi beneficiada pelo bom momento da economia mundial, que propiciou a expansão da produção interna e uma incipiente distribuição de renda. O Brasil, por exemplo, experimentou um período de acentuado crescimento entre 1968 e 1973, que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Na Venezuela, os dividendos gerados pela exportação de petróleo permitiram a adoção de medidas redistributivas que provocaram uma melhora sutil nas condições de vida das classes populares, sobretudo entre os anos de 1958 e 1974, período no qual o Pacto de Punto Fijo foi bem sucedido no que diz respeito ao apaziguamento dos conflitos sociais. O Pacto consistia em um acordo político iniciado em 1958, a partir do qual dois partidos (o Copei e o Ação Democrática), representantes de dois grupos oligárquicos, se revezavam no poder.

Contudo, o desgaste do modelo industrial desenvolvido após a 2ª Guerra Mundial, a partir de meados da década de 1970, afetou fortemente as economias latino-americanas, muito

dependente da exportação de commodities, fazendo a dívida pública desses países disparar (LANDER, 2017). A receita proposta por órgãos econômicos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para sair desse impasse foi a adoção de políticas econômicas de caráter neoliberal. No caso da Venezuela, em particular, tais medidas de desregulamentação e diminuição dos gastos públicos causou forte turbulência sociopolítica em função da piora na qualidade de vida da população. Em decorrência disso, explodiu em 1989, durante o governo de Carlos Andrés Pérez, uma grande revolta popular denominada *Caracazo*, na qual manifestantes em todo o país tomaram as ruas para protestar não apenas contra as decisões tomadas por Pérez, mas contra as elites políticas como um todo, pondo em xeque o Pacto de Punto Fijo:

La formación histórica venezolana experimentó desde los años 80, síntomas de inestabilidad que no podían ser referidos exclusivamente a crisis parciales de carácter económico, social, político o ético-cultural, sino a un complejo estructurador de una “*crisis orgánica*” de profundo calado en su *sistema hegemónico y de dominación social*; es decir, al agotamiento y disgregación de todo un *bloque histórico* (BIARDEAU, 2009, p. 66).

Javier Biarreau (2009) utiliza como lente teórica de análise o pensamento do filósofo marxista Antonio Gramsci e alguns conceitos propostos pelo autor italiano ajudam a compreender o processo de transição do puntofijismo ao bolivarianismo. Bloco histórico, por exemplo, refere-se ao encaixe entre os diferentes grupos que controlam os aparelhos privados de hegemonia (ou seja, entidades propagadoras de ideias, fundamentais para a obtenção ou a manutenção da hegemonia, como escolas, igrejas, meios de comunicação etc.) com o fim de executar um projeto capaz de conter os conflitos sociais durante certo período. Os diferentes grupos da sociedade venezuelana que se aliaram para produzir o Pacto de Punto Fijo e deram no sustentação podem ser entendidos como um “bloco histórico”, que manteve relativa coesão interna entre 1958 e 1989.

No entanto, a História é dinâmica e a unidade do bloco histórico é constantemente contestada por movimentos contra hegemônicos, provocando dissidências. A fissura da coalizão pode ocorrer por disputas econômicas ou políticas, sem que haja o questionamento do poder exercido pelo grupo detentor da hegemonia e, portanto, sem resultar em grandes rupturas. Não obstante, quando a fissura da coalizão torna insustentável a manutenção do controle dos aparelhos privados de hegemonia por parte do bloco, instaura-se uma crise orgânica, isto é, uma crise estrutural abrindo a possibilidade para ascensão de um novo bloco histórico (GRAMSCI, 2006).

Um dos grupos contra hegemônicos mais atuantes foi o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200). O movimento foi fundado em 1982 por Hugo Chávez, um então

tenente-coronel do Exército cujo discurso se revestia de elementos anti-neoliberais, anti-oligárquicos e de forte nacionalismo popular, além de pautar-se no apelo ao mito fundador do Estado venezuelano: a figura de Simão Bolívar. O objetivo do grupo era questionar a hegemonia do bloco histórico que estava no poder desde 1958 e já não conseguia mais atender às demandas da sociedade venezuelana, procurando se apresentar como uma alternativa viável. A crise orgânica que a Venezuela atingiu no final dos anos 1980 ficou explícita com a explosão do Caracazo, que deu cabo da hegemonia puntofijista. Em 1992, o MBR-200 tenta chegar ao poder mediante um golpe de Estado, evitado pelas forças de segurança, que prendem Chávez.

Na ocasião de sua prisão, teve a oportunidade de dar um depoimento de 75 segundos na mídia comercial, nos quais apresentou-se como um habilidoso comunicador, utilizando o seu notável carisma para construir uma imagem revolucionária. Werz e Winkens (2007, p. 302) descrevem aquele momento como fundamental para a ascensão política de Chávez, em meio a um cenário de total descrédito em relação ao sistema partidário, no qual a simbologia de um movimento centrado em uma persona carismática encontrava terreno fértil para se disseminar.

Dois anos mais tarde, o líder do MBR-200 saiu da prisão e começou a reunir forças políticas de oposição em torno de uma coalização, o que viria a resultar em 1997 na criação do Movimento V Revolucionário (MVR), um partido político formado para disputar as eleições em 1998, lançando Hugo Chávez como candidato à presidência. Tendo obtido 56,24% dos votos, Chávez se tornou o chefe do Executivo no país.

2.2 A Era Chávez e o legado herdado por Nicolás Maduro

Àquela época, as qualidades comunicativas de Hugo Chávez ainda eram atraentes para certos setores da mídia comercial, que o apoiaram por enxergarem no movimento a possibilidade de se reconstruir o sistema político. A título de exemplo, o periódico *El Nacional* e a emissora de TV *Venevisión*, com grandes tiragem e audiência, adotaram linhas editoriais favoráveis à imagem do candidato que viria ganhar o pleito. O ponto de virada que levou a mídia comercial, quase que unanimemente, rechaçar o governo eleito foi quando Chávez, já no seu primeiro ano de mandato, começou a tecer críticas diretas a jornalistas e a proprietários de jornais, denunciando esquemas de corrupção existentes na imprensa (WERZ e WINKENS, 2007, p.303).

Os órgãos de comunicação estatal foram essenciais para contrabalancear a cobertura noticiosa negativa. O presidente passou a utilizar com frequência a Rádio Nacional, o

periódico *El Correo del presidente*¹⁶, a agência de notícias *Venpres*, e o canal de televisivo VTV, no qual apresentava o programa *Alô Presidente*, mediante os quais estabelecia um contato direto com a população, disseminava notícias positivas acerca do país e do governo, normalmente ignoradas pelos meios comerciais, construindo assim uma espécie de “presidencialismo comunicativo” (WERZ e WINKENS, 2007, p.304). O “entrincheiramento” dos meios tem alimentado a polarização da sociedade venezuelana, excluindo a possibilidade dos lados se entenderem, formando um círculo vicioso que põe em risco a democracia e o direito cidadão a informação livre, plural e sem distorções por interesses políticos e econômicos. É como se houvesse um entrelaçamento entre o campo da política e o campo do jornalismo a ponto de os jornalistas exercerem o papel dos políticos e os políticos atuarem como jornalistas (LOPÉZ, 2011).

Também no primeiro ano do mandato, a Assembleia Constituinte foi convocada pelo governo para reescrever a Constituição. Aproveitando-se da sua popularidade e do descrédito da população em relação aos partidos tradicionais, conseguiu aprovar uma Carta que criava instrumentos de participação direta, de distribuição de renda, de fomento a pequena e média indústria, de democratização da propriedade, além de garantir direitos de grupos minoritários, dentre outras medidas. Instaurava-se, então, a República Bolivariana da Venezuela, nome atribuído ao Estado venezuelano pela Constituição de 1999. Em razão da nova ordem constitucional, foram convocadas eleições presidenciais e legislativas, nas quais Hugo Chávez se relegou e a sua coalizão conseguiu conquistar a 92% das cadeiras no Parlamento¹⁷.

A partir daí, a despeito da popularidade do recém-empossado presidente, o número de protestos cresceu significativamente se comparado aos anos anteriores. Entre outubro de 1997 e setembro de 1998, ocorreram 422 protestos na Venezuela; entre outubro de 1998 e setembro de 1999, o número dobrou (855 ocorrências); e entre outubro de 1999 e setembro de 2000, atingiu a marca de 1414 protestos (ACOSTA, 2007, p. 80). Em 2001, observou-se a explosão de manifestações nas ruas em que setores da classe média expressavam suas insatisfações de maneira direta contra a gestão de Chávez, sobretudo na capital do país, Caracas. De início, estudantes e profissionais da educação contestavam as mudanças na política educacional definidas pelo decreto 1011, que foram seguidos por vários setores da sociedade civil, como empresários, sindicalistas, jornalistas, militares dissidentes, dentre outros, com reivindicações diversas.

¹⁶ Este veículo foi criado no primeiro ano de governo, mas deixou de existir poucos meses depois.

¹⁷ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html>

Esses manifestantes contrários ao governo dividiam as ruas com grupos que protestavam em apoio ao presidente, não obstante estes se apresentassem em menor número. Por exemplo, no dia 23 de janeiro de 2002, quando os dois lados tiveram um embate nas ruas, havia por volta de 85 mil manifestantes opositores ao governo contra, aproximadamente, 8 mil pró-chavistas. No dia 1º de maio de 2002, a diferença, embora menor, foi ainda considerável: 70 mil antichavistas contra 8,5 mil pró-chavistas (ACOSTA, 2007, p.89).

Enfraquecidas, as oligarquias que antes estavam no poder não cruzaram os braços. Eles vislumbraram tais agitações sociais como a janela de oportunidade que precisavam para recuperar o poder. No dia 11 de abril de 2002, organizaram um golpe de estado, mas o resultado foi frustrado. A remoção durou menos de 48 horas, até Chávez retomar a presidência, com forte apoio popular nas ruas. E, em dezembro do mesmo ano, as elites iniciaram o *Paro Petrolero*, uma paralisação generalizada das atividades laborais no setor de petróleo como o intuito de prejudicar o governo bolivariano (SCHEIDT, 2017, p.2).

A despeito das evidências de uma tentativa de golpe de estado, o Judiciário decidiu não responsabilizar os atores que tentaram depor Chávez. O Tribunal Superior de Justiça (TSJ) decidiu por 11 votos a favor e 8 abstenções que não havia méritos suficientes para levar a juízo os oficiais que participaram do movimento golpista, que permaneceram em liberdade (ACOSTA, 2007, p. 88).

A mídia comercial também desempenhou um papel desfavorável ao governo. No contexto do golpe de 2002, 74 % das notícias publicadas pelos jornais El Universo e El Nacional, por exemplo, eram adversas à administração presidencial (VILLAMEDIANA, 2002, p. 62). No que diz respeito às manifestações que pediam a saída de Chávez da prisão e o seu retorno ao cargo, a grande mídia se omitiu, evitando noticiá-las. Em entrevista, o gerente de produção da RCTV à época, Andrés Izarra, revelou que tal decisão foi tomada após reunião editorial, na qual os donos da emissora pressionaram para adotar uma linha editorial a favor da mudança de regime (WERZ e WINKENS, 2007, 308). No *Paro Petrolero*, enquanto os meios antichavistas retratavam a greve como exitosa, os canais estatais apresentavam-na como um fracasso (CAÑIZALEZ, 2005). Essa polarização midiática provocou um forte descrédito em relação ao papel dos meios de comunicação, que passaram a ocupar apenas a sétima posição no ranking sobre credibilidade das instituições democráticas venezuelanas, segundo uma pesquisa da empresa *Datanálisis*. Para fins de comparação, durante a década de 1990, a mídia sempre havia ocupado os primeiros lugares (LOPÉZ, 2011, 211).

Contudo, a pressão midiática não foi suficiente para que o golpe de 2002 desse certo.

Chavéz foi solto, com o apoio de militares fiéis, e retornou à presidência. A atuação do Brasil como mediador foi primordial para o arrefecimento das tensões, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso se posicionado contra o golpe e enviado combustível ao país vizinho para ajudar o governo a superar o boicote à produção petrolífera. Em 2003, Lula seguiu a mesma linha diplomática e articulou forças políticas em torno da formação do Grupo de Amigos da Venezuela, que contava inclusive com a Organização dos Estados Americanos (OEA) (MEDEIROS; GOULART, 2019 p.15).

É importante sublinhar que o cenário político sul-americano da época foi um dos pilares de sustentação do governo bolivariano. Ao longo dos primeiros anos do século XXI, a base de apoio externa na região foi se ampliando com a chegada ao poder de diversos partidos de centro-esquerda nos países vizinhos, a ponto de, em 2012, somente haver dois países na região que não eram governados por coalizões progressistas: Colômbia e Chile. Esse período recebeu, como dissemos no capítulo anterior, diferentes denominações, como “ciclo político progressista” (SOARES, 2008), “maré rosa” (PANIZZA, 2005) e “onda rosa” (PEREIRA DA SILVA, 2011).

Diante da pressão interna, a estratégia adotada pelo presidente foi a de “radicalizar a Revolução Bolivariana” e concentrar poderes nas mãos do Executivo. A partir do final de 2004, é possível notar tal inflexão analisando os discursos proclamados por Chavéz, que passam a conter, com mais frequência, signos que remetem ao marxismo: o líder venezuelano passa a citar autores clássicos, como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci e é também nesse momento que começa a discutir com mais frequência a ideia de socialismo do século XXI (BIARDEAU, 2009).

No campo jurídico, a Carta magna havia reforçado o Poder Judiciário, conferindo-lhe atribuições relativas à fiscalização do Executivo e do novo Legislativo, que havia se tornado unicameral. Contudo, uma série de intimidações do Executivo – como demonstrações de desagrado, contestação de ordens judiciais mediante convocações públicas, ameaças e remoções ou substituição de juízes – mitigaram a independência do Judiciário (TAYLOR, 2014). Urribarri (2011, p.867) acrescenta, ainda, que a maioria dos juízes do regime *puntofijista* foi substituída e a composição da nova Corte passou a espelhar a configuração da coalizão chavista daquele momento.

A partir de maio de 2004, as ameaças do Executivo ao Judiciário se aprofundaram, com a sanção da Lei Orgânica do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), aumentando o número de

juízes de 20 para 32. Esses doze novos juízes foram distribuídos igualmente nas seis Salas (câmaras que integram a Corte, na qual cada uma delas trabalha com temas específicos¹⁸), fazendo com que todas elas passassem a ser formadas em sua maioria por juízes apoiadores do chavismo. A Lei Orgânica reduziu também o quórum para a nomeação de juízes de 2/3 do parlamento para maioria simples, além de permitir a suspensão temporária de juízes em face do voto de impeachment. Entretanto, não foram estipulados prazos para que o Congresso votasse a suspensão, podendo assim a mesma se estender por um longo período, o que favorecia a eliminação de juízes antichavistas (TAYLOR, 2014, p.253-254).

A radicalização da “revolução”¹⁹ aliada à centralização do poder nas mãos do Executivo também pode ser observada na esfera midiática. Em 2005, é criada a Telesur, canal de televisão estatal, cujo objetivo ia além de apenas contrabalancear a cobertura da mídia *mainstream*, mas de contribuir para união dos países latino-americanos e construir uma narrativa original acerca dos povos da região. Suas fontes financeiras primordiais, no princípio do projeto, eram os petrodólares venezuelanos e o suporte de governos de centro-esquerda na América do Sul, mais especificamente Argentina, Bolívia, Cuba, Equador e Uruguai. De acordo com o diretor-geral da Telesur, Aram Aharonian, o objetivo da empresa era “desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação televisiva do hemisfério, de alcance mundial, para promover e consolidar a progressão de mudanças e integração regional, como uma ferramenta na batalha de ideias contra o processo hegemônico de globalização”²⁰ (BURCH, 2007, 227). O slogan “*nuestro norte es el sur*” denota a intenção de questionar as narrativas etnocêntricas promovidas pelos órgãos de comunicação dos países do Norte global não somente sobre a realidade da América Latina, mas sobre a de todas outras regiões do Sul. No entanto, no que tange às disputas político-discursivas travadas na Venezuela, a Telesur tende a privilegiar a produção de enquadramentos que privilegiam os atores e apoiadores do governo em detrimento dos opositores (BARAJAS, 2015).

Depois de nova vitória no Legislativo em 2005²¹ e da reeleição presidencial, em 2006,

¹⁸ Existem a Sala Constitucional, a Sala Político-administrativa, a Sala Eleitoral, a Sala de Cassação Civil, Sala de Cassação Social e a Sala de Cassação Penal

¹⁹ “Revolução” aqui aparece entre aspas em referência à Revolução Bolivariana proclamada pelo Chávez, pois não é possível afirmar que de fato houve uma revolução; afinal, o aprofundamento do modelo rentista indica que o sistema capitalista não foi superado pelo socialismo proposto.

²⁰ Tradução livre. Texto original: *to develop and implement a hemispheric televised communications strategy, of world-widereach, to promote and consolidate the progression of change and regional integration, as a tool in the battle of ideas against the hegemonic process of globalization*”.

²¹ Parte da oposição decidiu boicotar o pleito para a Câmara, mas o processo eleitoral foi validado, mesmo com baixa participação, de apenas 24,17%, a menor da Era Chávez.

Chávez reunia capital político para expandir e ampliar o funcionamento dos Conselhos Comunitários, grupos formados pela sociedade civil para criar e implementar políticas públicas nos bairros. Esses conselhos passaram a ser diretamente gestados pelo governo nacional, tendo em vista que as prefeituras às quais até então estavam subordinados não lhes deram o incentivo esperado (GOLDFRANK, 2011). Já no âmbito político-partidário, com o intuito de unir toda coalização governamental em torno de um partido único, Chávez criou o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) em 2007. Também, no mesmo ano, teve recusada a proposta de reeleição indefinida, porém conseguiu resultado positivo em outra consulta popular em 2009, o que o habilitava a disputar a eleição seguinte.

Vale ressaltar que todo o processo de fortalecimento do poder chavista não pode ser compreendido sem que analisemos o papel dos militares. Segundo Marta Harnecker (2003), as Forças Armadas na Venezuela detinham certas características excepcionais, em especial na época em que a geração de Hugo Chávez se formou, que ajudariam explicar o apoio das mesmas a um governo autointitulado socialista: (1) a ideologia nacionalista e patriótica propagada pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica dava respaldo a um governo que se opunha ao desmonte neoliberal do Estado; (2) havia forte influência do pensamento anticolonial de Simão Bolívar no que tange à defesa nacional; (3) a geração de Chávez não foi treinada nos EUA, e sim na Academia Militar venezuelana, o que os tornou menos susceptíveis à influência do pensamento neoimperialista exportado pelas instituições estadunidenses; (4) existiram poucas guerrilhas devido ao fato de o país não ter vivido uma ditadura militar; (5) o Caracazo foi um momento de efervescência política no país, no qual muitos jovens militares se tornaram mais politizados e (6) muitos desses oficiais tiveram incentivos para cursar ensino superior bem como para estudar a história do país e as ciências sociais. Tais fatores teriam sido responsáveis por uma formação humanística diferenciada dos militares venezuelanos em relação aos militares de outros países latino-americanos e o fato de apoiarem um governo dito socialista está ligado, em grande medida, às dinâmicas acima assinaladas.

Somado a isso, Chávez tomou ainda algumas medidas com o intuito de cercear os movimentos internos às Forças Armadas contrários ao governo. Após a tentativa de golpe em 2002, o presidente promoveu um expurgo nos altos escalões das FA, promovendo oficiais que demonstraram lealdade ao movimento bolivariano, muitos dos quais foram convocados para exercer também tarefas civis, como gerenciar e executar projetos de moradia popular e projetos voltados para a área de infraestrutura. O Executivo procurou manter fragilizada a

hierarquia militar para aumentar o controle sobre as instituições, tornando o alinhamento ideológico com o chavismo, em muitos casos, uma característica prevalente em relação à posição na hierarquia para um militar exercer poder de mando; isto é, um general pode receber ordens de um tenente, se este é ligado a alguém importante da cúpula governista. Outra medida importante é a de mover os militares pelo país, evitando que os oficiais criassem raízes em um dado local, dificultando a formação de movimentos insurrecionistas²².

Do ponto de vista socioeconômico, ocorreram, ainda, algumas mudanças importantes na carreira militar, que fizeram com que os funcionários das instituições militares passassem a ter melhores condições de vida. Mesmo aqueles de baixa patente viram seus salários elevarem-se significativamente em decorrência do maior investimento estatal naquelas instituições. Para exemplificar, entre 2008 e 2015, o orçamento das FA subiu de 1,06% para 4,61% do PIB. Com isso, a procura pela carreira militar cresceu significativamente, tendo a relação entre a quantidade de militares e o tamanho da população aumentado em mais de 50% entre 2010 e 2014: de 40 militares para 63 militares a cada 10.000 cidadãos venezuelanos (KRUIJT, 2020, p. 90). Desse modo, ao conceder poder aos militares aliados e possibilitar a ascensão social do corpo de funcionários como um todo, o chavismo conseguiu manter as Forças Armadas como um braço direito (KRUIJT, 2020, p. 90).

Não foram apenas os militares que ascenderam socialmente durante os catorze anos em que Hugo Chávez esteve no poder. Pode-se afirmar que houve significativa redução das desigualdades sociais²³, estimulada principalmente pelas *missiones*, uma série de programas sociais voltados para atender as necessidades básicas da população. Outro legado dos governos Chávez foi o incremento da politização da sociedade Venezuela. Com os mecanismos de participação direta, como as comunas e os conselhos comunitários, podemos afirmar que a população se tornou mais consciente dos seus direitos e da importância de cobrá-los às autoridades. E, no plano geopolítico, a Venezuela se projetou como um ator de grande influência na região latino-americana, sendo protagonista na criação de órgãos e acordos importantes, como a ALBA²⁴, a UNASUL²⁵, a CELAC²⁶, o Petrocaribe²⁷, e na

²² <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/01/22/Por-que-os-militares-venezuelanos-respaldam-Maduro>

²³ Segundo estudos da Cepal, junto do Uruguai, a Venezuela foi o país que se tornou menos desigual na América Latina (LANDER, 2017).

²⁴ Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América: uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia de integração social, econômica e política, idealizada e criada em 2004 por Fidel Castro e Hugo Chávez.

²⁵ União das Nações Sul-Americanas, organização intergovernamental composta pelos países da América do Sul. Foi fundada em 2010 dentro dos ideais de integração região multissetorial.

²⁶ Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos: criada em 2010 com o objetivo de projetar globalmente a região, em temas como o respeito ao direito internacional, a igualdade entre Estados, o respeito aos direitos

derrota da ALCA²⁸ (LOPEZ MAYA, 2017). Mais tarde, o país aderiu ao Mercosul oficialmente em 31 de julho de 2012, o que serviria para o adensamento das relações comerciais com Argentina, Brasil, Paraguai²⁹ e Uruguai, transformando o Mercosul, nas palavras do Itamaraty, em uma potência energética em virtude das reservas de petróleo do novo membro. Pelo lado do governo Chávez, o ingresso da Venezuela era um marco histórico, que o presidente venezuelano, em discurso, qualificou como tão importante para o Mercosul quanto a eleição de Lula, em 2002, foi para o Brasil³⁰.

Por outro lado, alguns problemas se mantiveram ou se agravaram durante a Era Chávez. A redução das desigualdades sociais, por exemplo, não significou a diminuição dos índices de violência urbana: entre 1999 e 2010, o número de homicídios por 100 mil habitantes subiu de 25 para 57 (KRUIJT, 2020, p.93). Isso pode ser explicado, dentre outras razões, pelo acirramento dos conflitos políticos, pela ineficácia da política de segurança em combater a atuação de gangues e pela posse de grande quantidade de armas de fogo por civis. Além disso, a retórica da revolução não se concretizou na superação do capitalismo, tendo fracassado como alternativa civilizatória a esse sistema (LANDER, 2017, seção I).

Ao contrário, a política econômica chavista aprofundou o modelo rentista dependente do petróleo³¹, agravando os sintomas da Doença Holandesa³², além de ser extremamente deletéria para o meio ambiente. Escândalos de corrupção – como em toda a história do país – continuaram a vir à tona, inclusive no interior da PDVSA, empresa estatal petroleira. No tocante às políticas de participação, a despeito de representarem um avanço democrático, os conselhos comunitários eram gestados de forma vertical pelo governo federal, que controlava o repasse de verbas para os conselhos, mitigando o seu potencial democratizante (GOLDFRANK, 2011).

No xadrez geopolítico, o governo de Chávez obteve o êxito em trazer para o seu lado

humanos e a cooperação.

²⁷ Aliança entre países do Caribe com a Venezuela, em torno da comercialização de petróleo a preços justos e formas de pagamento flexíveis com o fim de promover o desenvolvimento socioeconômico dos países membros.

²⁸ Área de Livre Comércio das Américas: proposta do governo estadunidense, feita em 1994, para eliminar das barreiras alfandegárias em todos os países do continente americano, exceto Cuba, à qual Hugo Chávez se colocou contra.

²⁹ O Paraguai estava, naquele momento, suspenso do bloco devido ao golpe que derrubou o presidente Fernando Lugo, em 2012. O novo mandatário, Federico Franco disse, à época, ser contra o ingresso venezuelano, mas o Paraguai não participou do processo de admissão do novo membro.

³⁰ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_jf

³¹ Em 1998, a cada 100 dólares da receita venezuelana, 68,7 eram provenientes do petróleo. Já em 2011, a cada 100 dólares, 96 tinham origem na comercialização do produto (LANDER, 2017, seção IV).

³² Termo usado para caracterizar o processo por que passam as economias que se especializam na exportação de certa commodity e, conseqüentemente, tem a sua capacidade de desenvolver seu parque industrial afetada.

um grupo de fortes aliados, contrabalanceando as pressões advindas do seu principal adversário, os Estados Unidos³³. Como já mencionado, os países vizinhos que embarcaram na “onda rosa” foram alguns deles, bem como as organizações regionais, como a Unasul, o Mercosul e a OEA, que atuam de maneira a mediar os conflitos domésticos da Venezuela (GOULART; MEDEIROS, 2019). A eles se somaram ainda Cuba, China e Rússia³⁴.

A relação entre Washington e Caracas, desde o início do governo Chávez, tem sido contraditória. Por um lado, procuram manter relações comerciais bilaterais, já que os Estados Unidos têm o petróleo venezuelano como uma das principais fontes energéticas e, por sua vez, a economia da Venezuela é fortemente dependente da exportação da commodity para os EUA, seu maior comprador. Por outro lado, Caracas tem se oposto a Washington em temas centrais da geopolítica mundial - como no caso das invasões ao Afeganistão, em 2001, e ao Iraque, em 2003 - defendendo adversários históricos da Casa Branca, alguns dos quais vem mantendo vínculos comerciais e militares, que possibilitaram a formação de um dos mais poderosos arsenais militares na região sul-americana (ROMERO, 2013).

A atuação da Casa Branca no cenário internacional, no início dos anos 2000, necessita ser compreendida dentro do processo de declínio da sua hegemonia. De 1945 a meados da década de 1970, os EUA gozavam de grande prestígio entre os países do bloco capitalista da Guerra Fria, tendo conseguido manter mais da metade do globo sob a sua liderança. A derrota na Guerra do Vietnã, contudo, fragilizou a imagem do país perante a comunidade internacional e o Terceiro Mundo passou a endurecer suas posições nas negociações com Washington. Esse revés abalou, mas não desmoronou por completo a base de sustentação da hegemonia norte-americana - a sociedade de mercado em escala global -, que continuou sendo expandida até 2001. O ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas foi um ponto de inflexão crucial nesse processo, pois a resposta neoconservadora ao terrorismo era um sinal de que a hegemonia dos Estados Unidos havia entrado em declínio. Naquele momento, a Casa Branca troca o discurso pró-globalização por um comportamento imperial, abrindo espaço para que outras potências econômicas desafiassem a sua liderança global, como China e Rússia (AGNEW, 2005).

As relações de Hugo Chávez com George Bush Jr, e depois com Obama, estiveram

³³ Cabe acrescentar que a União Europeia, em grande medida, segue a postura estadunidense de oposição ao governo chavista.

³⁴ É possível identificar a aproximação, com menor magnitude, de Caracas a países periféricos que também procuram se posicionar fora da órbita de influência de Washington, como: Irã, Turquia, Egito, Síria, Iraque, Vietnã, Belarus, dentre outros (TEIXEIRA JR, 2019a).

inscritas nesse pano de fundo geopolítico. Bush incluiu a Venezuela no “eixo do mal”, conjunto de países qualificados como ameaças à paz mundial e à democracia, acusação à qual Hugo Chávez rebateu dizendo que, na verdade, a Venezuela, junto a Cuba e Bolívia, formava o “eixo do bem”. Obama, por sua vez, chegou a qualificar o presidente venezuelano de “autoritário” e “antidemocrático” devido à repressão imposta aos seus opositores e dissidentes do chavismo, além de praticar, no início de 2013, algumas sanções a empresas estatais venezuelanas. Caracas respondeu à pressão, ora com medidas moderadas, como o envio de um comunicado contestando falas e atitudes hostis ao país andino do mandatário estadunidense, ora com medidas mais radicais, como a expulsão de membros da embaixada dos Estados Unidos (ROMERO, 2013, p.4).

Em grande medida, a preocupação de Washington era a de que o governo de Chávez assumisse posições mais radicais, contrárias aos seus interesses econômicos, tal qual Fidel Castro adotou na década de 1960. O temor de uma “cubanização” do país sul-americano era explicado pela proximidade dos dois estadistas. A Venezuela, desde 1999, exportava petróleo cru e seus derivados a preços baixos e condições especiais a Cuba, com o intuito de mitigar os efeitos do embargo dos EUA à ilha caribenha e evitar o colapso da revolução socialista, em meio às adversidades que se agravaram desde o fim da União Soviética. Em troca, Cuba enviava para o país amigo profissionais de diversas áreas, principalmente médicos, professores, dentistas, profissionais de educação física, gestores culturais e desportivos (ACRE e DA SILVA, 2016, p. 100).

Já no primeiro ano do governo Hugo Chávez, era notável a consolidação de uma “diplomacia social” entre os países, com o lançamento do Plano Bolívar 2000, cuja meta era aproveitar a estrutura das Forças Armadas da Venezuela para realizar serviços de saúde e infraestrutura em parcerias com as comunidades carentes. Essa foi a primeira das *missiones sociales* que viriam a ocorrer no país ao longo de todos os mandatos de Chávez e que foram a marca da política social conduzida pelo seu governo. Devido à ambição de estender essa missão por todo território nacional, a atuação dos militares foi insuficiente devido à limitada oferta de oficiais disponíveis para exercer as funções de assistência social, por conseguinte, foi requerido à Havana que enviassem profissionais qualificados.

Em agosto de 2004, o líder bolivariano reconheceu que o auxílio dos cubanos foi primordial para o sucesso da empreitada. De acordo com Chávez, o impacto social promovido pelas missões tinha sido o grande fator responsável que o sustentou na presidência, no contexto do referendo revogatório à época, quando pouco mais de 58% da população votou em seu favor

(ACRE e DA SILVA, 2016).

Em recompensa, o governo cubano, além de ter acesso ao petróleo com preços mais acessíveis e com acordos flexíveis de pagamento, conquistou a oportunidade de participar ativamente no cenário internacional, mediante a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. A ALBA era uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia de integração social, econômica e política, idealizada e criada em 2004 por Fidel Castro e Hugo Chávez, à qual, mais tarde, se juntaram outros líderes da América Central e Caribe, possibilitando a diversificação das relações diplomáticas e comerciais de Cuba (ACRE e DA SILVA, 2016).

Em 2012, já haviam sido desenvolvidos 47 projetos de cooperação entre Caracas e Havana para a execução das *missiones sociales*, que mobilizaram um montante aproximado de 1,6 bilhões de dólares. Em retorno, por volta de 115 mil barris de petróleo, em média, eram exportados para a ilha caribenha (ROMERO, 2013, p. 13).

Outros países aliados fundamentais para a Venezuela nas disputas geopolíticas, como já dissemos, foram (e ainda têm sido) a Rússia e a China. Ambos os países buscam satisfazer interesses econômico-pragmáticos e ideológico-diplomáticos ao se aproximar de Caracas, todavia o que prevalece na diplomacia exercida pelo governo de Vladimir Putin é a aspiração de expandir a sua influência ideológica nas relações internacionais, por meio do aprofundamento do intercâmbio militar. Pequim, por sua vez, tem uma assertividade mais pujante no âmbito econômico, comercial e financeiro, procurando assegurar uma boa relação com o Estado detentor da maior reserva petrolífera do mundo, tendo em vista que os conflitos entre Washington e Teerã podem afetar, no futuro, a oferta de petróleo do país de quem a China mais importa: o Irã (TEIXEIRA JR, 2020).

Para Caracas, a aliança com as duas potências desafiadoras à hegemonia global norte-americana tem resultado no incremento de seu arsenal militar; no aumento das transações comerciais, tanto de exportação quanto de importação; bem como no apoio diplomático de dois países que têm poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, minimizando assim a possibilidade de ser aprovada alguma eventual resolução que ameace a soberania do Estado venezuelano (TEIXEIRA JR, 2019 a).

A estratégia de Hugo Chávez em se aproximar do governo chinês já mesmo no início do primeiro mandato era parte de um plano de reduzir a dependência financeira em relação aos Estados Unidos, através da diversificação das suas fontes de financiamento, essenciais para a

execução dos projetos sociais. Caracas procurou estabelecer acordos de financiamento bilaterais com países aliados, a princípio, pois tinha consciência da impossibilidade de consegui-lo mediante empréstimos oriundos de organizações financeiras ocidentais, como Banco Mundial e FMI, em virtude das imposições feitas no sentido de obrigar os países devedores a adotar o receituário neoliberal (BLANCHARD, 2016). Como o cenário internacional era favorável para exportação de petróleo, a governo detinha maior margem de manobra de conduzir uma política econômica sem ficar refém das exigências desses órgãos, conforme discutimos no primeiro capítulo (CAMPELLO, 2015).

Se Cuba desempenhava um papel crucial para o sucesso dos programas sociais ao enviar um grande número de profissionais qualificados para a Venezuela, a ajuda da China se dava, principalmente, por meio de financiamento. Em 2010, por exemplo, foi assinado o Tratado de Cooperação para Financiamento de Longo Prazo, instrumento que assegurou um aporte financeiro de 80 bilhões de dólares à Venezuela a serem pagos em barris de petróleo, ao longo da década (NUNES, 2018). Além disso, a presença chinesa na Venezuela se estende a outros setores, como o de satélites de comunicação, o de infraestrutura e o setor militar - as Forças Armadas compram armamento chinês, além de solicitar assessoramento militar.

A despeito de defendermos que a relação sino-venezuelana é eminentemente pautada em termos econômicos e comerciais, não seria correto afirmar que ela estaria isenta de interesses ideológicos. A China é hoje a principal ameaça à liderança global estadunidense e um dos indícios de que o gigante asiático almeja a posição de líder mundial é o fortalecimento dos laços diplomáticos, não apenas com a Venezuela, mas com a América Latina como um todo. Em 2009, o presidente Hu Jintao lançou o primeiro Livro Branco, documento que versa sobre a política externa chinesa e que destaca a possibilidade de cooperação com países latino-americanos e caribenhos, não somente em matéria de economia, mas também em questões relativas à paz, segurança e assuntos jurídicos, além de prever ações que fomentassem intercâmbios e cooperações militares. Fica explícito, assim, o interesse chinês em expandir sua atuação na América Latina (TEIXEIRA JR, 2019a, p.9).

A Rússia, por sua vez, também concebe a Venezuela como uma peça importante dentro da estratégia da sua política externa de reposicionar o país como uma potência influente no jogo político global. Moscou havia adotado uma postura imobilista na arena internacional, durante os anos 1990, a partir da queda da União Soviética, gerando um vácuo de liderança no Leste Europeu que os Estados Unidos trataram de ocupar, convidando, em 1997, a Hungria, Polônia e República Tcheca para fazer parte da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (OTAN). A iniciativa da Casa Branca quebrava um acordo firmado, no ano de 1990, com o presidente russo à época, Michael Gorbachev (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Com a chegada de Vladimir Putin ao Kremlin, no ano de 2000, a política externa adquiriu uma nova feição, buscando reestabelecer a Rússia como um líder internacional influente, o que reverberou nas relações políticas e econômicas com países da América Latina. A “onda rosa” foi a janela de oportunidades que Putin precisava para atrair para a sua órbita países da região, que embora fossem distantes geograficamente e fizessem parte do “quintal” dos EUA, eram governos por partidos caracterizados, em alguma medida, por um componente anti-estadunidense (TEIXEIRA JR, 2019b).

Com aproximação de Moscou, Caracas vislumbrou a possibilidade de reduzir sua dependência em relação a Washington, ao apostar na diversificação de suas relações comerciais, sobretudo no que tange ao setor de armamentos militares. Historicamente, o setor militar venezuelano possuía relações estreitas com as Forças Armadas norte-americanas, mas, a partir de 2006, a Casa Branca passou a não mais vender peças de reposição utilizadas nos caças F-16 da FANB e, mais ainda, embargou a venda de equipamentos militares para Venezuela que contivessem componentes estadunidenses. A solução foi buscar parceria com a Rússia, que passou a suprir as necessidades militares da FANB, vendendo munições, fuzis, aviações de combate, além de promoverem treinamentos militares entre as forças armadas dos dois países (ELLIS, 2017).

Em retribuição, Hugo Chávez se posicionou em defesa do governo Putin em ocasiões polêmicas de extrema importância para assegurar a liderança do Kremlin no Leste europeu, como no caso da rejeição ao pleito de independência do Kosovo e no caso da guerra entre a Geórgia e a Ossétia do Sul, que culminou no reconhecimento da emancipação desta por parte do governo russo (TEIXEIRA JR, 2019b, p.35). A propósito, esta guerra é uma mostra de que a política externa conduzida pelo governo de Vladimir Putin havia sofrido uma inflexão, ao retomar a estratégia belicosa deixada de lado no interregno entre o fim da URSS e o início do governo Putin. Ademais, ficou explícito o choque de interesses entre EUA e Rússia, pois Washington apoiou a Geórgia, que tentava impedir a emancipação da região da Ossétia do Sul, a qual era formada majoritariamente por russos e teve o governo Putin ao seu lado.

Moscou não ficou satisfeito com as movimentações dos Estados Unidos no Mar Negro e no Cáucaso, áreas tradicionalmente sob forte influência política da Rússia, e promoveu junto a Caracas um treinamento militar no mar do Caribe. Segundo o cientista social venezuelano Edgardo Lander, essa iniciativa era um recado de Putin a George Bush retaliando o

envolvimento dos EUA em eventos ocorrido no “quintal” russo³⁵. Portanto, pode-se afirmar que as movimentações russas em direção a Caracas tinham objetivos comerciais, mas, sobretudo, interesses geopolíticos, o que vai ficar ainda mais claro ao longo do governo de Nicolás Maduro.

Em resumo, a configuração geopolítica das principais “ameaças” e dos principais “escudos” da Venezuela pode ser descrita da seguinte forma:

- Ameaça principal: os Estados Unidos, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos.
- Escudos: países da onda rosa, organizações regionais que incluem apenas países do Sul, Cuba, China e Rússia.

Hugo Chávez veio a falecer em 2013, não podendo completar o mandato para o qual havia sido eleito, e o cenário se tornou preocupante para a esquerda chavista na Venezuela porque, além da perda de um importante líder carismático, o preço do petróleo caiu vertiginosamente naquele ano, causando escassez de dólares, que fez aumentar a pressão do mercado financeiro para que se adotassem medidas de contenção de gastos (CAMPELLO, 2015). Caso cedesse, Nicolás Maduro teria pouca margem para manter os programas sociais herdados. Antigo vice-presidente, Maduro era um ator importante dentro da cúpula do governo, tendo sido também ministro das Relações Exteriores e presidente da Assembleia Nacional. Sua projeção nacional, contudo, é anterior: ele havia atuado como líder sindical nos anos 1990, antes mesmo de o chavismo chegar ao poder.

Maduro ganhou a primeira eleição em abril de 2013 e, desde então vem sofrendo ferrenha oposição tanto nacional como internacional, com acusações de corrupção, protestos por governar de maneira autoritária, críticas por incompetência em gerir o país etc. A correlação de “ameaças” e “escudos” que herda de seu predecessor pode ser esquematizada da seguinte forma:

³⁵ https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080911_venezuelarussos.shtml

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	-	Governo tinha maioria ³⁶
Instituições de Justiça	-	A maioria do TSJ apoiava o chavismo
Forças Armadas	-	Apoio da alta cúpula dos militares, que ocupavam grande parte dos ministérios, e de militares de baixa patente, cujas condições de vida melhoraram
Geopolítica	Principais adversários: Estados Unidos e União Europeia	Principais aliados: Rússia, China, Cuba, países da onda rosa e organizações regionais latino-americanas
Mídia	Oposição de grande parte da mídia comercial	Apoio de grande parte da mídia estatal
Protestos de rua	Contrários ao governo em maior número	A favor do presidente em menor número

No que tange às estratégias do Executivo para lidar com o acirramento dos conflitos, sobretudo após a tentativa frustrada de golpe em 2002, foi a radicalização do regime democrático participativo, mobilizando os “escudos” acima assinalados, bem como foi feita uma centralização do poder nas mãos do Executivo, que deu mais instrumentos para o governo atacar a oposição. Esta, por sua vez, se encontrava dividida entre o grupo que defendia o boicote à participação no legislativo e o outro que decidiu participar do pleito e combater o chavismo no interior das disputas institucionais.

³⁶ Apesar de ter maioria, a ambição do chavismo, nas eleições de legislativas de 2010, a última da Era Chávez, era conquistar maioria qualificada (2/3 das cadeiras), o que permitiria aprovar medidas no sentido de radicalizar o “socialismo do século XXI”. Todavia, não conseguiram alcançar tal meta.

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Radicalização da democracia e centralização do poder nas mãos do Executivo	Estava dividida: uma parcela participou do frustrado golpe de 2002 e boicotava a participação no legislativo e a outra aderiu às disputas nos marcos institucionais.

2.3. O Governo Maduro e os conflitos intermitentes

Vamos dar enfoque agora ao objeto do presente estudo: o governo Maduro. Como mencionado na seção 1, o recorte temporal foi de seis anos, compreendendo os principais eventos ocorridos entre abril de 2013 e abril de 2019. Para fins analíticos, dividimos o período em quatro fases, levando em consideração os acontecimentos que mais impactaram a crise política venezuelana:

- Primeira fase: compreende a eleição de Maduro em abril de 2013 e as eleições legislativas de dezembro de 2015, quando o governo perde a maioria no Parlamento.
- Segunda fase: se inicia em janeiro de 2016 e se estende até o momento em que a maior onda de protestos enfrentada pelo presidente, iniciada em abril de 2017, começa a perder força.
- Terceira Fase: começa a partir da convocação da Assembleia Constituinte, em maio de 2017, para arrefecer a efervescência das ruas e termina com a reeleição de Maduro, em maio de 2018.
- Quarta fase: cobre o período de transição para o segundo mandato, iniciado em janeiro de 2019, e as posteriores investidas da oposição nos primeiros meses daquele ano, que culminaram com o fracasso da Operação Liberdade, em abril de 2019, momento em que encerramos análise.

2.3.1. 1ª fase: Da eleição à perda de maioria no Legislativo

No dia 14 de abril de 2013, O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) emitiu o resultado das eleições, que deu a vitória para Nicolás Maduro por 50,61% dos votos contra 49,12% conquistados por Henrique Capriles, seu adversário. A pequena margem de vitória era um indício do acirramento da polarização que desde 1998 era visível no país e que, portanto, Maduro não teria vida fácil nos anos subsequentes. Para fins de comparação, na eleição de

2012, na qual Hugo Chávez ganhou antes de falecer, a margem obtida foi significativamente maior: Chávez havia conseguido 685 mil votos a mais que Maduro conseguiu em 2013, vencendo a eleição por uma diferença de 12% dos votos³⁷.

O discurso de Maduro, após o resultado, foi o do enfrentamento às classes dominantes, em vez de buscar apaziguar os conflitos: “Aqui não haverá pacto com a burguesia, haverá diálogo com a classe operária, com os empresários patriotas, com os estudantes secundaristas, universitários (...)”³⁸. A oposição tampouco se mostrou disposta a dialogar e questionou o resultado, apontando irregularidades sem apresentar provas. Henrique Capriles, em entrevista para o canal de TV *Globovisión*, anunciou que não reconheceria a vitória de seu oponente e convocou o povo para saírem às ruas³⁹. Na madrugada de 15 de abril, começaram a ocorrer atos de violência, tendo como alvo as unidades do PSUV, sedes do CNE e sedes dos meios de comunicação públicos.

Parte significativa dos veículos de comunicação de língua inglesa de grande alcance mundial, como *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *The Independent*, dentre outros, retrataram as eleições de maneira desfavorável à coalizão vitoriosa. Os enquadramentos menos críticos davam enfoque ao acirramento da disputa e aqueles mais beligerantes enfatizavam o suposto caráter ditatorial do processo eleitoral, dando pouco espaço para a avaliação dos observadores internacionais, dentre eles, o *Carter Centre*, organização sem fins lucrativos criada pelo ex-presidente Jimmy Carter, que atestavam a lisura do pleito. No âmbito doméstico, o embate entre mídia comercial opositora versus mídia estatal pró-governo se manteve, com uma parcela considerável da primeira reproduzindo a linha editorial seguida pelos maiores órgãos de comunicação do Norte Global (MACLEOD, 2018a, p.61).

Na Assembleia Nacional, a coalização governista, denominada *Gran Pólo Patriótico*, por possuir maioria (ocupava 98 das 165 cadeiras), foi capaz de impor retaliações aos opositores. O presidente da Casa e uma das figuras públicas mais proeminentes do PSUV, Diosdado Cabello, conseguiu aprovar uma medida que negava a palavra aos parlamentares e suspendeu os salários daqueles que não reconhecessem a vitória de Maduro⁴⁰.

Os deputados do *Gran Pólo Patriótico* conseguiram, ainda, aprovar a Lei Habilitante,

³⁷ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_venezuela_resultado_pu_dt

³⁸ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130414_venezuela_resultado_pu_dt

³⁹ <https://www.telesurtv.net/news/La-violencia-de-la-derecha-en-Venezuela-en-abril-de-2013-20160408-0050.html>

⁴⁰ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130501_vene_violencia_polarizacao_pai

outorgando poderes especiais ao presidente para legislar por meio de decretos durante um ano com o fim de combater a crise econômica. Mais especificamente, com a aprovação da Lei, o presidente pôde aumentar os controles cambiais e comerciais, regular mais fortemente as importações, aplicar medidas de racionamento e controlar o financiamento de partidos políticos⁴¹. Verifica-se, pois, que com a maioria no Parlamento, o Executivo conseguiu concentrar poderes em suas mãos, diversificando os mecanismos que dispunha para combater as adversidades que poderiam surgir.

Na esteira dessa guinada centralizadora, a Força Armada Nacional da República Bolivariana (FANB) já dava alguns sinais de que continuaria a ser um importante aliado do chavismo. Em um discurso público junto a dirigentes do PSUV, militares do alto comando das Forças Armadas demonstraram a sua inclinação em favor do governo. Ademais, afirmaram que deviam obediência ao legado do ex-presidente Hugo Chávez, a quem chamaram de “líder supremo”, e se referiram à FANB como uma instituição “chavista” e “socialista”. Alegando que tais declarações violavam princípios republicanos prescritos pela Constituição, oficiais militares da reserva entraram com uma ação no Tribunal Superior de Justiça (TSJ) para impedir que atitudes voltassem a ocorrer. Não obstante, o TSJ entendeu que os militares estavam desfrutando do direito de se expressar, prerrogativa condizente com a natureza da democracia participativa e protagônica. O aval do Tribunal abriu espaço para a partidarização das instituições militares e demonstrações explícitas de apoio ao governo passaram a ocorrer ao longo do governo Maduro (JÁCOME, 2017, p. 50).

Os escudos legislativo, militar e judiciário eram, desde o início, cruciais para contrabalancear a insatisfação que vinha das ruas desde os primeiros dias de governo. A primeira grande ameaça à manutenção do poder veio no início de 2014, com a eclosão de uma série de protestos contra Nicolás Maduro. Manifestantes responsabilizavam o governo pela inflação galopante de mais de 56% se comparada ao ano anterior e pelo desabastecimento de produtos básicos. As motivações socioeconômicas, sem embargo, não eram as que predominavam nos protestos de 2014, fato raro na história das mobilizações populares na Venezuela. De acordo com López Maya e Uzcátegui (2016), mais de 90 % das mobilizações sociais nas ruas, entre 1999 e 2015, ocorreram por razões de caráter socioeconômico. Porém, 2014 revelou uma mudança: pela primeira vez, as causas civis ou políticas, que envolviam, por exemplo, demonstrações de repúdio à insegurança e à injustiça, denunciando as condições desumanas do sistema penitenciário e judicial, bem como de repúdio ao próprio presidente e

⁴¹ <https://es.slideshare.net/YsrraelCamero/ley-habilitante-de-2013>

aos partidos políticos, foram predominantes. Os protestos que levantavam essas bandeiras representaram 52% do total.

Isso não quer dizer, entretanto, que protestos motivados pelas condições materiais da vida cotidiana, como aqueles que objetivam alcançar melhorias econômicas para as classes trabalhadoras, diminuíram. Pelo contrário, eles cresceram, mas em um ritmo bem menor do que as mobilizações motivadas por questões civis ou políticas. Ao todo, pelo menos 800 mil pessoas mobilizaram-se nas ruas entre fevereiro e março de 2014 em 16 estados da Venezuela, utilizando repertórios variados: marchas, orações coletivas, intervenções artísticas, *guarimbas* (modalidade que envolve o fechamento de ruas e são potencialmente violentos), dentre outros (UZCÁTEGUI, 2014). Houve 9286 mobilizações sociais na Venezuela ao longo do ano de 2014, totalizando mais do que o dobro de protestos ocorridos no ano anterior (LÓPEZ MAYA e UZCÁTEGUI, 2016). Para fins de comparação, entre outubro de 2001 e setembro de 2002, período que compreende o frustrado golpe contra Hugo Chávez, foram contabilizados menos de 1300 mobilizações de rua (ACOSTA, 2007).

Além das condições materiais da vida do cidadão venezuelano e da insatisfação com as instituições políticas e o governo, essa efervescência pode também ser, em partes, explicada, pela perda de um líder dotado de carisma - característica que Maduro não herdou do seu antecessor - capaz de articular as demandas de grupos particulares em torno de um projeto universal (LACLAU; MOUFFE, 1985), de maneira a conter a elevação da temperatura dos conflitos. Além disso, nota-se o aumento do grau de politização estimulado pelas políticas de participação direta e do nível de educação formal da sociedade venezuelana, que se tornou mais consciente de seus direitos e da necessidade de lutar para que suas reivindicações sejam atendidas. Entre 2001 e 2010, a quantidade de estudantes matriculados em programas de ensino superior aumentou por volta de 85% (UZCÁTEGUI, 2014).

No entanto, o saldo dos protestos não foi positivo para a oposição formal, responsável pela convocação e organização de parte dessas mobilizações. Um de seus principais líderes, Leopoldo López, acabou preso. Ele se entregou à polícia no dia 18 de fevereiro, após ter sua prisão decretada sob a acusação de terrorismo e de homicídio. Mais tarde, esta acusação foi retirada, mas ele acabou respondendo por incêndios, danos, além de instigação e associação para delinquir⁴². Rafael Uzcátegui (2014) lançou a hipótese de que tal rendição foi uma performance executada com o intuito de reunir as forças sociais insatisfeitas com o chavismo em torno da liderança de Leopoldo López, tendo em vista a falta de um eixo central que

⁴² <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/entenda-os-protestos-na-venezuela.html>

unificasse as estratégias opositoras. Essa tentativa se mostrou fracassada e a ausência de consenso sobre quem deveria liderar o processo de contestação do governo permaneceu.

Cabe pontuar que, naquele momento, a despeito de ambos os lados não terem reconhecido a vitória de Maduro, a oposição se encontrava dividida. De um lado, se encontrava a oposição moderada, cujo expoente maior era Henrique Capriles, que era contra a violência e defendia que as próprias contradições e erros de Maduro resultariam na sua queda. De outro lado, estava a oposição radical, que procurava se inscrever num campo oposicionista alternativo, adotando a estratégia de enfrentamento das forças de segurança nas ruas. De acordo com o site *Wikileaks*⁴³, o partido de Leopoldo López, o *Vontade Popular*, um dos mais atuantes dentro deste segundo campo opositor, já havia sido financiada pela *US Agency for International Development* (USAID), um órgão do governo estadunidense, para destituir Hugo Chávez, o que demonstra também a ingerência da política externa do Estados Unidos nos assuntos internos da Venezuela em favor dos grupos que adotavam repertórios violentos.

É também relevante mencionar que a coalização dos partidos oposicionistas, a Mesa da Unidade Democrática (MUD), é bastante heterogênea e reúne partidos de bases ideológicas distintas, que vão desde a extrema direita até mesmo a esquerda. A única bandeira capaz de unir todos esses grupos em torno de uma coalizão é o fato de se contraporem ao governo chavista. Daí a dificuldade de chegarem a um acordo sobre qual seria a melhor estratégia para retirar Maduro do poder.

As correntes de oposição que aderem aos protestos são obrigadas a dividir as ruas com as forças chavistas, porque, ao mesmo tempo em que há mobilizações contrárias, ocorrem mobilizações pró- governo. No dia 12 de fevereiro de 2014, por exemplo, estudantes simpatizantes da oposição, acompanhados de políticos, se reuniram na Praça Vermelha, em Caracas, para criticar a política econômica de Maduro e exigir a libertação de universitários detidos nas manifestações dos dias anteriores. Grande parte dos canais privados de TV transmitiu ao vivo esse protesto e junto com a mídia internacional *mainstream* construíram uma narrativa que negligenciava a violência produzida pelos manifestantes (MACLOED, 2018a).

Já os militantes chavistas, diante os holofotes das TVs estatais, se reuniram em diversas praças de Caracas vestidos de vermelho para comemorar os 200 anos da “Batalha da Vitória”, importante evento que antecedeu a independência da Venezuela, e demonstraram

⁴³ https://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS1408_a.html

apoio a Maduro. Ao noticiar as *guarimbas*, esses meios enfatizavam a violência dos manifestantes, ocultando a truculência com que os policiais respondiam aos protestos (MACLOED, 2018a). Portanto, pode-se afirmar que as ruas, naquele momento, mantinham o seu caráter ambivalente: elas representavam tanto uma ameaça como um escudo para a manutenção do mandatário venezuelano.

Independentemente das manifestações de apoio, era notório que a onda de protestos de 2014 tinhagerado um efeito nocivo para a popularidade de Maduro. Em dezembro de 2015, o governo sofreu uma derrota bastante significativa, que trouxe à tona a crescente insatisfação com o chavismo: a coalizão governista perdeu a maioria na Assembleia Nacional. A MUD conquistou 112 cadeiras, que representam 2/3 do total, contra 55 cadeiras obtidas pelo PSUV. Com a supermaioria no Parlamento, a oposição passaria a ter poder de aprovar sozinha a convocação de uma Assembleia Constituinte (AC) para reescrever a Constituição. Essa foi a primeira vez em 16 anos que o chavismo perdeu o controle do Parlamento, o que significou a maior derrota do governo até então.

Como já dissemos, além do descrédito em relação às instituições políticas e judiciais, a deterioração das condições socioeconômicas explica, em grande medida, a perda de significativa parte da base popular de sustentação do governo. No ano de 2015, foi registrado um elevado nível de inflação (180% em comparação com o ano anterior); o país obteve um déficit fiscal de dois dígitos, pelo quinto ano consecutivo; houve queda de 75% no valor do petróleo; o PIB sofreu uma redução de 5,7%; além disso, a Venezuela foi acometida pela maior fuga de capitais do planeta (SUTHERLAND, 2016).

Esses fatores impactaram a vida da população, que convivia cada vez mais com a escassez de bens e serviços. Para comprarem produtos de necessidade básica a preços acessíveis, como alimentos, por exemplo, precisavam aguardar horas em longas filas, tornando a rotina da maioria das pessoas deveras desgastante. A baixa oferta de produtos básicos decorria do fato de uma grande parcela do empresariado se negar a produzir e vender por preços impostos pelo governo, pois alegavam que a taxa de lucro era muito baixa.

Diante desse quadro alarmante, muitos eleitores tradicionais do chavismo perderam a confiança no seu líder, o que fez com que o número de votos nulos triplicasse em comparação com a eleição legislativa anterior. O discurso da oposição, por sua vez, tornou-se mais eficiente, ao centrar-se mais em temas econômicos, em vez de enfatizar, como fez em eleições anteriores, a suposta “ameaça comunista” representada pelo PSUV (SUTHERLAND, 2016).

Ademais, os grupos opositores adotaram estratégias comunicativas que pareciam mais alinhadas com as mudanças no acesso à informação por que passava não somente a sociedade venezuelana, mas o mundo como um todo. Jesus Chío Torrealba, coordenador da campanha da MUD, teve a ideia de criar um canal no *YouTube* para se contrapor ao discurso oficial. O canal obteve grande número de seguidores, chegando a alcançar, no dia da eleição, uma audiência superior à dos canais de TV aberta (FERNANDEZ, 2018, p. 190). Outra evidência de transformações nas dinâmicas de acesso à informação é que o *Twitter* foi escolhido por 25% dos eleitores como o principal canal pelo qual se informaram sobre os candidatos durante a campanha, ocupando o topo do ranking, à frente da imprensa na internet (com 18%) e da TV (com 14%).

Percebe-se, portanto, que, com a disseminação do uso das novas tecnologias, os eleitores passaram a se informar também por canais nos quais tinham acesso aos candidatos sem a intermediação dos filtros da imprensa ou dos meios eletrônicos tradicionais, e nos quais os algoritmos tendem a bombardeá-los com informações consonantes com seus valores e crenças, em detrimento de informações com cujo conteúdo eles não se identificam. Não à toa os eleitores governistas e opositores têm perfis distintos no que concerne à busca por informações. Enquanto apenas 12% dos chavistas encontravam na internet sua principal fonte de informação política, entre os opositores, a proporção era de 36%. Com relação às redes sociais, em particular, 8% dos chavistas contra 26% dos antichavistas tinham-nas como sua fonte principal de informação (DATINCORP 2016).

A estratégia de comunicação com os cidadãos venezuelanos projetada pelo governo durante o início do mandato era bastante centrada na disputa pelas narrativas construídas no âmbito dos meios eletrônicos tradicionais e da imprensa. O governo comprou ou facilitou a compra por empresários chavistas de meios de comunicação com linha editorial favorável à oposição. As aquisições desses canais não se davam por meio de violência ou ameaça, mas se pressionava por vias tributárias ou de outra natureza, pagando preços acima da média do mercado (REYES, 2013).

Por um lado, essa estratégia pode gerar efeito positivo, uma vez que mesmo os temas discutidos nas redes sociais, muitas vezes, são agendados pela grande mídia. Dessa forma, amplia-se o poder do discurso oficial de agendar os temas sobre os quais a sociedade vai discutir. Por outro lado, esse poder fica mitigado pela baixa audiência das emissoras públicas de TV, que detinham apenas 8% da audiência total do país, da qual quase metade era dominada por canais privados abertos. A RCTV, por exemplo, antes de não ter a sua concessão

renovada em 2007, era o canal favorito dos telespectadores venezuelanos, com 46% de audiência. A sua sucessora, a estatal *Televisora Venezolana Social* (TVes), alcança apenas 2% (FERNANDEZ, 2018).

Maduro chegou a reconhecer que era preciso investir nos novos meios eletrônicos e criou o *Vice-ministério de Comunicación para las Redes Sociales*, sem que isso resultasse em grandes transformações nas disputas discursivo-midiáticas. Além do mais, as redes são uma arena de caráter horizontalizada na qual alcançar a hegemonia na disputa da narrativa é uma missão quase impossível. Logo, as redes sociais tornaram um terreno no qual a oposição, no contexto da campanha das eleições legislativas, foi mais bem-sucedida e esse foi mais uma razão pela qual ela saiu vitoriosa.

Após a derrota, Maduro adotou um tom conciliador e reconheceu o resultado⁴⁴. Entretanto, em novembro, Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) acatou a denúncia de compra de votos apresentada pelo PSUV contra três deputados opositores eleitos, que, por isso, foram impedidos de assumir os seus cargos. Dessa forma, a oposição perderia três assentos na AN, o que custaria a sua supermaioria, não tendo força, pois, para aprovar a instauração de uma nova Constituinte. Nesta pesquisa, não temos o intuito de analisar juridicamente se a decisão do Tribunal Supremo está em conformidade com as leis venezuelanas, mas sim o de verificar se as decisões tomadas pela Corte são benéficas ou não para o governo. Nesse caso, é possível afirmar que o aval para a impugnação dos três deputados foi crucial para mitigar o ímpeto da oposição em destituir Maduro.

Percebendo a necessidade de fortalecer o escudo judiciário frente à iminente ameaça parlamentar, no dia 23 de dezembro, a menos de duas semanas para a coalizão opositora assumir o controle da Assembleia Nacional, os deputados chavistas se articularam para aprovar a nomeação de 13 novos juizes para o TSJ⁴⁵. O Tribunal tem o poder de autorizar investigações de atos supostamente criminosos cometidos pelo presidente, vice-presidente, ministro e parlamentares, bem como pode vetar leis aprovadas na Assembleia Nacional.

No plano geopolítico, os dois primeiros anos do Governo Maduro não apresentaram mudanças significativas no jogo de forças que pressionam e que sustentam o mandatário, em comparação com o governo Chávez. A contradição da relação bilateral com Washington se

⁴⁴ <https://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/12/depois-de-16-anos-de-chavismo-oposicao-ganha-maioria-legislativa-na-venezuela.html>

⁴⁵ <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/parlamento-venezuelano-designa-13-magistrados-para-o-supremo-tribunal-de-justica,94d020277be6c54cd953fd482b2bdd9d386e7o3w.html>

manteve, com o aumento da temperatura do embate com Caracas, sem que isso comprometesse as negociações envolvendo o comércio petrolífero. Logo no início do mandato, o governo venezuelano expulsou unilateralmente dois oficiais militares que atuavam na embaixada norte-americana em Caracas, acusada de conspirar contra Maduro. Um mês depois, Caracas deu um passo em direção à reconciliação ao nomear Calixto Ortega ao cargo de encarregado de negócios na Venezuela em Washington. Essa nomeação foi interpretada como uma demonstração da importância da parceria comercial com os Estados Unidos (ROMERO, 2013, p.5).

A temperatura voltou a subir semanas depois, quando o presidente Barack Obama declarou que não estariam sendo respeitados os princípios democráticos na Venezuela, o que foi prontamente rechaçado por meio de um comunicado escrito em conjunto por líderes de algumas das mais importantes instituições da Venezuela: a presidenta da Assembleia Nacional, a presidenta do Conselho Nacional Eleitoral, a controladora-geral da República, a presidenta do Conselho Moral Republicano, a Fiscal Geral da República e a defensora do povo.

O clima continuou a oscilar ao longo do ano de 2013, com a iniciativa do secretário de estado dos EUA, John Kerry, de se reunir com o chanceler da Venezuela, Elías Jaua com o fim de “estabelecer conjuntamente uma relação mais construtiva”. Essa tentativa de aproximação foi, pouco depois, posta em xeque em virtude da oferta de asilo feita por Nicolás Maduro a Edward Snowden, ex-administrador de sistemas da CIA, agência de inteligência estadunidense, que revelou ao mundo detalhes dos programas de vigilância da Casa Branca. Além disso, a Venezuela e a Unasul se contrapuseram às pretensões imperialistas de invadir a Síria, que, segundo Caracas, envolviam o desejo de Washington em controlar o petróleo do país árabe.

No período de 2013 e 2015, ocorreram ainda algumas sanções à Companhia Anônima Venezuelana de Indústrias Militares (Cavim), que pertence ao Estado, por ter vendido armamentos e tecnologias militares ao Irã, à Coreia do Norte e à Síria, violando a Lei de Não-Proliferação (ROMERO, 2013, p.4). Nenhum desses atritos, contudo, afetou profundamente as relações entre EUA e Venezuela, que continuou vendendo, em média, 1 milhão de barris de petróleo por dia a Washington.

Assim como Washington, Havana enviou a Caracas um sinal, logo no início do mandato de Maduro, de que não haveria grandes transformações na relação com Caracas. A diferença é que a ilha, à época governada por Fidel Castro, é um dos grandes aliados do chavismo, conforme já analisamos. Os dois presidentes firmaram uma série de acordos para

intensificar a aliança estratégica consolidada desde 1999: o envio de profissionais cubanos para atuar nas *missiones* em troca de barris de petróleo venezuelanos⁴⁶ a preços acessíveis e flexibilidade no pagamento de dívidas. Essa flexibilidade fez com que a dívida de Cuba à PDVSA chegasse a 25 milhões de dólares, sem que isso implicasse qualquer atrito entre os países (ROMERO, 2013).

Seguindo a mesma linha que Fidel Castro, Vladimir Putin fortaleceu os laços com Nicolás Maduro. A guerra civil ucraniana, iniciada no final de 2013, colocava em lados opostos EUA e Rússia. O país americano advogava em favor da Ucrânia, que almejava impedir a emancipação da região da Crimeia do seu território, e os russos defendiam a independência da Crimeia, que, no ano seguinte, foi anexada à Federação Russa. Com o agravamento das tensões, Moscou promoveu, em 2015, mais um exercício militar com a Caracas no mar do Caribe, estratégia que já havia sido adotada em 2008 no contexto da guerra da Geórgia. Para Robert Evan Ellis, não há coincidência entre os eventos na Ossétia do Sul e na Crimeia e os exercícios navais na Venezuela mandam a seguinte mensagem: “se os EUA se envolverem nas ‘franjas’ da Rússia, a Rússia estará disposta e poderá projetar força militar no ‘quintal’ dos Estados Unidos”⁴⁷ (ELLIS, 2017, p. 10).

Diante do agravamento da crise política e econômica, especialmente a partir de 2015, os russos resolveram adotar um plano arriscado de investir uma grande quantia de capital para prover serviços e financiar a recuperação da PDVSA, por meio da *Rosneft*, empresa petrolífera cuja maioria das ações pertence ao Estado russo. A *Rosneft* injetou por volta de US\$7 bilhões na Venezuela entre 2014 e 2019, tornando-se a principal fornecedora de petróleo ao país andino e sendo fundamental para aliviar a pressão econômica imposta pelas sanções aprovadas por Washington. Esse investimento é tido como arriscado, pois, em caso de mudança de regime na Venezuela, os contratos assinados poderiam ser questionados e anulados, já que não foram referendados pela Assembleia Nacional. Em contrapartida, se mantido o governo, Moscou detém a segurança energética de ter acesso à maior reserva de petróleo do mundo (TEIXEIRA JR, 2019a, p.31).

Já a China escolheu uma opção mais cautelosa, em vista do acirramento dos conflitos políticos na Venezuela, e retraiu o seu aporte financeiro. No entanto, essa cautela não significou uma mudança de direção nas relações entre os dois países e, como veremos na 2ª fase, Pequim permaneceu na posição de segundo maior exportador e de segundo maior

⁴⁶ Em 2013, haviam 50 mil profissionais cubanos atuando em solo venezuelano (KRUIJT, 2020, p.92).

⁴⁷ Tradução nossa para o seguinte trecho no original: “if the U.S. involves itself in Russia’s ‘near abroad’, then Russia is willing and able to project military force in the U.S. own ‘backyard’”.

importador de produtos a Caracas, atrás apenas de Washington⁴⁸.

Podemos, então, apresentar resumidamente a análise das variáveis relativa à primeira fase do governo da seguinte maneira:

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	A MUD conquista ampla maioria, impondo a maior derrota do chavismo no Congresso, que pela primeira vez deixa de ser escudo	-
Instituições de Justiça	-	Continuam tomando decisões em favor do governo: permitiu que oficiais da ativa continuassem dando declarações em apoio ao chavismo; impugnou três deputados opositores
Forças Armadas	-	Oficiais do alto escalão fizeram demonstrações públicas de apoio ao governo e de lealdade aopassado chavista

⁴⁸ <https://oec.world/en/profile/country/ven/>

Geopolítica	Estados Unidos impõem algumas sanções, mantém posição crítica ao chavismo, inclusive com indícios de terem financiado protestos contrários ao governo, mas sem causar profundos danos na comercialização de petróleo entre os dois países	Principais aliados permanecem os mesmos: Rússia, China, Cuba, países da onda rosa e organizações regionais latino-americanas
Mídia	Crescimento do uso das redes sociais pela oposição e os meios tradicionais permanecem, em sua maioria, contrários ao governo	Manutenção do apoio de grande parte da mídia estatal
Protestos de rua	Alta intensidade, atingindo o ápice em fevereiro e março de 2014, em que exigia-se, dentre outras coisas, a saída de Maduro da presidência	Ocorrem manifestações populares de apoio, mas em intensidade significativamente mais baixa

Comparativamente à correlação de ameaças e escudos herdada do governo Chávez, destacamos que as principais transformações ocorreram nas variáveis: protestos de rua, legislativo e instituições de justiça. O ciclo de protestos de 2014 se mostrou bastante nocivo para a popularidade do governo, o que contribuiu para a derrota massiva nas eleições legislativas de 2015. Como resposta, o governo procurou reforçar o escudo judiciário. No que tange às estratégias do governo e da oposição formal, não observamos o seguinte:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Fortalecimento do poder presidencial, com a aprovação das Leis Habilitantes e com a ampliação do apoio no Judiciário. Aguinada centralizadora passa a prevalecer cada vez mais em relação à radicalização da democracia	Continuou dividida devido a heterogeneidade da MUD e a tentativa de Leopoldo López de se projetar como o líder foi fracassada

2.3.2. 2ª fase: O recrudescimento da militarização e da judicialização da política

O embate entre Parlamento e Judiciário se intensificou no início da nova legislatura. Logo na primeira semana de 2016, o presidente da AN, Henry Ramos Allup, juramentou a posse dos três deputados impugnados pelo TSJ⁴⁹. Em resposta, o órgão judiciário, amparando-se no artigo 336.7 da Constituição, decidiu que as ações da Assembleia seriam invalidadas enquanto mantivesse o desacato e justificou, ainda, que uma série de medidas aprovadas pelo Parlamento já estavam em desacordo com a Constituição⁵⁰. Para aumentar a pressão sobre Allup, a bancada chavista passou a boicotar as ações no Parlamento, não permitindo que houvesse quórum nas sessões enquanto a oposição não respeitasse a ordem judicial⁵¹.

Em abril, mesmo em meio à disputa judicial para retornar ao seu funcionamento normal, a AN conseguiu aprovar a lei da anistia para libertar opositores presos, entre eles Leopoldo López. Mais uma vez, o TSJ respondeu em favor do governo, declarando que tal lei era inconstitucional, argumentando que “foram cometidos crimes de delinquência organizada que não guardam relação com crimes políticos”⁵².

Outra estratégia da oposição foi reunir assinaturas para solicitar um referendo revogatório, um instrumento previsto na constituição que permite o poder público consultar a população para saber se ela deseja ou não a interrupção do mandato presidencial. A primeira fase do processo foi conduzida com sucesso, tendo a oposição conseguido reunir a assinatura de 1% dos eleitores dos 24 estados venezuelanos. Na segunda fase, seria necessário apoio de

⁴⁹ <https://www.telesurtv.net/news/Oposicion-no-acatara-sentencia-sobre-desacato-de-AN-venezolana-20160111-0057.html>

⁵⁰ <https://revistaforum.com.br/noticias/supremo-da-venezuela-assume-funcoes-da-assembleia-nacional-enquanto-legislativo-estiver-em-desacato/>

⁵¹ <https://operamundi.uol.com.br/permalink/42892>

⁵² <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/supremo-da-venezuela-declara-lei-de-anistia-inconstitucional.html>

20% dos eleitores, todavia, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão vinculado ao Poder Eleitoral, constatou irregularidades ao revisar as assinaturas e o processo teve que ser paralisado. Henrique Capriles rechaçou a decisão do CNE e juntamente à ativista dos direitos humanos e esposa de Leopoldo López, Lilian Tintorin, e à dirigente da MUD, Maria Corina Machado, convocou manifestações para 22 de outubro, dois dias depois do anúncio feito pela presidenta do CNE, Tibisay Lucena⁵³.

O impedimento do referendo revogatório foi crucial para a manutenção de Maduro na presidência, uma vez que pesquisas indicavam que entre 64 e 68% dos eleitores estavam inclinados a votar pela interrupção do mandato⁵⁴ e a impopularidade do mandatário chegava a 76,4%⁵⁵. Esse alto índice de rejeição se materializou na organização de passeatas para protestar contra a situação econômica e contra a paralisação do referendo. No dia 28 de outubro de 2016, inclusive, foi convocada uma greve geral, porém seu efeito foi menor do que o esperado pelos grupos opositores. A Fedecamaras, maior sindicato patronal da Venezuela, informou, no dia da paralisação, que, em virtude das ameaças do governo, manteria as empresas abertas e delegaria aos funcionários a escolha de participar ou não. Na noite anterior, Diosdado Cabello havia prometido estatizar empresas privadas que apoiassem a greve⁵⁶ e o alto escalão das Forças Armadas haviam declarado “lealdade incondicional” a Maduro e assumido a responsabilidade de inspecionar 720 empresas⁵⁷.

Em meio à elevação da temperatura do embate entre governo e oposição, o Vaticano se prontificou a desempenhar o papel de mediador do conflito. No dia 25 de outubro de 2016, poucas horas depois de anunciar o início das conversações, um conjunto de declarações por parte das autoridades dos partidos opositores, com o apoio de peso de seus apoiadores, impôs o cancelamento do encontro que estava marcado para a semana. Henrique Capriles advertiu o Papa Francisco de que, na crise venezuelana, não era possível “tratar com o diabo”, em referência aos representantes do chavismo, e afirmou o seguinte: “aqui foi dado um golpe de estado e a situação do diálogo apresentada não existe”. Outros líderes partidários, como Henrique Ramos Allup, do Ação Democrática, e dirigentes do Vontade Popular endossaram a fala de Capriles e a MUD lançou um comunicado minimizando a iniciativa do papa e enfatizando a importância do processo de julgamento político de Maduro no Congresso, no

⁵³ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/21/internacional/1477009244_653394.html

⁵⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36953336>

⁵⁵ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/greve-geral-na-venezuela-aumenta-pressao-contra-maduro.html>

⁵⁶ <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,sob-pressao-greve-geral-fracassa-na-venezuela,10000085060>

⁵⁷ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/greve-geral-na-venezuela-aumenta-pressao-contra-maduro.html>

qualas massas deveriam participar manifestando-se nas ruas⁵⁸.

Medeiros e Goulart (2019) chamam atenção para o fato de o insucesso das negociações estar relacionado à transição para um novo ciclo político e à perda do Brasil da sua liderança regional. O ciclo político progressista entrava em declínio em meados da segunda década do século XXI e, para justificá-la, podemos citar a vitória de Mauricio Macri na Argentina, em dezembro de 2015, eleito pela coligação de direita Mudemos, com um plano de governo de caráter fortemente neoliberal. Outro fato ainda mais marcante, que se soma à derrota da esquerda na Argentina, foi o golpe de Estado aplicado por grupos conservadores de direita à presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que sempre teve uma relação amistosa com Hugo Chávez e, depois, com Nicolás Maduro. A coalização que assume no Brasil, liderada pelo vice presidente de Dilma, Michel Temer, também seguiu a mesma linha ideológica do governo Macri, implementando projetos de desregulamentação do Estado e de retirada de direitos sociais. Uma das primeiras consequências dessa inflexão neoconservadora na região, foi a suspensão da Venezuela do Mercosul em 1º de dezembro de 2016. Os demais países-membros alegaram que Caracas não havia incorporado 41 dos 57 acordos previstos no Protocolo de Adesão.

Vale lembrar que o Brasil desempenhou uma função importante no episódio em que a oposição esteve mais próxima de destituir Hugo Chávez do poder, o malsucedido golpe de 2002. Em outras oportunidades, também, o Brasil assumiu o papel de mediador, como no conflito entre o Equador e a Colômbia, presididos por Rafael Correa e por Álvaro Uribe, respectivamente, em 2008. Na ocasião, tropas colombianas invadiram o território equatoriano e mataram um grupo de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ato condenado por Rafael Correa. O governo Lula, almejando uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, manteve uma posição de mediador neutra, evitando defender de maneira explícita um dos lados (GOULART e MEDEIROS, 2020).

A onda neoconservadora não atingiu exclusivamente a América do Sul. O principal adversário internacional da Venezuela, os Estados Unidos, elegeu como presidente o candidato do Partido Republicano, Donald Trump, empresário conhecido por suas posições conservadoras no campo da moral, que adota um discurso agressivo em relação a países cujos governos seguem uma linha ideológica que contrariam os interesses geopolíticos de Washington. No documento intitulado *National Defense Strategy*, publicado pela Casa Branca no primeiro ano de mandato, há o reconhecimento de que a ordem internacional não é mais

⁵⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/internacional/1477408251_251678.html

hegemonizada pelos EUA e de que as grandes nações vêm utilizando todas as formas de expressões do poder na disputa pela hegemonia, não se restringindo apenas à gramática da guerra (TEIXEIRA, 2020).

No tocante à América Latina, o documento destaca que a região é “problemática” por impor três grandes desafios a Washington: a guerra contra as organizações criminosas transnacionais, o enfrentamento aos governos autoritários e o controle da região em vista da presença de “competidores”, em particular a China e a Rússia. Pequim estaria atraindo para a sua órbita os países da América Latina através de empréstimos e investimentos estatais, desafiando a hegemonia comercial que tradicionalmente Casa Branca teve no seu “quintal”. Moscou é também definida como perigosa, devido ao apoio que dá justamente a Cuba e à Venezuela no âmbito militar e na venda de armamentos (TEIXEIRA, 2020).

Nota-se, a partir da análise do *National Defense Strategy*, que a orientação da política externa de Donald Trump retoma a Doutrina Monroe, cujos pilares ideológicos de sustentação são: a doutrina liberal como o único sistema permitido no continente e a vedação a qualquer potência extra regional. A Venezuela estaria infringindo essas duas diretrizes, primeiro, ao flexibilizar a divisão dos poderes, criando mecanismos de participação direta; segundo, por criar fortes vínculos comerciais e diplomáticos com as duas principais potências globais desafiantes e por desrespeitar o embargo econômico a Cuba.

O aprofundamento das tensões nas relações diplomáticas entre Washington e Caracas parece ser inversamente proporcional à dinâmica das parcerias com Pequim e Moscou. Ao passo que a eleição de Trump representa o endurecimento da posição hostil dos EUA ao governo Maduro, as potências desafiadoras davam sinais de que o vínculo com o chavismo era fiel e duradouro. Em dezembro de 2016, o presidente chinês lançou o segundo Livro Branco, documento que versa sobre a orientação da política externa do país. Assim como, no primeiro, a América Latina ocupa um espaço importante entre as prioridades de Pequim, mas, dessa vez, é possível verificar uma acentuação ainda maior do impulso de expansão sobre a região em perspectiva de longo prazo. O primeiro Livro Branco havia sido escrito em 2009 pelo presidente Hu Jintao, que foi sucedido por Xi Jinping, em 2013.

Jinpiang, desde o início de seu mandato, se mostrou inclinado a adensar o intercâmbio comercial e diplomático com os países latino-americanos. Uma das primeiras iniciativas foi a criação do Fórum China-Celac, ocasião na qual foi lançado o Plano de Cooperação China-Países Latino Americanos e Caribenhos, que vigorou por cinco anos. Na segunda versão do

Livro Branco e no Fórum, Xi Jinping apresenta o conceito “1+3+6”, sob o qual as relações entre China e América Latina deveriam estar fincadas. O “1” é uma referência ao fato de existir apenas um plano para os dois lados. O “3” representa os três motores da parceria: comércio, investimento e cooperação financeira. Por fim, o “6” diz respeito as áreas onde estão concentrados os objetivos principais da cooperação: energia e recursos, infraestrutura, agricultura, manufatura, ciência e inovação tecnológica, e tecnologias de informação. Com relação à Venezuela, o aprofundamento da cooperação rendeu, entre 2015 e 2017, 62,2 bilhões de dólares em empréstimos oriundos do governo chinês, voltados, principalmente, para a área de infraestrutura, mineração e energia (TEIXEIRA JR, 2019a, p.10 -12).

Com uma conduta similar, Moscou aprofundou o seu protagonismo econômico-comercial na relação com Caracas, utilizando a *Rosneft*, empresa estatal petrolífera, como instrumento de política externa. Tal empreitada era parte do processo de avanço do governo Putin na estratégia de contestar a hegemonia estadunidense na ordem global, o que ficou claro com o lançamento pelo Kremlin, em 2016, de dois documentos cujos títulos são: “O Conceito da Política Externa da Federação Russa” e “Estratégia Nacional”. Neles, avalia-se que a multipolaridade, a globalização e a ampla diversidade cultural e civilizacional são fenômenos estruturantes das mudanças que vem ocorrendo no espectro da toda a política internacional. Uma das marcas desse novo cenário é justamente a instabilidade e a insegurança, que demandam o uso da força como solução em determinados contextos.

Diante disso, uma das preocupações de Caracas e Moscou decorria da constatação de que a capacidade militar venezuelana vinha se deteriorando com o avanço da crise econômica, o que prejudicava a importação de peças de reposição para manutenção dos equipamentos militares. Moscou, então, intensifica o seu papel de modernizador da FANB, ampliando o comércio de armamento com Caracas (TEIXEIRA JR, 2019b, p.37). Assim, podemos afirmar que à medida que a ameaça externa por parte de Washington se fortalecia, o escudo externo criado por Pequim e Moscou se torna mais resistente.

O ano seguinte, 2017, trouxe também novos desafios no âmbito doméstico. Para lidar com os mesmos, o governo continuou contando com o apoio do Poder Judiciário, que, no dia 29 de março, tomou mais uma decisão prejudicial para a oposição. Com a permanência da situação de desacato, o TSJ assumiu as competências do Parlamento atribuindo à Sala Constitucional do Tribunal a função de legislar, sob a justificativa de que os trabalhos legislativos estavam paralisados. Além disso, o TSJ já havia decretado a quebra da imunidade dos parlamentares, devido também à situação de desacato em que se encontrava a

Assembleia⁵⁹, bem como concedia amplos poderes ao presidente para lidar com casos de crime organizado e terrorismo. Tais medidas foram revogadas pela própria Corte poucos dias depois, em meio às pressões recebidas de dentro e de fora da Venezuela⁶⁰. A OEA e a Comissão de Direitos Humanos da ONU, por exemplo, avaliaram que o ato era uma espécie de golpe de Estado judicial ou de autogolpe (LLORENS, 2018).

O acirramento dos conflitos entre governo e oposição e entre os poderes, combinado com o pioradas condições socioeconômicas, resultou na explosão da segunda grande onda de protestos, iniciada em abril de 2017. As manifestações começaram de forma pacífica com dezenas de milhares caminhando em direção aos prédios do governo no centro de Caracas, mas não conseguiam chegar ao local de destino devido ao bloqueio exercido pela Guarda Nacional, um dos quatro componentes das Forças Armadas, que se utilizava de balas de borracha, gás lacrimogênio e canhões de água para dispersar as multidões.

A frequência dessas mobilizações foi aumentando e os manifestantes passaram a se equipar melhor para o confronto com as forças de segurança, passando também a adotar estratégias violentas de combate. No dia 19 de abril, ocorreu o que a oposição cunhou de “mãe de todos os protestos”, que tinha como meta reunir o máximo número de pessoas pedindo a saída de Maduro. Henrique Capriles, em entrevista, explicou que a pauta dos protestos era exigir “o respeito à Assembleia Nacional, a liberação de presos políticos e a convocação de eleições gerais”⁶¹. Ademais, tinham como objetivo entregar uma carta ao defensor do Povo⁶², Tarek William Saab, solicitando a remoção dos magistrados da Sala Constitucional do TSJ. Nas ruas, era claro também a insatisfação com o desabastecimento de produtos básicos, sobretudo de comida e de remédio.

Mais uma vez, os grupos opositores não conseguiram se estabelecer como os interlocutores protagonistas das mobilizações. A MUD encontrava dificuldades para coordenar as ações e, em várias ocasiões, seus representantes deram instruções contraditórias sobre os horários e a modalidade dos protestos convocados, gerando confusão entre aqueles que queriam aderir às mobilizações. Isso resultava na dispersão dos manifestantes, que caminhavam em direções distintas, ao invés de se concentrarem em um único ponto específico da cidade (LLORENS, 2018, p.78).

⁵⁹ <https://www.cartacapital.com.br/mundo/tribunal-supremo-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento/>

⁶⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39462149>

⁶¹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-clima-de-tensao-manifestantes-vaao-as-ruas-na-venezuela.ghtml>

⁶² A Defensoria do Povo é uma das instâncias do Poder Cidadão da Venezuela, cuja função é promover, vigiar e defender os direitos humanos.

O perfil dos manifestantes era bastante heterogêneo, formado em sua maioria por jovens que não se identificavam com os partidos políticos. Dentre os grupos, se destacava a “La Resistência”, formado por jovens encapuçados dispostos a participar em confrontos físicos com as forças de segurança. Intitulavam-se os “guerreiros” e, utilizando uma estética anarquista, exibiam repúdio tanto ao governo, quanto aos políticos opositores, além de rechaçar os demais protestos que utilizavam repertórios pacíficos (LLORENS, 2018, p.77).

Da parte do governo, observou-se também o uso de violência excessiva na repressão aos manifestantes. Maduro ativou o Plano Zamora, uma estratégia cívico-militar proposta pela FNAB, no qual oficializava a incorporação de grupos armados paraestatais no combate às mobilizações. De maneira reiterada, foram reunidas forças militares, milicianas e populares, com a participação dos *colectivos*⁶³ para coibir a ação dos manifestantes.

A ação repressiva das forças de segurança rebaixou o nível de liberdade de expressão, em virtude dos inúmeros casos de intimidação, agressão e ataque sofrido por jornalistas e populares que faziam a cobertura dos protestos. Ocorreu, ainda, a expulsão do país de 17 correspondentes estrangeiros; foram feitas denúncias de roubos de equipamentos por parte da Polícia Bolivariana, da Guarda Nacional e dos grupos civis armados. Além disso, alguns websites e canais estrangeiros foram retirados do ar, dentre eles a *CNN En Español*, acusada de realizar campanha contra o governo. Ao todo, o ano de 2017 apresentou, em relação ao ano anterior, um aumento de 173% no número de casos em que se violou a liberdade de expressão de jornalistas (ESPACIO PÚBLICO, 2018).

Segundo dados da ONU, o índice de violência superou o da onda de protestos de 2014, quando houve 43 mortes. Em 2017, foram 125 óbitos, sendo 46 causados pela ação das forças de segurança e 27 pelos coletivos e por volta de 5400 pessoas foram detidas⁶⁴. Destas, 120 estavam sendo julgadas por cortes militares, decisão que foi alvo de críticas por parte da Anistia Internacional: “O governo está se movendo para além do escopo da legalidade. O Direito Internacional estabelece claramente que é inaceitável tratar civis da mesma maneira que militares, o que representa a violação dos direitos humanos”⁶⁵.

Como vimos na seção 2.2, a militarização da sociedade venezuelana é tributária da estratégia iniciada no governo de Hugo Chávez. Foram expurgados militares dissidentes e

⁶³ Organizações comunitárias criadas para atender aos interesses coletivos das diversas comunidades, mas que são acusados por organizações de defesa dos direitos humanos de serem grupos paramilitares armados que praticam atividades criminosas e agem de forma violenta para proteger a “Revolução Bolivariana”.

⁶⁴ <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313461>

⁶⁵ <https://www.theguardian.com/world/2017/may/25/venezuela-protests-riots-frontline-caracas-nicolas-maduro>

aqueles leais que ocupam posições de mando tiveram suas funções ampliadas ao longo dos anos, passando a exercer tarefas civis, como o gerenciamento e a execução de projetos sociais (KRUIJT, 2020, p. 90). As Forças Armadas atualmente dirigem diversos elementos do cotidiano: a distribuição dos alimentos e dos remédios às farmácias; controlam a circulação, os metrô, além de empresas do complexo industrial denominado Zona Econômica Militar Socialista. Na esfera da coalizão governista, dos 32 ministros em junho de 2017, 13 eram militares e 11 dos 23 governadores eram militares reformados⁶⁶. Tais fatos demonstram a importância do apoio das Forças Armadas para sobrevivência do chavismo.

Francine Jácome (2017, p.46) observa que o Ministério do Poder Popular para a Defesa, responsável pela coordenação das instituições militares e chefiado por um general, Vladimir Padrino López, vai reunindo, no decorrer do governo Maduro, cada vez mais poder dentro do Executivo, se convertendo na ordem máxima do país, atrás apenas do presidente. Uma resolução assinada por Maduro, ainda em 2015, dava aos órgãos chefiados pelo Ministério a permissão para o uso de armas de fogo para reprimir manifestações violentas. Em fevereiro de 2016, o governo autorizou a criação de 20 empresas mistas (o Estado detinha 55 % das suas ações) como parte do Plano do Arco Mineiro de Orinoco, voltada para a exploração de minérios, como ouro, bauxita, cobre e diamantes, em áreas banhadas pelo Rio Orinoco. Esse trabalho de extração mineral ficaria a cargo da Companhia Anônima Militar das Indústrias Minerais, Petrolíferas e de Gás (Camimpeg), que, por sua vez, era presidida pelo Ministério chefiado por Padrino López. Jácome (2018) entende que, além de ampliar o espaço de atuação na cúpula do governo, os militares adquirem o status de empresários, ao deterem o controle de importantes empresas estatais, por onde circula grande quantidade de dinheiro público. Além da Camimpeg, outras quatro empresas são administradas quase que exclusivamente pelos militares: o Banco da FANB; a Televisão da FANB, a empresa militar de transporte e a Agrofianb, uma empresa agrícola.

O grau de concentração de poder nas mãos do general Vladimir Padrino é criticado por setores da oposição e por acadêmicos não apenas pelo suposto risco à democracia que a estrutura hierárquica militar representa. São feitas também acusações de que muitos dos membros da FANB que estão em posição de comando nessas empresas não teriam qualificação técnica para ocuparem os cargos administrativos. Além disso, existem indícios de esquemas de corrupção em funcionamento dentro dessas instituições, que estariam alimentando o enriquecimento ilícito da burocracia chavista (JÁCOME, 2017, p.47).

⁶⁶ <https://apublica.org/2017/06/venezuela-sem-fake-news/>

A ausência de ferramentas eficazes de controle à ação das instituições militares torna complicada a tarefa de frear tais esquemas ilícitos. Jácome aponta a Comissão de Segurança e Defesa da Assembleia Nacional como o único instrumento capaz de atuar nesse sentido; porém, devido às punições impostas pelo TSJ à AN, a Comissão deixou de ter o poder de supervisionar as Forças Armadas, no tocante aos seus aspectos doutrinários e à aplicação do dinheiro público (JÁCOME, 2017, p.49).

Sabendo da necessidade de atrair os militares para o seu lado, o deputado opositor e vice-presidente da AN, Freddy Guevara, instaurou, no fim de maio, a Comissão de Garantias para a Transição, cujo objetivo era fazer leis de anistia para aqueles que mudassem de lado e isentá-los de possíveis punições a partir do momento em que a oposição chegasse ao poder. Ou seja, militares rebeldes retomariam seus postos de trabalho após a destituição do presidente⁶⁷. A Lei de Anistia aprovada, entretanto, foi interpretada como inconstitucional pelo Supremo Tribunal.

O caminho da oposição rumo à destituição de Maduro se tornou mais árduo. Em meio à onda de protestos, ela sofreu mais uma derrota, ao ver um dos seus principais líderes, Henrique Capriles, ser proibido de exercer cargos públicos por 15 anos. A sanção foi deferida pela Controladoria Geral da Venezuela, órgão que pertence ao Poder Cidadão, por não haver apresentado o projeto de *Ley de Presupuesto* para o exercício fiscal do ano de 2013 perante o Conselho Legislativo de Miranda, estado venezuelano do qual era governador. Além disso, Capriles foi acusado de promover convênios de cooperação com embaixadas da Polônia e da Grã-Bretanha sem autorização legal, omitindo o procedimento de seleção de contratistas⁶⁸.

⁶⁷ <https://apublica.org/2017/06/venezuela-sem-fake-news/>

⁶⁸ <https://www.telesurtv.net/news/Henrique-Capriles-es-inhabilitado-por-ilicitos-administrativos-20170407-0044.html>

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	Oposição tem maioria, enfrenta o Judiciário e acaba perdendo a queda de braço, entrando em desacato	-
Instituições de Justiça	-	TSJ invalida as ações do Legislativo e declara a Lei de Anistia como inconstitucional. O CNE paralisa o andamento do processo para aprovar a convocação de um referendo revogatório. O Poder Cidadão retira os direitos políticos de Capriles
Forças Armadas		Reprimem os protestos e ganham cada vez mais espaço em posições de comando no governo
Geopolítica	Vitória de Donald Trump nos EUA e ascensão da direita na América do Sul, que resultou na suspensão do Mercosul e na perda de aliados importantes na região, como Brasil e Argentina	Manutenção dos Principais aliados fora da região sul-americana: Rússia, China, Cuba

Mídia	Mídia comercial permanece predominantemente crítica ao governo, sofrendo cada vez mais ameaças das forças de segurança, com o aumento expressivo no número de casos de violação da liberdade de expressão	Mídia estatal permanece predominantemente pró-governo
Protestos de rua	Explosão da maior onda de mobilizações contrárias ao governo	Diminuição significativa da popularidade do presidente e da capacidade de mobilizar o seu escudo popular

No conflito entre Executivo e os partidos opositores, observamos o seguinte:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Aumento da repressão praticada pelas forças de segurança como forma de lidar com o avanço da ameaça popular. A militarização e a judicialização se aprofundam.	A heterogeneidade da MUD se manteve, o que impactou negativamente a organização e coordenação dos protestos de rua, nos quais os partidos opositores não conseguiram assumir protagonismo.

Em resumo, podemos verificar que, nesta segunda fase, o governo Maduro se deparou com uma grande ameaça vinda do Parlamento, mas o escudo judiciário foi fundamental para contê-la. Primeiro, o TSJ impugnou três deputados opositores, retirando da oposição a supermaioria conquistada; depois, decretou que o Parlamento estava em desacato, ao desrespeitar a ordem judicial juramentando os três deputados; e, ainda, julgou que a lei de anistia para presos políticos era inconstitucional.

O Poder Eleitoral e o Poder Cidadão também tomaram decisões cruciais que beneficiaram a sobrevivência de Maduro na presidência. O primeiro interrompeu o processo de solicitação de um referendo revogatório, do qual o mandatário teria grandes chances de ser destituído. O Poder Cidadão, por sua vez, por meio da Controladoria, tornou inelegível um dos maiores líderes da oposição, Henrique Capriles.

Tais vitórias no âmbito institucional, contudo, não foram suficientes para mitigar a insatisfação popular com a crise socioeconômica e com as estratégias adotadas pelo governo para lidar com a mesma. Com baixa popularidade, Maduro viu explodir uma série de protestos violentos que reivindicavam a sua saída do poder como a solução para melhorar a qualidade de vida do povo venezuelano.

O apoio militar foi essencial para amenizar o ímpeto dos protestos: pela repressão violenta praticada pelos membros da Guarda Nacional - que cometem muitos abusos contra os direitos humanos, mas estão protegidos por uma lei que defende o uso de força letal caso um oficial se sentir ameaçado⁶⁹ - e pela ação dos tribunais militares, que julgavam os casos em que se alegava terem ocorrido atos terroristas.

É importante notar que se estivéssemos investigando somente os protestos de rua e o Legislativo, conforme sugere Pérez-Liñan (2007), poderíamos incorrer no erro de acreditar que Maduro iria cair em abril de 2017. Naquele momento, a oposição, claramente disposta a derrubar o presidente, tinha maioria confortável na Assembleia Nacional, e, somado a esse fator, explodiu a maior onda de protestos que reivindicavam a saída do presidente como solução para a crise política, social e econômica vivida pelo país. No entanto, tal cenário extremamente desfavorável não resultou na queda do mandatário venezuelano.

O cenário internacional, por seu turno, apresentou mudanças que produziram um impacto desfavorável para o chavismo. É possível identificar uma inflexão no ciclo político da América do Sul, com a ascensão de governos de direita nos dois maiores países da região,

⁶⁹ <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/01/22/Por-que-os-militares-venezuelanos-respaldam-Maduro>.

econômica e geograficamente. Na Argentina, Mauricio Macri foi eleito de forma democrática, enquanto, no Brasil, Michel Temer, antigo vice-presidente, assumiu a presidência após um golpe de Estado, retirando do poder o PT, partido que, durante os 13 anos em que esteve no comando, manteve vínculos, comerciais e diplomáticos, de grande relevância para a sustentação do chavismo. Além disso, os Estados Unidos elegeram Donald Trump, que passou a exercer uma política externa ainda mais ameaçadora ao governo Maduro, fato que ficará ainda mais notório na seção seguinte. Em contrapartida, Rússia e China dão passos importantes no sentido de proteger a Venezuela do boicote que a Casa Branca lhe impõe.

2.3.3. 3ª fase: A Assembleia Constituinte como estratégia para lidar com as ameaças

Para lidar com a onda de protestos, que já durava 30 dias quase que ininterruptos, Nicolás Maduro anunciou, no dia 1º de maio, a convocação de uma Assembleia Constituinte (AC), cujos membros seriam escolhidos pelo voto popular. O presidente ponderou, contudo, que não se tratava de uma nova Constituição, mas basicamente o intuito era adicionar à Constituição de 1999 os programas sociais já existentes e as reformas na reorganização do Estado que haviam sido implementadas. Maduro prometeu não dissolver os demais poderes e garantiu que a Assembleia Nacional não deixaria de existir com a instauração da Constituinte⁷⁰.

Em última análise, a convocação da AC serviria, segundo o próprio presidente, para “retomar a paz e traçar um caminho para um diálogo renovado”⁷¹. E pode-se dizer que tal estratégia foi momentaneamente bem sucedida, tendo em vista que os protestos de rua foram perdendo força logo após o anúncio do resultado das eleições, no dia 30 de julho⁷².

No âmbito jurídico, o governo argumentava que os artigos 5 e 348 da Constituição lhe dava respaldo legal para levar à frente essa iniciativa, pois, em linhas gerais, garantem que “o voto direto é o exercício da soberania do povo” e que o presidente é uma das autoridades públicas detentora do poder de convocar uma Assembleia Constituinte. Enquanto isso, a MUD se posicionou contra e baseou-se no mesmo artigo 5 e no artigo 347 para afirmar que a convocação era inconstitucional, pois o povo venezuelano deveria ser consultado previamente

⁷⁰ <https://www.telesurtv.net/news/Venezuela-Asamblea-Nacional-Constituyente-20170501-0034.html>

⁷¹ <https://www.theguardian.com/world/2017/may/24/venezuela-nicolas-maduro-constitution-elections-delay>

⁷² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-e-chavismo-levam-maior-parte-dos-estados-nas-eleicoes-para-governador-diz-cne.ghtml>

se desejava ou não uma nova Carta Magna⁷³.

Não tendo obtido sucesso em frear a medida proposta por Maduro, as críticas da oposição passaram a centrar-se na maneira como foi definida a composição da Constituinte. Dos 545 membros, 2/3 seriam eleitos por voto direto através de eleição territorial: cada município teria um representante independentemente do seu tamanho e as capitais teriam dois representantes. O 1/3 restante seria composto por representantes de diferentes setores sociais: organizações sociais chavistas, sindicatos, indígenas, pequenos fazendeiros etc. Tal composição foi tida como fraudulenta pelos opositores, por privilegiar setores que tradicionalmente apoiam o chavismo. Em decorrência disso, Capriles convocou mais manifestações, evocando os artigos 332 e 350 da Constituição, que autorizam o engajamento em atos de desobediência civil caso os direitos básicos estejam sendo violados⁷⁴. O líder opositorista, inclusive, planejava uma viagem para Nova York, onde iria visitar a ONU e denunciar as violações dos direitos humanos existentes na Venezuela, mas teve o seu passaporte confiscado⁷⁵.

Percebendo que o presidente teria força suficiente para reescrever a Carta Magna, os grupos opositores lançaram um plebiscito extraoficial, no qual a população teria que responder (1) se rejeitava a assembleia constituinte (2), se desejavam que as forças armadas defendessem a constituição existente e (3) se queriam antecipar a eleição presidencial. O índice de participação foi de 35% do eleitorado, tendo 98% dos 7,1 milhões de participantes votado contra Maduro. O Poder Eleitoral, sem embargo, não reconheceu o resultado, afirmando não ter autorizado a consulta, além de ter havido suspeitas de fraudes. Um jornalista, por exemplo, gravou um vídeo em que revelou ter conseguido votar cinco vezes⁷⁶, o que leva a crer que o grau de participação foi ainda mais baixo do que o anunciado.

Após a derrota, o vice-presidente da Assembleia Nacional, Freddy Guevara, anunciou, em nome do MUD, a proposta da assinatura de um governo de unidade nacional, uma espécie de poder paralelo ao presidente Nicolás Maduro, bem como a nomeação de magistrados para formar um TSJ alternativo, já que julgavam que o Supremo havia perdido a sua independência e se tornado um braço do governo chavista. Alguns desses magistrados foram, mais tarde,

⁷³ <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/47277/venezuela-oposicao-decide-que-filiados-a-mud-nao-concorrerao-a-cargos-de-deputados-constituintes>

⁷⁴ <https://www.theguardian.com/world/2017/may/24/venezuela-nicolas-maduro-constitution-elections-delay>

⁷⁵ <https://www.theguardian.com/world/2017/may/20/venezuela-50th-day-of-protests-brings-central-caracas-to-a-standstill>

⁷⁶ <http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/07/17/venezuela-un-video-revelador-fraude-quien-dijo-fraude-el-plebiscito-chimbo-trucho/>

presos.

Sob a justificativa de que as eleições dos membros da Constituinte não eram legítimas nem legais, a MUD decidiu não lançar nenhum candidato, o que resultou na formação de uma Assembleia em que todos os 545 legisladores eram ligados ao movimento bolivariano⁷⁷. A partir do início do seu funcionamento, a presidenta da Constituinte, Delcy Rodriguez, anunciou que seriam retiradas do Parlamento as atribuições de legislar acerca de temas de ordem interna, de segurança nacional, direitos humanos, sistema socioeconômico e finanças, o que não impedia a AN de legislar sobre outros temas⁷⁸.

Em retaliação, o Mercosul decidiu renovar a suspensão da Venezuela. Em comunicado, o bloco regional declarou que a suspensão era “um chamado imediato para o início de um processo de transição política e restauração da ordem democrática”. O documento exortava, ainda, o país a “respeitar o cronograma eleitoral” e “garantir o pleno gozo dos direitos humanos, das garantias individuais e das liberdades fundamentais”, além de demandar a libertação de presos políticos, a restauração das competências do poder legislativo e a anulação da Assembleia Constituinte⁷⁹.

Tal conclamação não foi atendida por Caracas. O governo não voltou atrás com a Assembleia Constituinte e uma das primeiras medidas aprovadas foi a de destituir a procuradora-geral Luísa Ortega Días, uma aliada histórica do chavismo. Ortega havia protagonizado duras acusações aos grupos opositores, sobretudo durante o terceiro mandato de Hugo Chávez. Todavia, a procuradora começou a confrontar o governo de Maduro ainda em 2016, na ocasião da prisão de alguns líderes opositores e, em 2017, ela se posicionou contra a decisão do Supremo de incorporar a função de legislar no lugar do Parlamento. O estopim do rompimento entre Ortega e o governo se deu justamente com a convocação da Assembleia Constituinte, a qual rejeitou e, mais tarde, entrou com um pedido junto à Justiça para anular suas funções até que os votos para a eleição dos membros fossem recontados⁸⁰.

A reação governista foi imediata e dura: o deputado governista Pedro Carreño pediu ao Supremo sua destituição do cargo por insanidade mental, o congelamento de seus bens e a proibição de sair do país⁸¹. O presidente Maduro, por seu turno, a acusou de ter sido cúmplice com os protestos violentos ocorridos entre abril e julho de 2017. Nota-se, pois, que uma

⁷⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/internacional/1501448809_702194.html

⁷⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/18/internacional/1503077085_432617.html

⁷⁹ <https://www.dw.com/pt-br/mercosul-suspende-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democr%C3%A1tica/a-39980040>

⁸⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/18/internacional/1503077085_432617.html

⁸¹ <https://www.cartacapital.com.br/mundo/luisa-ortega-a-procuradora-chavista-que-se-rebelou-contramaduro/>

autoridade importante dentro do Poder Cidadão foi destituída por representar uma ameaça ao projeto governista.

Durante a segunda metade do ano de 2017, o Judiciário continuou tomando decisões que favoreciam o governo. Para citar como exemplos, a Justiça retirou a imunidade parlamentar de Teddy Guevara, vice-presidente da AN, que articulou a formação de um Tribunal Supremo paralelo, e condenou quatro prefeitos a 15 meses de prisão por não terem acatado a ordem presidencial de impedir manifestantes de fecharem vias estratégicas para o transporte de pessoas e mercadorias⁸². Segundo a acusação, a permissão para manifestantes fecharem as ruas fere o artigo 87 da Lei Orgânica do Poder Público. Porém, se, de um lado, o governo, com o aval da Justiça, conseguia se livrar da ameaça de alguns opositores, de outro, a Constituinte fazia um gesto de reconciliação com seus adversários ao determinar a libertação de 120 presos da oposição⁸³.

No que tange aos militares, o apoio a Maduro foi mais uma vez posto à prova. No dia 6 de agosto de 2017, um grupo de rebeldes do estado de Carabobo formado por militares e civis vestidos com uniforme das Forças Armadas, comandados pelo um militar reformado Juan Caguaripano, promoveu um levante contra o presidente Maduro em um quartel na cidade de Valência, mas acabaram rendidos por outros membros das Forças Armadas. Em um vídeo publicado na Internet, Caguaripano se declarou contra a “tirania assassina de Nicolás Maduro” e defendeu que o levante não era golpe, mas sim “uma ação cívica-militar para restabelecer a ordem constitucional e salvar o país da destruição total”⁸⁴. O comandante exigia que o governo respeitasse a independência do Parlamento. Houve protestos próximo ao local onde aconteceu o levante em favor dos rebeldes. No entanto, o alto escalão das Forças Armadas reforçou o apoio ao governo, ajudando a desconstruir a narrativa de que Maduro já não teria mais a proteção dos militares.

Diante de diversos focos de contestação, o fim de 2017 apresentou duas novas provas de fogo para testar a força do governo: as eleições para governadores, em outubro, e para prefeitos, em dezembro.

Na primeira, conquistou uma vitória expressiva ao vencer em 18 dos 23 estados do país, incluindo o estado de Miranda, reduto importante para a oposição, já que Henrique

⁸² <https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1AO1A8-OBRWD>

⁸³ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/08/03/interna_internacional,977746/completa-um-ano-constituente-que-ajudou-maduro-e-desarticulou-oposicao.shtml

⁸⁴ <https://www.dw.com/pt-br/governo-reprime-levante-militar-na-venezuela/a-39985268>

Capriles era, até então, o governador. O índice de participação foi de 61% dos eleitores⁸⁵.

Muitos analistas se perguntavam como o PSUV teria recuperado tamanho apoio popular em meio à galopante crise econômica. A magnitude dos problemas enfrentados por Maduro pode ser confirmada pelos seguintes dados: por quatro anos seguidos, a Venezuela sofria a inflação mais alta do mundo (estimada em 2616% em 2017); um déficit fiscal de dois dígitos pelo sexto ano consecutivo; o risco paísera o maior do mundo; as reservas chegaram ao nível mais baixo dos últimos 20 anos e a população continuava a sofrer com a escassez de produtos. Ademais, o valor do dólar paralelo, que é utilizado como parâmetro para fixar os preços dos produtos, cresceu 2500% em 2017. Nesse cenário, observou-se uma transferência de renda para o capital importador e para setores da burocracia governista, que se beneficiavam da desvalorização do bolívar para importar bens de consumo, muitas vezes de forma fraudulenta (SUTHERLAND, 2018). Como, então, explicar que diante desse panorama adverso, especialmente para as classes populares, o partido governista tenha conseguido sucesso eleitoral?

Manuel Sutherland (2018) explica que essa reviravolta, em menos de dois anos após a dura derrota nas eleições legislativas, foi resultado das estratégias adotadas pelo governo, pelo excesso de confiança da oposição e pela incapacidade da mesma em responder às demandas das classes populares. A primeira estratégia posta em prática por Maduro foi o adiamento das eleições estaduais, que aconteceriam em dezembro de 2016, para outubro do ano seguinte, ganhando, assim, tempo para reverter o quadro adverso⁸⁶. Além disso, o governo procurava acalmar os ânimos, refutando a existência da crise e responsabilizando as conspirações entre a direita e as forças imperialistas pelos resultados catastróficos da economia.

No entanto, eram necessárias ações concretas que, de fato, impactassem positivamente a vida da população da Venezuela, principalmente a daqueles que pertenciam aos setores mais pobres. Maduro tomou quatro medidas nesse sentido, que deram algum alívio à pressão popular nesse meio tempo: utilizou a máquina eleitoral do PSUV para distribuir produtos básicos a eleitores de redutos que tradicionalmente apoiam o chavismo; emitiu moedas através do Banco Central da Venezuela, aumentando a liquidez da economia; postergou os ajustes macroeconômicos, que poderiam afetar negativamente alguns setores da economia e

⁸⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-e-chavismo-levam-maior-parte-dos-estados-nas-eleicoes-para-governador-diz-cne.ghtml>

⁸⁶ Na legislação da Venezuela, não há uma menção clara da data em que as eleições devem ocorrer, o que dá margem para o chefe do Executivo escolhê-la, contanto que elas ocorram de quatro em quatro anos: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/venezuela-adia-eleicoes-regionais.html>

manteve os subsídios de 99,99% ao preço da gasolina, transporte, água, dentre outros bens e serviços, cujo acesso era quase gratuito naquele momento (SUTHERLAND, 2018).

Tais políticas são extremamente efetivas, sobretudo em regiões onde o Estado é a única fonte de emprego e renda devido à carência de empresas privadas. Portanto, de acordo com Sutherland (2018), “sem a necessidade de extorquir ou chantagear a população mais empobrecida, a expansão do gasto público de maneira clientelista funciona como um igualador social muito eficaz”.

A campanha dos partidos membros da Mesa da Unidade Democrática, por sua vez, foi marcada por certa apatia, por se mostrarem incapazes de apresentar propostas concretas que visassem a atender às demandas populares. Segundo o economista venezuelano, é como se os partidos opositores tivessem falando “de costas para a situação concreta do país”. Esse equívoco pode ter sido fruto do excesso de confiança que possuíam em relação à vitória, tendo em vista que a MUD havia declarado, antes das eleições, que esperava conquistar 90 % dos estados (SUTHERLAND, 2018).

Ademais, a violência dos protestos de 2017 - muitos deles convocados por líderes do Vontade Popular e do Primeiro Justiça – transmitiu uma mensagem negativa para uma parcela significativa da população. Na época, houve relatos de agressões e linchamentos a cidadãos chavistas, e até a outros que não eram apoiadores do governo, mas que eram lidos pelos manifestantes como tendo “traços fenotípicos de chavistas”, o que denota que o racismo foi também um elemento intrínseca à atuação de muitos dos grupos de direita que foram às ruas em 2017. Mais ainda, foram noticiadas situações em que apoiadores dos partidos Vontade Popular e Primeiro Justiça invadiram pequenas propriedades onde supostamente viviam eleitores de Maduro (SUTHRELAND, 2018).

Tais atitudes impossibilitaram que a direita radical criasse uma identificação com grande parte do eleitorado que ocupa a base da pirâmide social, especialmente entre aqueles cujas posições ideológicas estavam localizadas à esquerda no espectro político. Por conseguinte, mesmo estando insatisfeitos com a situação concreta de suas vidas e, possivelmente, também com o governo, muitos desses eleitores não concebiam o voto nos dois partidos acima citados como uma alternativa viável para atingir seus propósitos.

Não à toa, o partido da oposição que conseguiu o maior número de governos estaduais foi o Ação Democrática, que não havia aderido às *guarimbas* (apelido dado às manifestações de rua que fazem uso de repertórios violentos) de 2017. O partido, que adota um discurso

social-democrático, saiu vitorioso em quatro estados.

Ao receber com surpresa o resultado que indicava a vitória do PSUV, a MUD não reconheceu o resultado, alegando ter havido fraudes no pleito, sem apresentar provas. Apesar da acusação, não houve indícios de irregularidades nem denúncias formais por parte dos 1300 observadores internacionais. Dentre eles, o presidente do Conselho de Especialistas da América Latina, Niconor Moscoso, um dos responsáveis por coordenar a fiscalização da lisura do processo eleitoral, validou os resultados oficiais⁸⁷, depois de 14 auditorias, das quais membros da oposição participaram ativamente. Cabe ressaltar ainda que o processo eleitoral venezuelano, naquele momento, era o mais auditado do mundo e concebido por muitos especialistas como seguro, devido, entre outros motivos, ao fato de ser o único no qual se abrem caixas de votação no fim do dia e se faz uma contagem logo após o encerramento das votações (SUTHERLAND, 2018).

Dos governadores eleitos pelos partidos opositores, apenas um não foi empossado, por conta de desobediência. Juan Pablo Guanipa, do estado de Zulia, se recusou a atender a ordem de comparecer à Assembleia Constituinte para ser juramentado por entender que a AC não era legítima, ficando, dessa forma, o cargo de governador de Zulia vago e uma nova eleição foi anunciada para dezembro. Tal decisão realçou as tensões existentes no interior da MUD, pois Guanipa, que é do partido Primeiro Justiça, o mesmo de Henrique Capriles, fez duras críticas aos demais governadores da oposição eleitos – todos os quatro do partido Ação Democrática – por terem se “curvado perante a AC”. Em decorrência disso, o partido Primeiro Justiça resolveu sair da MUD em retaliação à Ação Democrática. O resultado das eleições para governadores, portanto, além de ser um sintoma de que o governo ainda detinha uma força política considerável, gerou uma racha na MUD, enfraquecendo-a na disputa pelo poder presidencial⁸⁸.

As eleições municipais de dezembro pareciam ser uma segunda prova de fogo para o governo. Entretanto, oito partidos da oposição (entre eles, o Ação Democrática) desistiram de participar do pleito em protesto às supostas fraudes ocorridas nas votações anteriores e por entenderem que a abstenção seria um mecanismo de pressão relevante a fim de conseguir “boas condições para a eleição que realmente importa: a eleição presidencial”⁸⁹.

⁸⁷ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-e-chavismo-levam-maior-parte-dos-estados-nas-eleicoes-para-governador-diz-cne.ghtml>

⁸⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/apos-duas-derrotas-oposicao-venezuelana-decide-nao-participar-de-eleicoes-municipais/>

⁸⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/apos-duas-derrotas-oposicao-venezuelana-decide-nao-participar->

A despeito do boicote de parte da oposição, 16 partidos participaram da disputa eleitoral, dentre eles o tradicional COPEI, mas o PSUV foi o grande vitorioso, vencendo em 22 das 24 capitais do país, e conquistando, no total, 300 dos 335 municípios do país. O comparecimento caiu em comparação com as eleições para governadores e foi de 47%⁹⁰. Tal queda pode ser explicada pelo apelo feito por parte dos partidos que se abstiveram de participar para que os eleitores também boicotassem o processo.

Embalado pelos resultados obtidos, o governo se articulou, por meio da Assembleia Constituinte, para antecipar a eleição presidencial (que a princípio aconteceria somente em dezembro de 2018) para o dia 30 de abril. A medida encontra respaldo na Constituição, que não estipula uma data específica para que ocorra a escolha do novo mandatário, porém desde 1958, quando terminou a ditadura do general Marcos Pérez Jimenez, a eleição tradicionalmente acontecia no mês dezembro, exceto em três ocasiões.

Maduro argumentou que a antecipação do pleito era uma resposta às sanções que a Venezuela vinha sofrendo. Os Estados Unidos já haviam anunciado, em agosto de 2017, o impedimento da entrada de alguns ministros do governo venezuelano e de sete membros da Corte Suprema em seu território. Dias depois, proibiu que fossem realizadas transações com títulos da dívida venezuelana e impediu que fossem comprados bônus da PDVSA⁹¹. No início de janeiro de 2018, a União Europeia aprovou sanções parecidas sob a justificativa de que os direitos humanos estavam sendo constantemente violados no país andino. Por conseguinte, Maduro quis mandar o recado para esses países de que a democracia estava em pleno funcionamento na Venezuela e argumentou que as eleições presidenciais de abril seriam o 25º pleito no país nos 19 anos que o chavismo estava no poder.

O Grupo de Lima⁹² e a Organização dos Estados Americanos (OEA) rechaçaram a convocação da disputa eleitoral para abril, pois o fato de estarem apenas a três meses do pleito “impossibilitaria a realização de eleições presidenciais democráticas, transparentes e confiáveis, conforme padrões internacionais”⁹³. Além da pressão dessas duas organizações, a Venezuela sofreu um importante revés com o enfraquecimento da Unasul, bloco regional que buscou, desde a sua criação, mediar os conflitos envolvendo o país, sem ferir o princípio da

de-eleicoes-municipais/

⁹⁰ <https://www.theguardian.com/world/2017/dec/11/venezuela-president-maduro-threatens-to-ban-rivals-from-future-elections>

⁹¹ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>

⁹² Grupo criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar o reestabelecimento da democracia na Venezuela. Fazem parte do Grupo os seguintes países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.

⁹³ <https://exame.abril.com.br/mundo/venezuela-antecipa-eleicoes-e-proibe-a-oposicao/>

soberania nacional. A guinada à direita na América do Sul levou Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru a abandonarem as atividades do grupo⁹⁴, sendo que juntos respondiam por 83% do orçamento do bloco⁹⁵. Em defesa da Venezuela, a Unasul já havia, dentre outras atitudes, condenado as sanções impostas por Washington, além de ter se mantido neutra diante de atitudes polêmicas do presidente venezuelano, como, por exemplo, a criação da AC. Porém, com a saída desses seis países, a organização já não tinha força suficiente para fazer frente às pressões exercidas contra o governo Maduro, que, apesar disso, manteve firme a decisão de antecipar as eleições presidenciais.

No início de fevereiro, quando as coalizões começaram a ser formadas para o lançamento de candidaturas, a oposição sofreu outra derrota. O CNE não registrou os partidos políticos que desistiram de participar das eleições municipais, dentre eles os três partidos opositores mais atuantes contra o governo: o Ação Democrática, o Primeiro Justiça e o Vontade Popular. De acordo com um decreto da Constituinte, tais partidos deveriam ter renovado o registro de seus membros para estarem aptos a lançarem candidatos, o que não teria sido feito⁹⁶. A proibição dos principais adversários de participar das disputas era um indício de que os conflitos e as tensões não iriam se dissipar no curto prazo.

Apesar de toda a pressão externa e interna, a campanha para reeleição mostrou que o governo ainda tinha potencial de mobilizar seus apoiadores: em um de seus comícios, por exemplo, Maduro conseguiu lotar um estádio de beisebol no início do mês de maio⁹⁷. Esse potencial se materializou nas urnas, com a confirmação de mais um mandato presidencial, tendo conquistado 67% dos votos, contra 21 % de Henri Fálcon, o segundo colocado.

O comparecimento foi de 46%, próximo daquele obtido na eleição para prefeito⁹⁸, o que fez a oposição dentro e fora da Venezuela usarem esse argumento para questionar a legitimidade do resultado. Pode-se afirmar que, comparado aos 80% de participação obtidos em 2013, o índice de participação teve uma queda preocupante. Entretanto, outros países em que o voto é opcional registraram números não muito diferentes em eleições presidenciais: no Chile, em 2017, foram registrados apenas 49% de participação; na Colômbia, em 2014, somente 48% do eleitorado esteve presente para votar; e, mesmo nos EUA, em 2016, 56% votaram

⁹⁴ Restaram apenas Venezuela, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Uruguai

⁹⁵ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/04/25/O-que-%C3%A9-a-Unasul.-E-como-mudan%C3%A7as-pol%C3%ADticas-regionais-amea%C3%A7am-o-bloco>

⁹⁶ <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-cne-registro-organizaciones-politicas-20180201-0055.html>

⁹⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/04/venezuela-por-que-o-chavismo-continua-movendo-multidoes/>

⁹⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/14/cobertura-especial-or-eleicoes-na-venezuela/>

para a escolha do presidente⁹⁹. Em grande medida, a baixa participação se deveu, novamente, ao fato de os principais líderes da oposição não estarem participando da disputa e ao fato de que eles próprios incentivaram seus apoiadores a boicotar o pleito em protesto ao governo¹⁰⁰.

Os países aliados, em especial Rússia, China e Cuba, parabenizaram Nicolás Maduro pela vitória. Em sentido contrário, o secretário de estado dos EUA, John Sullivan, a OEA e o Grupo de Lima condenaram o resultado, bem como os opositores venezuelanos, que não reconheceram a derrota.

O adversário derrotado, Henri Fálcon, alegou que seus observadores tinham sido barrados de acompanhar os trabalhos em muitos postos de votação. Além disso, acusou o governo de ter usado ônibus do estado para levar seus apoiadores aos postos de votação e de dar bônus aos eleitores pró- governo que compareceram para votar¹⁰¹. Esse bônus foi, inclusive, anunciado pelo próprio presidente em um comício, no estado de Anzoátegui: “Todos os que têm o Carnê da Pátria precisam votar, é dando que se recebe (...). Estou pensando em dar um prêmio ao povo da Venezuela que saia para votar nesse dia com o Carnê”¹⁰².

O *Carnet de la Pátria* é um cartão mediante o qual a população consegue acesso aos benefícios sociais. A obrigatoriedade do carnê, estipulada em 18 de dezembro de 2016, foi interpretada, pelos grupos opositores, como uma forma clientelista de manter a lealdade da população mais pobre ao governo, além de promover exclusão social, pois aqueles que não possuem o cartão não recebem os benefícios (KRUIJT, 2020).

Há, ainda, a crítica de que o Carnê seria um instrumento de controle social, já que 70% da população utilizam-no e os dados dos titulares são armazenados em servidores, podendo essas informações ser usadas por parte do governo para monitorar o comportamento e as preferências dos cidadãos, com fins de mobilização eleitoral. No dia da eleição, foram feitas denúncias de que, em alguns colégios eleitorais, coordenadores de seção, presidentes de mesa e membros do PSUV estavam exigindo do eleitor a apresentação do cartão. Soma-se a esses relatos, a crença arraigada na população de que o voto secreto não existe, ou de que o governo sempre sabe como o cidadão votou. Tal crença, entretanto, é baseada em informações

⁹⁹ <https://operamundi.uol.com.br/permalink/49432>

¹⁰⁰ https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/crisis-weary-venezuelans-are-voting-in-election-decried-as-a-maduro-power-grab/2018/05/20/cb7b579e-57d6-11e8-9889-07bcc1327f4b_story.html

¹⁰¹ https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/crisis-weary-venezuelans-are-voting-in-election-decried-as-a-maduro-power-grab/2018/05/20/cb7b579e-57d6-11e8-9889-07bcc1327f4b_story.html

¹⁰² <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-o-regime-de-maduro-usa-um-cartao-social-para-manter-a-populacao-sob-controle-9fyhh6bqmqzquaf0c3qb1h1qor/>

falsas disseminadas na sociedade¹⁰³.

Os principais órgãos de comunicação jornalística de língua inglesa, acessados por pessoas de diversos países, noticiaram a vitória de Maduro como uma farsa antidemocrática, mesma tendência presente na cobertura da mídia comercial venezuelana. Mais uma vez, os veículos estatais contrabalancearam o noticiário, dando espaço para a avaliação dos observadores que confirmaram a legitimidade e eficácia do pleito (MACLOED, 2018b, p.143). A professora da Universidade Simón Bolívar Pasqualina Curcio¹⁰⁴, por exemplo, faz a seguinte análise:

Foram realizadas 18 auditorias ao sistema automatizado. Os representantes do candidato Henri Falcón participaram nas 18 e subscreveram as atas, nas quais manifestam sua conformidade como sistema eleitoral. As auditorias são públicas e televisionadas ao vivo pelo canal do Conselho Nacional Eleitoral. Uma vez realizadas as auditorias, o sistema é bloqueado e a única forma de ter acesso novamente é com a introdução simultânea dos códigos secretos que possui cada organização política. Nenhum dos candidatos que participou no processo eleitoral impugnou os resultados. Não há provas de fraude, não apresentaram qualquer evidência ou denúncia concretada fraude.

Convergindo na mesma conclusão, o Conselho de Especialistas Eleitorais da América Latina (CEELA), cujos membros pertencem a diferentes países, incluindo aqueles hostis ao governo Maduro, elogiou o “alto nível de segurança e eficiência”, destacando que “a vontade dos cidadãos haviam sido livremente expressa nas urnas”. E a “Missão Africana”, uma comitiva de especialistas eleitorais de países da África, caracterizou a eleição como “justa, livre e como a expressão transparente do direito humano ao voto e à participação no processo eleitoral” (MACLOED, 2018, p. 142).

Diante dos fatos narrados, nesta seção, podemos esquematizar a correlação de ameaças e escudos desta maneira:

¹⁰³ <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-o-regime-de-maduro-usa-um-cartao-social-para-manter-a-populacao-sob-controle-9fyhh6bqmqzquaf0c3qb1h1qor/>

¹⁰⁴ <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/opinioao-or-governo-de-nicolas-maduro-ilegitimo-por-que>

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	Continua sob o controle da oposição, mas sua atuação foi fortemente limitada pela Assembleia Constituinte, que incorporou as principais funções legislativas.	-
Instituições de Justiça	-	O TSJ retirou a imunidade parlamentar do vice-presidente do Congresso e o CNE não aceitou o registro dos três principais partidos de oposição, impossibilitando-os de participarem das eleições presidenciais de 2018
Forças Armadas	-	Movimento rebelde dentro das FANB por oficiais de baixa patente é reprimido e os oficiais da alta cúpula reafirmam o apoio ao governo
Geopolítica	EUA e União Europeia estabelecem sanções mais duras à Venezuela; Mercosul renova a suspensão; formação do Grupo de Lima; diversos países e organizações internacionais contestam a vitória presidencial em 2018	Manutenção dos principais aliados fora da região sul-americana: Rússia, China, Cuba, que reconhecem a vitória de Maduro

Mídia	Mídia comercial permanece predominantemente crítica ao governo, enfatizando, no processo eleitoral, alegações de fraudes, em detrimento dos argumentos contrários	Mídia estatal permanece predominantemente pró-governo, produzindo enquadramentos que davam legitimidade ao resultado das eleições
Protestos de rua	O ciclo de protestos de 2017 perde força com a convocação da Assembleia Constituinte	O governo demonstra certa capacidade mobilização ainda, sobretudo no âmbito da campanha eleitoral

O embate entre Executivo e os partidos opositores se deu, principalmente, por meio destas estratégias:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Convocou a Constituinte como forma de arrefecer os protestos; destituiu a procuradora-geral, que de aliada passou a opositora; e antecipou as eleições presidenciais após os resultados positivos nas eleições estaduais e municipais. Além disso, implementou medidas de grande impacto para os setores mais pobres: distribuiu alimentos e isentou os mais pobres do pagamento de certos serviços públicos essenciais	Sofreram grande derrota nas eleições de governadores e os dois únicos partidos opositores que elegeram governadores adotaram estratégias distintas quanto ao reconhecimento da legitimidade da Constituinte; boicotou as eleições para prefeitos e para a Constituinte; e teve a tentativa de golpe, ao criar um STF paralelo, frustrada pelas forças de segurança.

Portanto, percebemos que a estratégia do governo de criar uma Assembleia Constituinte para lidar com os protestos foi momentaneamente eficaz, tanto é que as

manifestações, que vinham ocorrendo quase que diariamente por volta de quatro meses, perderam força a partir de 30 de julho.

Já as estratégias dos grupos opositores para pressionar o governo Maduro não tiveram resultado positivo. Primeiro, lançaram uma consulta popular para verificar se a decisão de instaurar a AC encontrava apoio, mas sofreu represália do Poder Eleitoral, que se manteve alinhado com Maduro. Depois, anunciaram a criação de um poder paralelo, nomeando magistrados para a fundação de um Tribunal Superior alternativo, mas foram rechaçados pela Polícia, que prendeu os magistrados. Por fim, a estratégia de boicotar a votação para a escolha dos membros da Constituinte não se mostrou eficiente, pois os chavistas dominam a Assembleia, que está funcionando e aprovando leis que vão de encontro aos interesses dos partidos opositores, inclusive impedindo alguns dos seus membros de participar formalmente do jogo político.

O Poder Eleitoral foi um importante aliado nesse processo também ao não permitir o registro dos principais adversários de Maduro por não terem cumprido as exigências feitas em decorrência da ausência nas disputas municipais. Na esfera do Poder Cidadão, o chavismo perdeu uma aliada histórica, que se transformou em uma grande ameaça à presidência, mas, após a instauração da Constituinte, os governistas conseguiram prontamente eliminar o risco representado pela procuradora-geral do Estado Luisa Ortega, que se retirou do país.

O Judiciário e as Forças Armadas, por sua vez, manteve uma atuação favorável aos interesses de Maduro. O primeiro enfraqueceu ainda mais o poder do já fragilizado Parlamento, ao retirar a imunidade parlamentar do vice-presidente da Casa. Além disso, condenou quatro prefeitos opositores que desobedeceram a uma ordem do Executivo nacional no contexto dos protestos de 2017. Nesse sentido, podemos afirmar que as instituições de Justiça, além de formarem um “escudo” protetor do governo, funcionam como uma “espada”, que ataca os adversários, procurando fragilizar a oposição. Já os militares, sobretudo os de alta patente, demonstraram mais uma vez fidelidade ao governo, se opondo a um levante civil-militar ocorrido no estado de Carabobo sob o comando de um militar reformado.

Finalmente, entre outubro de 2017 e maio de 2018, o governo Maduro encarou três pleitos eleitorais e conquistou vitórias significativas em todos. A AC e a mobilização popular no momento da campanha foram três pilares fundamentais para os resultados positivos. A AC tomou algumas medidas que contribuíram para enfraquecer a oposição, ao não permitir a juramentação do governador de Zulia, que se recusou a reconhecer a legitimidade da Constituinte, bem como resolveu antecipar as eleições presidenciais, podendo o governo

aproveitar o embalo de ter recentemente saído vitorioso tanto nas eleições para governadores como para prefeitos. Porém, essas ações teriam sido insuficientes para alcançar tais vitórias, se não fosse a participação dos eleitores que se mobilizaram para irem às urnas, principalmente em um país onde o voto é facultativo.

A despeito de toda essa rede de proteção ao governo, é possível notar o recrudescimento de ameaças externas, sobretudo com as sanções impostas por Estados Unidos, União Europeia, que irão se endurecer na próxima fase. Ademais, a suspensão do Mercosul, a pressão do Grupo de Lima e a perda da capacidade da Unasul em mediar conflitos fizeram com que a oposição a Maduro na América do Sul se tornasse mais intensa. Essa inflexão ocorreu na esteira da mudança de ciclo político na região, com a ascensão de governos de direita. Em especial, o golpe no Brasil em 2016 fez com que o país perdesse a liderança regional conquistada ao longo dos anos 1990 e 2000 e, dessa forma, o país não exerceu, como em ocasiões anteriores, o papel de mediar conflitos. A Venezuela ficava cada vez mais isolada no contexto internacional, restando apenas os apoios de China, Cuba e Rússia e, em menor escala, de mais alguns países periféricos.

2.3.4. 4ª fase: A ameaça externa e o fracasso da autoproclamação de Juan Guaidó

Diferentemente de 2013, Nicolás Maduro adota um teor conciliador no discurso pós-eleição em 2018, ao anunciar que convocaria “uma grande jornada nacional de diálogo para reconciliação”¹⁰⁵. O nível de tensão era bastante elevado, sobretudo porque as denúncias de fraudes estampavam as capas de jornais mundo afora e a oposição reafirmava a necessidade de destituir o presidente a qualquer custo.

Ao perceber o agravamento das ameaças que estavam por vir, Maduro optou por assegurar a lealdade dos militares. Nas celebrações do dia da Independência, cinco de julho de 2018, anunciou um programa de promoções entre os militares, que premiou aqueles que demonstraram lealdade ao governo, além de aumentar o salário dos militares de alto escalão. Com isso, um coronel do exército passou a ganhar 15 vezes mais do que um professor universitário e o Ministério da Defesa recebeu um orçamento 35% maior do que o Ministério da Educação e 17 vezes maior do que o da Agricultura, o que denota a prioridade do Executivo em manter a FANB ao seu lado (KRUIJT, 2020, 94-95).

¹⁰⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/21/nicolas-maduro-e-reeleito-presidente-da-venezuela-com-68-dos-votos/>

Como retaliação à vitória, os Estados Unidos aplicaram novas sanções à Venezuela, banindo o envolvimento de cidadãos estadunidenses em negociações de títulos da dívida externa e de outros ativos. A ameaça era clara no discurso de Trump: “pedimos ao regime de Maduro para restaurar a democracia, realizar eleições livres e justas, libertar todos os presos políticos imediata e incondicionalmente, e acabar com a repressão e privação econômica do povo venezuelano”¹⁰⁶. Para piorar a situação, meses depois, Trump anunciou o congelamento de todos os bens estatais do governo venezuelano em seu território, além de proibir transações de parceiros comerciais com Caracas¹⁰⁷.

O resultado foi nefasto para a situação socioeconômica da Venezuela. Em um estudo, Mark Wensbrot e Jeffrey Sachs (2019) concluíram que o conjunto de sanções promovidas reduziu consideravelmente a oferta de alimentos e medicamentos, aumentando a incidência de doenças e da mortalidade infantil. A pesquisa ressalta ainda que a Venezuela teria sido capaz de adotar um programa para controlar a inflação, caso tais medidas não tivessem sido implementadas. No plano diplomático, Martynov (2019), interpreta tal estratégia de Washington realça o já notório enfraquecimento de sua influência externa nas disputas geopolíticas: “as ações garantem que a Venezuela manterá sua independência dos Estados Unidos, jogando de vez nas mãos da Rússia um antigo aliado que reside no seu quintal”.

Curiosamente, no final de 2018, Maduro se reuniu com Putin na capital russa e os dois assinaram um acordo para investir nos setores petrolíferos e auríferos do país sul-americano. Adicionalmente, ficou acertado que Moscou forneceria 600 mil toneladas de trigo, produto fundamental na dieta do povo venezuelano, além de assistência ao sistema de armas venezuelano¹⁰⁸. O ministro da Defesa, Vladimir Padrino, anunciou, ainda, que as Forças Aéreas da Rússia e da Venezuela fariam manobras conjuntas como forma de treinamento para um eventual ataque externo¹⁰⁹. Esse acordo foi providencial, uma vez que a capacidade militar vem se deteriorando, rebaixando o nível de prontidão operacional em decorrência da baixa disponibilidade de peças de reposição e manutenção física¹¹⁰.

No mesmo mês, Maduro viajou também à China, com o propósito de estreitar os laços

¹⁰⁶ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/apos-reeleicao-de-maduro-eua-impoem-novas-sancoes-economicas-a-venezuela.ghtml>

¹⁰⁷ <https://veja.abril.com.br/mundo/impacto-de-sancoes-dos-eua-na-populacao-da-venezuela-preocupa-onu/>

¹⁰⁸ <https://veja.abril.com.br/mundo/em-visita-a-putin-maduro-consegue-us-6-bilhoes-da-russia/>

¹⁰⁹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/10/caracas-e-moscou-farao-manobras-militares-para-a-eventual-defesa-da-venezuela.ghtml>

¹¹⁰ A despeito dessa deterioração, Teixeira Jr (2019b) menciona que a Venezuela ainda detém as estruturas aéreas e antiaéreas mais bem preparadas da região.

financeiros. Sem embargo, a posição de Pequim foi mais cautelosa que a de Moscou, cobrando reformas na PDVSA, cuja produtividade estava abaixo do esperado, para conceder os aportes de investimentos que Caracas desejava. O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, reafirmou a disposição do país em ajudar a Venezuela e chegou a assinar alguns acordos econômicos, mas não foram anunciados compromissos concretos quanto ao desembolso de novas linhas de crédito. Para tanto, Li Keqiang disse esperar que o país sul-americano conseguisse oferecer “apoios institucionais e garantias legais”¹¹¹. A cautela de Pequim, contudo, não representa uma inflexão nas relações com Caracas. Prova disso é que o governo chavista continua importando do parceiro asiático 40 % dos alimentos que distribui à população e, mais recentemente, durante a pandemia, a China, junto com a Rússia, vem desempenhando papel crucial no combate à Covid-19, enviando toneladas de equipamentos médicos, testes de diagnósticos e ajuda humanitária, bem como especialistas da área de saúde¹¹². Ademais, Pequim seguiu sendo um dos maiores vendedores de armamentos à Venezuela, tendo exportado o equivalente a 625 milhões de dólares em equipamentos militares de 2009 a 2019 (TEIXEIRA JR, 2019a, p.14)

Além da ameaça externa dos EUA, Maduro também sofreu um atentado que pôs em risco a sua integridade física. No início de agosto de 2018, quando fazia um discurso por ocasião do aniversário de 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana, ocorreu uma explosão causada por drones próxima ao local onde estava o presidente, que não foi atingido. Ao menos sete funcionários do governo ficaram feridos¹¹³. Um mês e meio após o incidente, o ministro da Comunicação, Jorge Rodríguez, informou a detenção de três envolvidos, dentre eles um coronel reformado. Um dos suspeitos confessou ter tido permissão do chefe de migrações da Colômbia para ter trânsito livre no país durante o período em que o atentado estava sendo planejado, o que confirmou a acusação feita por Maduro logo após o incidente de que o governo colombiano estaria envolvido na tentativa de homicídio. Em entrevista à rede de TV CNN, o suspeito revelou que a tentativa de assassinato foi arquitetada por um grupo de militares desertores do Exército, porém, a Guarda Nacional teve papel fundamental para arruinar o plano: os guardas detectaram a aproximação dos drones e causaram a explosão dos mesmos antes que se aproximasse do alvo, o presidente¹¹⁴.

¹¹¹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/10/caracas-e-moscou-farao-manobras-militares-para-a-eventual-defesa-da-venezuela.ghtml>

¹¹² <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/13/com-menores-taxas-de-contagio-do-continente-venezuela-estende-quarentena-por-30-dias>

¹¹³ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45077090>

¹¹⁴ <https://www.cnn.com/2019/03/14/americas/venezuela-drone-maduro-intl/index.html>

Desde o final dos anos 1990, quando fecharam um acordo bilateral, a Colômbia é parceira dos Estados Unidos, o que posiciona a Venezuela em lado oposto ao do seu vizinho nas disputas geopolíticas. O Plano Colômbia tinha como meta criar uma estratégia para eliminar o narcotráfico no país; por um fim ao que já durava 40 anos na época, desestruturando os grupos guerrilheiros, notadamente as FARC; e promover o desenvolvimento social e econômico. Uma recompensa desse alinhamento com os Estados Unidos veio mais tarde: em 31 de maio de 2018, a Colômbia conquistou uma vaga de sócio global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), se tornando o primeiro país latino-americano a alcançar tal status (TEIXEIRA JR, 2020).

A estratégia de defesa militar, notadamente no âmbito do serviço de inteligência, tem sido fortemente assistida pelo governo cubano. Kruijt (2020) nos informa que o treinamento ofertado por Cuba tem sido vital para o governo venezuelano no que tange ao controle das ameaças internas e externas. Portanto, a atuação de profissionais cubanos pode ter sido fundamental para que a FANB pudesse antever o golpe que estava por vir e proteger a vida de Maduro¹¹⁵.

Apesar de as eleições terem ocorrido em maio de 2018, a posse para o segundo mandato só ocorreu, conforme previsto, em janeiro de 2019. A estratégia da oposição, nesse meio tempo, foi a de angariar o máximo de apoio internacional para pressionar o governo. O Grupo de Lima foi um dos primeiros a aderir à causa, não reconheceu o novo mandato de Maduro e escreveu uma declaração contendo as diretrizes de ação que os países-membros deveriam tomar com relação ao país andino:

- (1) impedir a entrada de altos funcionários do regime venezuelano
- (2) elaborar listas de pessoas físicas e jurídicas com as quais as entidades financeiras e bancárias de seus países não devem operar ou devem realizar especial verificação de antecedentes
- (3) impedir o seu acesso ao sistema financeiro
- (4) congelar os fundos venezuelanos e outros ativos ou recursos econômicos¹¹⁶.

Apenas o México não assinou a declaração devido à política externa mais alinhada à esquerda do recém-empossado presidente, Andrés Manuel López Obrador. O Brasil, a despeito de ter assinado a declaração, não seguiu a sugestão do Grupo de Lima, pois possui a tradição de não aplicar sanções unilaterais. Nada impede, no entanto, que o presidente Bolsonaro adote uma posição diferente, uma vez que não existe uma lei restritiva específica

¹¹⁵ <https://www.osul.com.br/opositores-dizem-que-cuba-e-o-segredo-da-manutencao-de-nicolas-maduro-no-comando-da-venezuela/>

¹¹⁶ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/10/venezuela-nicolas-maduro-mandato-ilegitimo.htm>

para casos como esse¹¹⁷.

No âmbito doméstico, a oposição trouxe para o Parlamento a discussão sobre criar um governo paralelo, iniciada em 2017. O presidente da Casa, Juan Guaidó, pôs a medida em votação e, por ter ampla maioria, aprovou um projeto de lei que autorizava a formação do Conselho Nacional para Transição Democrática. Os opositores alegavam que o cargo presidencial estava vago, pois não reconheciam Maduro como o presidente da Venezuela e se ampararam nos artigos 14, 25 e 26 da Constituição para justificar a formação de um novo governo, uma das tarefas desse novo Conselho. Em linhas gerais, os artigos citados afirmam ser o chefe do Parlamento o responsável por assumir o poder Executivo em caso da ausência de um presidente legítimo, para organizar novas eleições no prazo máximo de 13 meses¹¹⁸.

O estatuto aprovado pelo Conselho Nacional propôs que era necessário cumprir três etapas para “retomar a democracia”: primeiro, declarar a usurpação do poder por parte de Maduro; segundo, ditar os parâmetros para construir um governo de transição; e, finalmente, criar regras para convocar novas eleições. No entanto, antes de o estatuto entrar em vigor, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, proclamou-se presidente da Venezuela em meio a uma mobilização da oposição em Caracas no dia 23 de janeiro de 2019.

Guaidó era pouco conhecido pelo eleitorado venezuelano e foi o político mais jovem, com apenas 35 anos de idade, a chegar ao cargo de presidente da AN. Nasceu em uma família de classe média do estado de Vargas, estudou em universidade privada, se formando em Engenharia. Foi um dos protagonistas dos protestos violentos contra o governo Maduro nos anos de 2014 e de 2017¹¹⁹, o que lhe rendeu uma rápida ascensão dentro do partido Vontade Popular, que via a necessidade de lançar lideranças jovens, em vista da prisão de seu principal líder e da insatisfação da população venezuelana com a “velha política”.

Logo após o anúncio de Guaidó, os EUA e a maioria dos países do Grupo de Lima reconheceram-no como presidente legítimo da Venezuela - ao todo, até o momento atual, são mais de 50 países apoiando a iniciativa de Guaidó¹²⁰. O governo reagiu declarando que o ato da autoproclamação não estava amparado na Constituição e alegou estar sendo vítima de um golpe orquestrado pelas elites internas em parceria com o governo de Donald Trump.

¹¹⁷ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/10/venezuela-nicolas-maduro-mandato-ilegitimo.htm>

¹¹⁸ <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/venezuela-guaido-gobierno-transicion-golpe-estado-eeuu-derecha-20190124-0020.html>

¹¹⁹ <https://www.telesurtv.net/news/guaido-presidente-venezuela-usurpacion-poderes-golpismo-eeuu-20190123-0020.html>

¹²⁰ <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47512386>

Iniciou-se, então, uma queda de braço para ver quem seria de fato o presidente da Venezuela, na qual Nicolás Maduro tinha grande vantagem sobre Juan Guaidó por deter o aparelho repressivo do Estado a seu dispor. O primeiro teste por que passou Guaidó ocorreu no dia 23 de fevereiro, para quando prometeu a entrega de uma ajuda humanitária de mantimentos e remédios, enviada pelos EUA e transportada em caminhões colombianos. A fronteira que liga a Venezuela ao país vizinho, contudo, estava fechada em virtude da “ameaça que o governo colombiano representa à paz e à soberania do povo venezuelano”, segundo afirmou a vice-presidente da AC, Delcy Rodríguez, em sua conta no Twitter¹²¹.

Restava à oposição conseguir o apoio das Forças Armadas para poder passar por cima da ordem de Nicolás Maduro, mas os militares continuaram fiéis ao governo e Guaidó não conseguiu cumprir o prometido.

Diante do agravamento da crise de abastecimento, muitos manifestantes saíram às ruas em protesto à recusa do presidente em aceitar a ajuda humanitária. O mandatário venezuelano afirmou que o interesse dos EUA não era ajudar, mas sim aplicar um golpe de Estado contra ele e argumentou ainda que, se de fato os EUA tivessem a intenção de ajudar o povo venezuelano, a melhor maneira seria removendo as sanções praticadas. Ao mesmo tempo em que ocorreram passeatas demonstrando o descontentamento com o governo, manifestantes pró-Maduro também promoveram protestos nos quais reforçavam a importância de não aceitar a “esmola” dos Estados Unidos¹²².

Conscientes de que a conquista do apoio dos militares era fundamental para derrubar o presidente, a Assembleia Nacional aprovou uma resolução para anistiar todos os militares que tinham praticado atividades repressivas obedecendo a ordens superiores. Com essa medida, a oposição visava incentivar deserções entre militares. Horas depois, os grupos opositores mais uma vez promoveram um levante militar e, dessa vez, a revolta contra o governo aconteceu em uma unidade da Guarda Nacional, onde um grupo liderado pelo sargento José Gregorio Brandes atacou a guarnição militar de Cotiza, um bairro de Caracas. O sargento falou à imprensa que o levante tinha como objetivo fazer com que a Constituição fosse respeitada pelo governo e convocou o povo a se manifestar. Logo em seguida, foi organizado um protesto próximo à guarnição atacada, mas os manifestantes foram rapidamente dispersados

¹²¹ <https://www.dw.com/pt-br/guaid%C3%B3-anuncia-data-para-entrada-de-ajuda-humanit%C3%A1ria-na-venezuela/a-47488162>

¹²² <https://www.dw.com/pt-br/guaid%C3%B3-anuncia-data-para-entrada-de-ajuda-humanit%C3%A1ria-na-venezuela/a-47488162>

pela Polícia Bolivariana¹²³.

Guaidó utilizou a fala de Brandes para tentar convencer os venezuelanos de que a revolta era sintoma de um “sentimento generalizado dentro das Forças Armadas”. Contudo, é importante ressaltar que a Guarda Nacional é o braço mais fraco dentro das Forças Armadas e que o movimento dissidente ficou restrito apenas àquela unidade militar.

Além disso, as FA emitiram um comunicado oficial no qual chamavam os revoltosos de “delinquentes” e prometiam um “castigo exemplar” para os envolvidos. A frase final do documento explicita a força que o chavismo ainda tem entre os militares: “Chavéz vive, a pátria continua. Independência e pátria socialista, viveremos e venceremos¹²⁴.”

O fracasso do levante não foi suficiente, entretanto, para a oposição desistir da estratégia de angariar apoio entre os militares. No dia 30 de abril, ocorreu a Operação Liberdade, na qual Juan Guaidó promoveu a investida mais ousada contra o governo Maduro. O autoproclamado presidente foi à base militar de La Carlota, no centro de Caracas, acompanhado de uma dezena de militares rebeldes e do líder opositor Leopoldo López, que até então estava em prisão domiciliar mas foi libertado pelo chefe do Serviço Bolivariano de Inteligência, Christopher Figueira. A aparição de López no vídeo gravado pelos envolvidos na Operação foi usada como uma suposta prova para a sociedade de que os militares teriam mudado de lado. No mesmo vídeo, Guaidó conclamava as Forças Armadas a rebelar-se contra Maduro e a população a se mobilizar nas ruas, entretanto, novamente, a investida foi frustrada pelo alto comando das FANB, que reforçou o apoio ao governo e membros da Guarda Nacional foram ao local para combater os manifestantes. O resultado do embate foi de cinco mortos e dezenas de feridos¹²⁵.

Os membros da alta cúpula do governo prontamente responderam à iniciativa golpista. Diosdado Cabello; Jorge Rodríguez, presidente da AC; Vladimir Padrino López, ministro da Defesa; Tarek William Saab, o procurador-geral da República, dentre outros reforçaram sua lealdade ao presidente e asseguraram que as Forças Armadas continuavam do lado do governo. Maduro, por sua vez, convocou manifestações para mostrar que seu mandato ainda possuía respaldo popular e foi atendido por seus apoiadores, que saíram pelas ruas de Caracas

¹²³ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.shtml>

¹²⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/21/internacional/1548085657_760562.html

¹²⁵ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/30/A-cartada-mais-ousada-de-Guaid%C3%B3-contramaduro-na-Venezuela>

e marcharam rumo ao Palácio Miraflores gritando palavras de ordem em favor do governo¹²⁶.

Maduro teve, ainda, uma aparição simbólica ao vivo na TV ao lado de comandantes militares, tirando qualquer dúvida sobre a falsa narrativa de que as FAs haviam dissidiado. O presidente rebateu também a afirmação do conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, de que Maduro estaria prestesa fugir para Cuba.

Houve ingerência da Casa Branca para que a Operação Liberdade ocorresse, uma vez que o Departamento do Tesouro estadunidense ofereceu afrouxar as sanções a membros da cúpula governista, caso mudassem de lado¹²⁷. John Bolton chegou a afirmar que teria mantido negociações com ministros chavistas para convencê-los a se rebelarem, porém todos continuaram leais ao presidente Maduro. Ademais, é sabido que a Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional (USAID) teria arquitetado um plano para retirar do Maduro do poder em 2017, cujas estratégias se assemelhavam às adotadas por Guaidó na Operação Liberdade¹²⁸, o que demonstra o apoio da Casa Branca na tentativa de mudar o regime venezuelano.

O fracasso do golpe acirrou ainda mais os ânimos e diversas mobilizações populares aconteceram em todo país, levando à prisão de 25 manifestantes¹²⁹. No âmbito jurídico, o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN) e o TSJ endureceram a ofensiva que já vinham praticando contra a oposição, retirando a imunidade parlamentar de membros de partidos opositores e decretando a detenção dos mesmos¹³⁰. O TSJ anulou também todos os atos aprovados pelo Parlamento desde a posse do segundo mandato¹³¹.

O conflito entre Judiciário e Legislativo que vem ocorrendo desde o final de 2015, com a vitória da MUD nas eleições para a Assembleia Nacional, é um caso típico do que Franzene Jr descreve, na metodologia de Análise Contextual, como endogeneidade. O autor utiliza esse conceito em referência à dinâmica na qual mudanças em uma variável X provoca a reação de

¹²⁶ <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-derrota-golpe-estado-oposicion-derecha-acciones-20190501-0002.html>

¹²⁷ https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/venezuelan-opposition-leader-juan-guaido-appears-to-stage-military-backed-challenge-to-president-maduro/2019/04/30/c7028eee-6b35-11e9-8f44-e8d8bb1df986_story.html

¹²⁸ <https://revistaforum.com.br/noticias/agencia-do-governo-dos-eua-admite-estar-financiando-oposicao-venezuelana-desde-2017/>

¹²⁹ https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/venezuelan-opposition-leader-juan-guaido-appears-to-stage-military-backed-challenge-to-president-maduro/2019/04/30/c7028eee-6b35-11e9-8f44-e8d8bb1df986_story.html

¹³⁰ <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/09/A-nova-ofensiva-de-Maduro-contr-opositores-na-Venezuela>

¹³¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.ghtml>

outra variável (Y), à qual pode ser respondida por X e assim por diante, tornando-se impossível separar o que é causa e o que é consequência. Com a relação ao confronto entre os Poderes Judiciário e Legislativo, vimos que a Assembleia sofreu grande transformação com a vitória da oposição em 2015, que foi respondida pelo governo articulando-se para reforçar o número de aliados no Judiciário. Este, como vimos, tomou uma série de medidas com o intuito de frear a ameaça opositora legislativa, inclusive retirando um conjunto de atribuições que cabiam ao Parlamento. Mais tarde, os deputados, percebendo que não conseguiriam trazer o Judiciário para o seu lado, resolveram criar uma Suprema Corte paralela, a qual não obteve legitimidade popular para atuar. O embate entre os dois poderes se manteve constante desde então.

No que diz respeito à autoproclamação de Guaidó como presidente da Venezuela sem ter sido eleito, podemos afirmar que a iniciativa se configura em um movimento neogolpista. Por ser o presidente do Parlamento, Guaidó se articulou para formar um governo paralelo e, por entender a importância de ter o Judiciário do seu lado, tentou criar uma suprema corte extraoficial, uma vez que a STJ atuava como um resistente escudo bolivariano e a perspectiva de reverter esse quadro era irreal naquele momento. Os deputados, liderados por Guaidó, justificavam tais iniciativas utilizando argumentos constitucionais, dando uma aparência de legalidade à ação, de forma similar ao que ocorreu nos casos da destituição de Manuel Zelaya, Fernando Lugo e Dilma Rousseff.

Ao perceber que não obteriam sucesso, associaram-se a militares rebeldes e incentivaram a adesão de mais oficiais, o que não ocorreu da forma esperada. A adesão da sociedade civil também foi baixa, o que reflete no pequeno número de manifestantes que foram às ruas dar respaldo ao movimento golpista. Portanto, podemos afirmar que houve uma tentativa de neogolpe frustrada devido à frágil aliança formada com setores da sociedade civil, das Forças Armadas e ao forte escudo criado por Maduro no Judiciário.

Por fim, esta é a correlação de ameaças e escudos que existe após a coibição do movimento golpista conduzido por Juan Guaidó:

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	Tentou formar um poder paralelo sem sucesso; o presidente da Casa, Juan Guaidó não reconheceu o governo, criou uma lei de anistia para atrair militares sem sucesso, Guaidó se autoproclamou presidente da república e organizou a Operação Liberdade, uma estratégia neogolpista	-
Instituições de Justiça	-	O TSJ anulou as decisões do Parlamento, retirou a imunidade parlamentar de opositores, decretando a prisão de alguns deles
Forças Armadas	-	A FANB reforçou o apoio ao governo, diante de um novo levante organizado por militares rebeldes e diante da Operação Liberdade

Geopolítica	EUA aplicaram novas sanções, ainda mais duras, afetando fortemente a economia, além de haver indícios de promover ingerência na ocasião da tentativa de assassinato de Maduro, com participação da Colômbia. Grupo de Lima aumenta a pressão sobre Maduro, prova de que não havia mais escudo geopolítico na região.	A parceria comercial e diplomática com Rússia é aprofundada; mantem-se a dinâmica de relações com China e o suporte de Cuba no âmbito da inteligência pode ter sido primordial para evitar a morte de Maduro no caso de atentando por drones
	Diversos países reconhecem Guaidó como o presidente legítimo após a autoproclamação	
Mídia	Permanece o apoio de grande parte da mídia comercial aos grupos opositores e inclusive às estratégias golpistas	A mídia estatal, em larga medida, reproduz o discurso oficial
Protestos de rua	Ocorrem protestos de baixa intensidade nas circunstâncias dos levantes militares; em favor da ajuda humanitária concedida pelos EUA e em favor da Operação Liberdade	Foram feitas mobilizações populares contra o recebimento da ajuda humanitária dos EUA e contra a Operação Liberdade

Podemos resumir as principais estratégias do Executivo e dos partidos opositores da seguinte maneira:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Reforçou ainda mais o escudo militar por meio de promoções e premiações, tendo em vista o endurecimento das ameaças geopolíticas.	Buscou ampliar o apoio internacional, conseguindo formar uma rede de aliados que reconheceram Guidó como presidente, e aplicou novas tentativas de golpe de Estado, sem sucesso.

Em suma, o início do segundo mandato de Nicolás Maduro foi marcado pelo endurecimento da pressão externa, sobretudo da Casa Branca, que aplicou novas sanções, agravando a crise socioeconômica da Venezuela. As pressões internas também se intensificaram e Maduro chegou a ser vítima de uma tentativa de homicídio, cujo plano foi provavelmente apoiado pelo governo da Colômbia.

No Parlamento, o novo presidente da Casa se mostrou bastante atuante na tentativa de destituir Maduro do poder. Primeiro, não reconheceu a legitimidade do seu governo; depois, promoveu discussões para formar um governo paralelo e, por fim, se autoproclamou presidente da Venezuela. Tanto o Grupo de Lima quanto os EUA rapidamente demonstraram apoio a Juan Guidó.

O primeiro grande teste da força de Guidó foi a tentativa de trazer uma ajuda humanitária financiada pelos EUA e transportada pela Colômbia, não obtendo sucesso, sobretudo porque não conseguiu trazer para seu lado o núcleo as Forças Armadas. Sabendo da importância do apoio militar, a oposição botou em prática três ações para atingir tal fim. Na Assembleia Nacional, foi aprovada uma resolução que dava anistia a militares que tivessem participado de atividades repressivas. Além disso, os grupos opositores incentivaram um levante em uma guarnição da Guarda Nacional em Caracas e, finalmente, promoveram a investida mais ousada: a operação Liberdade. Todas essas ações se mostraram fracassadas já que o alto comando das Forças Armadas, a cada investida, reforçava a lealdade ao governo.

No campo jurídico, notamos que o TSJ continuou tomando decisões que beneficiavam o governo e enfraquecia a oposição. Com relação aos protestos, pode-se afirmar que tanto o governo quanto a oposição continuaram a entender que a centralidade das manifestações de rua para conseguirem seus objetivos. Nos momentos que a pressão sobre Maduro se intensificava, tanto o governo quanto a oposição convocaram seus apoiadores a se mobilizarem e ocorreram protestos contra e a favor do presidente.

2.4. Considerações finais sobre o caso venezuelano:

Ao examinar os eventos narrados acima, observamos que se analisássemos apenas os protestos de rua e o Legislativo, conforme sugere Pérez-Liñan (2007), poderíamos incorrer no erro de acreditar que Maduro iria cair em abril de 2017. Naquele momento, a oposição, claramente disposta a derrubar o presidente, tinha maioria confortável na Assembleia Nacional, e, somado a esse fator, explodiu a maior onda de protestos que reivindicavam a saída do presidente como solução para a crise socioeconômica vivida pelo país. No entanto, tal cenário extremamente desfavorável não resultou na queda do mandatário venezuelano.

Percebemos que os protestos de rua, no contexto atual da Venezuela, não podem ser classificados só como uma “ameaça”, já que, apesar das mobilizações contra, notamos que o presidente ainda tinha capital político suficiente para mobilizar uma parcela de seus apoiadores, que em momentos nos quais a temperatura da crise se elevava, dividiam as ruas com os opositores pedindo a manutenção de Maduro no cargo. Vale ressaltar que tanto a oposição quanto o governo se deram conta de um fato que a literatura aqui utilizada vem há algum tempo constatando: a centralidade dos protestos de rua. A convocação para que os venezuelanos saíssem às ruas para se manifestar se tornou um ato frequente em todos os momentos que Maduro ou os seus adversários estavam sob intensa pressão.

A mídia refletia também essa polarização. Grande parte dos meios comerciais adotaram uma postura contrária ao presidente, enquanto a mídia estatal, em grande medida, se contrapunha a essa cobertura desfavorável. Ao longo do governo, percebeu-se também o aumento do número de casos em que se violava a liberdade de expressão e de imprensa por parte das forças de segurança, sendo o ano de 2017, no qual aconteceu a maior onda de protestos contrários a Nicolás Maduro, o auge dessa repressão.

No que tange às ameaças à permanência de Maduro no governo, além dos protestos organizados durante todo o mandato - cujas ondas mais violentas ocorreram em fevereiro de 2014 e entre abril e julho de 2017 -, constatamos que o Parlamento se tornou uma fonte de grande pressão contra o presidente a partir do início de 2016, quando a oposição conquistou um número de cadeiras suficientes para formar uma supermaioria. Além disso, percebemos também uma forte pressão externa por parte de diversos países, principalmente dos Estados Unidos, com a aplicação de duras sanções econômicas e intervindo em assuntos domésticos, por meio, por exemplo, do financiamento de manifestações de grupos opositores para remover o presidente do cargo.

Em contrapartida, os parceiros comerciais e diplomáticos - China, Cuba e Rússia – foram fundamentais para amenizar as perdas geradas pelas pressões exercidas pela Casa Branca. Cuba, em particular, continuou prestando importante auxílio no tocante aos programas sociais e ao serviço de inteligência. China e Rússia, duas potências desafiadoras da hegemonia estadunidense, foram primordiais nos âmbitos comercial e militar, sem cujos apoios a Venezuela estaria enfrentando dificuldades ainda maiores.

No plano doméstico, os fatores que parecem ter sustentado Maduro no poder, além da capacidade de mobilizar uma parcela dos seus apoiadores, são: a lealdade das Forças Armadas, do Judiciário (especialmente do Tribunal Supremo de Justiça), do Poder Cidadão e do Poder Eleitoral. Cabe ressaltar que o objetivo desta pesquisa não foi detectar se as ações tomadas pelos atores que representam essas instituições estavam ou não de acordo com a Constituição, mas sim se as decisões beneficiavam ou não a manutenção do mandatário no poder. O que concluímos é que, em larga medida, tais decisões foram cruciais para evitar a queda de Maduro.

No caso do Judiciário, em particular, mais do que atuar como um “escudo”, podemos dizer que o TSJ atuou também como uma “espada”, visto que, além de tomar decisões que defendiam o governo dos ataques da oposição, o Supremo aprovou medidas que enfraqueceram os partidos opositores, ao tornar adversários de Maduro inelegíveis, por exemplo. Na terceira fase, o Poder Eleitoral também atuou como “espada” no momento em que impediu os partidos opositores de participar da disputa eleitoral, por não terem cumprido as exigências legais. Esse fator é extremamente preocupante para a democracia venezuelana, pois os adversários passam a ser tratados como inimigos, sendo, assim, eliminados do jogo político (LACLAU; MOUFFE, 1985), impedindo que se mantenha o principal ideal democrático, segundo Wendy Brown (2019): o da igualdade política.

Não conseguindo apoio dessas instituições, a oposição se mostrou incapaz de levar à frente o golpe parlamentar iniciado por Juan Guaidó, ao se autoproclamar presidente da República, que no momento atual parece fadado ao fracasso. Esse insucesso não se deve apenas às estratégias de defesa e de ataque utilizadas pelo governo, mas também às próprias falhas na organização da oposição. Como observamos, os grupos opositores são muitos e de origens e linhagens ideológicas bastante diversas; dessa forma, fica notória a dificuldade de se estabelecer um padrão de ação igual para todos os setores. O embate no interior da MUD entre a ala moderada, liderada por Henrique Capriles, e a ala radical, cujo maior expoente é Leopoldo López, ocorrido no início no primeiro mandato é um exemplo ilustrativo de rachas na oposição,

que se mantém até hoje. Dito de outro modo, os líderes opositores não conseguiram formular uma estratégia discursiva universal, capaz de articular as particularidades desses grupos, em torno do ideal comum: destituir o presidente Nicolás Maduro (LACLAU, MOUFFE, 1985).

A despeito do momentâneo fracasso, seria precipitado dizer que a atuação dos grupos opositores não dará certo no longo prazo, uma vez que o governo Maduro continua sob intensa pressão e sob o risco iminente de cair. O que podemos afirmar é que, até agora, a presidência se mantém de pé, mas não dá para afirmar que todas as ações da oposição tenham sido inócuas. Elas podem ser ainda parte de um processo longo de conflitos, que pode incorrer na interrupção do mandato, mas isso só o futuro poderá responder.

3 NEOGOLPE DE 2016 NO BRASIL: A CORROSÃO DOS “ESCUDOS” EM MEIO À AVALANCHE DE AMEAÇAS AO GOVERNO DILMA

Entramos agora no nosso segundo estudo de caso: a remoção da presidenta Dilma Rousseff, no Brasil. Para compreender os fatores que levaram à sua queda, vamos antes retornar um pouco na História do país, a fim de narrar os acontecimentos e as disputas que resultaram, primeiramente, na formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois, discorreremos sobre a sua atuação, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos após a redemocratização, fazendo oposição aos presidentes que governaram o país até 2002, quando Lula é eleito.

Em um segundo momento, debateremos os avanços e as contradições das administrações de Lula, procurando verificar qual era a correlação de “ameaças” e “escudos” existente quando Dilma Rousseff ascende ao poder. E, finalmente, adentraremos o período a que concerne esta pesquisa: os governos de Dilma e o governo Temer. Como já mencionado, embora estejamos interessados em discutir os motivos que desencadearam o golpe de 2016 contra a presidenta, torna-se necessário analisar também o governo posterior, uma vez que ocorreram desdobramentos do movimento golpista após o então vice-presidente, Michel Temer, assumir o cargo.

3.1. A origem do PT e a redemocratização do Brasil

Diferentemente da Venezuela, que não passou por uma ditadura militar entre os anos 1960 e 1980, o Brasil embarcou no ciclo de regressão democrática que pairou sobre grande parte dos países sul-americanos. O golpe de 1964 destruiu o regime democrático existente, dando lugar a um projeto autoritário conduzido por uma coalizão formada pela burguesia nacional, juntamente com os grandes proprietários de terras rurais, com o apoio do capital internacional. Esse era mais um episódio na História do Brasil em que as elites econômicas e políticas demonstravam o seu desprezo pelos valores democráticos, diante de uma situação na qual viam os seus interesses ameaçados por movimentos populares. No início da década de 1960, o sindicalismo se consolidava como um movimento de forte atuação, os estudantes demonstravam crescente capacidade de mobilização e era possível notar a formação de movimentos artísticos de caráter contestador, como o cinema novo e o teatro político, por exemplo. Segundo Sader (2010, p.19-20), vivíamos o “auge do movimento popular

brasileiro”.

Na economia, houve abertura com o intuito de atrair capitais estrangeiros, o que possibilitou, junto com uma política econômica pautada na centralidade do Estado como dinamizador do crescimento, a elevação do PIB. Contudo, o caráter regressivo da estrutura tributária e a política de arrocho salarial impediram que esses ganhos fossem distribuídos para os setores que ocupam a base da pirâmide social. No que concerne às liberdades, ocorreram perdas significativa de direitos, sobretudo após a instauração do AI-5, ato institucional que atribuía ao presidente poderes ditatoriais, como, por exemplo, fechar o Congresso por tempo indeterminado e cassar direitos políticos de adversários.

O Partido dos Trabalhadores é fruto das lutas contra o regime militar. Existiam, à época, duas vertentes de oposição: uma centrada no MDB, o único partido de oposição permitido pelo regime, e a outra que reivindicava um projeto democrático com caráter social, liderada pelo sindicalismo de base. O movimento de contestação que deu origem ao PT estava vinculado a este segundo tipo de oposição. Mediante a mobilização de milhares de trabalhadores na região do ABC paulista, grande parte dos quais eram metalúrgicos, conseguiu quebrar a política de arrocho salarial do regime e exerceu forte pressão para o retorno da democracia (SADER, 2010, p. 21-22). O Congresso dos Metalúrgicos, em 1979, a propósito, propôs a criação de “um partido ‘sem patrões’ e ‘sem empregados’, que não fosse eleitoreiro e visava à construção de uma sociedade sem explorados e exploradores” (SINGER, 2012, p.52) e, dentre as novas lideranças que surgiram desse sindicalismo metalúrgico, Lula era a figura mais proeminente.

Apesar das fortes contestações, a transição democrática foi um processo lento e gradual, marcado por continuidades e rupturas. Por um lado, não foram rompidas as bases econômicas e sociais do poder monopólico, tendo os bancos, os latifundiários, a grande mídia empresarial, os grandes monopólios nacionais e transnacionais conseguido fortalecer os seus poderes e privilégios. Além disso, a morosidade do processo de redemocratização abriu espaço para uma nova conciliação das elites, o que ficou clara na decisão de conduzir uma primeira eleição pós-ditadura de maneira indireta, sem participação popular. A vitória foi conquistada por Tancredo Neves, que adoeceu gravemente e veio a falecer um dia antes de sua posse. Jose Sarney, o vice-presidente eleito também pelo voto indireto e ex-presidente da Arena, partido da situação no período do regime militar, foi quem assumiu no seu lugar (SADER, 2010, p.13). O processo de redemocratização assumiu, pois, o caráter de uma “revolução passiva”, conceito formulado por Antonio Gramsci para designar processos de transformações políticas que resultam na consolidação da hegemonia burguesa, conservando-se elementos

do passado. Luiz Wernerck Vianna(1996) utiliza esse conceito para analisar processos de mudanças na História do Brasil, dentre eles a transição para a democracia na década de 1980, na qual a Constituição de 1988 é emblemática nesse sentido, já que apresentou um caráter híbrido, ao conjugar elementos conservadores e progressistas. Starling e Schwarcz (2015, p. 489) resumem alguns dos avanços e das continuidades promovidas pela Carta:

Conservou intocada a estrutura agrária, permitiu a autonomia das Forças Armadas para definir assuntos do seu interesse, derrubou a proposta de jornada de trabalho de 40 horas semanais, manteve inelegíveis os analfabetos (...). Mas (...) é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para participação popular e direta (...).

Nesse processo, o PT manteve uma postura crítica à preservação de certas características que qualificava como retrógradas. No Colégio Eleitoral, que sufragou Tancredo Neves como o presidente do Brasil por uma larga diferença de votos, o partido recusou-se a votar, em protesto à escolha do voto indireto como método de eleição do presidente, tendo que, por conseguinte, “arcar com o ônus de fragmentar a frente antiditadura”, de acordo com Singer (2012, p.54), já que outros partidos de centro de esquerda ratificaram a escolha de Tancredo. De maneira similar, na ocasião da votação para aprovar a Constituição de 1988¹³², a despeito dos aspectos altamente progressistas, o PT votou contra, posicionando-se em favor de um projeto ainda mais extremo: “defendia uma democracia popular, radical e direta, que, na prática, romperia com os fundamentos da democracia liberal” (MEDEIROS, 2020, p.20).

O partido parecia antecipar o que estava por vir: o contra-ataque das elites dominantes às conquistas de 1988. Os governos posteriores buscaram emendar a Carta, de modo a retirar os direitos aprovados e dar um conteúdo neoliberal à ordem democrática recém-criada. Somado a isso, as políticas de desregulamentação do Estado que foram paulatinamente implementadas ao longo dos anos 1990 desmobilizaram os sindicatos, que recuaram, levando a uma queda expressiva no número de greves durante aquela década (SINGER, 2012, p.55).

A implementação do neoliberalismo no Brasil foi iniciada por Fernando Collor de Mello. Eleito em 1989, vencendo Lula no segundo turno, o seu governo foi marcado pelo tema da crise fiscal do Estado e da luta contra inflação. Enquanto Lula possuía ampla vantagem sobre Collor nos estratos sociais com alta renda, Collor ganhou entre aqueles que ocupam a base da pirâmide social, com 10 pontos percentuais a mais que o petista. Em partes, essa clivagem é

¹³² Embora tenha votado contra, o PT assumiu a institucionalidade, aceitando a decisão da maioria e assinando a Carta. Esse foi o primeiro grande evento no qual o petismo precisou se engajar nas dinâmicas de negociações e disputas por posições na institucionalidade (MEDEIROS, 2020).

explicada pela hostilidade às greves por parte dos mais pobres, que, curiosamente, conforme argumenta Singer (2012, p.34), possuem uma aversão maior às mobilizações trabalhistas do que os mais ricos. Nesse sentido, Lula era um símbolo da desordem e da instabilidade na vida cotidiana gerada pelas greves, o que dificultava a identificação com a parcela da população com menor renda.

No entanto, outro tema que marcou ainda mais fortemente o governo de Fernando Collor foi a corrupção, justamente o motivo pelo qual teve seu mandato interrompido. Em maio de 1992, o então presidente foi acusado pelo seu irmão de ter se associado a um esquema de corrupção, conduzido pelo tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias. O Congresso aceitou o pedido de abertura do processo de impeachment, por ampla maioria, decisão seguida posteriormente pelo Senado, ficando Collor banido da vida política por oito anos (SALLUM Jr; CASARÕES, 2011, p.163-164). Foi o primeiro caso de um presidente eleito no Brasil vítima de impeachment.

Dentre os fatores que explicam a queda de Collor, Sallum Jr e Casarões citam que, além da acusação de um membro próximo da família, o presidente e o seu tesoureiro foram incapazes de esconder as supostas provas que o incriminavam e Collor se mostrou obstinado a permanecer no cargo até o fim. Além disso, o governo tinha uma bancada no Legislativo bastante frágil, o que o impediu de formar um escudo resistente para protegê-lo (SALLUM Jr; CASARÕES, 2011, p.178). Houve, ainda, uma série de manifestações, cujos participantes ficaram conhecidos como os “cara-pintadas”, que exigiam a renúncia de Collor, afetando fortemente a sua popularidade e acelerando o processo de impeachment.

Diante da crise política, o PT, que sempre esteve na oposição a Collor, se juntou aos outros dois maiores partidos brasileiros, o PMDB e o PSDB, em torno de uma frente partidária pró-impeachment, formando uma forte barreira institucional à permanência do chefe do Executivo. Lula, dessa forma, reforçava, perante a opinião pública, a sua imagem de um líder atuante em favor das causas democráticas.

Com a saída de Collor, quem assumiu a presidência foi Itamar Franco, incumbido da missão de conter a efervescência política e controlar a galopante pressão inflacionária. Em junho de 1994, a inflação anual chegou a alcançar o patamar de 5150% (FERRARI-FILHO; PAULA, 2003). No mês seguinte, foi criado o Plano Real, programa de reestruturação macroeconômica com o fim de estabilizar a moeda, o que foi alcançado com sucesso¹³³. Com

¹³³ O Plano Real foi bem sucedido no que tange ao controle dos preços, por um período mais longo do que os planos anteriores, e normalmente é lembrado por ter alcançado tal façanha, após diversas tentativas frustradas, que impactavam negativamente a rotina da população brasileira. Contudo, cabe pontuar que o plano falhou em

isso, as elites passaram a deter capital político suficiente para reverter parte dos avanços conquistados com a promulgação da Constituição Cidadã. Dessa forma, o Plano Real “logrou derrotar a inflação de modo mais permanente, e com isso abriu a possibilidade para uma contraofensiva empresarial e governamental contra os movimentos sociais” (MEDEIROS, 2020, p.21).

O crédito pelo controle da inflação não recaiu, porém, sobre o presidente em exercício na época, Itamar Franco, mas sim sobre o seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que, na eleição presidencial seguinte, se candidatou, tendo Lula como adversário. Durante a campanha, o discurso do candidato do PT girava em torno de questões voltadas à promoção de justiça social. O tom do debate já estava sendo acertado um ano antes, quando Lula lançou as Caravanas da Cidadania, expedições nas quais percorreu 4.500 km em sete estados, com o propósito de conhecer os reais problemas enfrentados pela população pobre do Brasil em áreas remotas.

Embora o tema despertasse o interesse popular, a hegemonia neoliberal crescia abruptamente e a luta contra a inflação se tornou a questão central que pautou o debate político. O sucesso do Plano Real no que concerne ao controle da inflação dava um argumento concreto em favor do voto no candidato peessedebista, que, não à toa, saiu vitorioso.

Fernando Henrique Cardoso deu prosseguimento ao projeto neoliberal iniciado por Collor, executando um extenso programa de privatizações, que, se não fosse pela resistência popular, teria sido ainda mais vigoroso. Ademais, a agenda nacional passou a ser dominada pela discussão acerca da estabilidade monetária e da redução do papel do Estado no âmbito da economia, disseminando um modo de vida que privilegia o individualismo, o consumismo e desestimula a organização coletiva de indivíduos para fins políticos e sociais (SADER, 2010, p.24). Como mesmo afirmou Fernando Henrique, o seu governo visava a “virar a página do getulismo”, ou seja, o projeto peessedebista tinha como objetivo flexibilizar os direitos trabalhistas conquistados durante a Era Vargas e modificar a lógica criada com a Revolução de 1930, segundo a qual o Estado nacional deveria exercer um papel regulador e indutor do desenvolvimento e da distribuição de renda (SADER, 2010, p.13).

Ainda surfando na onda da estabilidade monetária, em 1997, FHC mobilizou a base aliada no Parlamento para aprovar uma emenda constitucional, que permitia a reeleição para presidente e, desse modo, poderia se manter no poder. Sob fortes acusações de compra de

outras dimensões, como nos mostra Ferrari-Filho e Paula (2003, p. 58). Para justificar, os autores mostram que performance econômica foi fraca, o que é notório pela baixa taxa média de crescimento do PIB. Entre 1994 e 2001, foi de apenas 2,8%, abaixo daquela obtida na “década perdida” (os anos 1980), de 2,9%.

votos, conseguiu aprovar a emenda e, no ano seguinte, conseguiu se reeleger, tendo disputado novamente com Lula no segundo turno. A oposição petista, àquela altura, condenava grande parte das medidas de caráter neoliberal adotadas pelo governo peessedebista, contudo muitas das bandeiras tidas com “radicais” já não estavam frequentemente presentes na gramática petista, denotando uma moderação paulatina do discurso do partido (PANIZZA, 2005).

Singer percebe que, mais uma vez, o “conservadorismo popular” foi o fiel da balança contra a candidatura do PT. “Lula voltou a ter bom desempenho entre os estudantes, os trabalhadores com diploma de ensino superior, entre os sindicalizados, mas perdia entre os trabalhadores informais, mais fortemente afetados pela instabilidade monetária, controlada pelo Plano Real” (SINGER, 2012, p.37).

O segundo mandato de FHC, entretanto, teve resultados piores do que o primeiro. Além de o programa de desregulamentação do Estado não incidir em redução significativa das desigualdades, o desempenho econômico como um todo caiu. Sobretudo a partir da crise econômica de 1999, a inflação voltou a disparar como resultado da forte desvalorização cambial provocada pela adoção do regime de câmbio flutuante. Em decorrência disso, a confiança no governo foi se dissipando até o fim do mandato, diante da incapacidade de superar a crise (SADER, 2010).

Em vista do fracasso das medidas neoliberais em lidar com a crise e da resistência dos movimentos populares, a correlação de forças se tornou favorável para o PT, que decidiu lançar Lula como candidato novamente nas eleições de 2002. Não obstante, durante a campanha eleitoral, ocorreu uma série de ataques especulativos por parte do mercado, que fez o risco Brasil duplicar, os preços das ações na Bolsa de Valores caíram 50% e a moeda se desvalorizou fortemente. A estratégia do mercado, nessas circunstâncias, é desencadear uma crise de confiança, com o fim de intervir no resultado das eleições em favor de outro concorrente mais inclinado à desregulação da economia (CAMPELLO, 2015). No caso da campanha do Lula, tal estratégia não foi eficiente, pois, tendo em mente que a ação do mercado poderia afetar suas chances de vitória, o candidato lançou a “Carta ao povo brasileiro”, documento no qual sinalizava que, se eleito, o Partido dos Trabalhadores se comprometia a respeitar os contratos nacionais e internacionais, tranquilizando os investidores.

Singer concorda que a Carta era um meio pelo qual Lula procurava se comunicar com a elite rentista, mas levantou a hipótese de que o documento era também dirigido às classes populares “conservadoras”. Segundo o autor, a continuidade da política macroeconômica herdada sinalizava aos setores mais pobres que não haveria transformações bruscas, assegurando assim a manutenção da ordem, o que poderia ampliar o seu horizonte de

expectativas de conquistar o apoio dessa parcela da população mais vulnerável (SINGER, 2012, p.43).

Na esteira da moderação por que vinha passando o petismo ao longo da década de 1990, Lula uniu-se ao Partido Liberal (PL), de centro-direita, que indicou José Alencar para vice-presidente da chapa. A aliança com Sarney era entendida como um canal importante para dialogar com setores religiosos hostis ao radicalismo petista, mas ficava claro que havia sido abandonado o ímpeto radical que marcou a atuação do partido no contexto da redemocratização, sobretudo durante a Constituinte. Apesar da guinada conservadora, o “conservadorismo popular” se manteve cético em relação à coalizão encabeçada por Lula, que perdeu mais uma vez entre os eleitores de renda de até dois salários mínimos (SINGER, 2012, p.37). Todavia, o crescimento de Lula em outros estratos sociais possibilitou que, pela primeira vez, um cidadão nordestino proveniente das classes populares assumisse a presidência da República. O petista foi eleito com 61% dos votos.

Conforme analisa Medeiros (2020), a ascensão de Lula ao poder está relacionada tanto à sua capacidade individual quanto às lutas coletivas em que ele ou seus aliados participaram ao longo de sua história. A liderança de Lula depende da força do PT, que, por sua vez, foi resultante da força de vários movimentos de lutas concretas: sindicalistas, urbanas, agrárias, de enfrentamento de situações de miséria e lutas democráticas protagonizadas pelas classes médias. Portanto, em uma frente, a capacidade de liderança do ex-presidente foi comprovada pelo protagonismo que assumiu em eventos-chaves, como na ocasião das Diretas Já¹³⁴; nas eleições de 1989, 1994 e 1998; no impeachment de Collor e nas Caravanas da Cidadania. Por outro lado, não é possível compreender a chegada ao poder sem levarmos em consideração as diversas lutas coletivas na qual Lula estava inserido: aquelas promovidas pelo movimento sindical, nas greves gerais dos anos 1980; as ocupações de terra do Movimento Sem Terra (MST), braço social importante que compôs a base de apoio ao longo dos anos 1990 e 2000; além do processo de formação e institucionalização que transformou o PT em um grande partido de massa.

3.2 As contradições do lulismo no poder e o legado herdado por Dilma Rousseff

Não obstante a vitória expressiva na eleição para o executivo federal, o PT possuía menos do que 1/5 dos assentos no Congresso, tendo, portanto, que se aliar a outros partidos

¹³⁴ Movimento popular surgido no final da ditadura, que exigia a aprovação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, para eleição direta para presidente em 1985.

para formar uma maioria estável, fato recorrente em um sistema partidária fragmentado como o brasileiro, no qual prevalece o “presidencialismo de coalizão” (pesquisar e citar Abranches). Havia duas opções à vista: negociar com um partido grande, que ocupasse uma posição mais central no espectro político, no caso, o PMDB, ou formar uma coalizão ampla e heterogênea com partidos menores. A opção escolhida foi a segunda, uma vez que o custo político de negociar com um partido do porte do PMDB parecia alto demais, já que demandaria abrir mão de ministérios importantes (ANDERSON, 2011, p.26).

Do ponto vista sociológico, segundo Boito Jr (2012), a coalizão que chegou ao poder, a qual chama de “frente neodesenvolvimentista”¹³⁵, era dirigida por setores da burguesia interna que haviam se frustrado com alguns aspectos dos programas governamentais anteriores e envolvia classes trabalhadoras, que historicamente estiveram excluídas das instâncias de poder. O programa buscava o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, sem que fossem extrapolados os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente.

O início do governo foi marcado justamente pela “preocupação tática” de consolidar uma institucionalidade que não contrariasse os interesses do capital financeiro. A coalizão governista tinha consciência dos poderes que a elite rentista detém, afinal a liberalização financeira concedeu à mesma instrumentos importantes para disciplinar a política econômica, principalmente, de países endividados, ameaçando-os de promover uma brusca saída de capitais (BASTOS, 2017, p.7). Ademais, naquele momento, o cenário internacional ainda era de relativa “escassez”, o que, de acordo com Campello (2015), limita a margem de ação dos governos de países emergentes em escapar das imposições do mercado financeiro.

Uma das contradições da frente governista era visível no interior da elite dirigente, dividida entre fração que detém o capital financeiro e a que controla o capital produtivo. A primeira advogava em favor de políticas ortodoxas, que preconizavam a necessidade de elevar os juros e o superávit primário, enquanto os “produtivistas” defendiam políticas expansionistas. Desse embate, constantemente arbitrado pelo presidente Lula, a ala do capital financeiro se consolidou como

¹³⁵ Apesar da semelhança com a política econômica anterior, há alguns fatores que justificavam o uso do adjetivo “neodesenvolvimentista” no lugar de “neoliberal”, segundo Bastos (2017, p.11). O primeiro deles é o fato de o presidente Lula ter vetado novas privatizações e ter buscado restaurar a capacidade de investimentos das empresas estatais no setor de petróleo, gás e energia elétrica. Ademais, foi restaurado o papel ativo dos bancos públicos para a execução de políticas de desenvolvimento produtivo, bem como expandiu-se o mercado interno como resultado das políticas salarial, social e trabalhista. No entanto, defendemos, nesta dissertação, que tanto o termo “neoliberal” quanto o “desenvolvimentista” são insuficientes para entender a complexidade dos governos do PT, pois, como demonstram Singer (2012) e Prates, Frtiz e Paula(2019), ao longo dos 14 anos em que esteve no poder, o PT adotou políticas que incorporavam tanto elementos neoliberais quanto desenvolvimentistas. Em alguns momentos, prevaleceu o viés desenvolvimentista e em outros o neoliberal.

majoritária, pressionando para a manutenção do tripé macroeconômico herdado do governo FHC¹³⁶, o que, como vimos, já havia sido assegurado pelo presidente antes mesmo do período da campanha eleitoral. Já nos dois primeiros meses de 2003, o Copom aumentou a taxa de juros de 25% para 26,5% e o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75% do PIB, em 2002, para 4,25%, no ano seguinte. Anunciou, também, um corte de 14,3 bilhões de reais no orçamento (SINGER, 2012, p.7).

A ortodoxia inicial trouxe resultados negativos no curto prazo, com um leve aumento no desemprego (de 10,5% para 10,9%); desaceleração no crescimento do PIB, que havia sido de 2,7%, em 2002, para 1,3%, em 2003; e a renda média do trabalhador caiu 12,3%. Enquanto isso, as instituições financeiras tiveram um resultado 6,3 % maior (SINGER, 2012, p.8). Na esteira do conservadorismo fiscal e monetário inicial, o governo aprovou a Reforma Previdência, com a ajuda de parlamentares da oposição, causando a insatisfação de setores da esquerda, dentro do próprio partido governista¹³⁷, e de movimentos sociais organizados. Dentre outras medidas, a PEC 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores (SINGER, 2012, p. 7).

Em contramão da austeridade, o governo optou por promover medidas voltadas para a redistribuição de renda, que foram iniciadas também no primeiro ano de governo. As políticas sociais, trabalhistas, educacionais e de estímulo ao crédito sofreram importantes inflexões se comparadas às dos governos anteriores e foram fundamentais para os resultados positivos obtidos ao longo dos anos 2000. O programa Bolsa Família foi o pilar da distribuição de renda, tendo incorporado 22% da população ao mercado, entre 2003 e 2015, comprometendo apenas aproximadamente 0,5% do PIB (LAVINAS; GENTIL, 2018, p.199), e sendo responsável pela queda de 10 a 31% no índice de Gini, que mede a concentração de renda (CARVALHO, 2018). O avanço das políticas sociais foi uma facilidade pela entrada de divisas resultantes do boom no preço das commodities, estimulado pelo crescimento chinês; porém é relevante destacar que a opção pela redução da pobreza extrema foi tomada antes mesmo de o cenário internacional se tornar favorável, o que inviabiliza as análises que explicam as políticas sociais como uma consequência imediata da entrada de capitais no país (SINGER, 2012; SOARES, 2008), já que a História nos mostra que esse determinismo não existe. O milagre econômico, durante a Ditadura Militar, é bastante ilustrativo, pois houve, entre 1968 e 1973, um período de forte abundância de dólares, mas optou-se por deixar “o bolo crescer” sem repartir¹³⁸.

¹³⁶ Política macroeconômica que abarca um regime de metas de inflação, metas de superávit primário e regime de câmbio flutuante.

¹³⁷ Nessa ocasião, um grupo de deputados petistas decidiram se desfiliar do partido e fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

¹³⁸ Tal metáfora é uma alusão à frase do ministro da Fazenda à época, Delfim Neto, que dizia ser necessário o

Após negociações entre o presidente Lula e os sindicatos, a política de elevação do salário mínimo passou a promover reajustes anuais, atrelados à soma da taxa de inflação e o crescimento real do PIB (ORAIR; GOBETTI, 2017, p.6). Tal medida reduziu a desigualdade salarial em 68,6% e a renda do trabalho sobre a renda total cresceu de 52,5% em 2004 para 57,4% em 2013 (CARVALHO, 2018). O aumento da renda, por sua vez, elevou o consumo, ao possibilitar a população mais pobre ter acesso a serviços e produtos antes restritos às elites. No que tange à política trabalhista, Singer sublinha o seu caráter ambivalente, pois, por um lado, permitiu certa flexibilização das condições de trabalho e estimulou setores do capitalismo orientados pela lógica da superexploração, propiciando a criação de empregos de baixa qualidade. Por outro, promoveu políticas de pleno emprego, fortalecendo as condições de luta dos próprios empregados, como se verificou nas greves da construção civil ocorridas no segundo mandato (SINGER, 2012, p.115).

No âmbito educacional, o investimento em políticas de acesso às universidades públicas e privadas elevou significativamente o número de jovens com diplomas de ensino superior: entre 2002 e 2014, a proporção de pessoas com 25 anos ou mais formadas passou de 7,6% para 13,3% (LAVINAS; GENTIL 2018, p.199-200). Além disso, a expansão do acesso ao crédito também contribuiu para o crescimento da demanda. Em 2001, as operações de crédito representavam 22% do PIB e alcançaram o patamar de 53,7% em 2015 (LAVINAS; GENTIL, 2018, p.193).

Portanto, nota-se, após o primeiro ano de quase estagnação, os resultados positivos já começam a aparecer ainda no primeiro mandato, em virtude da bonança internacional e das decisões tomadas pelo Executivo. A força do governo, porém, foi posta à prova com a explosão da maior crise política enfrentada pelo governo Lula, deflagrada pelo escândalo do Mensalão, em 2005. Aquele era o segundo momento no qual setores do governo se chocavam, estremecendo a relativa coesão da base aliada. O líder de um dos menores partidos que formavam a coalizão governista no Congresso, após um dos seus homens de confiança ser filmado recebendo propina, afirmou que o governo comprava o voto de deputados de maneira sistemática, como forma de assegurar uma maioria estável. De acordo com as denúncias que surgiram a partir da revelação, o esquema envolvia nomes fortes do governo, como o ministro da Casa Civil, José Dirceu; o tesoureiro do partido, Delúbio Soares; o presidente do PT, José Genoíno; o chefe da campanha presidencial, Duda Mendonça; dentre outros (ANDERSON, 2011, p.25).

Cabe pontuar que as investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, que assumiram uma posição autônoma em relação ao governo, foram facilitadas por decisões do próprio presidente. A gestão do PT estabeleceu uma nova forma de indicação das autoridades que comandam as instituições de justiça, com base na lógica da imparcialidade e de não interferência nas instituições. Os governos anteriores tenderam a tomar essas decisões pautadas em interesses pessoais. No caso da seleção do procurador-geral da República, manteve o compromisso de que o primeiro colocado em uma lista tríplice definida pelos integrantes do MPF iria assumir o cargo. Essa iniciativa produz impactos relevantes no jogo político, porque o procurador-geral tem a prerrogativa de apresentar denúncia contra o presidente, ministros de Estado e parlamentares federais (GONZALÉZ; DIAS, 2018, p. 228). À PF, mesmo estando subordinada ao Ministério da Defesa, de acordo com as diretrizes da Carta magna, também foi dada autonomia na condução das investigações. E no que se refere às indicações para os ministros do STF, dos 11 ministros no total, Lula havia nomeado oito antes de deixar o governo, mas seguiu o mesmo padrão de escolha baseado na imparcialidade.

A mídia empresarial passou a noticiar os desdobramentos do escândalo em grande escala, produzindo uma cobertura bastante desfavorável à imagem do presidente Lula. A propósito, os grandes veículos de comunicação do país mantiveram essa postura crítica em relação ao governo ao longo de todos os 14 anos em que o PT esteve no poder, mas a pressão começou a se intensificar em 2004, quando Lula propôs ao Congresso a criação de um conselho para orientar, disciplinar e fiscalizar o trabalho de jornalistas. A ideia era da Federação Nacional dos Jornalistas, que Lula decidiu encampar, porém os grandes magnatas da mídia reagiram mal à iniciativa, pois concebiam-na como uma tentativa de institucionalizar um instrumento de censura (ALBUQUERQUE, 2017, p.10). Os empresários que controlam os grandes meios de comunicação privada, historicamente, são ferrenhos opositores a qualquer regulação dos meios e, a partir do caso do mensalão, então, a oposição midiática se tornou cada vez mais agressiva. De acordo com Anderson (2011, p.36), a narrativa construída pelos grandes periódicos, como a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e a Veja, era a de que

o Brasil estava sendo mal governado por um grosseiro aspirante a caudilho, sem a menor compreensão dos princípios econômicos ou respeito pelas liberdades civis, uma ameaça permanente à democracia e à propriedade privada.

A presidenta da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Maria Judith Brito, chegou a defender que a mídia tinha o dever moral de trabalhar como um partido de oposição ao governo do PT, em face da fragilidade da coalizão opositora formal (ALBUQUERQUE,

2017, p.9). Além de a mídia comercial compartilhar dos valores conservadores disseminados na sociedade, calcados no racismo, no patriarcado e na homofobia, que, em alguma medida, são combatidos pelos governos do PT, a postura crítica da mídia em relação a eles se deve a interesses econômicos. A concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias milionárias faz com que a pluralidade informacional a que a população brasileira tem acesso, em especial os mais pobres, seja bastante limitada. Com efeito, os interesses do capital se entrelaçam com o interesse desses empresários, o que explica a defesa incessante da grande mídia às políticas de redução do Estado e de desregulamentação do mercado (MARQUES, 2013). Somado a isso, os governos do PT tomaram algumas iniciativas que desagradaram os donos da mídia, como, por exemplo, a pulverização das verbas publicitárias e o aprimoramento da comunicação estatal¹³⁹, que reduziam o orçamento dessas empresas e ameaçava a audiência das mesmas, caso futuramente os meios estatais se tornassem atraente para o grande público (MIGUEL, 2019).

A grande imprensa internacional, por seu turno, procurava construir uma narrativa favorável, de modo geral, às políticas moderadas praticadas pelo presidente Lula, em contraste com o radicalismo chavista do país vizinho. O *The Economist* e o *Financial Times* mostravam-se “satisfeitos com as políticas pró-mercado e a concepção construtiva da presidência de Lula, frequentemente contrastada com a demagogia e a irresponsabilidade do regime de Chávez na Venezuela” (ANDERSON, 2011, p.36).

A despeito dos enquadramentos desfavoráveis produzidos pela mídia comercial doméstica acerca do governo, principalmente no episódio do Mensalão, e da fissura que o escândalo causou na base de apoio, dois fatores foram primordiais para permitir que, não apenas Lula contornasse as adversidades geradas pela crise política, mas também para pavimentar o caminho rumo à reeleição. Foram eles: a volta do crescimento sustentado, depois de mais de uma década de quase estagnação¹⁴⁰, e o efeitos positivos da política social (ANDERSON, 2011). Com pouco mais de 60% dos votos, o PT novamente venceu o PSDB na eleição presidencial, permitindo que Lula governasse por mais quatro anos. Desta vez, o PT se rendia à aliança com o PMDB, evitada no primeiro mandato, uma vez que o mensalão havia corroído a coalizão com o “baixo clero”¹⁴¹.

¹³⁹ Cabe ressaltar, todavia, que tais medidas não mexeram na estrutura do modelo organizacional dos meios de comunicação no Brasil.

¹⁴⁰ Durante os oito anos de FHC na presidência, o Brasil cresceu 2,3% ao ano, em média. Entre 2004 e 2006, o PIB subiu 4,3% em média.

¹⁴¹ Baixo clero é uma expressão comumente usada pela mídia para se referir a partidos ou políticos com baixa expressão no parlamento e que normalmente tomam decisões baseadas mais em interesses pessoais do que em interesses provincianos ou pessoais.

O fato de Lula ter obtido praticamente o mesmo percentual de votos em 2002 e 2006 parecia, à primeira vista, sinalizar a manutenção da mesma base eleitoral; no entanto, por trás desses números se escondem mudanças substantivas no eleitorado lulista. As políticas de combate à pobreza extrema em associação com a crise do mensalão produziram um realinhamento eleitoral¹⁴² em 2006, conforme defende Singer (2012). Ocorreram trocas relevantes de posição social no interior da coalizão majoritária, da qual uma parcela da classe média se desvinculou, frustrada com as denúncias de corrupção, mas que foi substituída por eleitores do “subproletariado”¹⁴³, beneficiados pelas políticas social e trabalhista executadas no primeiro mandato. Enquanto o voto em Lula, em 2002, não estava especialmente associado com nenhum estrato social, em 2006, o candidato petista empatava com o seu adversário, Geraldo Alckmin, na faixa dos eleitores que recebem entre dois e cinco salários mínimos. Entre os ricos, o candidato do PSDB ganhava com 65% da preferência e, entre os eleitores de baixíssima renda, o sobproletariado, Lula possuía 26 pontos percentuais de vantagem (SINGER, 2012, p. 32). Segundo Singer, nesse momento ocorreu um descolamento entre o lulismo e o petismo, uma vez que a base eleitoral do partido não sofreu grandes alterações.

David Samuels e Cesar Zucco (2014, p.130) corroboram a afirmação de Singer de que houve transformações na base eleitoral de Lula de maneira diferente do que ocorreu com o eleitorado do PT. Os autores afirmam que, a partir de 2006, “os apoiadores de Lula tendem a ser mais pobres, menos educados, de pele mais escura e sem [ou com menor] envolvimento com a política [formal] do que os petistas”¹⁴⁴ e argumentam que isso se deu porque quase todos os petistas votaram no Lula, mas que o oposto não é inteiramente verdadeiro.

Entretanto, a definição que os autores dão ao termo lulismo difere daquela proposta por Singer, de acordo com qual o lulismo é um realinhamento eleitoral surgido a partir da eleição de 2006. Para Samuels e Zucco (2014, p.2), o lulismo são os recursos da popularidade de Lula, enraizados em conexões personalistas com os eleitores baseadas no carisma, história

¹⁴² Singer (2012, p.9) delimita o conceito da seguinte maneira: “A expressão ‘realinhamento eleitoral’ foi elaborada nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo. Apesar de o conceito de realinhamento ser objeto de extenso debate na ciência política, interessa-me nele apenas a ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar”.

¹⁴³ André Singer toma emprestado esse conceito de Paul Singer, segundo o qual subproletariado é: “a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida”, que “oferece sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure a sua reprodução em condições normais”. Em 1976, Paul Singer detectava que essa fração da classe trabalhadora compunha 48% da população economicamente ativa, contra 28% do proletariado, e André Singer acredita que essa proporção não tenha sofrido grandes mudanças, uma vez que as políticas neoliberais dos anos 1990 não produziram grandes transformações na estrutura social do país (SINGER, 2012, p. 44).

¹⁴⁴ Tradução nossa de: “Lula’s supporters tend to be poorer, less-educated, darker-skinned, and uninvolved in politics compared to petistas” (SAMUELS; ZUCCO, 2014, p. 130).

pessoal, estilo retórico e/ou políticas governamentais. O petismo, por seu turno, seria a conexão afetiva dos eleitores com o partido ou a identificação com o seu projeto político. Samuels e Zucco concordam com Singer, porém, que o sucesso do PT não é tributário do lulismo, tendo em vista que é um partido de massa com forte organização e com um perfil programático relativamente coerente que não deve a sua força ao capital político de um líder carismático. A estrutura organizativa do PT é bastante diferente, por exemplo, do PSUV, na Venezuela, criado para a ser um veículo personalista de seu líder à época, Hugo Chávez, com o povo venezuelano. O distanciamento ocorrido entre os apoiadores do lulismo e os do petismo decorre da dificuldade, na ótica de Samuels e Zucco, dos partidos (não apenas o PT) de criar identificação com os eleitores, o que é mais fácil no caso de uma figura carismática.

Todavia, o que demarca de forma bastante relevante a diferença nas duas interpretações acerca do lulismo é o fato de que o argumento de Singer está centrado em suposições sobre questões ideológicas que permeiam a cabeça dos votantes. Para Singer, teria havido um “despertar ideológico conservador” de uma grande parcela do eleitorado brasileiro. Samuels e Zucco discordam e advogam uma interpretação baseada na preponderância do “voto econômico”, isto é, o que teria acontecido foi a retribuição dada pelas classes baixas ao presidente Lula, a quem atribuíam a responsabilidade pela melhoria na qualidade de vida que vinham obtendo. Isso nada teria a ver com mudanças no perfil ideológico do eleitor, tanto é que, do ponto de vista das propostas concretas e da visão de mundo propagada pelo PT e pelo ex-presidente, existem poucas distinções possíveis entre os dois. Portanto, caso o voto fosse ideológico, não teria motivos para haver grandes distinções entre lulistas e petistas.

Medeiros (2020) complementa essa discussão, assumindo também uma posição crítica à análise de Singer, no que tange à definição do lulismo como um realinhamento eleitoral. O autor concebe que o lulismo é mais do que isso, é um processo que veio se construindo desde o final dos anos 1970, em que se conjugam características pessoais do ex-presidente com os efeitos concretos das lutas coletivas das quais ele participa. Como resultado desse processo, “pela primeira vez em nossa história, a massa dos pobres, sobretudo do Nordeste, se desligou do bloco histórico dominante”. Medeiros (2020, p.3 pdf) faz adendo importante: “isso só foi possível pelo terreno político criado pela Constituição cidadã”. Ou seja, a conquista de um conjunto de direitos, durante os governos de Lula, foi possibilitada pelo universo de direitos previstos pela Carta magna, que dão o embasamento legal e institucional para a execução das políticas de redução da desigualdade.

Do ponto de vista da participação democrática, as conquistas dos governos do PT estavam ancoradas nas diretrizes da Constituição de 1988. O Plano Nacional de

Participação Social regulamentava como a sociedade civil poderia participar na formulação e avaliação das políticas públicas na esfera federal, consolidando as demandas dos movimentos sociais expressados na Carta de 1988, bem como orientava os órgãos da administração pública na utilização dos canais de participação previstos na constituição. Ocorre que participação e representação, nos governos do PT, passaram a não ser mais discutidos sob uma perspectiva antagônica, como era nos governos anteriores, mas sim como instâncias complementares (FARIA; GOULART, 2018). Por conseguinte, os conselhos e as conferências nacionais foram importantes instrumentos para absorver demandas trazidas pelos movimentos sociais, o que contribuiu para uma relação amistosa entre Lula e grande parte da sociedade civil organizada, se comparada aos governos brasileiros anteriores.

Se comparados com a Venezuela, percebemos que a política de estímulo à participação foi bastante modesta, haja vista que os espaços participativos abertos com as conferências e os conselhos nacionais instituídos pelo PNPS possibilitaram que a sociedade civil monitorasse as políticas públicas, mas sem conceder poderes decisórios aos participantes. No caso venezuelano, as comunas e conselhos comunitários, por outro lado, tinham esta prerrogativa. Ademais, diferentemente do modelo democrático popular-protagônico estabelecido na Venezuela, no Brasil, tais políticas não visavam à “superação da parâmetros do regime democrático representativo rumo a um ideal de democracia direta” (FARIA; GOULART, 2018).

A despeito das conquistas propiciadas pelas políticas de inclusão social e os efeitos eleitorais favoráveis ao lulismo, existem setores da academia que enfatizam as consequências nocivas da maneira como foi conduzida a redistribuição de renda no Brasil durante o período. Lavinias e Gentil (2018), por sua vez, discutem justamente sobre o perigo da combinação dessas políticas sociais à maneira como foram formuladas com a massificação do acesso ao crédito, que provocaram o aumento da taxa de financeirização¹⁴⁵. As autoras explicam que, a partir dos anos 1970, tornou-se evidente a paulatina mudança de preferência das elites pela acumulação de ativos financeiros desvinculada do compromisso com o investimento no setor produtivo, levando à formação de um regime de acumulação – o *finance-dominated accumulation regime* - que produz uma dinâmica estrutural de alcance global articulada segundo os princípios da lógica financeira, condicionando as operações de financiamento e de despesas públicas e modificando toda a dinâmica macroeconômica. A financeirização é, em termos gerais, “a crescente influência dos mercados financeiros, das elites, das instituições

¹⁴⁵ “A taxa de financeirização corresponde à proporção entre o estoque total de ativos financeiros e o estoque total de capital fixo produtivo” (BRUNO et al, 2011, p. 736).

financeiras no modo de funcionamento da economia real”, que “se estende para além do mercado, penetrando em várias dimensões da vida social” (LAVINAS, GENTIL, 2018, p.196). Por reduzir a participação do capital produtivo no processo de acumulação, as consequências geradas ao redor do mundo pela financeirização têm aprofundado as desigualdades, ao reduzir a massa salarial, ao privilegiar a especulação e endividar famílias.

No caso da política educacional, por exemplo, o programa FIES (Fundo de Investimento no Ensino Superior) foi uma das principais estratégias para a execução do projeto de ampliação do número de estudantes universitários. Os usuários do FIES recebem empréstimos do governo federal para estudarem em instituições da rede privada – muitas das quais possuem ações no mercado financeiro - tendo alguns anos, depois de formados, para começarem a pagar a dívida. Porém, muitos usuários do programa se endividaram, sem nem mesmo terem concluído seus estudos.

O estímulo à financeirização por parte do Estado também ocorreu na área da saúde. Apesar de possuir um sistema de saúde pública gratuito, em 2014, 28% da população estava coberta por algum tipo de seguro privado médico ou odontológico. A Caixa Federal, um banco público, contribuiu para o aumento do acesso a esses planos de saúde, oferecendo às massas seguros de baixo custo, cujas empresas investem pesado no mercado financeiro (LAVINAS, GENTIL, 2018). Dessa maneira, a política social dos anos 2000, concluem Lavinias e Gentil, proporcionaram o aumento da acumulação financeira, o que inibe trajetórias de mudanças estruturais que caminhassem na direção da superação do subdesenvolvimento.

Francisco de Oliveira (2010) também produz uma narrativa crítica à política social conduzida durante os governos Lula, mas por um outro viés, utilizando a tradição teórica marxista. Na perspectiva do sociólogo, teria sido formulada uma “hegemonia às avessas” com a ascensão da classe trabalhadora, representada por um ex-metalúrgico retirante do Nordeste. Dialogando com o filósofo Antonio Gramsci, Oliveira explica que a hegemonia dentro de uma sociedade capitalista significa a ascendência moral da burguesia em detrimento dos valores da classe trabalhadora, garantindo o consentimento dos dominados à dominação a que estão submetidos. Entretanto, no caso brasileiro, durante os governos de Lula, teria havido uma “hegemonia às avessas”, na qual os dominados obtiveram o consentimento dos dominadores para liderar a sociedade, mas sem a prerrogativa de modificarem as estruturas sociais, ratificando assim a posição de explorado. Em outras palavras, a liderança conquistada pelas massas não poderia reverter a situação de dominação à qual estava condenada.

Não obstante as críticas, nenhum desses autores deixam de reconhecer que as políticas sociais contribuíram para a redução da pobreza extrema, feito que não pode ser menosprezado

em um país marcado pela fome. Além disso, é preciso ressaltar que a financeirização da política social não pode ser entendida como uma “traição” do PT, já que as propostas de incorporação dos setores populares ao mercado por meio do crédito já haviam sido apresentadas nos programas do partido desde o início dos anos 1990 (SINGER, 2012, p. 111).

Os gastos sociais e a política de crédito, contudo, não foram os únicos motivos do caráter expansionista da política fiscal. Também houve um crescimento considerável dos investimentos públicos, que promoveram significativa contribuição para os números positivos durante o período do “milagrinho econômico” (2004-2010). A Operação Tapa-buracos, em 2006, e o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), em 2007, com o objetivo de desonerar e incentivar o investimento privado, foram os motores dessa melhoria. Cabe pontuar que investimentos públicos têm enorme potencial de estimular investimentos privados, pois dinamizam o mercado interno e resultam em demandas futuras. “A cada um real gasto em investimento público, ganha-se 1,4 em variação do PIB (...), [em contrapartida] a redução de um real na carga tributária (...) só levaria a um aumento de 0,28%” (CARVALHO, 2018, p. 20).

Comparando investimento e consumo no período delimitado entre 2004 e 2010, comumente se pensa que o consumo familiar foi o componente mais determinante para o crescimento do PIB; porém, verifica-se que o investimento cresceu mais. Teria sido mais eficaz o modelo de desenvolvimento se o aumento do consumo fosse preponderante, uma vez que é um componente mais atuante no que se refere à elevação do crescimento do produto interno por vir a atrair investimentos públicos e privados (CARVALHO, 2018, p.20-21).

Os indicadores econômicos positivos ficaram ameaçados com a crise de 2008, visto que o preço das commodities sofreu uma brusca queda, com a diminuição da demanda por parte da China. Houve também o encolhimento do acesso ao crédito e da demanda doméstica por serviços e bens de consumo, e a saída de capitais desvalorizou o real. Para combater a crise, o governo seguiu uma orientação neokeynesiana: decidiu manter as políticas sociais já implementadas, bem como adotou medidas temporárias para conferir liquidez ao sistema financeiro (MELLO, 2015, p.3). Além disso, manteve as transferências do governo federal para os estados e municípios no mesmo patamar, ampliou o seguro desemprego por dois meses adicionais e, em março de 2019, lançou o programa de habitação popular Minha Casa, minha vida (CARVALHO, 2018). Já em 2010, a estratégia resultou em um crescimento de 7,6%, melhor performance em 25 anos, favorecendo a popularidade do presidente, que terminou o seu mandato com maior taxa de aprovação durante os oito anos que comandou o país (ORAIR; GOBETTI, 2017, p.7).

Os resultados positivos alcançados em dezembro de 2010 indicam que a estratégia adotada foi acertada. Se comparados com os números obtidos em 2003, conforme relatamos no início desta seção (3.2), percebemos uma diferente marcante: no final do segundo mandato, os juros tinham caído para 10,75% ao ano; o superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB; o salário mínimo totalizava 50% de acréscimo; O Bolsa Família cobria por volta de 12 milhões de famílias de baixa renda; o crédito expandiu-se de 25% para 45% do PIB. Como resultado, alargou-se o mercado interno; o crescimento foi de 7,5%, em 2010; o desemprego foi rebaixado para apenas 5,3%, nível considerado como plenoemprego; além de ter havido queda recorde do índice de Gini (SINGER, 2012, p.8).

O modo como a administração de Lula respondeu à crise corrobora a tese de que a redistribuição não foi determinada pela conjuntura internacional, pois, se assim fosse, as incertezas de 2008 levariam a um forte refluxo das políticas de transferência de renda, o que não ocorreu. Diante disso, reafirmamos a tese de Singer de que a redistribuição foi uma decisão do governo, impulsionada pelo ciclo de “bonança” da economia exportadora e, portanto, o sucesso do lulismo dependeria, na realidade, menos da conjuntura internacional e mais de capacidade do presidente em arbitrar as disputas entre os “produtivistas” e os “rentistas” (SINGER, 2012, p. 105-106).

No plano geopolítico, liderado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Brasil experimentou uma dinâmica de ampliação dos parceiros comerciais e diplomáticos, buscando construir relações pautadas no consenso e na cooperação. Construiu-se três tabuleiros de negociações: o regional, o sul-sul e aquele estabelecido com o centro capitalista (em especial, a Organização Mundial do Comércio). O primeiro foi tido como prioridade, pois era a única esfera que permitia construir uma plataforma comum com a qual todos os países vizinhos pudessem ser beneficiados, o que projetou avanços importantes. Era compartilhada entre os membros a ideia de que a integração regional “permitia propor projetos para além do ‘progressismo em um país’”, construindo uma estratégia mais coesa e eficaz no contexto da globalização (CODAS, 2013, p. 15).

Uma das mais relevantes conquistas dessa integração regional foi a criação da Unasul, por meio da qual foram propostas políticas comuns de defesa, educação e saúde, bem como de construção de estradas e portos para aprofundar a conexão entre os países. A Unasul teve ainda um papel crucial no rechaço às direitas e à interferência imperialista estadunidense, como, por exemplo, no caso em que o presidente colombiano, Alvaro Uribe, demonstrou a intenção de ampliar os acordos sobre bases militares dos EUA no país. A pressão da organização sul-americana para que a iniciativa não fosse levada à frente contribuiu para o

fracasso do projeto. (CODAS, 2013, p.8).

O sucesso dessas dinâmicas regionais está associado à perda de força do imperialismo norte-americano, principalmente após o ataque às Torres Gêmeas, em 2001. A partir de então, a estratégia da Casa Branca passou ser canalizada, em larga medida, para resolver conflitos com países do Oriente Médio, tidos como prioritários naquele momento, direcionando, assim, pouca atenção aos países ao Sulno continente americano, que passaram a ter maior liberdade de ação (ANDERSON, 2011, p.50). Isso implicou, por exemplo, o encerramento das discussões e negociações em torno da Alca, na Cúpula das Américas, em 2005. Segundo Codas (2013, p.3), aquele cenário indicava uma “mudança na geometria do poder regional e mundial”.

Além das dinâmicas de cooperação na região, observamos também que, nos anos 2000, a diplomacia brasileira passou a se expandir para áreas antes pouco visadas, como a África e Oriente Médio, além do aprofundamento das relações comerciais com a China, fundamentais para o bom desempenho econômica da região latino-americana ao longo da década. A diplomacia brasileira chegou a adotar uma postura independente, ao reconhecer a Palestina como Estado e ao recusou-se a integrar o bloqueio contra o Irã, convidando o presidente Ahmadinejad a visitar Brasília (ANDERSON, 2011).

O Itamaraty, ao passo que direcionava o seu olhar para o Sul global, mantinha abertas as perspectivas de preservar e até mesmo aprofundar os laços com o Norte. Continuou a ter amistosas relações diplomáticas e intensas relações comerciais com os Estados Unidos e com a União Europeia, bem como conquistou vitórias importantes nas disputas travadas no interior da OMC, ao criar uma frente de países do Sul para impedir as tentativas dos países desenvolvidos de robustecer o livre comércio (ANDERSON, 2011). Esse protagonismo rendeu ao Brasil, inclusive, no ano de 2013, a diretoria-geral da organização¹⁴⁶.

A participação mais ativa no cenário internacional implicou mudanças na política militar do governo Lula em relação aos antecessores. A liderança das Forças Armadas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah, sigla derivada do francês) estava inserida no contexto em que o Brasil se propunha a expandir o seu grau de influência no âmbito internacional. A missão de paz foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU em 10 de setembro de 2004, com o fim de reestabelecer a ordem no Haiti, após um período de insurgência que levou à deposição do presidente Jean-Bertrande Aristide. A entrada do Brasil na missão, no entanto, foi alvo de duras críticas pelo fato de a legislação

¹⁴⁶ <https://veja.abril.com.br/economia/brasileiro-e-novo-diretor-da-omc/>

brasileira proibir o uso da força militar a não ser em casos de legítima defesa contra inimigos externos; portanto, qualquer ação ofensiva das tropas brasileiras no Haiti poderia ser interpretada como ilegal. Além disso, havia o entendimento por parte de setores da sociedade de que o Brasil já tinha problemas internos suficientes, o que exigia do governo federal uma atenção maior para resolvê-los, em lugar de se preocupar com os problemas de países vizinhos (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019).

A atenção dada à política militar, vinculada às estratégias da política externa, se consolidou no segundo mandato com a escolha de Nelson Jobim para o Ministério da Defesa (MD). Se, durante o primeiro mandato do governo Lula, o MD manteve a falta de legitimidade herdada dos governos anteriores, que dificultava a aproximação das autoridades civis com os setores militares, a partir da gestão de Nelson Jobim, o quadro começou a mudar. Jobim compartilhava a agenda sul-americana de integração, tendo sido, inclusive, um dos entusiastas da criação do Conselho Sul-americano de Defesa, na Unasul. Adicionalmente, o ministro se empenhou na aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), dois documentos importantes para traçar as estratégias da política militar.

O END, aprovado em dezembro de 2008, tinha por objetivo nortear as ações do Estado brasileiro visando à modernização e ao reaparelhamento das Forças Armadas, para assegurar a autossuficiência tecnológica das instituições militares; além disso, o END estabelecia parâmetros para garantir uma maior integração entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. O documento, ainda, dava diretrizes para a reestruturação do serviço militar, com o intuito de garantir que todas as classes sociais estivessem mais bem representadas, buscando trazer para o interior das FA o paradigma das políticas de inclusão social, bem como enfatizava a importância da integração regional sul-americana. A crítica feita à END é que sua elaboração não contou com ampla participação da sociedade civil, intelectuais e especialistas civis (OLIVEIRA; BRITES, MUNHOZ, 2019, p.56).

Por outro lado, o LBDN, formulado dois anos depois, contou com a participação de diversas camadas da sociedade e a expectativa do Ministério da Defesa era de que a sociedade civil se interessasse mais pelo tema da defesa nacional. O documento expressava a visão e as atitudes tomadas pelo governo em relação à defesa, comunicando análises do governo sobre a segurança do país, interna e externa, e sobre seus projetos de implementação da política de defesa. Além disso, o LBDN versava sobre dados relativos aos orçamentos e aos equipamentos das Forças Armadas (OLIVEIRA; BRITES, MUNHOZ, 2018, p.57).

Além da END e do LBDN, outra evidência de que o governo Lula estava disposto a

investir na política militar foi a retomada do Projeto FX, iniciado no governo FHC. O projeto era destinado à renovação da frota aérea brasileira, interrompido no primeiro mandato de Lula, em virtude da prioridade dada às políticas sociais. A descoberta das reservas do Pré-sal trouxe à tona a necessidade de estancar o processo de sucateamento do aparelhamento militar para defender as riquezas nacionais (OLIVEIRA; BRITES, MUNHOZ, 2019). De acordo com Raúl Zibechi (2019), nenhum governo havia dado tanta atenção às preocupações das Forças Armadas desde o fim da ditadura. A expectativa dos militares era de que o Estado recuperasse o seu papel ativo e de que o governo afirmasse a soberania geopolítica do país. A política militar e o processo de integração regional convergiriam com a ambição militar de melhorar o controle sobre a Amazônia e de projetar a influência do Brasil para além das suas fronteiras.

Mesmo com apoio dos militares, de parceiros internacionais importantes, de grande parte dos movimentos sociais organizados, da maioria no Legislativo, de setores do mercado financeiro¹⁴⁷ e do empresariado, em 2010, Lula já não podia concorrer à eleição, pois a legislação só permitia dois mandatos seguidos para cargos executivos. A sucessora escolhida foi a ex-ministra das Minas e Energia e, mais tarde, ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que despertava desconfiança por seu perfil técnico e pouco afeito às negociações políticas. Dilma é de origem social distinta do seu predecessor, tendo nascido em uma família de classe média alta e filha de um pai comunista húngaro, que prosperou com venda de imóveis em Belo Horizonte. Dilma teve acesso a educação de qualidade, estudou francês e piano, e começou a militância com 17 anos. Com 19, já estava na clandestinidade e realizava ações armadas na capital mineira e, mais tarde, no Rio de Janeiro, para onde se mudou. Em 1970, foi presa e torturada, sendo obrigada a ficar detida por três anos. Após a liberdade, filiou-se ao PDT, de Leonel Brizola, mas depois de mais de 20 anos, migrou para o PT, dois anos antes das eleições que levaram o PT à presidência pela primeira vez (ANDERSON, 2011, p. 46).

Na campanha, a candidata estabeleceu 13 compromissos programáticos, que incluíam medidas que beneficiavam a classe trabalhadora, como redução da jornada de trabalho e tributação de fortunas, e medidas voltadas para atender as demandas do capital, como a autonomia do Banco Central e a reforma trabalhista. Mantinha-se, pois, o consenso de que era preciso manter o crescimento econômico e erradicar a pobreza extrema, sem causar grandes danos à elite econômica dominante (SINGER, 2012, p. 126).

¹⁴⁷ O apoio de setores do mercado financeiro pode ser explicado pelo bom desempenho da bolsa de valores. No que tange à expansão, “a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores, subindo vertiginosos 523%, representando o terceiro maior complexo de mercados futuros, commodities e títulos do mundo” (ANDERSON, 2011, p.37).

Com pouco mais de 56% dos votos, Dilma venceu o candidato peessedebista, José Seera, e se tornou a primeira mulher a governar o país. Para aumentar o clima de euforia da vitória, os resultados das eleições parlamentares daquele ano foram também bastante promissores para o novo governo. No Congresso, o PT se tornou, pela primeira vez, o partido com maior número de cadeiras (88 ao total) e, no Senado, a coalizão governista teve crescimento expressivo (conquistando 15 assentos), tendo Dilmainiciado o seu governo com o apoio de 2/3 da legislatura em cada casa (ANDERSON, 2011, p.45).

Diante disso, podemos esquematizar a correlação de ameaças e escudos herdada por Dilma da seguinte forma:

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	-	Governo tinha maioria, porém a coesão da base legislativa sofreu grandes danos com as denúncias do Mensalão
Instituições de Justiça	Munidas autonomia dada pelo governo fez com que MPF, PF e STF tiveram atuação no caso do Mensalão que devastou a base governista	-
Forças Armadas		Ganharam visibilidade com a missão de paz no Haiti, recuperando parte do prestígio social perdido desde o fim do regime militar. Além disso, os investimentos do governo nas Forças Armadas iam ao encontro do desejo dos militares de alcançar maior protagonismo no cenário político
Geopolítica		Política externa expansionista, com maior integração com a região sul-americana, ampliação das relações sul-sul e manutenção das relações comerciais e diplomáticas com o Norte Global.

Mídia	Mídia doméstica, de forma geral, criava uma narrativa desfavorável ao governo, devido a interesses econômicos e ideológicos. Com a cobertura do Mensalão, essa ameaça ficou bastante evidente.	Parte da mídia internacional exaltava o estilo “moderado” do lulismo, em comparação com governos “radicais”, como de Hugo Chávez
Protestos de rua		Parte das reivindicações dos movimentos sociais eram discutidas nos canais de participação popular e os bons indicadores econômicos fizeram com que não houvesse nenhum grande ciclo de protestos pedindo a saída do presidente

Quanto às principais estratégias do Executivo e dos partidos opositores, podemos resumi-las desta forma:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Na crise do Mensalão, a saída foi aliar-se ao PMDB e, na crise econômica de 2008, optou-se por uma ampliar os investimentos, em vez de restrição fiscal	O discurso da oposição de direita centrou-se no tema da corrupção, sobretudo a partir do caso do Mensalão. Houve também uma parcela da esquerda que também abandonou o governo, em virtude da política de conciliação com o capital

3.3. 1ª fase do Governo Dilma: da “faxina ética” às ameaças populares de 2013

O primeiro ano de governo já impôs à presidenta uma tarefa complicada, que Lula já havia encarado no primeiro mandato: a de lidar com denúncias de corrupção contra membros do governo, inclusive dentro da própria Esplanada dos Ministérios. Em 2011, os escândalos envolviam sete ministros, atingindo pastas centrais, como a da agricultura, do esporte, do trabalho, dos transportes, do turismo e até mesmo da Casa Civil. Nesta última, inclusive, o alvo foi o ministro Antônio Palocci, que já havia sido acusado de corrupção no caso do Mensalão e, naquela ocasião, Palocci era um dos homensfortes do governo Lula. A reação de Dilma a todos os casos que indicavam irregularidades foi enérgica, demitindo todos os acusados prontamente.

A grande mídia noticiava as denúncias de maneira desfavorável à imagem do partido governista, procurando enquadrar a corrupção como uma característica quase que intrínseca ao PT. Em editorial publicado no dia 18 de agosto de 2011, o jornal O Globo fazia a seguinte crítica: “Se a palavra é limpeza, será difícil frear este processo perante à sujeira acumulada durante os oito anos de um governo cúmplice”¹⁴⁸. A veiculação sistêmica de casos como esse, frequentemente relacionados aos governos de esquerda, faz com que a categoria corrupção, que é um “significante vazio” (LACLAU; MOUFFE, 1985), cuja definição não tem, a princípio, nenhuma orientação político-ideológica, passe a se consolidar no imaginário popular como uma característica inerente à esquerda. Desse modo, constrói-se a narrativa de que somente a direita teria a prerrogativa moral para combatê-la (PINTO, 2019).

Além disso, era visível a insatisfação, especialmente de setores das classes médias, com os escândalos. No segundo semestre de 2011, ocorreram diversos protestos pelo fim da corrupção, muitos dos quais eram organizados pelas redes sociais, sobretudo pelo Facebook, que se popularizava rapidamente ao redor do Brasil¹⁴⁹. Um dos grupos mais atuantes era o *Anonymous*, formado por hackers famosos por terem invadido as redes da Visa e da Sony. O grupo foi responsável por elaborar o “Manifesto contra a corrupção no Brasil”, um documento no qual convocavam pessoas em diversas cidades a saírem às ruas para, nas palavras deles, “protestar contra a corrupção e reverter esse quadro de impunidade que faz com que os políticos sujos continuem a abusar do poder que têm”¹⁵⁰. Apesar das críticas ao histórico dos governos petistas por parte da mídia e dos manifestantes, o resultado da “faxina ética” se

¹⁴⁸ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/analistas-faxina-etica-de-dilma-ameaca-coalizacao-do-governo,3a8ccc00a90ea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>

¹⁴⁹ <https://www.theguardian.com/world/2011/oct/27/brazil-latest-country-angry-corruption>

¹⁵⁰ <https://anonymousemrononia.wordpress.com/2011/08/08/manifesto-contra-a-corrupcao-no-brasil/>

mostrou positivo para a popularidade de Dilma, que chegou a 59%, o índice mais alto até então de um presidente em primeiro ano de mandato¹⁵¹.

Na economia, uma das metas principais do novo governo era superar a desindustrialização estrutural. Ao assumir o poder, Dilma adotou a posição de que era preciso afrouxar a política monetária, baixando os juros, e executar uma política fiscal contracionista, diminuindo os gastos e os investimentos, em contrapartida, desonerando tributos de setores produtivos. Porém, antes de lançar a “política industrialista” (MELLO, 2015), a equipe econômica achou por bem usar uma estratégia conservadora de início para conter o avanço da inflação, tendo em vista a ameaça gerada pela aceleração do crescimento do PIB no ano anterior. Com isso, nos primeiros meses de governo, as diretrizes do tripé macroeconômico foram seguidas à risca, atingindo rapidamente o objetivo: retraindo a expansão do PIB para interromper o processo inflacionário. O patamar de crescimento foi, pois, menor do que o ano anterior: em 2010, havia sido de 7,6%, e em 2011 desceu para 3,8% (MELLO, 2015, p.13-14).

O cenário internacional não era promissor, já que a crise mundial ainda deixava marcas nas economias desenvolvidas - com a fraca recuperação dos EUA, por exemplo, e com a crise na zona do euro -, que procuraram proteger seus mercados através de desvalorizações cambiais e do incentivo às exportações. Como consequência da desaceleração global, a taxa de crescimento mundial recuou de 5,1%, em 2010, para 3,8%, em 2011 (PAULA; PIRES, 2015).

Ainda no primeiro ano do mandato, a política econômica sofreu uma inflexão rumo à heterodoxia, seguindo a estratégia inicial de tratar os sintomas da doença holandesa¹⁵² e retirar o país do percurso da desindustrialização em que há anos se encontrava. A Nova Matriz Econômica (NME), conforme ficou conhecido o conjunto de mudanças promovida pela equipe econômica do governo, consistiu em uma “política industrialista”, que flexibilizou as regras que orientam o tripé macroeconômico tradicional. Foram rebaixadas as taxas de juros, de 12,5% em agosto de 2011 para 7,25% em abril de 2013, o valor mais baixo desde a década de 1980, quando foi criada a Selic. O câmbio foi desvalorizado a partir de fevereiro de 2012: um dólar valia R\$ 1,65, chegando ao patamar de R\$ 2,05, em maio de 2012. Somado a isso, implementou-se uma política fiscal expansionista, que abandonou o regime de metas de inflação, em detrimento da obtenção de superávits primários, e que, ao mesmo tempo,

¹⁵¹ https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160510_cronologia_dilma_senado_if

¹⁵² Doença holandesa consiste, na definição de Oreiro e Feijó (2010, p. 222), em “um processo de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real do câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região”.

desonerava o setor privado. O Programa Brasil Maior, criado em agosto de 2011, foi responsável por injetar 600 bilhões de reais na indústria até o ano 2015, mediante, dentre outras medidas, a redução do IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) e a ampliação do acesso ao MEI (Microempreendedor Individual). Tais isenções, anunciadas em abril de 2012, chegaram a atingir 42 setores em 2014, resultando em uma economia de 25 bilhões de reais aos empresários, limitando significativamente, por outro lado, o espaço fiscal do governo (SINGER, 2015).

O BNDES teve um papel importante para o funcionamento da NME, criando uma robusta linha de crédito para a iniciativa privada, que configurou um aporte financeiro quatro vezes maior do que aquele dado em 2009 pelo governo Lula, com o fim de mitigar os efeitos da crise global deflagrada no ano anterior. Adicionalmente, foram tomadas decisões no sentido de proteger o produto nacional, com a elevação do IPI sobre veículos importados, com a criação do Programa de Compras Governamentais, que beneficiou o setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos com regras favoráveis para a produção nacional (SINGER, 2015).

No âmbito da infraestrutura, foi lançado o Programa de Investimentos em Logísticas (PIL), um pacote de concessões para melhorias no setor de transportes e, por meio de medida provisória, o governo barateou o preço da eletricidade em 20%, medida que favoreceu o setor “produtivista”, mas prejudicou os “rentistas”, que possuíam ações nas empresas estatais do setor de energia. Por fim, o governo ajustou a política cambial, controlando a entrada de dólares, objetivo que foi cumprido, em grande medida, devido à elevação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre investimentos estrangeiros (SINGER, 2015).

A Nova Matriz Econômica, porém, teve resultados negativos, com a desaceleração da economia e a deterioração fiscal. Paula e Pires (2017), concebem que o equívoco da política fiscal foi ter privilegiado as isenções ao invés de investimentos públicos, que caíram, em média, 1% ao ano entre 2010 e 2014. Mello (2015) compara as políticas fiscais anticíclicas de 2009 com as implantadas no contexto da NME e observa que, enquanto as primeiras possuíam um “claro viés de incentivo à demanda e ampliação do crédito”, aquelas praticadas a partir de 2011, “tinham o objetivo de reduzir os custos produtivos e incentivar a oferta e os investimentos privados” (MELLO, 2015, p.6). Com relação à política cambial, a desvalorização do real com o fim de estimular as exportações mostrou-se uma escolha ruim, pois rebaixou os salários e não elevou a produtividade, como se desejava. A produção industrial também não cresceu; pelo contrário, caiu 3,7% em 2012 (CARVALHO, 2018), em grande medida, porque a desvalorização do real prejudicou a importação de insumos e

equipamentos.

No dia 18 de abril de 2013, o Banco Central reativava o ciclo de alta na taxa Selic, ao passo que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, assegurava que a inflação estava sob controle, o que desencadeou uma disputa entre o BC e a Fazenda, da qual o primeiro saiu vitorioso. Nos meses seguintes, a taxa de juros continuou subindo progressivamente, diminuí-se as restrições sobre o capital especulativo e foram realizadas privatizações na área de transportes (SINGER, 2015, p.50). A NME teve impacto negativo também na confiança dos investidores, sobretudo porque as agências de risco, os bancos estrangeiros e as instituições financeiras internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial), faziam duras críticas ao ativismo estatal, responsabilizando-o pelo fracasso do “ensaio desenvolvimentista”.

Não bastasse o recuo na política econômica, Dilma vinha sofrendo pressão por parte tanto do Congresso quanto das centrais sindicais por conta da dificuldade de diálogo com a chefe do Executivo. Congressistas se queixavam sobre a dificuldade de se reunir com a presidenta. Em um levantamento feito pelo jornal O Globo, entre janeiro de 2011 e outubro de 2014, Dilma havia recebido com exclusividade apenas dois deputados federais e 13 senadores¹⁵³. As centrais sindicais expressavam a mesma insatisfação, já que, diferentemente do presidente Lula, Dilma não estabeleceu um canal de interlocução direta entre as centrais sindicais e o Palácio do Planalto. Essa tarefa era normalmente delegada ao secretário-geral da presidência, Gilberto Carvalho. Com a mídia, a relação também não era muito próxima: a presidenta passou quase um ano, entre 2012 e 2013, sem dar nenhuma entrevista¹⁵⁴.

Mas o cenário político passou mesmo a ser bastante adverso ao governo a partir de junho de 2013, quando a presidenta Dilma Rousseff teve que enfrentar a eclosão de um intenso ciclo de protestos. As Jornadas de Junho foram as maiores manifestações vistas no país em mais de duas décadas. Já em 2012, o número de protestos vinha crescendo expressivamente, tendo aumentado em 140% - foram 108 em 2011 contra 260 em 2012. Porém em 2013, foram registradas 445 mobilizações nas ruas (TATAGIBA; GALVÃO, 2019), que aconteceram de maneira simultânea em inúmeras cidades, lideradas, em um primeiro momento, pelo Movimento pelo Passe Livre (MPL), que reivindicava a diminuição dos preços das tarifas de transporte público. Daí ocorre um processo de “abertura societária”, na qual um conjunto de pautas, muitas vezes contraditórias entre si, são trazidas para o espaço público por grupos e

¹⁵³ <https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594-parlamentares-14512018>

¹⁵⁴ <https://exame.com/brasil/4-provas-de-que-dilma-rousseff-e-uma-nova-presidente/>

atores políticos de perfis ideológicos diversos, tornando as mobilizações bastante heterogêneas, como explica Bringel e Players (2015, p. 7-8):

Uma vez aberto o espaço de protesto pelas mobilizações iniciais, outros atores se uniram para fazer suas próprias reivindicações, sem necessariamente manter os laços com as mobilizações originais e repetir as formas, a cultura organizacional, as referências ideológicas ou os repertórios de ação dos iniciadores dessas mobilizações (...). Ao emergir um novo ciclo de protestos, presenciou-se um *transbordamento societário*, isto é, um momento em que o protesto se difundiu dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram.

De maneira semelhante, Alonso (2017) analisa que Junho de 2013 pode ser dividido em três etapas: a eclosão, a diversificação e a massificação. Nesses três diferentes momentos, foram observados três repertórios de confronto: (1) o *socialista*¹⁵⁵, cuja organização se estabelece de maneira vertical, à maneira dos protestos tradicionais, nos quais faz-se uso de bandeiras vermelhas, megafones, carros de som etc.; (2) o *autonomista*¹⁵⁶ com hierarquia descentralizada, que toma as decisões por meio do consenso, atualizando signos e slogans anarquistas; e, por fim, o *patriota*¹⁵⁷, que faz uso de símbolos nacionais, como foram os movimentos pelas Diretas Já e pelo Fora Collor, mas que, a partir de 2013, ganha uma conotação ideológica antidemocrática, bem diferente daqueles protestos do final dos anos 1980 e início dos anos 1990¹⁵⁸.

Na fase de eclosão, liderados pelos MPL, predominou entre os manifestantes o estilo de ativismo autonomista, o que confundia as autoridades, acostumadas a negociar com lideranças que adotavam o repertório tradicional socialista. A 2ª fase, de diversificação, é marcada pelo aumento da adesão e da pulverização dos focos de protesto, com a ampliação da pauta de reivindicações, e a reação das autoridades foi a de reprimir a ação dos manifestantes por meio da ação violenta das polícias militares.

Já na última fase, a de massificação, o repertório patriota passa a dividir, mais visivelmente, as ruas como os ativismos socialista e autonomista. Naquele momento, grupos

¹⁵⁵ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem Teto eram um dos principais grupos que adotavam o repertório socialista.

¹⁵⁶ O Movimento Passe Livre (MPL) e os grupos que aderem à tática Black Bloc são exemplos de ativistas autonomistas.

¹⁵⁷ Principais grupos: o Vem Pra Rua, de viés mais liberal, que mais tarde se aproximou do PSDB; o Movimento Brasil Livre (MBL), que viriam a ganhar maior protagonismo em 2015, e alguns de seus principais representantes aderiram, alguns anos depois, às regras do jogo político formal e se candidataram a cargos legislativos e executivos; e o Revoltados Online, de inclinação mais reacionária.

¹⁵⁸ Nesse artigo, Alonso está tratando mais especificamente do caso da cidade de São Paulo. No entanto, embora as Jornadas tenham alcançado capilaridade em quase todo o território nacional, havendo dinâmicas regionais distintas, é possível notar que, nos maiores centros urbanos, o ciclo de protestos pode ser dividido nessas três fases (eclosão, diversificação e massificação), apresentando os três repertórios descritos (socialista, autonomista e patriota).

inusuais começaram a aparecer nas manifestações, como torcedores de futebol, associação de moradores, idosos, famílias, dentre outros, e os protestos passam a ser colonizados pelo discurso da antipolítica e do combate à corrupção. De acordo com Miguel (2018, p. 102), a grande mídia substitui o registro da “baderna” e do “vandalismo” na cobertura jornalística, termos utilizados para qualificar os manifestantes de esquerda, principalmente os “autonomistas”, e passa a ler os protestos hegemonzados pela direita como “mobilizações cívicas”. As convocações dos atos dos grupos “patriotas” passaram a ser noticiados frequentemente, como forma de estimular a massificação das manifestações.

A direita soube ler o momento de modo mais inteligente, procurando atrelar a insatisfação demonstrada nas ruas à imagem do governo, contribuindo ativamente para afetar os pactos do lulismo. Grande parte da esquerda, por sua vez, especialmente os movimentos populares de influência petista, recuou frente ao avanço do ativismo reacionário, que apregoava inclusive a volta da Ditadura Militar, e se viu na defensiva, sentindo-se obrigada a blindar do governo. Estes grupos, pois, desperdiçaram a oportunidade de dialogar com as ruas e de aproveitar a potência dos movimentos em seu favor, para reivindicar mudanças radicais de orientação de esquerda (MIGUEL, 2018).

O desgaste do lulismo em 2013 é tributário do legado contraditório dos governos do PT. As políticas sociais promoveram melhorias nas condições da vida da classe trabalhadora e elevou o grau de escolarização e politização das classes populares, bem como novos grupos foram reconhecidos e integrados à arena política. Essas transformações repercutiram nas formas de organização coletiva e na produção de novas demandas. É relevante pontuar que uma enorme parcela dos jovens que participou das Jornadas iniciou seu ativismo político durante os governos do PT e concebia as conquistas dos anos 2000 como um fato dado, não tendo vivido as crises econômicas do final dos anos 1990, tampouco as dos anos 1980. Outrossim, os limites da conciliação de classes promovida pelo lulismo provocaram o descontentamento dos movimentos sociais tradicionais próximo ao PT, enfraquecendo o escudo popular que poderia ter sido mais resistente às ameaças que foram intensificando-se progressivamente com o acirramento dos conflitos.

Um fato curioso apontado por Tatagiba e Galvão (2019) é que, diferentemente do que se pode imaginar, os protestos de Junho de 2013 não foram desencadeados pela crise econômica. As autoras demonstram que, àquela altura, os indicadores não revelavam um quadro de recessão, que só veio a eclodir no ano seguinte. Em 2013, por exemplo, o país cresceu 3%, número maior que no ano anterior, quando cresceu 1,9%, e próximo dos 4% registrados em 2011. Somente em 2014, os indicadores começam a despencar. O PIB cresceu

apenas 0,5% em 2014 e foi rebaixado em – 3,8% em 2015.

A taxa de desocupação foi de 6,9 %, bastante semelhante aos níveis dois dois anos anteriores (6,7% em 2011 e 7,1%, em 2012). Enquanto isso, a aprovação do governo continuava em um patamar elevado, chegando a atingir o ápice de 65% em março de 2013. No final de junho, todavia, apenas 30% dos brasileiros continuavam avaliando a gestão de Dilma como boa ou ótima¹⁵⁹. Adicionalmente, a presidenta perdeu a confiança de uma parcela relevante dos empresários e dos consumidores, com o clima de incerteza instaurado, corroendo alianças importantes firmadas ao longo dos anos 2000. A FIESP se deslocava para a oposição, se tornando uma ferrenha crítica do governo e, inclusive, demonstrando apoio aos manifestantes de Junho de 2013 (MELLO, 2015, p.11).

A estratégia de Dilma para lidar com o cenário adverso se mostrou equivocada, pois assumiu para si o protagonismo no que se refere às respostas dadas aos protestos de 2013. O governo não era o foco principal de contestação dos manifestantes, mas em decorrência da reação da presidenta, várias reivindicações acabaram sendo direcionadas para ela a partir de então (MELLO, 2015, p.12). Para atender tais demandas, o governo teria que lançar mão de uma agenda de gastos sociais, que certamente iria comprometer a dívida pública e, portanto, despertaria mais ainda a insatisfação do mercado financeiro (BASTOS, 2017, p. 4). No entanto, o governo assumiu uma postura conservadora, apresentando um pacote de reformas moderadas¹⁶⁰, dentro das quais acenava em favor do capital financeiro, propondo responsabilidade fiscal. Foi executado uma série de cortes no orçamento de 2013, cujo valor total chegou a 10 bilhões de reais (SINGER, 2015).

Do ponto de vista da política militar, era possível observar, já nesses primeiros anos de governo, algumas continuidades e algumas inflexões em relação à administração de Lula. Logo nos primeiros meses de 2011, Dilma foi obrigada a demitir Nelson Jobim devido à repercussão política de declarações polêmicas feitas por Jobim acerca de colegas do governo, que criaram um mal-estar no Palácio do Planalto¹⁶¹. Quem assumiu a pasta foi o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, acendendo sinal de alerta nas relações entre a Defesa e as Forças Armadas, uma vez que existem rivalidades históricas entre diplomatas e militares

¹⁵⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>.

¹⁶⁰ A presidenta propôs ainda medidas de combate à corrupção, mediante uma reforma política; prometeu mais investimentos em saúde, com construção de hospitais; em educação, canalizando recursos dos royalties do petróleo, proposta já enviada ao Congresso; bem como medidas para baratear o custo dos meios de transporte públicos, desonerando PIS/CONFINS que incidem sobre óleo diesel (Fonte: <https://exame.com/brasil/dilma-propoe-5-pactos-a-prefeitos-e-governadores/>).

¹⁶¹ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/08/nelson-jobim-e-o-terceiro-ministro-deixar-o-governo-dilma-rousseff.html>

no Brasil, já que estes demonstram resistência à ideia de se subordinarem a autoridades civis (OLIVEIRA, BRITES; MUNHOZ, 2019).

Da forma semelhante à sua atuação como ministro das relações exteriores, Amorim reafirmou a importância da integração entre as forças militares da região sul-americana, mas respeitando as particularidades de cada país. Em 2012, na Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), contrariando os interesses estadunidenses de criar um plano continental para o combate ao narcotráfico, declarou que:

o Brasil não pode associar-se a propostas de fazer com que a destinação primária das Forças Armadas seja voltada para o narcotráfico. Não concordamos com isso, embora respeitemos as circunstâncias daqueles países, ou grupo de países, que realizam escolhas distintas (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019, p. 153).

Mais tarde, o ministro defendeu que temas daquela natureza deveriam ser debatidos prioritariamente nos espaços de debate da Unasul, e não no da CMDA.

Além das iniciativas de intercâmbio militar com países aliados na região sul-americana iniciadas por Nelson Jobim, Celso Amorim deu prosseguimento à missão de paz no Haiti, que se prolongava por mais tempo que o previsto inicialmente. Um terremoto que devastou o país em 2010 obrigou as Nações Unidas a estenderem o prazo de retirada das tropas, causando insatisfação entre os militares brasileiros¹⁶². No início da operação, existia o interesse de setores das Forças Armadas em aproveitar a oportunidade para recuperar o prestígio que fora perdido com o fim da ditadura. Contudo, a conjuntura era outra no mandato de Dilma e a própria política militar conduzida pela presidenta provocou mudanças nas prioridades dos comandantes militares.

Uma das inflexões impostas foi o direcionamento das forças castrenses para operações de garantia de lei e da ordem (GLO) não apenas no território haitiano, mas também dentro do próprio país. A GLO consiste em uma medida provisória que concede ao Exército o poder de polícia, especialmente quando as forças de segurança pública se encontram em situação de crise. Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu operações desse tipo com grande apelo da população. A política de “pacificação”¹⁶³ das favelas na capital fluminense lideradas pelas forças castrenses, simbolizada pela criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), representava um meio de os militares exercerem maior protagonismo na sociedade e

¹⁶² A Minustah só foi encerrada oficialmente em 13 de abril de 2017, por decisão do Conselho de Segurança da ONU, enquanto o governo brasileiro interrompeu sua contribuição à pacificação do Haiti no dia 30 de agosto do mesmo ano. Ao longo de 13 anos da missão, foram enviados cerca de 37,5 mil militares das Forças Armadas brasileiras (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019, p.138).

¹⁶³ O termo “pacificação” tem sido designado, ao longo da História, como vitórias militares sobre aqueles que, de certa forma, se colocavam contra o poder central. “A tarefa da pacificação, pois, é tomada pelos militares com parte de seu ethos e de sua missão” (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019).

recuperarem o prestígio de outrora, sobretudo porque havia grande apoio da população, cuja rotina era diariamente afetada pela violência urbana. Em virtude disso, o alto comando do Exército passou a pressionar para retirar as tropas do Haiti e concentrarem seus esforços nas operações de GLO no Rio de Janeiro.

Já em 2011, o general Adriano Pereira Júnior declarava que “a necessidade interna sobrepunha-se aos compromissos do Brasil no Haiti e, portanto, exigia-se a volta do contingente do Haiti, que já estaria treinado para atuar nas ações de pacificação no Rio de Janeiro” (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019, p. 157). O general Roberto Escoto, comandante das operações da Força de Pacificação do Complexo da Maré, reforçava o argumento do colega, reafirmando que a ação no território das favelas cariocas era mais complicada e envolvia maiores riscos do que a missão no Haiti, pois as facções do narcotráfico são mais bem equipadas do que as gangues haitianas, o que justificaria a saída do Brasil da Minustah. O abandono da missão no Haiti não se concretizou naquele momento, mas as operações de pacificação nas favelas carioca se multiplicaram ao longo dos anos. Ao todo, foram realizadas 27 operações para formação de UPPs na cidade do Rio de Janeiro, entre 2011 e 2016 (MATHIAS, ZAGUE, SANTOS, 2019, p. 154).

Como consequência, aprofundou-se o processo de militarização¹⁶⁴ da segurança pública em dois sentidos: com o aumento do número de militares atuando no setor e com a disseminação do ethos militar cuja lógica se pauta no combate ao inimigo. Assim, há um deslocamento das Forças Armadas da função que lhe é atribuída pela constituição, que é zelar pela defesa nacional contra possíveis inimigos externos, para a função de garantia da lei e da ordem, institucionalizando a lógica perigosa do combate ao inimigo interno, que não está prevista no texto constitucional.

Por um lado, as operações de GLO davam a notoriedade às Forças Armadas que os militares desejavam, por outro, o governo comprava uma briga com o alto comando, que lhe custaria de vez o escudo militar. Em 18 de novembro de 2011, foi promulgada a lei que estabelecia a Comissão da Verdade, cujo objetivo era investigar violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. Diferentemente de outros países da região que julgaram os crimes cometidos nas ditaduras, a Lei da Anistia, no Brasil, foi ampla e irrestrita, não existindo abertura para discussões mais profundas que pudessem curar as feridas deixadas pela repressão. Vale lembrar que Dilma foi torturada naquele período e, portanto, a Comissão da

¹⁶⁴ Mathias, Zague e Santos (2019) defendem que o termo “militarização” possa ser utilizado em três situações diferentes: “(1) pela ocupação de cargos eminentemente civis por militares, (2) pela transferência do ethos castrense para a administração pública ou (3) pela realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas pelos militares”.

Verdade era uma maneira de a presidenta passar a limpo não apenas a história do país, mas também a sua biografia. Esse fato gerou animosidade entre os militares e o governo, criando uma situação bastante desconfortável para o novo ministro da defesa.

No entanto, Dilma fortaleceu o poder do ministro Celso Amorim, liberando mais recursos para a pasta e criando regras mais rígidas que reafirmavam a autoridade civil à qual os militares deveriam respeitar. A presidenta estabeleceu que Amorim seria o único interlocutor da categoria a ter acesso à presidência para discutir questões militares, isto é, os generais não seriam recebidos no gabinete de Dilma, caso não tivesse presente o ministro da Defesa, que era a quem eles deveriam se reportar. A propósito, a constituição estabelece que o alto comando militar é subordinado ao ministério da defesa, contudo os generais nunca se sentiram confortáveis com essa condição, uma vez que a mentalidade do regime militar ainda se faz presente nas Forças Armadas.

Segundo o historiador Daniel Arão Reis, “os militares não se reconhecem nem querem ser reconhecidos como funcionários públicos uniformizados, mas como tutores da nação, uma espécie de ‘anjos da guarda’ da República”. Na perspectiva de Reis, falta aos governos coragem de propor reformas do Estado brasileiro capazes de romper com a lógica que possibilita as Forças Armadas formarem um “estado dentro do estado”, já os militares possuem justiça, educação e previdência próprias¹⁶⁵.

Diante dos fatos narrados, a correlação de ameaças e escudos na 1ª fase do governo Dilma poder ser descrita da seguinte maneira:

¹⁶⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522878909_793429.html

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	-	Apesar das reclamações acerca da falta de acessibilidade da presidenta para diálogo com os congressistas, a coalizão governista era amajoria
Instituições de Justiça	Manteve-se a autonomia do MPF, da PF e do STF contudo não houve casos, durante esses primeiros anos de governo, em que decisões dessas instituições representaram ameaça, de fato, à presidência. Porém, pelo histórico de hostilidade ao governo Lula, entendemos que não ocorreram grandes modificações na posição daqueles que ocupam funções de mando em relação ao governo ¹⁶⁶ .	
Forças Armadas	Os militares começam a exercer pressão para deixarem a missão de paz no Haiti e se concentrarem nas operações de GLO internas. Ademais, o alto comando começa a se incomodar com a subordinação ao Ministério da Defesa, com o distanciamento que a presidenta estabelece entre ela e os generais. Finalmente, a Comissão da Verdade se torna o grande fator de ruptura do escudo militar	

¹⁶⁶ Essa hipótese vai se confirmar com a eclosão da Operação Lava Jato em 2014, sobre a qual vamos tratar na seção seguinte.

Geopolítica	O cenário internacional já não era mais promissor, com o enfraquecimento da onda rosa, notadamente com os golpes em Honduras, Paraguai e a morte de Hugo Chávez. Ademais, a crise econômica mundial ainda vinha causando efeito negativo nos principais parceiros comerciais, como EUA, China e União Europeia	Prosseguia, em grande medida, com a mesma política externa proposta por Lula, que priorizava a integração com a região sul-americana, ampliava as relações sul-sul e mantinha relações comerciais e diplomáticas com o Norte Global.
Mídia	Mídia empresarial continua a produzir uma narrativa desfavorável ao governo, tentando vinculá-lo ao paradigma da corrupção. Nas Jornadas de Junho, os protestos de direita recebem enquadramentos favoráveis, substituindo-se o registro da “baderna” pelo de “ato cívico”	-
Protestos de rua	As manifestações de Junho afetam fortemente a popularidade da presidenta e, dentre as mobilizações, já era possível notar o fortalecimento de grupos antipetistas.	

Quanto às principais estratégias do governo e dos partidos opositores, podemos resumir desta forma:

Estratégias do Executivo	Estratégias dos partidos opositores
A presidenta foi enérgica com os casos de corrupção. Na economia, a Nova Matriz Econômica não deu certo. Na ocasião dos protestos, a presidente tomou a decisão equivocada de tomar para si o protagonismo na resolução dos conflitos, sendo que as manifestações iniciais não se dirigiam diretamente a ela.	Ajudaram a fomentar os protestos de 2013, mas sem conseguir o protagonismo na organização e na coordenação dos mesmos. Os partidos maiores da oposição conseguiram atrair setores do empresariado que ainda davam suporte ao governo, a partir do fracasso da NME e das manifestações de junho.

Nesse período, destacamos como cruciais três mudanças em relação ao governo Lula. No âmbito das relações com as Forças Armadas, notamos um desgaste promovido principalmente pela criação da Comissão da Verdade, já que um dos maiores temores dos comandantes é terem seus crimes do passado expostos pela mídia e julgados pela justiça e pela opinião pública. Na economia, a Nova Matriz Econômica ameaçou os interesses dos rentistas, com a redução dos juros, e o fracasso do programa e a maneira como a grande mídia enquadrava as decisões da política macroeconômica criaram a imagem de que Dilma era uma gestora ineficiente. Finalmente, os protestos de junho de 2013 deram cabo ao pacto lulista e, a partir daqueles eventos, o golpe começou a ser desenhado pelas elites.

3.4. 2ª fase do governo Dilma: o endurecimento das ameaças legislativa e judiciária e a deterioração dos escudos que abriram o caminho para o golpe de 2016.

Os protestos de 2013 configuraram-se como um ponto de inflexão deletério para o lulismo, cujos pactos sociais pautados nas políticas de conciliação de classes foram fortemente comprometidos, aumentando os custos da manutenção da governabilidade. Não bastassem as ameaças que vinham das ruas, o governo passou a sofrer investidas por parte das instituições de justiça, em especial do Ministério Público Federal (MPF), com a deflagração da Operação Lava Jato (OLJ).

O MPF e a Polícia Federal (PF) revelaram, no dia 17 de março de 2014, que havia um esquema bilionário de desvio de verbas envolvendo a Petrobras. Um cartel de grandes empreiteiras pagava propina a diretores e gerentes da petrolífera estatal e a outros agentes políticos, por meio de doleiros, que usavam postos de gasolina e lava jatos para lavagem de dinheiro. As investigações mostraram que esses doleiros trabalhavam diretamente para um executivo da Petrobras, Paulo Roberto Costa, cuja delação informava que a estratégia era superfaturar contratos com as empreiteiras parceiras e canalizar entre 1% e 5% dos valores acertados para um fundo secreto, utilizado para financiar as campanhas de políticos e partidos da coalizão governista e para enriquecer os empresários e executivos envolvidos¹⁶⁷.

A Petrobras ocupa espaço de destaque no mercado petrolífero internacional, sendo a empresa que possui o valor de mercado mais alto em toda América Latina, e desempenha um papel fundamental para a economia brasileira, responsável por volta de 15% dos investimentos do país. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que a produção de gás

¹⁶⁷ <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/01/brazil-operation-car-wash-is-this-the-biggest-corruption-scandal-in-history>

natural e petróleo no Brasil, no ano de 2013, havia chegado a 2,82 milhões de barris diários, o mais alto registrado até então¹⁶⁸. A estatal costuma ser utilizada como moeda de troca para manter a governabilidade: para garantir apoio no congresso, o governo em exercício procura nomear políticos aliados para cargos executivos na empresa. No governo Lula, quando estourou a crise do Mensalão, optou-se por substituir os partidos do “baixo clero”¹⁶⁹ pelo PMDB na base governista. Uma das contrapartidas dessas negociações para os peemedebistas era o controle de parte dos fundos públicos da Petrobras.

Muitas das informações a que os procuradores tiveram acesso só foram alcançadas mediante o mecanismo da delação premiada¹⁷⁰, instituído na esteira da onda de protestos de 2013, por iniciativa de Dilma Rousseff. Como forma de dar uma resposta aos anseios populares expressados nas ruas, a presidenta reforçava o seu empenho no combate à corrupção¹⁷¹. Entretanto, a Lei da Delação Premiada mostrou-se controversa, uma vez que o juiz de primeira instância Sérgio Moro, responsável pelo caso, tomou a decisão incomum de negar aos acusados que respondessem em liberdade, sob o argumento de que poderiam usar suas influências econômica e política para escapar das penas. Tal situação impôs uma pressão maior sobre os acusados para que fizessem delações, ainda que não fossem verdadeiras, para tentar terem suas penas reduzidas ou, ao menos, responder aos crimes em liberdade¹⁷². Apesar de a lei prever que as delações precisam ser comprovadas, muitas sentenças foram conduzidas sem provas, pautadas quase que inteiramente nas denúncias dos delatores.

Tais irregularidades só puderem ocorrer devido a mudanças na estrutura organizativa do sistema de justiça do Brasil. A Constituição de 1988 previa que o MPF teria baixos graus de *accountability* e discricionariedade, isto é, os procuradores tinham poucas obrigações no que tange à prestação de contas aos políticos e à sociedade acerca das decisões que tomava, mas, por outro lado, o seu escopo de atuação era restrito. Após investigação da polícia, ao MPF caberia apenas o papel de acusar, levando o caso para o juiz, que, por sua vez, daria o

¹⁶⁸ <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/Petrobras-y-la-guerra-mediatica-contra-Dilma-Rousseff-20140911-0043.html> ¹⁷⁰ Baixo clero é uma expressão comumente usada pela mídia para se referir a partidos ou políticos com baixa expressão no parlamento e que normalmente tomam decisões baseadas mais em interesses pessoais do que em interesses provincianos ou pessoais.

¹⁶⁹ Baixo clero é uma expressão comumente usada pela mídia para se referir a partidos ou políticos com baixa expressão no parlamento e que normalmente tomam decisões baseadas mais em interesses pessoais do que em interesses provincianos ou pessoais.

¹⁷⁰ “A Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013) define que, para aquele que contribuir efetiva e voluntariamente com a investigação ou processo, o juiz poderá conceder perdão judicial, reduzir a pena de prisão em até dois terços ou substituir por pena restritiva de direitos” (Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/como-se-tornar-delator-bfkuwdhxz55y3y4t1oyykqav6/>).

¹⁷¹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>

¹⁷² <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/01/brazil-operation-car-wash-is-this-the-biggest-corruption-scandal-in-history>

veredicto. Contudo, beneficiados por acordos com políticos, por mudanças na legislação patrocinadas pelos governos do PT e por decisões do STF, os atores da OLJ conseguiram reunir poderes em suas mãos, que aumentaram a discricionariedade do Ministério Público, sem que fossem obrigados a serem mais *accountable*. Em outras palavras, a instituição se tornou mais poderosa, sem que isso fosse contrabalanceado com regras mais rígidas que obrigassem os procuradores a prestarem conta de suas decisões. Essa flexibilização do ordenamento jurídico proposto pela Carta Magna foi inspirada na Operação Mãos Limpas, conduzida pelo sistema de justiça italiano com o suposto fim de “limpar a corrupção” no país (KERSHE, 2018).

Santos (2017) identifica que o embrião dessa crise institucional remonta à Ação Penal 470, conhecida popularmente como Mensalão. No julgamento do Supremo, já era possível observar a elaboração de algumas “teses esdrúxulas”, que contrariam o desejo do poder constituinte, sob o argumento falacioso de que se construía uma solução nova para o problema da corrupção. Na ocasião, a título de exemplo, houve abuso de autoridade de ministros do tribunal, quando Joaquim Barbosa afirmou que a Constituição era “o que o STF diz que ela é”, atribuindo à instituição um poder maior do que lhe é devido, já que a função do Supremo é interpretar a constituição, apenas dentro das possibilidades daquilo que foi registrado pelo poder constituinte. A ministra Rosa Weber, por sua vez, chegou a justificar uma condenação sob o argumento de que a “bibliografia” a autorizava, o que denotaque havia falta de provas materiais para tanto. Somado a isso, a corte criou uma “disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado”, invertendo a lógica de que ao acusador cabia provar a culpa do acusado. Em vez disso, ao acusado era solicitado que provasse sua inocência, como ocorreu no caso da condenação de José Dirceu (SANTOS, 2017).

Anos depois, no contexto prévio à eclosão da Lava Jato, alguns fatores foram preponderantes para ampliar os poderes dos procuradores que conduziam a força-tarefa, conforme examina Kerche (2018). Como mencionamos, a Lei da Delação Premiada foi aprovada no governo Dilma, que concedeu aos procuradores o poder de negociar, sem a interferência de um juiz¹⁷³, penas menores para um acusado em troca de denúncias. Concomitantemente, o Supremo ampliou o raio de atuação do Ministério Público, em 2015, ao autorizar, de maneira definitiva, que os procuradores conduzissem inquéritos penais; com isso, o MP não precisa mais aguardar o resultado das investigações da Polícia para apresentar o caso ao Judiciário. Essas duas decisões fortaleceram o poder dos procuradores, que, além de

¹⁷³ A condução de uma ação penal por parte do Ministério Público depende da autorização do Judiciário, de acordo com a constituição brasileira.

acusar, passam a atuar no processo de definição das penas, tarefa dos juízes, e no processo de investigação, atribuição da Polícia Federal. Na perspectiva de Kerche (2018), essas medidas contrariam os desejos do poder constituinte.

No âmbito da OLJ, escutas telefônicas reveladas pela Vaza Jato¹⁷⁴ mostram que a relação entre juízes e procuradores se davam além dos canais formais de comunicação entre a o MP e o Tribunal Regional Federal (TRF) de Curitiba. Ao longo de dois anos, o procurador Deltan Dallagnol, que coordenava a operação, e o juiz Sergio Moro, responsável por julgar os casos denunciados pelo MPF, tiveram uma relação bastante próxima, a ponto de Moro dar conselhos informais sobre como a Procuradoria deveria se portar. Tal conduta viola o Código de Ética do Judiciário e corrói a autonomia do Ministério Público frente aos tribunais, já que o sistema de justiça no Brasil impõe que haja separação entre o acusador e o juiz. Naquelas circunstâncias, em vez de independência entre as duas instituições, existia cooperação entre elas¹⁷⁵.

Além de romper com valores democráticos importantes, a OLJ produziu um efeito extremamente deletério para a economia nacional. Os acordos de leniência entre a Procuradoria e as empreiteiras acusadas foram firmados tardiamente, provocando a desestruturação das empresas envolvidas e de outras que prestavam serviços a elas, destruindo as cadeias produtivas necessárias para a manutenção das condições de emprego e de crescimento do produto interno. A decisão da direção da Petrobras, por exemplo, de interromper encomendas de empresas denunciadas causou prejuízos econômicos para a estatal, levando-a a fechar 2014 com prejuízo líquido de pouco mais de R\$ 21 bilhões¹⁷⁶. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, a Lava Jato foi responsável por mais da metade da recessão, segundo estimativas das consultorias Tendência e Go Associados (PINTO et al, 2019, p. 127-128).

Agentes externos tinham interesse na destruição das cadeias produtivas brasileiras, pois isso viria a resultar no enfraquecimento do país nas disputas comerciais e diplomáticas. Não à toa, há fortes indícios de que os Estados Unidos subsidiaram a OLJ com informações secretas sobre corrupção na Petrobras e as conexões da petrolífera com as empresas líderes da construção civil nacional (PINTO et al, 2019). Especula-se que o responsável pelo repasse das informações tenha sido a Agência Nacional de Segurança (NSA, sigla em inglês), o mesmo

¹⁷⁴ Termo cunhado pela imprensa brasileira para se referir aos vazamentos das conversas, realizadas através do aplicativo Telegram, entre Sergio Moro, Deltan Dallagnol e outros integrantes da OLJ, publicados pelo jornalista Glenn Greenwald, do portal Intercept.

¹⁷⁵ <https://theintercept.com/2019/06/09/brazil-lula-operation-car-wash-sergio-moro/>

¹⁷⁶ https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/04/22/internas_economia,640170/petrobras-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-de-r-21-587-bilhoes-em-2014.shtml

órgão que espionou a Petrobras. De acordo com investigação conduzida pelo jornalista Glenn Greenwald, publicada em setembro de 2013, o nome da estatal brasileira aparece em um documento da NSA no qual consta uma lista de empresas e de agentes políticos que tiveram suas redes privadas acessadas pela agência. Greenwald afirma que essa é uma atividade corriqueira da agência, que faz espionagem para proteger o país de ameaças terroristas. Sem embargo, essas empresas nada tinham a ver com terrorismo e o objetivo da espionagem seria obter dados sigilosos que dariam vantagens a corporações estadunidenses na concorrência internacional¹⁷⁷.

Dentre os agentes políticos espionados, estavam a presidenta brasileira e seus assessores. Dilmaregiu convocando o embaixador estadunidense, Thomas Shannon, a prestar explicações e cancelou uma viagem ao país, programada para o mês seguinte. O presidente Barack Obama, em resposta, comprometeu-se a “dar um passo atrás e rever o trabalho dos serviços de inteligência” para resolver a tensão entre os dois países. No entanto, em julho de 2015, o site *Wikileaks* revelou novos esquemas de espionagem que, mais uma vez, tinham como alvo, dentre outras pessoas, a mandatária brasileira. Dilma acionou a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Polícia Federal para apurar o ocorrido¹⁷⁸.

Informações obtidas a partir desses esquemas de espionagem, que aparentemente já estavam em funcionamento desde o início de 2011¹⁷⁹, podem ter sido repassadas por agentes do Estado norte-americano para procuradores que atuam na OLJ. Segundo divulgou a Vaza Jato¹⁸⁰, o começo da relação entre a força-tarefa e órgãos estadunidenses teria ocorrido em março de 2014. Após quase um ano de contatos virtuais, foi marcado um encontro informal em Washington DC de Deltan Dallagnol e dois colegas da Procuradoria com funcionários do governo dos EUA. Em outubro de 2015, 17 representantes do Departamento de Justiça e do FBI retribuíram a visita e chegaram a Curitiba para uma conferência de quatro dias na sede do MPF. Dallagnol instruiu a imprensa de que era necessário manter a reunião em segredo, pois os americanos não queriam que nada fosse divulgado. O encontro foi marcado sem o conhecimento do Ministério da Justiça, ferindo o Tratado de Assistência Jurídica Mútua (MLAT, sigla em inglês), que determina que o contato do Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) com o Estado brasileiro seja feito por intermédio do ministro da justiça, e não por representantes do MP.

¹⁷⁷ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm

¹⁷⁸ <https://www.dw.com/pt-br/economia-faz-brasil-deixar-esc%C3%A2ndalo-da-nsa-de-lado/a-18550365>

¹⁷⁹ <https://www.aljazeera.com/news/2015/7/5/us-spied-on-brazilian-president-and-top-officials>

¹⁸⁰ <https://theintercept.com/2020/03/12/united-states-justice-department-brazil-car-wash-lava-jato-international-treaty/>

Com efeito, o fato de a legislação determinar que as negociações passem pelo Ministério da Defesa está ligado à necessidade de defender a soberania nacional, haja vista que as cooperações jurídicas entre dois Estados envolvem elementos sensíveis aos interesses e às disputas comerciais e geopolíticas. Desse modo, um procurador não deve ter independência para decidir sobre questões que potencialmente afetem a agenda nacional em temas relevantes para a nação. Da parte dos EUA, existiam interesses comerciais de enfraquecer, em especial, duas empresas que viam crescendo e ampliando seus mercados: a Petrobras, que atingia recordes na produção de barris de petróleo, e a Odebrechet, a maior no Brasil ramo de construção civil¹⁸¹.

O esforço de Dallagnol de manter o sigilo da reunião, pois, era um meio ilegal de evitar que o governo participasse das conversas para não intervir em favor dos aliados implicados nas denúncias. Como argumenta Boito (2016), existia entre os procuradores do MPF de Curitiba um ideal salvacionista, de teor messiânico, de acordo com o qual eles teriam a difícil missão de refundar o Estado brasileiro, combatendo firmemente a corrupção e a impunidade. Para cumprir tal meta, esse grupo de procuradores parecia disposto a até mesmo passar por cima de certas regras, caso fosse preciso.

Ademais, existe entre procuradores, policiais federais e integrantes do judiciário a crença meritocrática de que as vantagens do cargo são o justo pagamento pelos sacrifícios realizados para passar em um concurso público tão disputado. Dessa forma, os interesses corporativos, relacionados a aumento salarial e autonomia institucional, são justificáveis e, quando não atendidos, podem gerar oposição ao governo (SOUZA, 2009). Isso teria incidido na intensificação da ameaça das instituições de justiça posteriormente, quando Dilma decidiu vetar aumentos salariais para os funcionários públicos desses setores¹⁸².

A despeito das ameaças das ruas e das instituições de justiça, a presidenta ainda conseguia articular um discurso progressista convincente para setores das classes média e baixa, sustentado pela manutenção de duas conquistas fundamentais dos governos petistas: a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial (SINGER, 2015). Isso deu respaldo para a campanha à reeleição em 2014, cujo mote era “mudar mais”, indicando, assim, o reforço das políticas redistributivas que haviam marcado os mandatos do PT no Executivo federal (MELLO, 2015, p.17), fazendo com que uma parcela considerável da esquerda, mesmo insatisfeita com o governo, apoiasse a reeleição no segundo turno. Dilma venceu o pleito por

¹⁸¹ <https://theintercept.com/2020/03/12/united-states-justice-department-brazil-car-wash-lava-jato-international-treaty/>

¹⁸² <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/22/dilma-veta-reajuste-de-salarios-do-judiciario.htm>

uma margem de apenas 3,5 milhões de votos, conquistando 51,64% do eleitorado, contra 48,36% de Aécio Neves, o candidato do PSDB, que contestou o resultado final, pedindo recountagem dos votos. A vitória apertada e o questionamento do PSDB acenderam o sinal de alerta para os desafios que viriam pela frente, com o acirramento das disputas e do ódio antipetista.

Em vista das dificuldades vindouras, a presidenta, já no início do segundo mandato, tomou uma decisão contrária àquelas defendidas no âmbito da campanha - um caso típico de *policy-switch*¹⁸³ -, que minou o apoio de setores da esquerda, ao nomear Joaquim Levy para o ministério da Fazenda. Levy é um economista ortodoxo, representante do mercado financeiro e defensor das práticas de desregulamentação do Estado. Ao escolhê-lo, o governo tentava se reconciliar com os rentistas, que ameaçavam promover uma grande fuga de capitais, caso não fossem postas em prática medidas ortodoxas de viés neoliberal. O desejo dos rentistas foi, então, atendido: foram reajustados os preços administrados; liberalizou-se a gestão de taxa de câmbio; os incentivos fiscais setoriais foram retirados; o crédito subsidiado foi eliminado, dentre outras medidas que representavam a retomada dos dogmas do tripé macroeconômico (MELLO, 2015, p. 18-19).

No entanto, a combinação da pior recessão da História do país com juros altos foi devastadora para as pretensões de recuperação no curto prazo. Não havia motivos plausíveis para imaginar que, em meio a um cenário externo de crise e de encolhimento da demanda interna, a austeridade sozinha faria a confiança dos investidores crescer, propiciando a elevação dos investimentos privados. Não à toa os investimentos privados caíram 11,6% já no primeiro semestre de 2015 (CARVALHO, 2018).

Além disso, o custo social das medidas ortodoxas de orientação neoliberal foi grande, implicando o aumento do desemprego e, conseqüentemente, o rebaixamento futuro dos salários. O desemprego subiu de 6% em 2014 para 9% em 2015 e o salário real teve queda de 2,7%, provocando uma queda no consumo de 3,9%. Enquanto isso, a inflação subia 10,67 % ao ano e o PIB sofreu uma redução de 3,5%. Foram feitas, ainda, alterações das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença, com a promessa de economizar 18 bilhões de reais. Ademais, foram elevados de maneira brusca os preços administrados, aqueles insensíveis às condições de oferta e demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público, como os produtos e serviços de estatais. Isso resultou no aumento de 51% na energia elétrica, de 22,6% no gás e de 20,1% na gasolina (CARVALHO,

¹⁸³ *Policy-switch*, segundo STOKES (2001) é quando um governo eleito adota políticas distintas, ou até mesmo opostas, àquelas defendidas no momento da campanha eleitoral.

2018). Concomitantemente, o endividamento das famílias continuava crescendo, atingindo níveis recordes: a parcela da renda familiar destinada ao pagamento de juros era de 46,2% no início de 2015, bem diferenciados 18,4% em 2005 (PAULA; PIRES, 2017).

Em suma, a virada neoliberal produziu custos sociais elevados, impactando a popularidade já abalada desde 2013, bem como custos políticos, uma vez que o *policy-switch* reduziu o apoio de setores da esquerda ao governo, além de não ter o efeito esperado de trazer os rentistas de volta para o lado do governo. O enfraquecimento da presidência tornava-se cada vez mais evidente com o recrudescimento das ameaças oriundas do Legislativo e das ruas, as duas instâncias que, conforme defende Pérez-Liñán (2014), são as determinantes para a queda ou manutenção do cargo presidencial.

Na Câmara dos Deputados, o PT já vinha sofrendo os efeitos do antipetismo, que resultaram na perda de 18 assentos na eleição legislativa federal de 2014, se comparada com a de quatro anos antes. Meses depois, o partido sofreu uma derrota ainda maior, ao perder a eleição para presidente da Casa para um rival, que, embora fosse do PMDB, partido da base governista, há algum tempo já confrontava o governo. O deputado peemedebista Eduardo Cunha foi eleito, no dia 1º de fevereiro de 2015, com 267 votos, quase o dobro do obtido pelo candidato petista Arlindo Chinaglia¹⁸⁴. O cargo tem atribuições importantes e, portanto, diante de um quadro de crise, era fundamental que o governo obtivesse aquela vitória para assegurar o escudo legislativo. O presidente da Casa é responsável por definir os projetos de lei e emendas constitucionais que irão à plenário e definir o ritmo das votações, bem como assume a tarefa de presidir o país caso o presidente e o seu vice estejam no exterior ou sejam afastados do cargo. Mais importante ainda, em caso de pedido de impeachment, o presidente da Câmara tem autonomia para aceitar ou não a abertura do processo.

Durante a candidatura, Cunha propôs equiparar os salários dos deputados com os dos ministros do STF, teto do funcionalismo público. Prometeu também que pagaria emendas parlamentares a deputados recém-eleitos pela primeira vez. Outra prioridade era colocar em pauta a PEC do Orçamento Impositivo, que obriga o governo a pagar permanentemente as emendas individuais de deputados. Nota-se, desse modo, que as propostas de Cunha eram destinadas ao atendimento dos interesses fisiológicos dos deputados, em detrimento do interesse público. Além disso, o congressista articulou um discurso de independência do Legislativo em relação ao Executivo: “Nunca em nenhum momento, falamos que seríamos

184

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>

oposição. Não falamos também que seríamos submissos”, afirmou¹⁸⁵.

Contudo, Cunha já havia entrado em rota de conflito com a presidência desde o final do primeiro mandato, sinalizando que governo teria dificuldades para negociar com a Câmara a partir da sua eleição. O primeiro atrito entre Cunha e Dilma já havia acontecido em 2013, na discussão da medida provisória que estabelecia novas regras para a exploração dos portos. O governo expressou sua insatisfação com as mudanças que o parlamentar propôs ao texto e as rejeitou. Cunha se juntou, então, à oposição para obstruir a votação. A partir daquele evento, o futuro presidente da Câmara passaria a tecer críticas ao governo, se posicionando, inclusive, contra a escolha do PMDB de manter a aliança com o governo no segundo mandato de Dilma¹⁸⁶.

Já no mês seguinte à sua vitória, Eduardo Cunha passou a ser investigado pela Lava Jato. O parlamentar acusou o Palácio do Planalto de se articular com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para incriminá-lo. Em retaliação, o congressista começou a endurecer a sua oposição ao governo e trouxe ao plenário da Câmara cinco projetos de lei que ficaram conhecidas como “pautas-bomba”. Os projetos foram assim cunhados por criar despesas e colocar em risco o ajuste fiscal idealizado pelo governo. Dentre as propostas, duas beneficiavam setores da Justiça: o reajuste salarial dos servidores do Judiciário, que causaria um impacto no orçamento de aproximadamente 1,5 bilhões de reais só em 2015, e a equiparação do salário dos advogados da União a 90% do salário recebido pelos ministros do STF¹⁸⁷.

Não obstante, a divulgação de novas denúncias contra Cunha na Lava Jato enfraquecia as alianças do parlamentar no interior do Congresso, o que fez com que a presidenta conseguisse reverter parte das derrotas. Em novembro de 2015, o governo, sob liderança do vice-presidente Michel Temer, do PMDB, articulou a base aliada para aprovar vetos de Dilma às pautas-bomba, em troca de cargos. Na reforma ministerial promovida em outubro, mesmo com o corte de algumas pastas, o PMDB aumentou o número de ministros, ampliando o espaço do partido na coalizão. Com isso, a presidenta almejava atrair parceiros de Cunha para o seu lado. Em protesto, 22 parlamentares do PMDB, que representavam 1/3 da bancada do partido, lançaram um manifesto contra a “barganha por cargos”, pressionando os dirigentes a voltarem atrás da decisão, mas sem sucesso¹⁸⁸. Com uma vitória apertada, conseguindo 251

¹⁸⁵ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>

¹⁸⁶ <https://exame.com/brasil/a-ascensao-e-queda-de-eduardo-cunha-em-15-atos/>

¹⁸⁷ <https://exame.com/brasil/as-bombas-que-prometem-balancar-o-congresso-neste-mes/>

¹⁸⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-respostas-reforma-ministerial-3270/>

votos, somente seis a mais do que o necessário, o governo conseguiu manter oito dos 13 vetos presidenciais¹⁸⁹.

O Senado, por sua vez, também era presidido pelo PMDB, contudo a agenda de Renan Calheiros, o presidente da Casa, ainda estava em consonância com a do governo. Calheiros se elegeu pela quarta vez, conquistando 49 votos a favor contra 31 do opositor Luiz Henrique Silveira, também do PMDB. A disputa entre dois candidatos do partido indicava um racha do PMDB também no Senado e o resultado favorável ao governo era menos expressivo se comparado às eleições anteriores para o Senado¹⁹⁰. Em 2013, por exemplo, Calheiros havia obtido o apoio de 56 senadores.

Ao mesmo tempo em que o escudo legislativo se mostrava cada vez mais fragilizado, nas ruas, se agigantavam os protestos que pediam explicitamente a remoção da mandatária. Naquele momento, a quantidade de manifestações registradas estava bastante abaixo do número registrado em 2013¹⁹¹, mas o conservadorismo autoritário de extrema-direita, o ódio ao PT e a pauta pró-impeachment se tornavam mais evidentes, sobressaindo em meio a heterogeneidade de reivindicações. Apesar dessa guinada antidemocrática, é possível interpretar os movimentos pós-2013 como parte do mesmo ciclo de protestos iniciado com as Jornadas de Junho. Ocorre que, depois da abertura societária propiciada naquela ocasião, o processo histórico de mudanças entra em uma “fase de decantação”, sobretudo a partir de 2014, na qual “alguns temas e reivindicações principais dos indivíduos, grupos e setores já [estão] diferenciados no espaço e alinhados mais claramente à direita e à esquerda” (BRINGEL; PLAYERS, 2015, p. 8). A polarização se torna mais óbvia e as mobilizações já não são mais massivas, ocorrendo de modo mais pontual.

Manifestantes de esquerda contrárias ao golpe que já vinha sendo arquitetado pelas elites também tomavam às ruas. A Frente Brasil Popular, coordenada pelo Movimento Sem-Terra (MST), e a Frente Povo sem Medo, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS), estabeleciam as diretrizes de grande parte das ações populares, contando com a participação de sindicatos, de centrais sindicais e de partidos. Entretanto, o estelionato eleitoral de 2015 desmobilizou uma parcela expressiva dos eleitores de esquerda, que se sentiram traídos com a adoção de um programa econômico de orientação neoliberal, o que impediu a formação de um escudo popular capaz de fazer frente ao reacionarismo crescente das ruas. Para ilustrar essa afirmação, podemos verificar o percentual de manifestações

¹⁸⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/17/politica/1447798205_953081.html

¹⁹⁰ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_eleicao_congresso_cc

¹⁹¹ Em 2013, foram contabilizados 260 protestos; em 2014, foram 147; em 2015, 153; e, em 2016, 172.

antipetistas em relação ao total de manifestações ocorridas em cada ano do governo Dilma: em 2011, apenas 3,4% eram dessa natureza; em 2012, foram 9,2%; 2013 registrou 10,1%; caindo para 5,9%, em 2014. A partir de 2015, o crescimento do antipetismo é exponencial e os protestos que demandavam a saída de Dilma do poder atingiu a marca de 41,2% do total de protestos, e, no ano do golpe, o número ainda se manteve alto, 30,3% (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Muitos desses grupos, fazendo uso do “repertório patriota” (ALONSO, 2017), pediam a volta do regime militar como forma de solucionar a crise, o que evidencia a recuperação do prestígio social por parte das Forças Armadas, há muito almejada pelos militares.

O governo já havia tentado reagir no momento em que se deu conta da dimensão que o antipetismo tinha assumido, anunciando um pacote anticorrupção, em 17 de março de 2015. Dentre as medidas, havia um projeto que tornava crime a prática de caixa 2 e outro que criminalizava o enriquecimento ilícito. A reposta de Dilma não freou a sequência de quedas na sua taxa de aprovação, que minguou para 13% já naquele mês¹⁹². Não bastasse as ameaças da mídia, das instituições de justiça, do legislativo e das ruas, Dilma viu seu predecessor no governo na iminência de ser detido pela Polícia Federal.

No dia 4 de março de 2016, em um espetáculo midiático-policial, Sergio Moro determinou que o ex-presidente Lula fosse levado a Curitiba, por condução coercitiva, para depor perante o juiz. O. A casa de Lula foi revirada pela Polícia Federal, que não encontrou nenhuma prova dos crimes imputados a ele¹⁹³. A condução coercitiva se mostrava desnecessária, pois em nenhum momento Lula havia se recusado a prestar depoimento, caso fosse convocado, além de ser uma medida que não encontra respaldo na Constituição, conforme o próprio STF viria a reconhecer dois anos depois. O ministro Marco Aurélio se posicionou contra a decisão de Moro, defendendo que a condução coercitiva feria o princípio da presunção de inocência¹⁹⁴.

Duas semanas após o episódio, o juiz Sergio Moro vazou à imprensa uma escuta telefônica na qual Dilma informa a Lula que estava enviando os papéis confirmando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, que assumiria “caso fosse necessário”. A estratégia da Dilma era retardar a condenação de Lula pela justiça, pois, com o cargo de ministro, o ex-presidente teria foro privilegiado, o que significa que ele só poderia ser julgado pelo Supremo Tribunal.

¹⁹² <https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-03-18/dilma-apresenta-pacote-anticorrupcao.html>

¹⁹³ <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/03/ha-tres-anos-conducao-coercitiva-ilegal-de-lula-pela-pf-escancarou-confissao-de-medo-de-seus-perseguidores/>

¹⁹⁴ <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/stf-decide-que-conducao-coercitiva-e-pratica-de-regime-de-excecao/>

Não obstante, a nomeação foi impedida por decisão monocrática do ministro do STF Gilmar Mendes, fato que pôs em xeque a tentativa final da presidenta de evitar o golpe¹⁹⁵.

As ruas se agitaram com dezenas de milhares de manifestantes pró-governo protestando em todos estados brasileiros, ao passo que mobilizações em favor do impeachment também ocorriam, mas em uma escala menor, atingindo apenas oito estados¹⁹⁶. A militância de esquerda parecia ter finalmente acordado, porém tarde demais para evitar a deposição de Dilma. Alguns jornais brasileiros, por seu turno, publicaram, com tom sarcástico, uma antiga frase proferida por Lula nos anos 1980 que dizia o seguinte: “quando um pobre rouba, vai para a prisão; quando um rico rouba, vira ministro”¹⁹⁷.

Adicionalmente a esses fatores, políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas investigadas pela OLJ tinham interesse evidente pelo fim da mesma e muitos deles vislumbravam a substituição do governo como uma esperança para barrar ou limitar as apurações ou para patrocinar algum tipo de anistia dos crimes cometidos. Por conseguinte, muitos aliados do governo abandonaram a coalizão quando o golpe começou a ser desenhado. Um passo importante para a unificação das elites em torno da remoção de Dilma da presidência foi o anúncio do programa Uma Ponte para o Futuro, idealizado pelo vice-presidente Michel Temer. Esse programa abarcava pautas de interesse tanto do capital financeiro quanto do capital produtivo e serviu de inspiração para a PEC do Teto de Gastos, aprovada poucos meses depois do golpe, que congela os gastos do governo por 20 anos (BASTOS, 2017,p.53). O abandono da coalizão já vinha sendo ensaiado pelo vice-presidente desde dezembro de 2015, quando vazou uma carta escrita por ele à presidenta na qual o peemedebista reclama por ter sido um “vice decorativo” nos primeiros quatro anos do governo e elenca 11 episódios em que acredita ter sido menosprezado pela presidenta.

O Supremo Tribunal, por sua vez, se mostrou interessado na troca de governo por motivos corporativos. Em agosto, o presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski negociou aumentos salariais com Michel Temer¹⁹⁸, que já havia se reunido, em março, com outros ministros do STF, Gilmar Mendese Dias Toffoli. O encontro ocorrera em Portugal, juntamente com José Serra, Aécio Neves e Paulo Skaf, presidente da Fiesp. Especula-se que o objetivo era

¹⁹⁵ https://www.washingtonpost.com/world/big-crowds-demonstrate-in-brazil-in-solidarity-with-embattled-government/2016/03/18/a893a9ca-ed11-11e5-a9ce-681055c7a05f_story.html

¹⁹⁶ https://www.washingtonpost.com/world/big-crowds-demonstrate-in-brazil-in-solidarity-with-embattled-government/2016/03/18/a893a9ca-ed11-11e5-a9ce-681055c7a05f_story.html

¹⁹⁷ <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-um-ano-dilma-dava-a-%C3%BAltima-cartada/a-37975427>

¹⁹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1807056-lewandowski-faz-lobby-enquanto-lidera-sessao-do-impeachment.shtml>

reunir a “tropa de choque” pró-impeachment para planejar as próximas ações conjuntas¹⁹⁹.

Quanto às Forças Armadas, o apoio ao golpe, que já era notável, anos depois, se tornou inequívoco. Em seu livro de memórias, em que são reproduzidas entrevistas concedidas ao filósofo Denis Lerrer Rosenfield, Michel Temer conta que se reuniu diversas vezes com o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, e o chefe do Estado Maior da Força, general Sérgio Etchegoyen, entre 2015 e 2016, antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O livro confirma que a retirada de apoio dos militares se deu em razão da Comissão Nacional da Verdade, do receio de que Dilma tentasse mudar a Lei da Anistia e de outros temas que constavam do Programa Nacional de Direitos Humanos-3, de 2009. Os militares se mostravam preocupados com a possibilidade de o PT mudar a forma de acesso de oficiais ao generalato e a formação dos militares nas academias²⁰⁰.

Em maio de 2016, o Diretório Nacional do PT lançou uma resolução na qual fazia uma mea-culpa dos 13 anos de governo, que incluía o reconhecimento de que deveriam ter promovido reformas na estrutura das Forças Armadas: “Fomos igualmente descuidados com a necessidade [...] de modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista” (FUCILLE, 2019). No entanto, a autocrítica parecia ter sido feita tarde demais.

A Classe média tradicional, por sua vez, aderiu, ao longo dos anos, à crença de que o sucesso dos governos do PT era fruto de relações clientelistas, que retiravam dos impostos que a classe média pagava os recursos para bancar as políticas sociais com fins eleitoreiros. A inclusão das camadas mais pobres na sociedade de consumo era também incômoda, pois fez com que a classe média passasse a dividir certos espaços com a “ralé” (SOUZA, 2009), afetando o status social que detinham com exclusividade até então. Mais ainda, os escândalos midiáticos criaram um imaginário de que a corrupção no governo do PT era pior do que nos governos anteriores ou pior do que acontecia nos demais partidos, sem que houvesse nenhuma evidência para isso, contribuindo assim para a disseminação do antipetismo, que foi gradualmente crescendo ao longo dos anos.

Já as grandes empresas de comunicação do Brasil vislumbravam o aumento de seus orçamentos provenientes de propagandas governamentais. Conforme já explicamos, ao longo dos governos petistas, uma parte significativa dessas verbas foi distribuída para meios de comunicação alternativos, reduzindo assim o montante repassado para a grande mídia

¹⁹⁹ <https://veja.abril.com.br/blog/radar/seminario-de-gilmar-mendes-reune-tropa-de-choque-do-impeachment-em-portugal/>

²⁰⁰ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-livro-temer-revela-contato-com-militares-e-nega-golpe,54ac3690fc398ae5cf07f9f254cfcf6flwqf3sbi.html>

(ALBUQUERQUE, 2017, p. 2). Em março, os jornais O Globo, a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Correio Braziliense, quatro dos diários de maior tiragem no país, publicaram uma propaganda publicitária paga pela Fiesp, cujo título era “Impeachment Já”.

Diante de todas essas adversidades enfrentadas pelo Executivo, Eduardo Cunha dispunha das condições políticas necessárias para retomar o processo de impeachment, que vinha se arrastando desde dezembro de 2015. O presidente do STF se antecipou dizendo que não iria intervir nas discussões nem emitir qualquer juízo de valor²⁰¹. No dia 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara referendou o relatório da Comissão Especial do Impeachment e 367 deputados entenderam que havia motivos suficientes para dar prosseguimento ao processo²⁰². Quatro meses depois, o Senado seguia a decisão da Câmara e, com 61 votos, sete a mais do que o mínimo necessário, optou pela continuidade do impeachment²⁰³. A justificativa era de que Dilma havia autorizado, em 2015, por meio de decretos, a abertura de crédito especial, abandonando as metas de superávit estabelecidas, desrespeitando, por conseguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Constituição Federal. Além disso, segundo a acusação, foram feitas “pedaladas fiscais”, apelido dado às manobras que retardavam o repasse de verbas do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, sem a autorização expressa do Congresso, o que é ilegal, além de ter causado impacto negativo para a economia, como afirma o relatório da Comissão Especial do Impeachment²⁰⁴.

Contudo, a presidenta não havia sido alertada pela Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento sobre a irregularidade e não foram encontradas provas de que Dilma tenha contribuído direta ou indiretamente para que ocorresse o atraso nos pagamentos (BENEVIDES et al, 2018, p.174). Ademais, tais irregularidades já haviam acontecido em governos anteriores, sem que a desfecho fosse o impeachment. Portanto, verifica-se que foi fabricada uma justificativa com verniz técnico para resolver um problema de caráter político-econômico.

Desse modo, no dia 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff ficava oficialmente impedida de concluir seu mandato, após votação no Parlamento, mas o direito de concorrer a cargos públicos foi preservado. Outro indício de que as supostas irregularidades não eram o motivo real da destituição da presidenta era que menos de 5% dos deputados e das deputadas que votaram a favor do impeachment fizeram referência às “pedaladas fiscais” no

²⁰¹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/dez-pontos-para-entender-o-julgamento-de-dilma/>

²⁰² <https://www.cartacapital.com.br/politica/dez-pontos-para-entender-o-julgamento-de-dilma/>

²⁰³ <https://noticias.r7.com/brasil/senado-aprova-impeachment-sela-saida-definitiva-de-dilma-e-encerra-mais-de-13-anos-do-governo-do-pt-31082016>

²⁰⁴ <https://www.cartacapital.com.br/politica/dez-pontos-para-entender-o-julgamento-de-dilma/>

plenário. Dentre as justificativas usadas, estavam acusações de que o governo era comunista, bolivariano, corrupto etc. (PREGO; SOLER, 2019 p.43). Houve até mesmo discursos que enalteciam torturadores do regime militar, como o do então deputado Jair Bolsonaro, que viria se tornar presidente anos depois. Prego e Soler (2019) mencionam que os discursos de ódio proclamadas naquela ocasião se assemelhavam bastante àqueles proferidos pelos congressistas paraguaios no julgamento do impeachment de Fernando Lugo.

Curiosamente, uma das primeiras medidas do novo chefe do Executivo, Michel Temer, foi a de sancionar um projeto de lei que autorizava as “pedaladas fiscais”. A Lei 13.332/2016 flexibilizava as regras para abertura de crédito especial sem a necessidade de autorização do Congresso e, com isso, as “pedaladas” eram descriminalizadas²⁰⁵. Essa é mais uma evidência de que as irregularidades cometidas por Dilma não foram o fato que motivou o impeachment.

No âmbito das relações diplomáticas, notamos que os secretários-gerais da OEA, Luis Almagro, e da Unasul, Ernesto Samper, se manifestaram contra o impeachment, destacando a ilegalidade do processo. Samper foi enfático: “aceitar que um mandatário possa ser tirado do cargo por supostas falhas em ato de caráter administrativo levaria a uma perigosa criminalização do exercício do governo por razões de índole simplesmente políticas”. “Está ocorrendo um linchamento da presidenta”, completou. A Unasul, porém, não se manifestou formalmente devido à neutralidade da Argentina e da Colômbia.

A ministra das Relações Exteriores do governo de Mauricio Macri, na Argentina, Susana Malcorra, se mostrou preocupada com os efeitos econômicos que a crise no Brasil poderia ter no país vizinho. Todavia, não demonstrou apoio à presidenta Dilma, reconhecendo Temer como o presidente legítimo do Brasil, e teceu críticas à Bolívia, que tentava aplicar a cláusula democrática da Unasul para punir o Brasil pelo golpe. Equador e Venezuela também se juntaram à Bolívia nas críticas à destituição da mandatária brasileira. No Chile, a presidenta Michelle Bachelet, a despeito de não usar a palavra golpe, foi taxativa no seu apoio a Dilma: “Creio que é uma mulher honesta e responsável, que está fazendo o melhor para o Brasil”²⁰⁶.

Assim, apesar de ter havido apoio à presidenta Dilma por parte de atores políticos importantes na região, a falta de consenso e a neutralidade de alguns países impediram que fosse dada uma resposta firme ao golpe, no âmbito das organizações regionais, pois o processo decisório dessas instituições ocorre por meio da formação de consenso. Por conseguinte, a “onda rosa” ia paulatinamente perdendo a força na região, com a ascensão de líderes de

²⁰⁵ <https://www.brasilefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>

²⁰⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/internacional/1462967948_116157.html

direita: Maurício Macri, na Argentina, eleito em 2015; Jimmy Morales, na Guatemala, 2016; Michel Temer, no Brasil, 2016. Na sequência, viriam a ser eleitos Lenin Moreno, no Equador, em 2017; Sebastián Piñera, no Chile, em 2018; Iván Duque, na Colômbia, em 2018, e finalmente Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018.

Os Estados Unidos, administrados à época pelo presidente Barack Obama, não se posicionaram a favor da presidente Dilma. Obama evitou dar declarações a respeito da destituição e o porta-voz da Casa Branca Mark Toner expressou respeito às instituições brasileiras e, ao ser perguntado se considerava a aprovação do impeachment um golpe de Estado, respondeu que essa era uma questão doméstica que caberia aos próprios brasileiros discutirem²⁰⁷. Certamente, a postura independente adotada pelos governos do PT no âmbito da política externa ia de encontro aos interesses de Washington, notadamente em virtude do protagonismo que Brasília obteve nas organizações regionais. Portanto, um governo de direita, que se colocava em favor de uma política externa voltada para o Norte, em detrimento das relações sul-sul, era mais interessante para o governo estadunidense.

Em vista dos fatos narrados, a correlação de ameaças e escudos que se formou no contexto do golpe foi esta:

Variáveis	Ameaças	Escudos
Legislativo	A perda da presidência da Câmara e o racha no PMDB, nas duas casas legislativas significou uma grande ameaça, que se concretizou na votação das pautas-bomba e na aceitação do processo de impeachment	-
Instituições de Justiça	O impedimento por parte do STF da nomeação do ex-presidente para o cargo de ministro tornam evidente o endurecimento da ameaça jurídica. Ademais, ministros se reuniram com o vice-presidente para provavelmente planejar o golpe.	-

²⁰⁷ <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2016/05/eua-se-esquivam-de-admitir-que-molda-governos-liberais-na-america-latina-2049/>

Forças Armadas	Recuperaram o prestígio social que almejavam, o que ficou notório com o crescimento do número de manifestantes que pediam a volta do regime militar. Comandantes se reuniram com Michel Temer para planejar as coordenadas do golpe	-
Geopolítica	Estados Unidos mostraram neutralidade diante do golpe, que parecia convergir com seus interesses geoeconômicos. O ciclo progressista parecia de fato ter chegado ao fim na região, com ascensão de líderes de direita, como Macri, na Argentina, o que impossibilitou a formação de uma barreira institucional ao golpe mediante as organizações regionais	Alguns atores políticos demonstraram apoio a Dilma, como os presidentes da OEA e da Unasul, Evo Morales, dentre outros, mas sem que fossem capazes de articular em uma resposta institucional ao golpe
Mídia	Mídia empresarial posicionou-se contra a nomeação de Lula ao cargo de ministro, em favor da Lava Jato e os grandes jornais publicaram a campanha publicitária da Fiesp, que pedia o impeachment	-
Protestos de rua	Os grupos antipetistas ganharam força nas ruas em 2015 e 2016, causando impacto fortemente negativo na já combatida popularidade da presidenta	Os protestos contra o impeachment cresceram de maneira tardia, uma vez que a virada neoliberal de 2015 havia fragilizado bastante o escudo popular

Já as estratégias do Executivo e dos partidos opositores podem ser confrontadas e resumidas da seguinte maneira:

Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Estratégias dos partidos opositores
Aprovou medidas anticorrupção, como a Lei da Delação Premiada, mas que foram usadas contra o próprio governo. A política econômica ortodoxa fracassou, dando armas para os seus adversários atacar o governo e fragilizando os escudos que detinha.	O principal adversário do PT, o PSDB, questionou o resultado do pleito que resultou na reeleição de Dilma, colocando em dúvida a legitimidade do sistema eleitoral perante a opinião pública. Os demais principais partidos conseguiram atrair o PMDB para o lado da oposição, causando danos irreparáveis na base governista.

Comparando a primeira (janeiro de 2011 – junho de 2013) e a segunda (julho de 2013 - agosto de 2016) fases do período em que Dilma esteve à frente da presidência, elencamos quatro inflexões como fundamentais para compreender o golpe. A primeira (1) foi a criação e o avanço da Lava-Jato, alimentada por interesses comerciais de Washington, que além de atingir aliados do governo, incluindo o ex-presidente Lula, gerou efeitos econômicos bastante adversos. (2) O ajuste fiscal neoliberal executado no segundo mandato estrangulou ainda mais a economia, impedindo que fossem adotadas medidas anticíclicas para reverter a recessão que se instaurava. Os custos sociais e políticos foram devastadores. Além do aumento do desemprego e da renda, a coalizão governista perdeu o apoio de uma parcela importante dos setores populares e da esquerda, devido ao estelionato eleitoral cometido por Dilma, ao pôr em prática uma política macroeconômica bastante distinta daquela defendida na ocasião da campanha. Enquanto isso, o governo testemunhava (3) o crescimento dos movimentos antipetistas nas ruas, que se tornavam cada vez mais atuantes, e os gritos de Fora Dilma se tornaram frequentes. Por fim, destacamos (4) a derrota na Câmara, ao perder o controle da Casa para Eduardo Cunha, que causou danos irreparáveis para o governo, com a aprovação das pautas-bomba, obrigando a presidenta a ampliar o espaço do PMDB na coalizão governista, e com a aceitação do processo de impeachment por parte de Cunha.

A ascensão de Michel Temer à presidência atendia ao interesse desse conjunto de atores e grupos insatisfeitos com o governo do PT. Na prática, o que vimos é que grande parte deles, de fato, obtiveram vantagens com a mudança de governo. Os congressistas que faziam oposição a Dilma foram beneficiados com o maior acesso a recursos provenientes, principalmente, das emendas parlamentares distribuídas de forma generalizada por Temer para se proteger do impeachment, diante da disseminação das denúncias da Lava Jato que vieram a

ser feitas contra ele²⁰⁸. As elites produtivistas e rentistas desfrutavam dos efeitos das reformas neoliberais que concentravam renda em suas mãos, como a Reforma Trabalhista, a Lei da Terceirização e a PEC do Teto de Gastos²⁰⁹. O capital externo ganhava maior liberdade de atuação no país, em especial, no que se refere ao uso dos recursos da Petrobras, com a extração do pré-sal, já que, no final de 2016, o governo conseguiu aprovar mudanças na legislação, acabando com a obrigatoriedade da petrolífera ser sócia (com ao menos 30% de participação) e a operadora única de todos os campos de exploração de petróleo no pré-sal²¹⁰. Depois das mudanças, consórcios liderados por empresas estrangeiras venceram seis das 13 licitações.

Os grupos antipetistas, apesar de não aderirem inteiramente ao governo Temer, concebiam que o “mal pior” já havia sido eliminado. Os militares, por sua vez, ganhavam protagonismo na cúpula do novo governo e viam o seu prestígio perante a sociedade crescer paulatinamente²¹¹. Inclusive, os generais do Exército tiveram um papel crucial na ocasião da prisão de Lula, ocorrida em 2018, ao pressionar o STF para que não acatasse o pedido de *habeas corpus* ao ex-presidente²¹². Já a grande mídia, com seu *modus operandi* reacionário, via nas reformas liberalizantes uma janela de oportunidade para ampliar seus lucros. Além disso, as instituições de Justiça continuavam sua cruzada contra o PT, buscando impedir que o mesmo retornasse ao poder na eleição de 2018. A Vaza Jato revelou uma série de evidências de irregularidades que continuaram a ocorrer no processo, mesmo depois do golpe de 2016²¹³.

Os partidos da direita tradicional, contudo, participantes ativos do movimento golpista, não foram capazes de atrair para si o protagonismo no pleito de 2018. Em partes, o fracasso do PSDB se deve às próprias denúncias de corrupção que atingiram os líderes do partido, dentre os quais estava Aécio Neves, candidato pelo partido nas eleições presidenciais em 2014, acusado de receber dinheiro de Joesley Batista, um dos empresários presos na OLJ²¹⁴.

O político que logrou apropriar-se do discurso anticorrupção e despontar como uma alternativa aos políticos tradicionais foi o congressista Jair Bolsonaro, um capitão do Exército que desde 1988 estava na reserva. No Parlamento, atuou como deputado federal pelo Rio de Janeiro por sete mandatos, entre 1991 e 2018, passando por oito partidos diferentes, e teve uma atuação de pouco destaque, aprovando apenas dois projetos de lei. A despeito disso,

²⁰⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>

²⁰⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>

²¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/30/temer-o-impopular-o-que-mudou-no-pais-em-dois-anos-de-governo.htm>

²¹¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522878909_793429.html

²¹² https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522803698_804414.html

²¹³ <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>

²¹⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498506161_256460.html

Bolsonaro se tornou bastante popular nas redessociais, atraindo uma parcela conservadora da população, que se identificava com seu discurso antipetista e reacionário. Uma das principais bandeiras levantadas pelo político era o fim da corrupção e a revisão da Lei do Desarmamento²¹⁵.

No dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro venceu o pleito, alcançando 55,13% dos votos e se consagrou o presidente da República. Entendemos que a vitória ocorreu, em grande medida, porque o golpe havia sido concluído meses antes, com a prisão do Lula. A eleição de Bolsonaro, todavia, não era meta de grande parte dos atores e dos grupos responsáveis pela destituição de Dilma Rousseff, que desejavam a eleição de algum representante da direita tradicional. O fenômeno Bolsonaro, pois, é um efeito colateral da corrosão do sistema político praticada pelo movimento neogolpista, que resultou na interrupção do governo do PT em 2016 e na prisão do seu líder máximo em 2018.

Esses fatos narrados acima, embora tenham ocorrido após a queda de Dilma Rousseff, revelam que o neogolpe não foi um processo que se encerra em 2016. Mais do que um simples evento no qual o mandato da presidenta é interrompido, o neogolpe, no Brasil, é um processo que continua a ocorrer, mesmo depois da mudança de governo, colocando em xeque a legitimidade do sistema político.

3.5. Considerações finais sobre o caso brasileiro

Neste capítulo, examinamos o período em que Dilma Rousseff esteve no comando do poder executivo, de janeiro de 2011 a agosto de 2016, procurando compreender os fatores que levaram à destituição da presidenta. Adicionalmente, analisamos alguns “eventos críticos” ocorridos ao longo do governo do presidente interino, Michel Temer, que sinalizaram a continuação do processo golpista, mesmo depois de aprovado o impeachment, e que ajudam a entender o antipetismo. Antes disso, fez-se necessário investigar o surgimento do PT e a ascensão de Lula como um dos principais líderes da esquerda brasileira, no período de redemocratização, bem como examinamos o papel exercido pelo petismo na oposição e, finalmente, fizemos um levantamento das ameaças enfrentadas e escudos que protegeram o governo Lula. Traçar esse percurso histórico foi fundamental para apreender as continuidades e os distanciamentos promovidos pelo governo Dilma em relação ao seu predecessor.

Durante os mandatos de Lula, notamos que as instituições de justiça e a grande mídia foram os grandes “ameaçadores”, sobretudo no contexto do caso do Mensalão. O STF adotou

²¹⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>

uma postura controversa no julgamento de alguns casos e a cobertura da mídia procurou vincular o significativo vazio “corrupção” quase que exclusivamente ao PT, sendo que havia outros partidos investigados pela justiça sobre quais recaiam mais denúncias, como o PMDB e o PP, por exemplo. A oposição da mídia e das instituições de justiça estavam relacionadas a questões de ordem econômica, corporativa e ideológica. O MPF, a PF e o STF tiveram autonomia ao longo dos anos 2000 por decisão do Executivo de não intervir na escolha dos ocupantes dos cargos mais altos na escala hierárquica. Como, tradicionalmente, os integrantes dessas instituições compartilham da mentalidade conservadora das elites e reivindicam salários elevados bem como mais autonomia institucional, muitas vezes os seus interesses se chocavam com os do governo. Os donos da mídia, por sua vez, viram seus orçamentos provenientes de verbas publicitárias serem reduzidos, devido a opção do presidente de pulverizar a distribuição desses recursos, canalizando parte deles para as mídias alternativas e estatais. Ademais, tal como o judiciário, os magnatas da mídia compartilham de valores patriarcais, racistas e homofóbicos das elites, daí o desconforto com um operário de origem nordestina sem diploma de ensino superior ocupando a cadeirada presidência.

O mandatário, contudo, possuía um conjunto de escudos que sustentavam o governo. No plano geopolítico, a decisão de expandir as relações com países vizinhos, por meio da construção de organizações regionais, e expandir as relações comerciais sul-sul, sem abrir mão dos antigos parceiros do Norte desenvolvido, produziu resultados positivos para a economia e projetou o país no cenário internacional. O boom das commodities, impulsionado pelo crescimento da China, foi o fator conjuntural que alavancou essas iniciativas.

As Forças Armadas tinham a expectativa de participar de forma ativa da vida política e ampliar a sua visibilidade perante a sociedade civil, já que, desde o fim da ditadura, os militares haviam abandonado a política institucional e retornado aos quartéis. As operações de garantia da lei e da ordem (GLO), como a missão de paz no Haiti, foram a oportunidade que os militares tinham para se projetar novamente. Além disso, o governo procurou investir na compra de equipamentos e armamentos militares, atendendo à demanda dos oficiais. Lula, todavia, não promoveu nenhuma grande transformação na estrutura das Forças Armadas, o que também era do agrado dos militares, que não se sentiam satisfeitos com a subordinação à autoridade civil.

No que concerne às alianças no legislativo, o governo conseguiu angariar o apoio da maioria dos congressistas, ao longo dos dois mandatos. Ocorreu em 2003, um pequeno racha dentro do partido, com a saída de alguns deputados, que viriam a formar o PSOL, e, em 2005, a coalizão com o baixo clero foi posta em xeque em decorrência da prisão e de acusações que

atingiam parte de aliados. Não obstante, o presidente conseguiu contornar as crises. Enquanto, no primeiro mandato, foi feita uma aliança ampla e heterogênea, com partidos pequenos; no segundo mandato, optou-se pela coalizão com o PMDB, que sobreviveu até o início de 2016, quando o golpe começa a ganhar contornos mais claros.

Nas ruas, durante o governo Lula, não se via a efervescência que, mais tarde, testemunharíamos com as Jornadas de 2013. Os canais de participação democrática foram importantes nesse sentido, pois possibilitavam que algumas demandas dos movimentos sociais pudessem ser atendidas por meio do diálogo. Por isso, em partes, o repertório do confronto não foi utilizado com a frequência que viria a ocorrer a partir dos protestos de Junho de 2013.

Dilma assume o seu mandato com essa configuração de ameaças e escudos. Na primeira fase dos mandatos da presidenta que delimitamos, entre janeiro de 2011 e junho de 2013, as ameaças midiática e judiciária permaneceram. A elas se juntam as Forças Armadas e os manifestantes organizados nas ruas. O motivo essencial que leva à ruptura dos militares com o governo é a criação da Comissão da Verdade, cujo objetivo era investigar os crimes cometidos por oficiais durante o regime militar e a possibilidade de revisão da Lei da Anistia.

Já as ruas se agitavam por uma série de fatores, muitos dos quais não necessariamente envolviam o governo federal diretamente, mas a maneira como a presidenta reagiu, atraindo para a si a reponsabilidade de responder às demandas dos manifestantes trouxe consequências deletérias para a sua imagem, incidindo na queda brusca de sua aprovação. A mídia teve atuação central na maneira como enquadrou as manifestações, procurando criar narrativas favoráveis aos manifestantes de direita e desfavoráveis aos grupos de esquerda, bem como atribuiu a responsabilidade da insatisfação popular quase que exclusivamente à presidenta.

Além disso, a política industrialista praticada pelo governo, cunhada de Nova Matriz Econômica, não trouxe os resultados esperados, por decisões equivocadas tomadas pelo Executivo combinadas com um cenário internacional pouco promissor. Uma das consequências dessa política foi a perda do apoio de parcela considerável dos rentistas, insatisfeitos com a política de juros baixos, que diminuía as suas margens de lucros.

A partir da segunda fase, pós-Junho de 2013, observou-se o recrudescimento das ameaças judiciária e midiática, com a deflagração da Operação Lava Jato. Além de atingir aliados importantes do governo, a força-tarefa conduzida pelo MPF causou impactos preocupantes para a economia, contribuindo para o quadro de recessão que se instaurava. Como vimos, há indícios de que a OLJ foi alimentada com informações obtidas pela NSA, agência do Estado norte-americano, por meio de espionagens ilegais. Elas teriam sido repassadas a procuradores em encontros organizados de maneira extraoficial e sigilosa com

funcionários do governo estadunidense, o que infringia a constituição, já que o Ministério Público não tem autonomia para promover investigações conjuntas com outros países, sem a intermediação do Ministério da Defesa. A Casa Branca tinha interesse na destruição das cadeias produtivas brasileiras, sobretudo com a expansão da Petrobras e da Odebrecht, para que empresas norte-americanas tivessem vantagens na competição internacional.

Ao passo que as denúncias iam sendo noticiadas pela mídia, somadas aos custos socioeconômicos da virada neoliberal de 2015, que agravaram a recessão, uma parte importante dos movimentos sociais retirou o apoio à presidenta e os grupos antipetistas cresciam e tomavam as ruas, exigindo a remoção da mandatária como solução para a crise. Alguns deles inclusive pediam a volta dos militares. Era evidente que as Forças Armadas haviam recuperado o prestígio social que buscavam. Além da missão de paz das Nações Unidas no Haiti, por decreto do Executivo, os militares passaram a atuar mais frequentemente em operações de GLO nas favelas cariocas, com fins de garantir a segurança pública, deslocando-se cada vez mais da sua atuação na área de defesa nacional, o que contraria a vontade do poder constituinte. Como a violência urbana é um problema que atinge a vida de vários brasileiros, as Forças Armadas, impulsionadas pela visibilidade midiática dada às operações de pacificação, tiveram sua atuação aprovada por uma parcela expressiva da população.

Diante do crescimento das ameaças e da deterioração dos escudos, restava ainda o apoio do Legislativo. Entretanto, o governo sofreu uma grande derrota no Congresso, ao perder o controle da Casa para Eduardo Cunha, um político do PMDB que já há alguns anos demonstrava-se insatisfeito com certas decisões da presidenta. Mais tarde, com a saída do PMDB da base governista e liderado pelo vice-presidente Michel Temer, o movimento neogolpista encontrava o caminho livre para aprovar o impeachment.

Dilma ainda tentou frear ou adiar o processo, nomeando Lula para a Casa Civil, mas foi impedido pelo Supremo Tribunal. Poucos meses antes do golpe se concretizar, os movimentos pró-governo pareciam ter acordado, porém tarde demais para reverter a situação. Temer já havia conseguido arregimentar tanto os produtivistas quanto os rentistas ao apresentá-los o programa Uma Ponte para o Futuro, que previa uma série de medidas de caráter radicalmente neoliberais. Ademais, foi revelado que Temer organizou encontros informais com atores políticos importantes interessados na remoção da presidente, dentre eles, políticos do PSDB, ministros do STF e generais do Exército.

Nos anos posteriores ao impeachment, testemunhamos a continuação do processo golpista. A OLJ seguia com seu *modus operandi*: denúncias baseadas quase que inteiramente

em delações, vazadas para a grande mídia, conseguidas, muitas vezes, por meios irregulares ou mesmo ilegais. A prioridade das investigações e das divulgações na mídia recaía nos casos que envolviam o presidente Lula e seus apoiadores políticos, pois, conforme revelou a Vaza Jato, os adversários do PT eram normalmente protegidos. Em 2018, Lula foi detido pela Polícia Federal, em uma manobra que tinha fim de impedi-lo de participar do jogo eleitoral em 2018.

As elites econômicas que apoiaram o golpe foram as grandes vitoriosas com a remoção do PT do governo. A PEC do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, aprovadas no governo interino de Michel Temer, como dissemos, concentraram grande parte da renda nas mãos das classes mais abastadas. Diante disso, há quem argumente que Temer teria, na verdade, apenas aprofundado uma política de restrição fiscal já iniciada por Dilma, o que é verdadeiro. No entanto, Boaventura dos Santos Souza alerta que há uma diferença marcante entre os dois projetos, que não pode ser deixada de lado. Enquanto, no governo petista, a lógica da austeridade “traduzia-se em algumas medidas de emergência e com a crença equivocada de permitirem a curto prazo o regresso à normalidade de uma governação minimamente inclusiva no plano. Com o governo Temer, tais medidas, um menu imenso, [se tornaram] a nova normalidade” (MELLO, 2015, p.53). O golpe, portanto, se justifica pela necessidade das elites de institucionalizar a austeridade como uma política de Estado, capaz de disciplinar qualquer governo que seja eleito, independentemente de sua inclinação ideológica.

Se retomarmos, então, o arcabouço teórico discutido no capítulo 1, podemos qualificar o impeachment ocorrido como golpe. Nos termos de Bianchi (2016), golpe é conceituado como uma ação que provoca “uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político promovida sob direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”. Mais especificamente, a interrupção do mandato de Dilma é um caso típico de neogolpe, que definimos na seção 1.4, como “um fenômeno do século XXI no qual se promove a derrubada de um governo eleito democraticamente, de maneira menos virulenta que os golpes militares dos anos 1960 e 1970, por meio de instrumentos do próprio ordenamento político e jurídico”.

Apesar de o impeachment ser um instrumento previsto no texto constitucional, os métodos utilizados para concretizar a remoção da presidenta Dilma bem como para impedir a participação do ex-presidente Lula no jogo eleitoral não seguiram muitos dos procedimentos usuais previstos na legislação. Existiam interesses políticos por parte das instituições de

justiça, dos proprietários dos meios de comunicação privados, do empresariado, dos rentistas, do capital estrangeiro, de uma parcela significativa da sociedade civil, das Forças Armadas, da maioria dos congressistas, cuja atuações confluíram para o golpe.

Cabe, por fim, ressaltar que os fatores que levaram esses diferentes grupos a defenderem a queda da mandatária brasileira, embora convergissem em alguns pontos, eram bastante distintos em outros. Se analisarmos as disputas ocorridas no pós-golpe por uma ótica agonística (LACLAU; MOUFFE, 1985), podemos explicar por que os maiores partidos que se arregimentaram para organizar o neogolpe de 2016, o PMDB e o PSDB, não conseguiram produzir um “discurso universal”, capaz de articular a “lógica da diferença” entre os diversos setores da sociedade que apoiaram o golpe com a “lógica da equivalência” entre eles, calcada no objetivo de impedir a volta do PT ao poder. O uso do significante vazio “corrupção”, bastante disputado discursivamente, não foi suficiente para a direita tradicional conseguir se consolidar como hegemônica, uma vez que muitas das denúncias que vieram à tona com os vazamentos da Lava Jato também atingiram integrantes desses partidos.

A diferença é que as investigações e o espaço midiático dado às denúncias seguiam uma lógica partidária, em que se priorizava os casos em que petistas estavam implicando, em detrimento dos seus adversários. A corrosão do sistema político provocado por esse *modus operandi* perverso produziu o fenômeno Bolsonaro, um deputado que desde o início dos anos 1990 já atuava na Câmara, mas que logrou formular uma autoimagem de *outsider* perante os eleitores, tendo como uma das metas centrais do seu programa justamente o combate à corrupção.

CONCLUSÃO

Após examinar de maneira individualizada o caso venezuelano e o brasileiro, vamos nos ater, neste capítulo, à aplicação da metodologia de Análise Contextual elaborada por Robert Franzese Jr. (2007), com o fim de responder à pergunta que guia esta pesquisa: em meio a um cenário de avanço de direita neogolpista, por que Dilma Rousseff foi removida da presidência no Brasil, ao contrário de Nicolás Maduro, que consegue se manter no cargo na Venezuela?

De acordo com o que discutimos na introdução, a metodologia proposta por Franzese Jr aborda três categorias centrais para o estudo de Política Comparada: a multicausalidade, a condicionalidade do contexto e a endogeneidade. Defendemos que os neogolpes só podem ser compreendidos de forma profunda mediante uma investigação multicausal, uma vez que há uma série de grupos atuando em diferentes frentes para que se concretize a mudança de governo, sem que haja a ruptura por completo do regime democrático. Assim sendo, elencamos sete variáveis explicativas para compreender os dois casos aqui estudados: o Legislativo, os protestos de rua, as instituições de Justiça, a geopolítica, as Forças Armadas, a mídia e o Executivo. Investigamos de que modo a atuação de cada um desses seis primeiros atores afetaram o jogo político, implicando mudanças na correlação de ameaças e escudos herdadas dos governos anteriores; adicionalmente, observamos como as estratégias do Poder Executivo, diante da elevação da temperatura das crises políticas e/ou econômicas, podem ter contribuído para o acirramento ou para o arrefecimento dos conflitos.

A segunda categoria, a condicionalidade do contexto, diz respeito às singularidades estruturais, culturais e institucionais dos casos comparados e como essas características afetam a maneira na qual um dado fenômeno social vai se manifestar em cada um dos objetos de análise. Por fim, a endogeneidade consiste no fato de que, nas análises multicausais, modificações em uma variável X podem incidir sobre uma variável Y, que por sua vez pode produzir respostas, que vão gerar efeitos na X, e assim por diante. Dessa forma, não é possível compreender uma variável apenas ou como causa ou como efeito, já que, no desenrolar dos eventos observados, tanto X como Y assumem os dois papéis. No caso de uma análise multicausal ampla, como a que propomos nesta dissertação, essa cadeia de interações entre as sete variáveis se torna ainda mais complexa.

Tendo essas categorias de análise em mente, faremos uma análise comparativa dos resultados encontrados nos capítulos 2 e 3, para que, ancorados no arcabouço teórico a que

fizemos referência no capítulo 1, possamos tecer algumas conclusões acerca do objeto de pesquisa. A partir da comparação, podemos afirmar que os casos venezuelano e brasileiro convergem em alguns pontos e se distanciam em outros. Dentre as semelhanças, notamos que ambos ocupam uma posição periférica na economia internacional, pois possuem modelos eminentemente agrário-exportadores e que são dependentes dos países desenvolvidos no tocante ao acesso a bens tecnológicos. Disso resulta que as economias venezuelana e brasileira são bastante vulneráveis à variação do valor das commodities: se os preços estão em alta, a abundância de dólares permite certa liberdade fiscal para os governantes, mas se os preços caem, as pressões para restrição da política fiscal se tornam mais robustas (CAMPELLO, 2015).

Notamos que Maduro e Dilma assumiram seus respectivos mandatos em meio a um cenário bastante difícil, no qual o crescimento da econômica mundial sofria forte contração, ainda em virtude dos efeitos da crise de 2008. Esse ambiente somado a decisões equivocadas tomadas no âmbito da política macroeconômica doméstica trouxe resultados desastrosos, que colocaram em xeque parte dos avanços promovidos nos anos anteriores com as políticas de redistribuição de renda. No governo Dilma, isso teve um efeito político ainda maior em decorrência do *policy-switch* cometido no início do segundo mandato, com a adoção de um programa neoliberal, contrariando as promessas de campanha. A política econômica de Maduro, a despeito de ter sido ineficaz no controle da crise, manteve a postura de não ceder às pressões do mercado financeiro para a adoção de reformas neoliberais.

Este é um dos fatores que explicam por que o escudo popular de Dilma era mais fraco do que de Maduro. Conforme argumentamos, a virada neoliberal promovida pela presidenta minou o apoio de setores da esquerda, que poderiam ter formado uma barreira popular contra o processo golpista, que começou a ser desenhado pelas elites a partir das manifestações de Junho de 2013 e ganharam força com o agigantamento das manifestações antipetistas a partir de 2015. O escudo popular foi se esfacelando aos poucos e, em 2015, a capacidade de mobilização da base de apoio por parte de Dilma era quase nula, devido ao estelionato eleitoral.

Além desse motivo, o chavismo tinha, naquele momento, maior capacidade de mobilização dos setores populares do que o lulismo em razão da radicalidade do processo de aprofundamento da democracia na Venezuela em comparação com o “reformismo fraco” (SINGER, 2012) ocorrido no Brasil, tanto no que concerne à redução da concentração de renda quanto ao incentivo à participação direta. Ao longo dos anos 2000, as *missiones* venezuelanas tiveram impacto maior em favor da distribuição de renda naquele país do que as políticas sociais no Brasil e, a despeito de a pobreza extrema ter voltado a subir de maneira

exorbitante no governo Maduro, o presidente ainda carregava o legado de ser o herdeiro do chavismo, conseguindo ainda preservar a confiança de certos setores populares.

Ademais, a disseminação do uso de instrumentos de participação direta (as comunas e os conselhos comunitários) pela sociedade civil no país andino foi muito mais ampla do que no Brasil, com os conselhos e as conferências nacionais. Essas iniciativas fomentaram, principalmente durante a Era Chávez, uma cultura de mobilização, na qual os sujeitos se sentiam capazes de transformar a sua própria comunidade por meio da organização coletiva, sem depender inteiramente do Estado. Após anos de descrença em relação à política, cujo símbolo foi o *Caracazo*, os canais de participação direta ajudaram a politizar a sociedade venezuelana. Portanto, em comparação com o lulismo, o chavismo teria fomentado um fortalecimento maior do “político”, o teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada”, e do “social”, “o local onde somos mais que indivíduos ou famílias” que “possibilitam a construção de um caminho comum” (BROWN, 2019).

Os ciclos de intensos protestos em 2014 e em 2017, na Venezuela, foram, em grande medida, impulsionados pela própria cultura de mobilização que as comunas e os conselhos comunitários ajudaram a produzir. Curiosamente, aquelas manifestações foram marcadas pelo discurso da antipolítica de extrema direita, o que indicava o retorno da descrença na política formal como meio de promover transformações nas vidas das pessoas. Entretanto, o que argumentamos é que a politização produzida no âmbito dos mecanismos de participação direta, bem como as memórias de um passado recente de melhorias significativas na qualidade de vida dos mais pobres, fez com que Maduro ainda conseguisse manter organizados certos setores populares que ainda o apoiavam, pois estes concebiam os líderes opositores como o símbolo de um passado longínquo ainda mais nefasto.

O crescimento do discurso da antipolítica tanto na Venezuela como no Brasil era alimentado pelos meios de comunicação *mainstream*, que produziam uma cobertura constantemente desfavorável aos governos tanto de Maduro quanto de Dilma, enfatizando as denúncias de corrupção e a ineficiência de ambos na administração pública. A ameaça midiática havia sido herdada dos seus antecessores, Chávez e Lula, que sofreram ataques constantes dos meios de comunicação privados. Em partes, os donos da mídia nos dois países compartilham de valores conservadores das elites que remontam o passado colonial. O patriarcado, o racismo, a discriminação por orientação sexual, a meritocracia, o ódio de classe, que sempre caracterizaram as sociedades venezuelana e brasileira são valores largamente disseminados pela cobertura jornalística. Esse reacionarismo somado às perdas econômicas

que sofreram durante os governos progressistas explicam grande parte dos ataques ao chavismo e ao lulismo.

Entretanto, a maneira como o ex-presidente venezuelano lidou com as ameaças foi consideravelmente distinta. Desde o primeiro ano, Chávez estimulou a criação de meios de comunicação estatais, proposta que se tornou ainda mais relevante em 2002, tendo em vista que a conglomerado da mídia empresarial havia apoiado o golpe de Estado, que retirou o presidente do poder por 48 horas. O programa *Alô Presidente* era um canal através do qual Chávez tinha contato semanal com a população, no qual utilizava o seu carisma para responder perguntas do público, lançar programas do governo, criticar a cobertura da imprensa *mainstream* ou opositores etc. Sem o filtro das empresas de televisão e de rádio, em um momento no qual o uso das redes sociais ainda era muito incipiente, o ex-líder da Venezuela conseguiu estabelecer uma estratégia comunicativa eficiente, uma vez que o programa era um dos com maiores índices de audiência do país. Além de ampliar os canais de comunicação pública, alguns meios comandados por opositores foram fechados, como foi o caso da RCTV, uma das emissoras de televisão com maior audiência no país, que não teve a sua concessão pública renovada por ter apoiado explicitamente o golpe de 2002.

No Brasil, ainda que, durante os governos Lula, tenha sido investido no aprimoramento dos canais estatais e tenham sido criados meios de comunicação públicos, como a TV Brasil, a mídia *mainstream* continuou a ter a hegemonia no que tange ao agendamento da sociedade, pautando grande parte dos assuntos sobre os quais a opinião pública discutia. Seria inimaginável, também, que o governo, naquele momento, não renovasse a concessão da Rede Globo, por exemplo, afinal o pacto lulista pautado na conciliação de classes poderia ser ferozmente atingido caso o interesse da grande mídia fosse radicalmente prejudicado. Isso não significa que não houve perdas para os donos da mídia. Conforme vimos no capítulo 3, uma das estratégias da Secretaria Especial da Comunicação da Presidência da República (Secom) foi pulverizar a distribuição das verbas para veiculação de campanhas publicitárias do governo. Isso favoreceu empresas de comunicação alternativa, de pequenos e médios portes, causando redução do repasse para o oligopólio da mídia.

Essa dinâmica se refletiu nos governos posteriores. Maduro, embora não tenha o carisma de Chávez e não tenha dado prosseguimento ao programa *Alô Presidente*, deu continuidade ao projeto de ampliar a comunicação estatal. À medida que isso ocorria, a crise econômica tornava a sobrevivência de muitos meios privados impossível, dentre eles o *El Nacional*, um dos periódicos mais tradicionais, que, em 2018, anunciou o fim de sua versão impressa. Assim como Maduro, Dilma não tinha os mesmos talentos comunicativos do seu

predecessor, mas a diferença em relação ao venezuelano é que a presidenta tinha poucos instrumentos para se contrapor à enxurrada de ataques que recebeu ao longo dos cinco anos e oito meses em que esteve na cadeira presidencial.

No plano geopolítico, notamos que a postura das políticas externas conduzidas pelo chavismo e pelo lulismo em prol da integração sul-americana colidia com os interesses da Casa Branca, mas sem afetar, em larga medida, as relações comerciais dos Estados Unidos com a Venezuela e com o Brasil; afinal, os EUA continuaram a ser o maior comprador das commodities dos dois países. Contudo, a retórica chavista contra o imperialismo norte-americano era fortemente beligerante, contrapondo-se à retórica conciliadora do lulismo.

Com relação ao Brasil, a política externa estadunidense representava uma ameaça, pois atuava em esquemas de espionagem de membros do governo, no repasse de informações secretas à Lava Jato. Na Venezuela, também existem indícios de que tenha havido ingerência dos Estados Unidos em seus assuntos domésticos, contribuindo para a organização de mobilizações contra Maduro e atuando de maneira ativa no planejamento de golpes que visavam ao assassinato do presidente venezuelano. A eleição de Donald Trump elevou ainda mais a temperatura na relação conflituosa entre Washington e Caracas, pois Trump passou a adotar uma postura ainda mais agressiva, chegando a cogitar a possibilidade de uma intervenção militar no país andino. Além disso, as sanções econômicas aplicadas por Trump foram devastadoras para já combalida econômica venezuelana e, ao passo que elas iam se tornando mais severas, os vínculos comerciais e diplomáticos com as principais potências desafiadoras – China e Rússia – se intensificavam. Cabe lembrar, ainda, que Cuba também desempenhou um papel fundamental para a manutenção de programas sociais importantes e para o fortalecimento do sistema de inteligência venezuelano. Já No âmbito sul-americano, nem a Venezuela nem o Brasil podia mais contar com o apoio das organizações regionais, uma vez que o ciclo progressista na região já estava se fechando.

Outra estratégia de Maduro para se proteger foi reforçar o seu escudo militar. Ao compararmos a estrutura das Forças Armadas venezuelanas e brasileiras, constatamos que apresentam diferenças marcantes que ajudam a explicar por que, no caso venezuelano, os militares assumem uma postura inclinada mais à esquerda e, no Brasil, mais à direita. Ocorre que a Venezuela não passou por uma ditadura militar entre os anos 1960 e 1980, como grande parte dos países sul-americanos, incluindo o Brasil.

Além disso, algumas características tornavam a formação político-ideológica dos militares venezuelanos bastante distintas da dos brasileiros: a influência do pensamento nacionalista anticolonial de Simão Bolívar; muitos dos oficiais na sua juventude

testemunharam ou participaram ativamente de um momento de grande efervescência política contra a implementação do neoliberalismo, que foi o *Caracazo*; outrossim, a geração de Chávez não foi treinada nos Estados Unidos, mas sim na própria Venezuela, não sofrendo a influência ideológica neocolonial propagada pelas instituições militares estadunidenses; e, por fim, os oficiais venezuelanos foram estimulados a fazer cursos de educação superior, sobretudo na área de ciências humanas, para conhecerem melhor a história de seus países. Esses fatores combinados com a política de valorização do serviço militar e com as mudanças na hierarquia do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, nos quais foram promovidos expurgos de oficiais que não se alinhavam ao chavismo, proporcionaram a Maduro o apoio quase que incondicional da FANBA ao longo do período que estudamos.

No Brasil, a transição para a democracia nos 1980 foi ambígua, ao não eliminar certos resquícios do período ditatorial, em especial no que concerne aos privilégios dos militares. A Constituição de 1988 determinava que as Forças Armadas estivessem subordinadas ao poder civil, o que nunca foi aceito pelos militares, que desejavam manter o papel tutelar em relação ao Estado brasileiro. Além disso, a lei que concedeu anistia ampla, geral e irrestrita fez com que os crimes cometidos entre 1964 e 1985 nunca fossem, de fato, investigados formalmente e os torturadores não foram punidos. Resulta disso que a mentalidade reacionária do regime militar continua a ser compartilhada nos quartéis e o anticomunismo do período da Guerra Fria se transubstanciou em uma espécie de antipetismo, a partir do momento em que Dilma decidiu enrijecer a subordinação dos generais ao ministro da defesa e, principalmente, ao criar a Comissão da Verdade, para rever os crimes da ditadura. Portanto, verifica-se que a comparação entre a atuação das Forças Armadas venezuelana e brasileira só pode ser compreendida se levarmos em conta a “condicionalidade dos contextos”.

Da mesma forma que mexeu na estrutura das instituições militares e da mídia, o chavismo foi capaz de reformar o Judiciário, estabelecendo mudanças profundas a partir da Constituição de 1999, com a criação dos Poderes Eleitoral e Cidadão, por exemplo. Além disso, ao longo dos anos, tanto Chávez quanto Maduro se articularam com suas bases legislativas para aprovar o aumento do número de juízes no Tribunal Superior de Justiça e poder nomear aliados, com o fim de solidificar o escudo jurídico. Como vimos no capítulo 2, essa estratégia foi essencial para conter o ímpeto do legislativo de derrubar o presidente a partir da vitória da oposição em dezembro de 2015.

Aliás, ao analisar as disputas entre Legislativo e Judiciário desencadeadas a partir da nova legislatura, podemos afirmar que a queda de braço entre os dois poderes configurou-se em um caso típico de endogeneidade. As mudanças na composição do Parlamento fizeram com

que a base governistase articulasse, no período de transição para a legislatura seguinte, com o intuito de reforçar o escudo jurídico e de se defender dos ataques que viriam a ocorrer; afinal, a MUD havia conquistado maioria ampla que lhe dava poderes para convocar uma nova Constituinte. O Judiciário, além de impugnar a candidatura de três deputados oposicionistas eleitos, decidiu que o Congresso estava em desacato ao não respeitar a impugnação, retirando-lhe diversas de suas atribuições. Outros órgãos de justiça também adotaram medidas hostis aos grupos opositores, como, por exemplo, a decisão da Controladoria-Geral de tornar Henrique Capriles, um dos líderes da MUD, inelegível e a interrupção do processo de solicitação do referendo revogatório por parte do Conselho Nacional Eleitoral. Mais tarde, o Legislativo responderia às investidas, criando um STF paralelo, mas a tentativa se mostrou inócua.

O lulismo, em contrapartida, optou por manter neutralidade nas escolhas dos magistrados e procuradores-gerais, usando o método de sempre apontar o primeiro na lista tríplice definida por membros das instituições de justiça, independentemente da orientação ideológica do escolhido. Isso fez com que Dilma não conseguisse construir um escudo jurídico; ao contrário, esses agentes públicos, imbuídos de uma mentalidade elitista e corporativista, produziram uma grande ameaça à mandatária, em especial no contexto das denúncias da Lava Jato.

Finalmente, o Legislativo, no qual o chavismo e o lulismo sempre tiveram maioria, curiosamente sofreram derrotas impactantes no mesmo ano: 2015. O PT perdeu para Eduardo Cunha a presidência do Congresso, enquanto a MUD conquistou 2/3 do parlamento venezuelano. No caso brasileiro, essa perda representou a queda do último pilar que ainda sustentava o governo, enquanto, no caso venezuelano, a derrota fez com que as instituições que o governo detinha controle endurecesse suas posições contra os grupos opositores. Ademais, a perda da maioria no Congresso combinada com as violentas manifestações de 2017 propiciaram a formação de um cenário de caos, levando o presidente a agir de maneira firme. Maduro decidiu lançar a Assembleia Constituinte, que, segundo ele, teria o propósito de consolidar formalmente as políticas sociais elaboradas e implementadas ao longo de todo o período em que o chavismo esteve no poder e, assim, estancar a crise.

Dito isso, podemos esquematizar os dados produzidos com a análise comparativo-contextual da seguinte forma:

Variáveis	Venezuela	Brasil
Legislativo	O chavismo teve maioria durante toda a Era Chávez e só perdeu nas eleições legislativas de 2015. Contudo, a legislatura teve seu poder mitigado com a situação de desacato imposta pelo Judiciário	O lulismo teve maioria durante todos os mandatos de Lula e nos quatro primeiros anos de Dilma. Em 2015, perdeu o controle do Congresso, caindo, assim, o último pilar de sustentação do governo
Instituições de Justiça	Chávez promoveu reformas que fortaleceram o escudo jurídico e Maduro deu prosseguimento a essa estratégia. As instituições de justiça exerceram um papel fundamental na proteção contra os golpistas.	O lulismo optou pela estratégia de não interferir nas instituições de justiça. Isso lhe rendeu custos elevados, pois agentes públicos, munidos de interesses corporativos e ideológicos, se tornaram uma grande ameaça ao governo.
Forças Armadas	As condicionantes estruturais somadas às iniciativas do chavismo em reformar a política de promoções e em valorizar o serviço militar produziram um escudo bastante sólido	As condicionantes estruturais combinadas com o enrijecimento da subordinação dos generais à autoridade civil e com a criação da Comissão da Verdade minaram o apoio militar
Geopolítica	Forte ameaça dos Estados Unidos e enfraquecimento do escudo sul-americano com o fim da onda rosa, ao passo que Maduro fortalecia os principais escudos: Cuba, China e Rússia	Ameaça em menor grau dos Estados Unidos nos bastidores, se comparada com a Venezuela e o enfraquecimento do escudo sul-americano
Mídia	Oposição forte de grande parte da mídia comercial, mas o chavismo adotou medidas que contrabalancearam o discurso hegemônico	Oposição forte de grande parte da mídia comercial. O lulismo buscou aprimorar a comunicação estatal, mas sem causar grandes impactos no agendamento da opinião pública

Protestos de rua	Intensa ameaça popular, com algum grau de capacidade de mobilização dos apoiadores nas ruas, em virtude da radicalidade do chavismo, durante os anos 2000, no combate à concentração de renda e no incentivo à participação direta	Intensa ameaça popular, com pouca capacidade de mobilização dos apoiadores nas ruas, sobretudo após a virada neoliberal de 2015. A militância acorda com a iminência do golpe, mas tarde demais
-------------------------	--	---

Já as estratégias utilizadas pelo Executivo e pelos partidos opositores podem ser distinguidas da seguinte maneira:

	Venezuela	Brasil
Estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos	Esteve fortemente dividida durante todo o governo, uma vez que a MUD era bastante heterogênea. Parte aderiu às disputas eleitorais, outra parte boicotava. Além disso, os partidos mais radicais apoiavam as iniciativas golpistas ou estiveram à frente delas. Os partidos da extrema direita tentaram assumir o protagonismo dos protestos de rua, sem sucesso	Nas manifestações de 2013, a presidenta atraiu para si a responsabilidade de responder aos protestos, sendo que muitas pautas não se dirigiam ao governo federal. Em 2015, Dilma cometeu estelionato eleitoral, traindo parcela importante dos seus apoiadores, ao adotar um programa neoliberal. A política de conciliação, assim, atingiu o seu limite.
Estratégias dos partidos opositores	Esteve fortemente dividida durante todo o governo, uma vez que a MUD era bastante heterogênea. Parte aderiu às disputas eleitorais, outra parte boicotava. Além disso, os partidos mais radicais apoiavam as iniciativas golpistas ou estiveram à frente delas. Os partidos da extrema direita tentaram assumir o protagonismo dos protestos de rua, sem sucesso	Parte considerável dos opositores de direita aderiram ao golpe. Os partidos de esquerda que praticavam oposição, notadamente o PSOL, contudo, não aderiu. Os partidos da direita tradicional tentaram usar as manifestações antipetistas em seu favor, mas também não tiveram sucesso, uma vez que a legitimidade do sistema partidário como um todo fosse afetada.

Em linhas gerais, concluímos que Maduro foi capaz de se esquivar dos movimentos golpistas, principalmente, devido às reformas no Estado que vêm sendo implementadas desde

o início dos anos 2000 pelo chavismo. As transformações incutidas nas Forças Armadas e nas instituições de justiça, o esforço para aumentar o alcance da comunicação estatal através dos meios públicos, bem como a criação dos mecanismos de participação direta possibilitaram que o governo se protegesse das manobras das elites, que, com o auxílio dos Estados Unidos e do Legislativo, desejavam removê-lo do poder. Cumpre sublinhar que, com a morte de Hugo Chávez, o aprofundamento da crise econômica e o endurecimento das ameaças, essas reformas foram sendo direcionadas, ao longo do governo Maduro, para o incremento do poder Executivo e da militarização do Estado, o que tem promovido uma regressão democrática no país.

O lulismo, em contrapartida, não mexeu na estrutura dessas instituições e a presidenta Dilma, em particular, traiu sua base popular, ao tomar a decisão equivocada de se render às pressões do mercado em 2015. Com isso, no auge da crise de 2016, a mandatária se viu desprotegida de quaisquer escudos institucionais e com um escudo popular bastante débil. Além disso, é importante considerar que a perda do controle do Legislativo se mostrou um “evento crítico” crucial para compreender a queda da Dilma. Caso o PT tivesse feito um cálculo político mais preciso que detectasse a inviabilidade de seu candidato na disputa pela presidência da Casa e, assim, apoiasse um nome aliado com maior chance de ser eleito, talvez o impeachment não tivesse sido levado à frente.

É certo que Maduro também sofreu uma derrota expressiva no Legislativo, a diferença é o que mandatário venezuelano, rapidamente, mobilizou a base aliada para aprovar medidas que fortaleceram o escudo judiciário, com o fim de mitigar os efeitos da derrota e impedir que os congressistas da oposição colocassem em ação o plano anunciado por eles próprios de derrubar o presidente.

Cabe acrescentar, por fim, que o período pesquisado se encerra em 2019 e, depois disso, já houve outra tentativa de derrubar o presidente venezuelano. No dia 3 de maio de 2020, um grupo paramilitar tentou invadir o território da Venezuela, numa operação que ficou conhecida como *Gedeón*, e alega-se que a iniciativa tinha o suporte de Juan Guaidó, do governo dos Estados Unidos e da Colômbia. Isso demonstra que, mesmo após os fracassos da autoproclamação de Guaidó e da Operação Liberdade, os movimentos golpistas não cessaram.

O futuro da Venezuela e do governo Mauro ainda é incerto, mas é possível levantar algumas hipóteses. Embora essas tentativas de deposição do presidente possam ser etapas de um movimento mais longo de desestabilização do governo que futuramente resulte na queda de Nicolás Maduro antes de 2024, quando encerra o seu mandato, acreditamos que essa possibilidade parece remota. Diante dos fatos mais recentes, notadamente a expressiva vitória nas eleições parlamentares no dia 6 de dezembro de 2020, entendemos que Maduro foi capaz

de fortalecer as barreiras que tornaram a missão de seus adversários bastante árdua. Com a retomada do controle do Parlamento, o governo se torna ainda mais forte.

No Brasil, as forças golpistas foram vitoriosas no que tange à retirada do PT do comando do país e a conjuntura atual é bastante adversa para o partido. O seu maior líder continua impedido de participando jogo eleitoral e tudo indica que assim permanecerá – pelo menos até o próximo pleito. Não há, no momento, nenhum quadro dentro do PT capaz de unir todas as forças progressistas em torno de uma coalizão forte o suficiente para reverter o golpe em 2022.

Contudo, dois anos são suficientes para muita coisa mudar. Se olharmos para a América Latina como um todo, existem algumas pistas de que os ventos podem estar começando a soprar novamente em favor da esquerda, com as vitórias de Andrés Obrador, no México; de Alberto Fernández, ao lado da vice Cristina Kirchner, na Argentina; de Luis Arce, na Bolívia, revertendo o golpe sofrido no ano anterior por Evo Morales, seu correligionário; e com a constituinte no Chile, que vai substituir a Carta Magna escrita durante a ditadura do general Augusto Pinochet, vigente no país até hoje. Essas experiências certamente vão se refletir, de algum modo, nos países vizinhos, podendo contribuir para alterar, em alguma medida, a correlação de forças que existe atualmente no Brasil, ajudando a construir caminhos para novos projetos de esquerda. No entanto, é preciso compreender que os movimentos golpistas continuam atuando na região e a extrema-direita tem ganhado espaço em diversos países. Cabe, daqui para frente, investigar como essas novas forças vão atuar no combate ao neogolpismo.

No tocante à teoria, concebemos que os resultados da presente pesquisa contribuem para reforçar o que defendemos na introdução: a política é um terreno marcado pelo conflito e pela complexidade. Desse modo, ela precisa ser compreendida na sua multidimensionalidade. No capítulo 2, a título de exemplo, concluímos que o caso venezuelano não poderia ser explicado se levássemos em conta somente as duas variáveis propostas por Pérez-Liñán - o legislativo e os protestos de rua -, uma vez que, em 2017, Maduro, além de ter sofrido a maior ameaça popular de todo seu governo, havia perdido a maioria no parlamento.

Diante disso, uma análise bidimensional, como propõe o autor, nos levaria, naquele momento, a pensar que o presidente venezuelano iria cair, o que não ocorreu. Portanto, reafirmamos o argumento de Robert Franzene Jr (2007), segundo o qual uma análise que utiliza um conjunto de variáveis não necessariamente produzirá resultados mais superficiais. Ao contrário, a leitura das endogeneidades provocadas pela interação entre as variáveis pode fazer com que o pesquisador chegue a conclusões mais ricas e matizadas acerca do objeto de

pesquisa. No caso dos processos neogolpistas, em particular, identificamos que há uma confluência de atores e grupos políticos atuando em frentes diversas, que, apesar de características, estratégias e interesses distintos, possuem o objetivo comum de derrubar aquela ou aquele que ocupa a cadeira presidencial.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Y. *La Protesta Política en Venezuela (2001-2007)*. XXVI (2), 74-98. Alvarado, Jesús - ver Chacón, Edixon. Alvarado, Milagros. Bueno, Reina, 2007.

ACRE, A.; DA SILVA, M. As relações da Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999-2013): a aliança estratégica e o intercâmbio de petróleo por serviços. In: *A América Latina contemporânea: espectros, diversidades e seletividades*. / Guillermo Alfredo Johnson, Marcos Antonio da Silva (organizadores). --Dourados, MS: Ed.UFGD, 2016. 137p, ISBN: 9788581471297.

AGNEW, J. *Hegemony: the New Shape of Global Power*. Philadelphia: Temple University Press, 2005. ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*. 20 (7):906-923, 2017. doi: 10.1177/1464884917738376.

ALONSO, A. A Política das Ruas. *Novos Estudos*, n. especial, 49-58, 2017.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, n.91, p.23-52, São Paulo, 2011.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. econ. contemp.* [online]. 2017, vol.21, n.2

BENEVIDES, S., et al. Impeachment sem crime é golpe: considerações sobre processo de deposição de Dilma Rousseff. In: GONZALÉZ, Maria V; DA CRUZ, Danilo (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2020.

BIANCHI, A. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Orgs.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

BIARDEAU, J. Del árbol de las tres raíces al ‘socialismo bolivariano del siglo XXI’. ¿Una nueva narrativa ideológica de la emancipación? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 15, n. 1., 2009

BLANCHARD, J.M.F. Political aspects of Chinese investment in Latin America. *Revista Tempo do Mundo* 5 (2), p. 35-49, 2016.

BLYTH, M. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOITO Jr., A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico da FGV-SP. 2012.

BOITO Jr., A. Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. *Revista Princípios*, n. 142, p. 29-34, julho de 2016.

BREWER-CARIAS, A. R. El principio de la separación de poderes como elemento esencial de la democracia y de la libertad, y su demolición en Venezuela mediante la sujeción política del Tribunal Supremo de Justicia. Publicado en Revista *Iberoamericana de Derecho Administrativo*. San José, Costa Rica 2012, pp. 31-43.

BRINGEL, B. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, B. [et al.]. *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

BRINGEL, B.; PLAYERS, G (2015). Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 259, p. 4-17, 2015.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BRUNO, M. et al. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2011, vol.31, n.5, pp.730-750. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572011000500003>.

BURCH, S. Telesur and the new agenda for Latin American integration. *Global Media and Communication* Vol. 3(2): 227–232, 2007.

CAMPELLO, D. *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

CAÑIZALEZ, A. *Medios y política. ¿Nuevos o viejos actores?* 2005. Disponível em <https://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM2006134.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2020.

CARVLHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia, 2018.

CEPAL. *Social Panorama of Latin America*. Santiago de Chile. 2012 Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1246-panorama-social-america-latina-2012-documento-informativo>. Acessado em: 09 de agosto de 2020.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, S [et al.]. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010, p.95-182.

CHESNAIS, F. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Introdução, Caps. 1 e 2. Leiden/Boston, 2016.

CODAS, G. *O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: uma agenda de estudo e debate*. São Paulo: FES, 2013. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10431.pdf>

COELHO, A. L. Contribuições recentes sobre o estudo da instabilidade política e presidencial na América Latina. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a reeleitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 113, p. 11-50, 2017.

COELHO, A.; MENDES, M. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. *Revista Sul Global (IRID/UFRJ)*, ano 1, número 1, 2020.

CORONIL, F. *O Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Nueva Sociedad y Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2002. (1a. Edição. The University of Chicago Press, Chicago, London, 1997).

DA CRUZ, D. (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf> . Acessado em: 22 de setembro de 2020

DAGNINO, E. Confluência Perversa, Deslocamento de Sentido, Crise Discursiva. In: GRIMSON, A (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 195-216.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.p.

DAS, V. A antropologia del dolor. In: DAS, Veena. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

DATINCORP. *Estudio de coyuntura política*. Venezuela. Abril 2016.

DE SOUZA, C.; RICHER, R. “Alguna coisa está fora da ordem”: participação, representação e movimentos sociais no Brasil contemporâneo (2013-2018). In: GONZALÉZ, Maria V; DOMINGUES, J. M. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2017.

DUMENIL, G., LÉVY, U. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press. 2004.

ELLIS, R.E (2017). *The Influence of Extra-Hemispheric Actors on the Crisis in Venezuela, U.S. House of Representatives Committee on Foreign Affairs, Subcommittee on the Western Hemisphere*, 13.set. Disponível em: <http://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20170913/106398/HHRG-115-FA07-Wstate-EllisR-20170913.pdf>. Acesso em: 01.jun.2019

ESPACIO PÚBLICO (2018). *Situación general del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela*: enero-diciembre de 2017. Comunicación: estudios venezolanos de comunicación, ISSN 0798-1856, N°. 182 (2º trimestre), 2018, págs. 137-146

FARIA, A; GOULART, M. Debates sobre participação e políticas públicas no Brasil e na Venezuela. In: GONZALÉZ, M. V; DA CRUZ, D. (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2020

FERNÁNDEZ, C. B. Medios rojos y espectadores azules: cuando las audiencias deciden emigrar. Selectividad ideológica de las audiencias ante la estatización de la información en Venezuela. *Contratexto*, v. 29, p. 181-198, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/1822>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FERRARI-FILHO, F; PAULA, L.F. The legacy of the Real Plan and an alternative agenda for the Brazilian economy. *Investigación Económica*, vol. LXII (244): 57-92, 2003.

FRANZENE JR. Robert. Multicausality, context-conditionality and endogeneity. In: BOIX, Charles; STOKES, Susan (org.) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, p.27-72, ISBN 978-0-19- 927848-0, Editora: Oxford University Press, 2007.

FUCILLE, Alexandre. *Notas para entender os militares brasileiros*. 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/notas-para-entender-os-militares-brasileiros-na-Atualidade/> Acessado em: 3 de dezembro de 2020.

GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley: University of California Press, 1980. Tradução (Introduction, p.1-18) de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. téc. de Afonso de Albuquerque.

GOLDFRANK, B. Los Consejos Comunales: ¿Avance o Retroceso para la Democracia Venezolana? Íconos, *Revista de Ciencias Sociales*, n. 39, 2011.

GONZALÉZ, M. V; DIAS, R. Ministério Público, representação e responsabilização. In: GONZALÉZ, Maria V; DA CRUZ, D (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2020

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HARNECKER, M. *Venezuela. Militares junto al pueblo*. Madrid, El Viejo Topo, 2003.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008

HOCHSTETLER, K. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. *Lua Nova*, São Paulo, n 72, pp. 9-46, 2007.

HOWARTH, D. *Discourse*. Buckingham: Open University Press, 2000.

KERCHE, F. Ministério Público, Lava jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. *Lua Nova*: 105, 2018.

JÁCOME, F. Venezuela: ¿um nuevo tipo de régimen militar? *Foreign Affairs Latinoamérica*, vol. 17, n. 4, outubro-dezembro 2017.

KRUITJ, D. *Venezuela's defence diplomacy under Chávez and Maduro (1999-2018)*. In: *Defence Diplomacy and National Security Strategy: views from the Gobar South*, 2020. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=m9zdDwAAQBAJ&pg=PP4&lpg=PP4&dq=KRUIJT,+Dirk.+Venezuelas+defence+diplomacy&source=bl&ots=d4o2-UOEg1&sig=ACfU3U2zg1e6y9uozUCY_1FY0Jhr7D8DeQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjnsNGZnrfpAhXLHLkGHeXzBmgQ6AEwAHoECAgQAQ#v=onepage&q=KRUIJT%2C%20Dirk.%20Venezuelas%20defence%20diplomacy&f=false

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London/ New York: Verso, 1985.

LANDER, E. *Venezuela: la experiencia bolivariana na lucha por transcender el capitalismo*. 2017. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/187714> . Acessado em: 10 de janeiro de 2020.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016

LAVINAS, L.; GENTIL, D. L. Brasil Anos 2000: A política social sob regência da financeirização. *Novos estud. CEBRAP* [online]. vol.37, n.2, pp.191-211, 2018.

LAVINAS, L. América Latina: Mínimos monetários em lugar da proteção social. *Revista política sociale desenvolvimento* #08. ANO 02_ novembro 2014. Disponível em <https://plataformapoliticasocial2.files.wordpress.com/2014/11/revista-08.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2020.

LEVITSKY, S. e ROBERTS, K. M. (orgs.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2011.

LLORENS, M. Dolor país, versión Venezuela Las protestas de 2017 y sus secuelas. In: *Revista Nueva Sociedad* n. 274, marzo-abril de 2018, ISSN: 0251-3552.

LÓPEZ, G. Chávez versus médios. Uma batalla simbólica? *Revista Venezolana de Ciência Política*, n. 38, julho\dezembro, 2010, p. 31-52.

LOPÉZ MAYA, M. La crisis del chavismo em la Venezuela actual. *Estudios latinoamericanos, Nueva Época*, 38, 2017.

LOPÉZ MAYA, M; UZCÁTEGUI, R. *Venezuela: conflictividad social, protesta e institucionalización democrática*, 2016. Disponível em https://www.academia.edu/27961809/VENEZUELA_CONFLICTIVIDAD_SOCIAL_PROTESTA_E_INSTITUCIONALIZACION_DEMOCRATICA . Acesso em 03 de setembro de 2020

MACLEOD, A. *Bad News from Venezuela: Twenty Years of Fake News and Misreporting*, New York, NY: Routledge, 2018a, 158 pp.

MACLEOD, A. *Manufacturing Consent for the 2018 Elections in Venezuela and Colombia*. *Media Theory*, Media Theory, 2018b, Standard Issue, 2 (2), pp.138-153.

MARQUES, M. F. *Democratização da Comunicação no Brasil: limites à efetivação do direito à informação no capitalismo contemporâneo*. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/democratizacaodacomunicacaonobrasil.pdf>. Acessado em: 22 de abril de 2020.

MARTINS, M. D. Democracia e rebeldia popular no Brasil contemporâneo. In: GONZALÉZ, Maria V; DA CRUZ, Danilo (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2020.

MARTYNOV, B. “*Is a Blockade of Venezuela Possible?*”. Valdai Discussion Club, Expert Opinion. August 8, 2019. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/is-a-blockade-of-venezuela-possible/>, Acesso em: 7 de setembro de 2020.

MATHIAS, S; ZAGUE, J. A.; SANTOS, L. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. *Opin. Publica* [online]. 2019, vol.25, n.1, pp.136-168. Epub May 16, 2019. ISSN 1807-0191. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019251136>.

MEDEIROS, J.; GOULART, M. *Um enfoque sistêmico acerca do papel das instituições regionais na mediação de conflitos políticos à luz do caso venezuelano*. Relatório de Pesquisa Lappcom. 2019

MEDEIROS, J. O significado do lulismo na vida política brasileira: direitos e institucionalização das lutas à luz da Constituição de 88. *Revista Estudos Políticos*, 2020 (no prelo).

MELLO, G. S. Diagnósticos dos governos Dilma Rousseff: do “industrialismo” à virada neoliberal. *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, ENEP*, 21., 2015, São Bernardo do Campo.

MIGUEL, L. F. A produção do golpe no Brasil. In: GONZALÉZ, Maria V; DA CRUZ, Danilo (Orgs). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. Editora: CLACSO, 2018. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2019/03/livro-completo-6.0.pdf>. Acessado em: 22 de setembro de 2020.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NASCIMENTO, K. L. Hegemonia e estratégia socialista (resenha). *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 2, Maio/Agosto 2017.

NIKOLAJCZUK, M.; SOLER, L. Actores económicos y medios de comunicación. El golpe parlamentário a Fernando Lugo (2012). *Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 136 (Sección Ensayo, pp. 263-279), 2017.

NUNES, T. A. A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China. *Intellector*. Ano XIV, vol. XVI, n. 30 jul/dez, 2018.

OLIVEIRA, F. *Crítica da Razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. (orgs). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, G.; BRITES, P.; MUNHOZ, A. *O papel do Ministério da Defesa na política externa brasileira para a América do Sul*. Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 49- 66, 2010. Disponível em Acesso em: 15 mai. 2019.

ORAIR R.O., GOBETTI S.W. Brazilian Fiscal Policy in Perspective: From Expansion to Austerity. In: Arestis P., Troncoso Baltar C., Prates D. (eds) *The Brazilian Economy since the Great Financial Crisis of 2007/2008*, 2017.

OREIRO J.L. e FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2): 219-232, 2010.

OREIRO J.L.; PAULA, L.F. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar*, 2019.

PANIZZA, F. Unarmed Utopia Revisited: The Resurgence of Left-of-Centre Politics in Latin America. *Political Studies*, vol. 53, 716–734, 2005.

PAULA, L.F. e PIRES, M.C. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, 2017.

PEREIRA DA SILVA, F. *Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Ponteio, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA DA SILVA, F. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul- Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 165-178, 2018.

PÉREZ- LIÑÁN, A. *Crisis Without Breakdown: Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press 2007.

PÉREZ- LIÑÁN, A. A Two- Level Theory of Presidential Instability. *Latin American Politics and Society*, v. 56, n. 1, p. 34-54, 2014.

PERISSINOTO, R. *Por que golpe?*. Texto apresentado em encontro no Instituto de Estudos Sociais e Políticos-UERJ, em 07 de outubro de 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe

PINTO, C. R. P. *A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)*. In: ROCHA, C. e SOLANO, E. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PINTO et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 54 (set 2019 - dez 2019)

- Revista da SEP – Disponível em:

<http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/547> PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Intr., Cap. XI e XII. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PRATES, D., FRITZ, B. e PAULA, L.F. *O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer*. Texto para Discussão IE/UFRJ 009, 2019.

PREGO, F; SOLER, L. Derechas y neogolpismo en América Latina. Una lectura comparada de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). *Revista Contemporánea: Historia y problemas del siglo veinte*, año 10, volume 11, 2019.

PROVEA. Situación de los derechos humanos. *Informe anual, Programa Educación- Acción en Derechos Humanos*. Caracas: Autor, 2007.

REYES, L. M. *La venta de los medios en Venezuela*. Politikom, 2013. Disponível em: <http://politikom.wordpress.com/2013/06/10/la-venta-de-los-medios-en-venezuela/> Acessado em: 03 de setembro de 2020.

ROBERTS, M. *The Long Depression: Marxism and the Global Crisis of Capitalism*. Introdução, Cap. 1-8. Chicago: Haymarket Books, 2015.

ROMERO, C. *Venezuela y su seguridad ante Estados Unidos y Cuba, 2013*. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/10364.pdf>. Acessado em: 21 de maio de 2020.

SACHS, J.; WEISBROT, M. *Economic Sanctions as Collective Punishment: The Case of Venezuela*. Center for Economic and Policy Research. Washington, DC: 2019: 1-25. Disponível em <http://cepr.net/publications/reports/economic-sanctions-as-collective-punishment-the-case-of-venezuela>. Acessado em: 09 de janeiro de 2020.

SADER, E. Brasil: de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio. *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Boitempo/Perseu Abramo, 2010.

SALLUM Jr., BJ; CASARÕES, GSP. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo [Internet]. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 2011 ;(82): 163-200. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>

SAMUELS, David. As bases do petismo. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, no 2, outubro, 2004.

SAMUELS, David (2008). A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n. 2, novembro, 2008, p.302-318.

SAMUELS, D.; ZUCCO Jr., C. *Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics*. *Journal of Politics in Latin America*, 6, 3, 129–158, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A Democracia Impedida: o Brasil no século XXI*. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2017.

SCHEIDT, E. *A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos Conselhos Comunais e das comunas*. 2017.

SILVA, M. G. *Entre César e o Demos: notas agonísticas sobre a democracia na Venezuela*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-os-sentidos-do-lulismo-andre-singer-em-epub-mobi-e-pdf/>

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2015, n.102, pp.39-67.

SOARES LIMA, M. R. (org). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed:IUPERJ, 2008.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009 (483p.)

SOUZA, J. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p. stos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opin. Publica* [online]. 2019, vol.25, n.1, pp.63-96. Epub May 16, 2019. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163STREECK>, W. *As crises do capitalismo democrático*, *Novos Estudos*, n. 92, 2012, p.35-56.

STROKES, S. *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 60-101.

SUTHERLAND, M. *A derrota eleitoral do chavismo*. 2016. Disponível in:<http://uece.br/nacionalidades/index.php/noticias/43579-artigo-qa-derrota-eleitoral-do-chavismoq-de-manuel-sutherland>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

SUTHERLAND, M. *Venezuela: ¿Por qué volvió a ganhar el chavismo?* 2018. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a254205.html> . Acesso em: 10 de maio de 2020.

TAYLOR, M. The Limits of Judicial Independence: A Model with Illustration from Venezuela under Chávez. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge Journals, vol. 46, Issue 02, May 2014, pp. 229-259.

TEIXEIRA JR, A. *Geopolítica da China na Crise da Venezuela: Postura Estratégica e Diplomacia Militar*. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEX)*, 2019a. ISSN: 2525-457X *Análise Estratégica* Vol 13 (3) Jun / Ago 2019.

TEIXEIRA JR, A. *Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEX), 2019b. ISSN: 2525-457X *Análise Estratégica*, vol. 14 (4) Set/ Nov 2019.

TEIXEIRA JR, A. *Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na crise da Venezuela*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEX), 2020. ISSN: 2525-457X, *Análise Estratégica*, Vol. 15 (1), Dez/ Fev 2020.

UZCÁTEGUI, R. *Movilizaciones estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes*. *Revista Nueva Sociedad*, n. 251, maio-junho de 2014, ISSN: 0251-3552.

URRIBARRI, R. *Courts between Democracy and Hybrid Authoritarianism: Evidence from the Venezuelan Supreme Court*, *Law & Social Inquiry – Journal of the American Bar Foundation*, vol. 36, Issue 4, 854-884, 2011.

VIANNA, L. W. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. *Dados*, vol. 38, nº. 1, Rio de Janeiro, 1996

VILLAMEDIANA, C. *La prensa y el golpe. ¿Conspiración militar o mediática?* *Comunicación*, 119, pp. 58-63, 2002.

WERS, N.; WINKENS, S. *El populismo de Chávez y el rol de los medios*. 2007. Último acesso em 28 de junho de 2020. berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001113/BIA_118_297_312.pdf

ZÍBECHI, R. *O que queremos militares brasileiros?* 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-que-querem-os-militares-brasileiros/>. Acessado em: 2 de dezembro de 2020.